MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DE ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Secretaria Nacional de Segurança Pública

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Brasília, DF
2014

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo

SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Regina Maria Filomena de Luca Miki

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA – DEPAID

Isabel Seixas de Figueiredo

COORDENADOR GERAL DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA

José Francisco da Silva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Secretaria Nacional de Segurança Pública

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Brasília, DF
2014

Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação
e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID
Coordenação Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício sede , 5º andar, sala 500.
Brasília, DF, CEP 70064-900
2014 © Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra,
desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.
Tiragem: 8.000 exemplares
Impresso no Brasil

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Secretaria Nacional de Segurança Pública /Ministério da Justiça

EQUIPE RESPONSÁVEL
Andréa da Silveira Passos; Charles de Azevedo Gonçalves; Dayane Gomides Cavalcante; Deborah Correia de Freitas; Derik Reis do Nascimento; Filipe Marinho de Brito; Leandro Arbogast da Cunha; Maria de Fátima Pires de Campos de Godoy; Maristela Amaral Gois; Marta Alves de Souza; Rogers Elizandro Jarbas; Tibério Trigueiro Felix da Silva; Vanderson Ribeiro; Viviane Pereira Peixoto

CONSULTORA PEDAGÓGICA
Profa. MSc. Bernadete M. Pessanha Cordeiro

REVISÃO E EDIÇÃO
Andréa da Silveira Passos

PROJETO GRÁFICO
Aline Piazzi e Gustavo Gontijo

DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Gontijo

363.22
M433c Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

362 p.

ISBN: 978-85-85820-76-3

1. Segurança pública - qualificação profissional 2. Policia civil - currículo. 3. Policial militar - currículo. 4. Segurança pública - método de ensino. I. Ministério da Justiça.

CDD

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

SUMÁRIO

1.1	A NOVA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL: O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E OS PONTOS FORTALECIDOS	15
1.1.1	Novos Tempos, Novas Exigências	18
1.2	O PERFIL PROFISSIOGRÁFICO E AS COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS	20
1.2.1	Competências Relacionadas às Tarefas Desenvolvidas pelos Policiais Civis e Militares	21
1.2.2	Competências Relacionadas às Tarefas Desenvolvidas pelos Bombeiros Militares	30
1.3	PRINCÍPIOS DA MATRIZ	37
1.3.1	Princípios Éticos	38
1.3.2	Princípios Educacionais	38
1.3.3	Princípios Didático-Pedagógicos	39
1.4	OBJETIVOS	40
1.4.1	Objetivo Geral	40
1.4.2	Objetivos Específicos	40
1.5	A DINÂMICA CURRICULAR: EIXOS ARTICULADORES E ÁREAS TEMÁTICAS	41
1.5.1	Eixos Articuladores	41
1.5.2	Áreas Temáticas	44
1.6	ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	52
1.6.1	Os Processos de Ensino e Aprendizagem e o Desenvolvimento de Competências	52

1.6.2 Contextualização, Interdisciplinaridade e Transversalidade 56

1.6.3 Metodologia e Técnicas de Ensino 59

1.6.4 Sistema de Avaliação da Aprendizagem e a Formação de Novas Competências 64

1.7 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA SENASP 65

1.7.1 Das Referências e dos Princípios a Serem Seguidos 66

1.7.2 Do Desenho dos Currículos, Programas e Planos de Ensino 67

1.7.3 Da Metodologia de Ensino 69

1.7.4 Das Prescrições a Serem Consideradas no Planejamento e Execução das Ações Formativas 71

1.7.5 Malhas Curriculares Para as Ações Formativas de Segurança Pública 73

1.7.6 Ementas das Disciplinas 78

1.7.7 Referências Bibliográficas 80

2.1 ÁREA TEMÁTICA I - SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA 86

2.1.1 Disciplina: Estado, Sociedade e Segurança Pública 87

2.1.2 Disciplina: Sistema de Segurança Pública 90

2.1.3 Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública 94

2.1.4 Disciplina: Gestão Integrada e Comunitária 98

2.2 ÁREA TEMÁTICA II - VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL 102

2.2.1 Disciplina: Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade 103

2.2.2 Disciplina: Criminologia Aplicada à Segurança Pública 107

2.3 ÁREA TEMÁTICA III - CONHECIMENTOS JURÍDICOS 111

2.3.1 Disciplina: Direitos Humanos 112

2.3.2 Disciplina: Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial 119

2.4 ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS 123

2.4.1 Disciplina: Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos 124

2.4.2 Disciplina: Resolução de Problemas e Tomada de Decisão 127

2.4.3 Disciplina: Análise de Cenários e Riscos 130

2.4.4 Disciplina: Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres 133

2.5 ÁREA TEMÁTICA V - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR 137

2.5.1 Disciplina: Relações Interpessoais 138

2.5.2 Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho 142

2.5.3 Disciplina: Educação Física 146

2.6 ÁREA TEMÁTICA VI - COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA 150

2.6.1 Disciplina: Língua e Comunicação 151

2.6.2 Disciplina: Documentação Técnica 1 156

2.6.3 Disciplina: Telecomunicações 160

2.6.4 Disciplina: Tecnologias e Sistemas Informatizados 164

2.6.5 Disciplina: Gestão da Informação 168

2.6.6 Disciplina: Inteligência de Segurança Pública 172

2.6.7 Disciplina: Estatística Aplicada à Segurança Pública 175

2.6.8 Disciplina: Introdução à Análise Criminal 178

2.7 ÁREA TEMÁTICA VII - CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA 181

2.7.1 Disciplina: Ética e Cidadania 182

2.7.2 Disciplina: Diversidade Étnico-Sóciocultural 186

2.7.3 Disciplina: Identidade e Cultura da Organização Policial 190

2.7.4 Disciplina: Ordem Unida 193

2.8 ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA 196

2.8.1 Disciplina: Abordagem 197

2.8.2 Disciplina: Preservação e Valorização da Prova 203

2.8.3 Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar 207

2.8.4 Disciplina: Uso Diferenciado da Força 211

2.8.5 Disciplina: Defesa Pessoal Policial 215

2.8.6 Disciplina: Armamento, Munição e Tiro 219

2.8.7 Disciplina: Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas 223

3.1 ÁREA TEMÁTICA I - SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA 230

3.1.1 Disciplina: Sistema de Segurança Pública 231

3.1.2 Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública 235

3.1.3 Disciplina: História do Bombeiro no Mundo e no Brasil 239

3.1.4 Disciplina: Sistema de Defesa Civil 242

3.2 ÁREA TEMÁTICA II - VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL 245

3.2.1 Disciplina: Psicologia das Emergências 246

3.3 ÁREA TEMÁTICA III - CONHECIMENTOS JURÍDICOS 250

3.3.1 Disciplina: Direitos Humanos 251

3.3.2 Disciplina: Fundamentos Jurídicos da Atividade de Bombeiro Militar 258

3.3.3 Disciplina: Proteção Ambiental 262

3.4 ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS 265

3.4.1 Disciplina: Análise de Cenários e Riscos 266

3.4.2 Disciplina: Sistema de Comando de Incidentes - SCI 270

3.4.3 Disciplina: Atuação do Bombeiro Militar Diante de Desastres 274

3.5 ÁREA TEMÁTICA V - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR 277

3.5.1 Disciplina: Relações Interpessoais 278

3.5.2 Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho 282

3.5.3 Disciplina: Educação Física 286

3.6 ÁREA TEMÁTICA VI - COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA 290

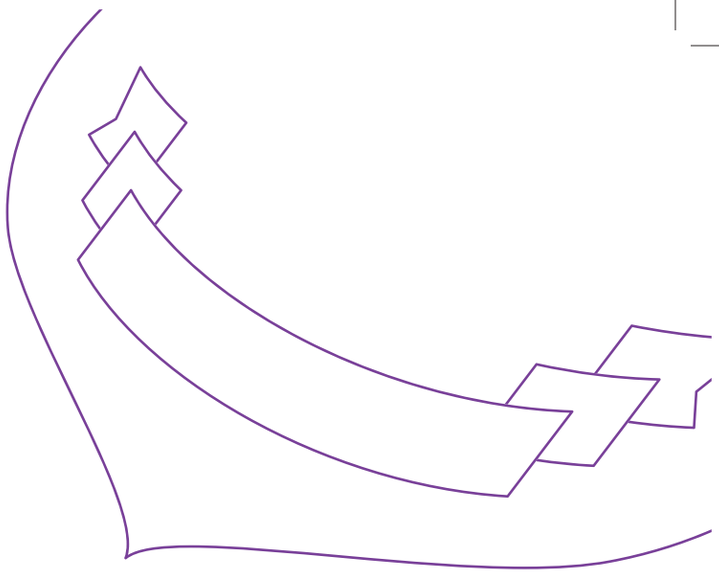
3.6.1 Disciplina: Língua e Comunicação 291

3.6.2 Disciplina: Documentação Técnica 296

3.6.3 Disciplina: Telecomunicações 300

3.6.4 Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação 304

3.7	ÁREA TEMÁTICA VII - CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA	308
3.7.1	Disciplina: Ética e Cidadania	309
3.7.2	Disciplina: Diversidade Étnico-Sociocultural	313
3.7.3	Disciplina: Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar	317
3.7.4	Disciplina: Ordem Unida	320
3.8	ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA	323
3.8.1	Disciplina: Ciências Aplicadas à Atividade Bombeiro Militar	324
3.8.2	Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar	327
3.8.3	Disciplina: Salvamento Aquático	334
3.8.4	Disciplina: Salvamento Terrestre	338
3.8.5	Disciplina: Salvamento Em Altura	342
3.8.6	Disciplina: Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	346
3.8.7	Disciplina: Prevenção a Incêndio	350
3.8.8	Disciplina: Fundamentos da Perícia de Incêndios	354
3.8.9	Disciplina: Combate a Incêndio	358



APRESENTAÇÃO

A Matriz Curricular Nacional - doravante denominada Matriz - caracteriza-se por ser um referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas - inicial e continuada - dos profissionais da área de segurança pública - Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, independentemente do nível ou da modalidade de ensino que se espera atender. Seus eixos articuladores e áreas temáticas norteiam, hoje, os mais diversos programas e projetos executados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Apresentada em 2003, num amplo seminário nacional sobre segurança pública, que tinha por objetivo divulgar e estimular ações formativas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Matriz sofreu sua primeira revisão em 2005, quando foram agregados ao trabalho realizado pela SENASP outros dois documentos: as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, que contempla um conjunto de orientações para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações formativas e, a Malha Curricular que apresenta um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo é garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.

No período de 2005 a 2008, a SENASP, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizou seis seminários regionais, denominados Matriz Curricular em Movimento, destinados à equipe técnica e aos docentes das instituições de ensino de segurança pública. As reflexões realizadas tiveram como base os três documentos citados anteriormente. Esses seminários possibilitaram a apresentação dos fundamentos didático-metodológicos presentes na Matriz, a discussão sobre as disciplinas da malha curricular e a transversalidade dos direitos humanos, bem como reflexões sobre a prática pedagógica e sobre o papel intencional do planejamento e execução das ações formativas.

As informações colhidas nos seminários e a demanda cada vez maior por apoio para implantação da Matriz nos estados estimularam a equipe a lançar, em 2009, a versão atualizada e ampliada da Matriz. Essa versão trazia em um só documento as orientações que servem de referência para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

No período de abril a junho de 2010 a SENASP, por meio de uma consultoria especializada, realizou a avaliação MCN, junto aos gestores, técnicos e professores das instituições de ensino de segurança pública de todo o país.

Os resultados apresentados sobre a avaliação foram agrupados em duas dimensões: educacional e estratégica. A dimensão educacional reuniu os aspectos relacionados às questões pedagógicas que necessitavam ser ampliadas e revistas. A dimensão estratégica abrangeu os desafios relacionados à gestão escolar.

Esses resultados serviram de subsídios para a criação da metodologia do processo de revisão da Matriz realizado no período de 2011 a 2012.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, a metodologia utilizada no trabalho de revisão da MCN privilegiou a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais de segurança pública. Os colaboradores foram divididos em grupos de trabalhos com caráter consultivo e/ou avaliativos - reunidos virtual e/ou presencialmente - nas mais diversas etapas do processo de revisão.

O material consolidado, a partir dos grupos de trabalho, foi apresentado no Encontro Técnico da Matriz Curricular Nacional (MCN), realizado em setembro de 2012, cujo objetivo foi validar o trabalho realizado e contribuir para a consolidação da versão final, expressa nesse documento.

A nova versão da Matriz, além de manter, sem alteração, a dinâmica dos eixos articuladores, das áreas temáticas e a orientação pedagógica, pois foram muito bem avaliadas, passa a incluir em seu texto original os seguintes pontos:

- Competências profissionais extraídas do perfil profissiográfico;
- Nova malha curricular (núcleo comum) que orientará os currículos de formação e capacitação dos Policiais Civis e Militares, bem como a malha curricular elaborada, especificamente, para a formação e capacitação dos Bombeiros Militares;
- Carga horária "recomendada" para as disciplinas.
- Revisão das referências bibliográficas com sugestão de novos títulos;
- Atualização das diretrizes pedagógicas da SENASP que visam auxiliar o processo de implementação.

Espera-se que este documento seja uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que possam estimular o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de segurança pública. Espera-se também que todo esse movimento chegue às salas de aula, transformando a ação pedagógica e contribuindo para a excelência da formação e capacitação do profissional de segurança pública.

1

1.1
A NOVA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL: O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E OS PONTOS FORTALECIDOS

Os discursos e agendas - nacionais e internacionais - existentes sobre formação e capacitação dos profissionais da área de segurança pública "apontam a necessidade de se formar profissionais capazes de lidar com as diferentes formas de violência, conflitualidades[1] e criminalidade, buscando garantir a qualidade de vida e a integridade das pessoas, por meio de metodologias e técnicas fundamentadas nos princípios da legalidade, proporcionalidade e necessidade". (CORDEIRO, 2008, s.p.).

As agendas, em geral, recomendam que os currículos das ações de treinamento contemplem, dentre outros, os seguintes pontos:

- Reconhecimento das características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais.
- Compreensão das formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade.
- Atuação a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança.
- Desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam um perfil profissional que seja capaz de: comunicar-se de forma efetiva; relacionar-se com a comunidade; mediar conflitos; atuar proativamente pautado nos princípios dos Direitos

[1] vocábulo, utilizado pelo professor José Vicente Tavares dos Santos para designar as formas de violência, as metamorfoses do crime, da crise das instituições de controle social e dos conflitos sociais presentes nesse novo cenário.

Humanos; administrar o uso da força; utilizar técnicas e tecnologias não letais; gerenciar crises; lidar com grupos vulneráveis; lidar com a complexidade, o risco e a incerteza; utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção; investigar crimes e solucioná-los; utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções.

A efetivação de um currículo exige uma relação de congruência entre: as intencionalidades contextuais expressas nos fatos do cotidiano (dimensão contextual); os aportes legais e conceituais (dimensão política) e as condições adequadas para a sua operacionalização no dia a dia (dimensão técnico-metodológica). Isso indica que as ações realizadas nos espaços educativos devem estar voltadas para o desenvolvimento das competências profissionais necessárias à atuação do profissional de segurança pública no contexto em que as necessidades e as exigências sociais se estabelecem.

Sendo assim, como ponto de partida, no processo de revisão da Matriz Curricular Nacional (MCN), utilizou-se o Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Insitutições Estaduais de Segurança Pública elaborado pela SENASP.

Mas, como um currículo não é apenas uma lista de competências, foram organizados, ao longo de todo o processo de revisão, Grupos de Trabalhos[2] - consultivos e/ou avaliativos - que funcionaram como um "espaço plural e coletivo de socialização de saberes" e ajudaram a fortalecer as escolhas pedagógicas da SENASP em relação a formação e a capacitação do profissional da área de segurança pública. Sobre as quais cabe destacar:

- A opção por uma visão crítica da educação, comprometida com a concepção de que o profissional em formação é um ser que pensa, sente e age, situacionalmente, de modo que o currículo deve fortalecer a simbiose dos três eixos que, segundo BALESTRERI (1998), fundamentam a formação do policial: ético, técnico e legal.
- A abordagem curricular pautada no paradigma da complexidade que contemple a teoria e a prática articuladas pela inclusão da problematização, tendo as metodologias de ensino ativo como modelos de referência para gerar situações de aprendizagem que possibilitem a "transferência de conhecimento", ou seja, a capacidade de aplicar conhecimentos prévios em novos contextos, com o objetivo de identificar similitudes e diferenças para agir na nova situação, gerando, portanto, adaptação a quaisquer situações inerentes às competências profissionais e as novas competências que se fizerem necessárias.
- A construção de "um modelo de segurança do cidadão", que abranja políticas sociais e projetos sociais preventivos, protagonizados pela articulação de diferentes forças sociais: administrações públicas, associações, terceiro setor, escolas, etc.
- A ideia de que a implantação do currículo abranja uma organização pautada em ei-

[2] por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, a metodologia utilizada no trabalho de revisão da MCN privilegiou a participação de diversos atores envolvidos no processo de formação dos profissionais da área de segurança pública, bem como de áreas específicas, dentre elas: Inteligência, Perícia, Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), dentre outros.

xos e áreas de aprendizagem, reunindo disciplinas afins que interagem e dependem umas das outras, consolidando uma prática pedagógica com visão global e interdisciplinar, favorecendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento/aquisição de competências.

- A necessidade de reflexões e discussões sobre o "currículo oculto"[3] presente nos rituais, práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, nos modos de organizar o espaço e o tempo da escola, e que conformam saberes não desejados no cotidiano escolar.

É cada vez mais necessário pensar a intencionalidade das atividades formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional tornam-se imprescindíveis para atender as demandas, superar os desafios existentes e contribuir para a efetividade das organizações de segurança pública.

Portanto, a Matriz Curricular Nacional tem por objetivo ser um referencial teórico-metodológico que oriente as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública -Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar - independentemente do nível ou modalidade de ensino que se espera atender.

A palavra "**matriz**" remete-nos as ideias de "criação" e "geração", que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos pedagógicos que permitam orientar as práticas formativas para as situações de trabalho em segurança pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas.

Os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos transversais que permeiam as ações formativas. Eles foram definidos a partir da relevância e pertinência nas discussões sobre segurança pública e a partir de sua relação com as problemáticas sociais, atuais e urgentes, de abrangência nacional.

As áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis às ações formativas, que devem estar alinhados ao conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais.

AMPLIANDO A DEFINIÇÃO

O termo "matriz" suscita a possibilidade de um arranjo não-linear de elementos que podem representar a combinação de diferentes variáveis, o que significa que a Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem "combinados" na elaboração dos currículos específicos, ao mesmo tempo em que oportuniza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais e políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir "pontos comuns" que caracterizem a formação em segurança pública.

À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais, adquiridas progressivamente, e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas da área de segurança pública.

[3] segundo Moreira (2006) o currículo oculto envolve atitudes e valores transmitidos, sublinarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar, não sendo explicitados nos planos e propostas, e por isso pouco percebido pela comunidade escolar, mas de grande efeito na formação dos sujeitos.

De acordo com Perrenoud et al. (2001), o termo "currículo" não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos, mas abrange também a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que deve ser flexível, possibilitando a promoção de debates e sua reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo.

No sentido de valorizar a capacidade de utilização crítica e criativa dos conhecimentos, e não o simples acúmulo de informações, a Matriz Curricular Nacional fornece, no mapeamento das competências, nos significados dos eixos articuladores e das áreas temáticas, no desenho da malha curricular, nas diretrizes pedagógicas e na proposta metodológica, subsídios e instrumentos que possibilitam às instituições de ensino de segurança pública a planejarem as ações formativas (inicial e continuada) para que os profissionais da área de segurança pública possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

1.1.1
NOVOS TEMPOS, NOVAS EXIGÊNCIAS

A globalização e os avanços das tecnologias da informação e da comunicação imprimem às primeiras décadas desse século a necessidade de repensar, dentre tantos outros aspectos, os processos formativos e suas formas de certificação.

No âmbito da legislação educacional, desde 1971[4], é reconhecida a especificidade do ensino militar e ressaltada a pertinência de uma legislação própria. Contudo, a necessidade de certificação e validade dos cursos, fora muros institucionais, contribuiu para que as instituições de ensino de segurança pública buscassem alguns caminhos possí-

O QUE É COMPETÊNCIA?

Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.

No âmbito desse documento, trabalharemos com três conjuntos de competências:

- *Competências cognitivas: são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.*
- *Competências operativas: são as competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.*
- *Competências atitudinais: são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais; a conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; a capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.*

[4] LDB 5672/71 e LDB 9394/96.

veis para o reconhecimento de seus cursos: reconhecimento pelos Conselhos Estaduais de Educação, ou através de parcerias com universidades ou, ainda, pela formulação de legislação própria no âmbito dos estados federados.

Noutro diapasão, em 2010, a Portaria Interministerial nº 258-A, resolve:

> *Art 1º - Criar, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o eixo tecnológico Segurança, bem como aprovar a inclusão dos cursos superiores de tecnologia em segurança pública, com carga horária mínima de 1.600 horas, em serviços penais, com carga horária mínima de 1.600 horas e em segurança do trânsito, com carga horária mínima de 1.600 horas.*

Tal advento, além de reconhecer as diversas possibilidades de atuação dos profissionais da área de segurança pública e de possibilitar que os cursos superiores de tecnologia em segurança pública possam ser organizados sobre diferentes ênfases, como por exemplo, segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico- científica e polícia investigativa, ainda deu início a um processo sem precedentes na história da formação policial no Brasil, de interação entre as organizações policiais e inúmeras instituições de ensino superior do país.

Função disso, várias são as instituições de ensino de segurança pública e instituições de ensino superior que ofertam, atualmente, cursos superiores de tecnologia em segurança pública alinhados ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. (MEC, 2010), certificando os profissionais de segurança pública e outros interessados, como tecnólogos nesse âmbito do conhecimento e ação humana.

Para alguns estudiosos tal certificação é importante socialmente na medida em que contribui para a valorização profissional. Aliado a isso, há também correntes tanto dentro do âmbito da segurança pública quanto do acadêmico que entendem que esse processo deva ir além, em busca do reconhecimento da área de segurança pública como "ciência" possibilitando assim, a ampliação e aprofundamento do estudo sobre os diversos problemas e realidades nas quais atuam os profissionais dessa área.

Em outro viés - e não menos importante - tal reconhecimento cria a possibilidade de oferta de cursos de graduação e pós-graduação na área de segurança pública, produzindo um alinhamento acadêmico com outras áreas do conhecimento e ocupando uma lacuna que já há muito vem sendo preenchida em outros países, notadamente os do eixo anglo-saxão.

Como enfatiza Miguel (s.d.)

> *A segurança pública é um dos temas que vêm sendo discutido em âmbito acadêmico, em diversos espaços públicos, ou não, e em Congressos Internacionais, resultando em propostas de medidas para o controle do crime, o qual está cada vez mais globalizado. Nesse sentido, discutem-se várias teorias, procurando a melhor a ser aplicada nesse universo de realidades, focando a aproximação dos responsáveis profissionalmente pela segurança pública, os policiais, ou os encarregados de aplicar a lei, cada vez mais próximos do cidadão para a resolução de problemas da comunidade, buscando-se a almejada sensação de*

segurança e qualidade de vida. (MIGUEL, Marco Antonio. Alves. Disponível em: http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/pdf/artigo_1.pdf. Acesso em: 22 out 2012).

Como consequência dessa nova visão a respeito da educação em segurança pública, algumas instituições e autores vêm defendendo esta questão e organizando as atividades formativas, e mesmo suas leis de ensino considerando a segurança pública como ciência, a exemplo da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

Mais recentemente, o Ministério da Educação (MEC) avaliou e reconheceu o primeiro curso de Bacharelado em Ciências Policiais, ofertado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais da Polícia Militar do Distrito Federal, primeira Instituição de Ensino Superior (IES) oriunda de uma organização policial brasileira.

A possibilidade trazida por esse reconhecimento abre espaço para a organização acadêmica e científica do conhecimento produzido pela área de segurança pública e, consequentemente, uma contribuição para a qualidade de vida, a cidadania e a construção da cultura da paz na sociedade brasileira.

1.2
O PERFIL PROFISSIOGRÁFICO E AS COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

As competências descritas a seguir foram extraídas, pelos grupos de trabalhos[5], dos relatórios o Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública, elaborados pela SENASP.

As competências selecionadas foram classificadas em três grandes grupos, tomando como base às dimensões do conhecimento: cognitivas, operativas e atitudinais:

RELACIONANDO

É importante ressaltar que essas competências possuem uma relação estreita com os eixos ético, legal e técnico que, de acordo com Balestreri (1998), estão presentes na formação do profissional da área de segurança pública; com os Quatro Pilares da Educação propostos pela Unesco: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver; e com as dimensões do conhecimento: saber, saber fazer e saber ser.

[5] Os grupos de trabalhos que participaram das atividades descritas nesse relatório foram constituídos por policiais civis, policiais militares e bombeiros militares que atuam em áreas contempladas pelas disciplinas que compõem as Malhas Curriculares da MCN.

1.2.1
COMPETÊNCIAS RELACIONADAS ÀS TAREFAS DESENVOLVIDAS PELOS POLICIAIS CIVIS E MILITARES

Nº Q	COMPETÊNCIAS COGNITIVAS°
50 PM Q 6.1	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função. Ser capaz de agir demonstrando domínio sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites.
29 PM Q 6.1	Proceder ao encaminhamento de vítima para o juizado de pequenas causas, ao registrar ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo no local do fato. Proceder ao encaminhamento de vítima para o juizado de pequenas causas, ao registrar ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo.
26 PM Q 6.1	Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.
11 PM Q 6.1	Ao compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância. Ter conhecimento sobre procedimentos administrativos disciplinares.
13 PM Q 6.1	Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência.
71 PM Q 6.1	Ser capaz de arrolar testemunhas e elementos informativos (CPP) para o flagrante.
59 PC Q 6.1	Atuar demonstrando conhecer o organograma e funcionamento das Polícias bem como o funcionamento da Justiça.
68 PC Q 6.1	Ao entrevistar partes envolvidas (vitimas, autores, testemunhas, suspeitos, informantes, dentre outros) ou presos, identificar a natureza da infração penal transgredida.
88 PC / 91 PM Q 6.1	Atuar demonstrando conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os. Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.
45 PM Q 6.1	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

38 PM Q 6.1	Atuar demonstrando conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a Comunidade.
69 PM Q 6.1	Atuar de acordo com a filosofia do policiamento comunitário.
1 PC Q 6.1	Atuar demonstrando noções de mecânica e de física, quando necessário.

Nº Q	COMPETÊNCIAS OPERATIVAS*
95 PM Q 6.2	Ter a capacidade de zelar pela manutenção e guarda dos bens, equipamentos e demais materiais sob sua responsabilidade.
PM Q 6.2	Capacidade de zelar pela boa imagem da corporação. Capacidade de zelar pela boa imagem própria e da instituição.
74 PM Q 6.3 / Q 6.4	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública.
62 PM Q 6.3	Ter a capacidade de utilizar a experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública.
24 PM Q 6.3	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções de conflitos e/ou de intervenção. Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções e gerenciamento de conflitos.
38 PC Q 6.3	Capacidade de identificar situações de risco e antever sua ocorrência.
70 PM Q 6.3	Ter a capacidade de avaliar o grau de risco da missão, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade.
57 PC / 75 PM Q 6.3	Ao realizar revista em suspeitos, ter conhecimento sobre as técnicas de abordagem. Demonstrar domínio das técnicas de abordagem.
58 PC	Ser capaz de aplicar técnicas de abordagem policial, com apropriado comando de voz.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

13 PC	Ser capaz de aplicar técnicas de imobilização, se necessário, ao cumprir mandados de prisão, atendendo os preceitos legais.
67 PM Q 6.3	Demonstrar domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição.
22 PC / 56 PC / 77 PC	Capacidade de manusear armas com menor potencial ofensivo. Capacidade de manusear armas letais. Capacidade de utilizar armas e munições, quando necessário.
28 PM	Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial (tiro de precisão, sob estresse, tiro noturno, intuitivo, dentre outros).
Q 6.8	Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial.
66 PM Q 6.3	Ser capaz de atuar de acordo com o escalonamento do uso progressivo (diferenciado[6]) da força. Ser capaz de atuar de acordo com o uso diferenciado da força.
46 PM Q 6.3	Ser capaz de atuar com segurança em locais com índice elevado de violência e criminalidade, demonstrando conhecimento da situação.
85 PM Q 6.3	Ser capaz de respeitar e adotar os procedimentos de segurança no desempenho das tarefas inerentes ao cargo.
34 PM Q 6.3	Ter capacidade de agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI´s), quando necessário. Ter capacidade de agir utilizando equipamentos de proteção individual.
17 PM Q 6.3	Ter capacidade de aplicar as técnicas de defesa pessoal. (treinamento continuado).
60 PM Q 6.3	Capacidade de demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo.
12 PM Q 6.3	Demonstrar conhecimentos sobre técnicas de operações especiais. (fundamentos).
93 PM Q 6.3	Capacidade de manter-se visível, quando necessário (ação presença, estar em local que facilite que as pessoas o vejam).
79 PM Q 6.3	Ser capaz de identificar vítimas e suspeitos em potencial.
84 PM Q 6.3	Ser capaz de interagir e orientar vítimas de ocorrências, vítimas potenciais ou pessoas fragilizadas.
49 PM Q 6.3	Ao fazer a escolta de presos, agir demonstrando conhecimento das normas de abordagem, procedimentos e técnica de condução e legislações pertinentes (ex.: ECA).
40 PM Q 6.3	Agir demonstrando conhecimento sobre a área geográfica de atuação (rotas de fugas, itinerários, densidades demográficas, geografia do local, dentre outros).
41 PM Q 6.3	Demonstrar conhecimento sobre escolta, acompanhamento e cerco policial em diversas situações.

[6] Uso diferenciado da força (grifo nosso) - este termo foi alterado pela Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.

43 PM Q 6.3	Ao acompanhar oficial de justiça em mandados de busca e apreensão,demonstrar conhecimento sobre os procedimentos de busca e apreensão. Demonstrar conhecimento sobre os procedimentos de busca e apreensão.
8 PC Q 6.3	Ser capaz de aplicar conhecimentos de cursos específicos para atuar na vistoria e cadastro de veículos. Ter conhecimentos sobre vistoria e cadastro de veículos.
62 PC / 88 PM Q 6.3	Ao comparecer e preservar o local de crime ser capaz de aplicar técnicas de preservação. Ser capaz de preservar o local do crime, quando necessário. Ser capaz de preservar o local do crime.
 Q 6.3	Demonstrar conhecimento básico sobre diversos tipos de perícia.
29 PM Q 6.3	Ter capacidade para agir demonstrando conhecimento sobre o perfil e modus operandi do criminoso ao proceder investigações de infrações penais, ao localizar pessoas e em outras situações diversas. Ter capacidade para agir demonstrando conhecimento sobre o perfil e modus operandi do criminoso.
 Q 6.3	Ser capaz de conduzir os diferentes envolvidos à delegacia.
18 PM	Ter capacidade de elaborar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade.
 Q 6.3	Ter capacidade de coletar/analisar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade.
14 PM Q 6.3	Ser capaz de gerenciar dados relativos à segurança pública (por exemplo, dados de geoprocessamento, mapas e boletins de ocorrência, dentre outros).
42 PM Q 6.3	Aplicar conhecimentos de informática ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
28 PC Q 6.3	Capacidade de utilizar sistemas de segurança da informação ao desempenhar uma ação.
44 PM Q 6.3	Ser capaz de fazer contato com outros tipos de policiamento para planejar operações integradas.
9 PC / 17 PC / 21 PM Q 6.3	Ter capacidade de prestar primeiros socorros, aplicando técnicas e procedimentos adequados à situação. Ter noções de primeiros socorros. Atuar demonstrando conhecimentos sobre primeiros socorros.
78 PC / 47 PM Q 6.4	Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa. Ser capaz de redigir documentos de maneira clara, respeitando os padrões da norma culta e técnicas de redação oficial da Língua Portuguesa.
59 PM Q 6.4	Demonstrar conhecimento sobre a forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados.

Q 6.4	Ser capaz de relatar os fatos de forma clara, coesa e coerente à autoridade.
55 PM Q 6.5	Demonstrar domínio no uso operacional de veículos da instituição.
79 PC Q 6.5	Ao dirigir viaturas demonstrar conhecimentos sobre as principais vias de acesso e trânsito da cidade.
83 PM Q 6.6	Ter capacidade de repassar conhecimentos para a equipe, quando necessário. Ter capacidade de repassar conhecimentos e informações para a equipe, quando necessário.
32 PC	Ser capaz de operar serviços de comunicação (rádio e celulares e outros) em diversas situações, demonstrando conhecimento da linguagem técnica utilizada.
90 PM Q 6.6	Ser capaz de utilizar equipamentos e meios de comunicação (rádio, internet, telefone e fax, dentre outros).
Q 6.6	Capacidade de ouvir atentamente e compreender.
30 PM Q 6.7	Capacidade de visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
24 PC / 32 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto no espaço).
23 PC / 31 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio abstrato (estabelecer relações em situações novas para as quais se possua pouco conhecimento previamente aprendido).
11 PC / 25 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio numérico (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão; capacidade de interpretar dados quantitativos). Capacidade de raciocínio numérico (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão).
15 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio mecânico (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos e para manipular ou consertar estes mecanismos).
52 PM Q 6.7	Ter raciocínio lógico (saber resolver problemas com objetividade, coerência e rapidez).
72 PC / 63 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).
57 PM Q 6.7	Ter raciocínio dedutivo (saber raciocinar por dedução).
72 PM Q 6.7	Capacidade de atenção concentrada (manter a atenção focada apenas em uma atividade, não permitindo que algo externo interfira).
73 PM Q 6.7	Capacidade de atenção difusa (manter a concentração em uma dada atividade, ao mesmo tempo em que está atento ao que está acontecendo em sua volta).

53 PM Q 6.7	Capacidade de memória visual, fisionômica e/ou auditiva (recordar informações, dados, fatos, conhecimentos percebidos e fisionomia de pessoas, mantendo a lembrança de qualquer coisa ou de alguém).
68 PM Q 6.7	Capacidade de observação (reparar ou perceber características ou aspectos que ocorrem com as pessoas, situações, fatos, objetos ou local/ambiente).
76 PM Q 6.7	Capacidade de objetividade (saber ser direto e preciso; manter o foco na tarefa, ser conciso).
82 PM Q 6.7	Capacidade de agir com rapidez de raciocínio.
78 PM Q 6.7	Capacidade de agir com celeridade (agir com rapidez e perspicácia).
64 PC Q 6.7	Acuidade visual (boa visão, diferenciar detalhes).
76 PC / 89 PM	Capacidade de planejamento.
65 PM Q 6.7	Capacidade de análise e síntese.
56 PM Q 6.7	Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento; capacidade de argumentar e contra-argumentar).
66 Q 6.7	Capacidade de adaptação a imprevistos.

Nº Q	**COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS***
2 PM Q 7	Agir com orientação para resultados.
1 PM Q 7	Capacidade de visão estratégica (estar atento ao todo, antevendo cenários, coordenando atividades, metas e ações com visão de futuro). Capacidade de visão estratégica.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

19 PC / 6 PM Q 7	Capacidade de discernimento (julgar e agir de forma clara, com base na razão e sem deixar-se envolver por sentimentos e emoções). Capacidade de discernimento.
17 PC / 7 PM Q 7	Capacidade de agir proativamente. Capacidade de agir proativamente (buscar soluções de problemas demonstrando determinação).
20 PM Q 7	Capacidade de agir com persistência e determinação, demonstrando interesse e comprometimento com o trabalho.
1 PC / 3 PM Q 7	Capacidade de resistência à frustração (capacidade de enfrentamento a situações de adversidade).
33 PC / 34 PM Q 7	Ter capacidade de manter sigilo Capacidade de manter sigilo.
26 PM Q 7	Capacidade de agir com imparcialidade (agir com neutralidade e impessoalidade).
19 PM Q 7	Capacidade de agir com paciência.
33 PM Q 7	Capacidade de trabalhar em equipe.
12 PC / 22 PM Q 7	Ser flexível. Capacidade de agir com flexibilidade (saber aceitar sugestões e críticas, bem como ajustar-se, de forma apropriada, a novos fatos, conceitos ou situações). Capacidade de agir com flexibilidade.
30 PM Q 7	Capacidade de disciplina.
28 PM Q 7	Capacidade de agir com humildade (agir sem demonstrar vaidade; apresentar modéstia e simplicidade na ação). Capacidade de agir com humildade.
11 PC / 21 PM Q 7	Ter controle emocional. Capacidade de ter controle emocional.
34 PC / 31 PM Q 7	Capacidade de agir com postura ética e profissional. Capacidade de agir com ética e profissionalismo.
14 PC / 15 PM Q 7	Ter dinamismo. Capacidade de agir com dinamismo (ser ativo e ágil, envolvendo-se em diversas atividades ao mesmo tempo). Capacidade de agir com dinamismo.
85 PC / 10 PM Q 7	Ter capacidade de agir com criatividade e inovação Capacidade de agir com criatividade e inovação.
 Q 7	Capacidade de pronta reação.
5 PM Q 7	Capacidade de negociação (buscar o consenso de idéias; demonstrar firmeza em seus posicionamentos, sem ser intransigente). Capacidade de negociação.

12 PM Q 7	Capacidade de reagir a ameaças e enfrentar situações, com prudência e coragem (dominar o medo em uma situação difícil; agir com cautela e precaução, procurando evitar riscos e consequências desagradáveis). Capacidade de reagir e enfrentar situações de risco, com prudência e coragem.
16 PM Q 7	Capacidade de agir com deferência (capacidade de acatar normas e agir em conformidade com as mesmas). Capacidade de agir com deferência.
11 PM Q 7	Capacidade de agir com assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões próprias, expressando-se de maneira enfática). Capacidade de agir com assertividade.
8 PC / 8PM Q 7	Capacidade de agir com versatilidade (adaptabilidade; ajustar-se a novas situações mesmo que estas provoquem tensão, procedendo de acordo com o comportamento profissional esperado). Capacidade de agir com versatilidade.
4 PM Q 7	Ter manejo de estresse (saber controlar-se em situações difíceis/estressantes).
14 PM Q 7	Ter abertura para mudanças no uso de novas tecnologias relacionadas ao trabalho.
31 PC / 27 PM Q 7	Ter bom senso. Ser capaz de agir com bom senso.
27 PC / 18 PM Q 7	Ter capacidade de agir com empatia (entender e colocar-se no lugar do outro, compreendendo seus sentimentos, percepções e crenças). Capacidade de agir com empatia (entender e colocar-se no lugar do outro, compreendendo seus sentimentos e percepções/crenças gerais). Capacidade de agir com empatia.
32 PM Q 7	Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da corporação. Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da instituição.
91 PC 24 PM Q 7	Ter capacidade de comunicação (se expressar e se fazer entender). Capacidade de comunicação.
35 PM Q 7	Ser cordial (educado).
9 PM Q 7	Ser capaz de agir demonstrando controle da ansiedade.
29 PM Q 7	Ser capaz de agir com preocupação com a própria segurança (primar pela sua integridade física, de forma precavida). Ser capaz de agir com preocupação com a própria segurança.
36 PM Q 7	Ser capaz de agir com preocupação com a segurança de sua família.
22 PC / 17 PM Q 7	Capacidade de agir com senso crítico (ter postura crítica frente à determinada situação ou evento, após se cientificar das possíveis consequências). Capacidade de agir com senso crítico.

23 PM Q 7	Capacidade de agir com discrição (agir com reserva/ discrição, salvaguardando o sigilo necessário para tal; agir com prudência e cuidado, sem chamar a atenção). Capacidade de agir com discrição.
23 PC / 25 PM Q 7	Ser capaz de separar a vida profissional da vida pessoal.
80 PM Q 7	Agir com eficiência no desempenho das atividades.
27 PM Q 7	Ao realizar as tarefas do cargo, analisar o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa.
13 PC / 92 PM Q 7	Ter capacidade de relacionamento interpessoal. Capacidade de manter bom relacionamento interpessoal.
PM Q 7	Capacidade de agir com responsabilidade.
97 PM Q 7	Ser capaz de se relacionar com o público.
 Q 7	Ser capaz de atender prontamente aos chamados.
PM Q 7	Capacidade de ser assíduo e pontual.
98 PM Q 7	Capacidade de agir com urbanidade (agir com civilidade, ser polido e cortês ao desempenhar suas atribuições).
99 PM Q 7	Capacidade de agir com zelo.
84 PC / 96 PM Q 7	Capacidade de organização.
77 PM Q 7	Capacidade de manter-se motivado (capacidade de encontrar forças em si mesmo e entusiasmo mesmo diante dos desafios).
86 PM Q 7	Capacidade de tomada de decisão.
36 PM Q 7	Ser capaz de trabalhar de forma interdisciplinar.

1.2.2
COMPETÊNCIAS RELACIONADAS ÀS TAREFAS DESENVOLVIDAS PELOS BOMBEIROS MILITARES

Nº Q	COMPETÊNCIAS COGNITIVAS*
15 Q 8.1	Demonstrar domínio das legislações pertinentes, atuando segundo normas e regulamentos vigentes na Corporação. Possuir conhecimento das legislações, normas e regulamento pertinentes à atividade de bombeiros.
73 Q 8.1	Atuar demonstrando conhecer e respeitar os direitos humanos.
65 Q 8.1	Ao participar de atividades cívico-militares, demonstrar conhecimento de ordem unida e dos trâmites de rotina (fardamento, viaturas).
34 Q 8.1	Atuar demonstrando conhecimento em computação e em informática, quando necessário.
6 Q 8.1	Atuar demonstrando noções de mecânica e de física, quando necessário. Atuar demonstrando noções básicas de mecânica e de física aplicadas a atividade de bombeiro.
58 Q 8.1	Ser capaz de operar serviços de comunicação (rádio, celulares, e outros), demonstrando conhecimento da linguagem técnica utilizada.
 Q 8.1	Possuir conhecimentos básicos de psicologia e psiquiatria.
 Q 8.1	Possuir conhecimentos básicos de sociologia e antropologia.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação do bombeiro militar conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Nº Q	COMPETÊNCIAS OPERATIVAS*
84 Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
42 Q 8.3	Ser capaz de realizar atendimento pré-hospitalar e em outras situações diversas demonstrando conhecimento sobre tipos de hemorragia, ferimentos, fraturas, cinemática do trauma, doenças diversas sabendo diferenciar estímulos, sinais e sintomas. Ser capaz de aplicar procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar.
75 Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
28 Q 8.3	Conhecer o protocolo atualizado para cada situação.
101 Q 8.3	Ter capacidade de utilizar adequadamente o equipamento de proteção individual (EPI).
33 Q 8.3	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e normas reguladoras de prevenção de incêndios. Possuir noções básicas de prevenção e segurança contra incêndios.
69 Q 8.3	Ser capaz de manusear equipamentos pertinentes e aplicar técnicas de extinção e combate a incêndios diversos. Ser capaz de manusear equipamentos pertinentes e aplicar técnicas e táticas de extinção e combate a incêndios diversos.
45 Q 8.3	Demonstrar domínio dos métodos de evacuação de pessoas, aplicando-os a situações diversas.
71 Q 8.3	Ser capaz de agir identificando riscos para si e para o público, mantendo a segurança do local. Ser capaz de agir identificando riscos para si, para a equipe e para o público, mantendo a segurança do local.
17 Q 8.3	Ter raciocínio mecânico (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos, bem como conseguir manipular ou consertar esses mecanismos). Atuar demonstrando conhecimento de técnicas básicas de salvamento terrestre.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação do bombeiro militar conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q 8.3	Atuar demonstrando conhecimento de técnicas básicas de salvamento aquático.
Q 8.3	Atuar demonstrando conhecimento de técnicas básicas de salvamento em altura.
Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de salvamento aéreo.
Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.
Q 8.3	Ser capaz de reconhecer ocorrências com produtos perigosos de acordo com normas vigentes.
82 Q 8.3	Ser capaz de sinalizar o trânsito, se necessário, na ausência de autoridade competente para tal.
99 Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
93 Q 8.3	Ser capaz de solicitar apoio de outros órgãos, se necessário, buscando suporte à sua ação.
43 Q 8.4	Ser capaz de elaborar relatório, conhecendo os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
77 Q 8.4	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Ser capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local
92 Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.
86 Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
79 Q 8.4	Ter capacidade de se comunicar (expressar) em situações diversas.
61 Q 8.5	Ter resistência física.
39 Q 8.6	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto/pessoa no espaço).
72 Q 8.6	Rapidez de raciocínio.

68 Q 8.6	Capacidade de raciocínio lógico (saber resolver problemas com objetividade, coerência e rapidez). Capacidade de raciocínio lógico (saber resolver problemas com objetividade e coerência).
41 Q 8.6	Capacidade de raciocínio numérico (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão; capacidade de interpretar dados quantitativos).
17 Q 8.6	Capacidade de raciocínio mecânico (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos, bem como conseguir manipular ou consertar esses mecanismos).
24 Q 8.6	Capacidade de raciocínio abstrato (estabelecer relações abstratas e em situações novas para as quais se possua pouco conhecimento previamente aprendido).
32 Q 8.6	Capacidade de análise e de síntese.
44 Q 8.6	Ter visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
70 Q 8.6	Atenção concentrada (manter a atenção focada somente na tarefa que está realizando, não permitindo que algo externo interfira).
66 Q 8.6	Atenção difusa (manter a concentração em uma dada tarefa ao mesmo tempo em que está atento ao que está acontecendo a sua volta).
87 Q 8.6	Capacidade de tomada de decisão.
67 Q 8.6	Capacidade de planejamento.
51 Q 8.6	Capacidade de memória visual, fisionômica e/ou auditiva (recordar informações, dados, fatos, conhecimentos percebidos e fisionomia de pessoas, mantendo a lembrança de qualquer coisa ou de alguém). Capacidade de memória visual e/ou auditiva (recordar informações, dados, fatos, conhecimentos percebidos e fisionomia de pessoas, mantendo a lembrança de qualquer coisa ou de alguém).
64 Q 8.6	Capacidade de persuasão e convencimento.
88 Q 8.6	Ter destreza manual.
 Q 8.6	Ter capacidade de ouvir atentamente e compreender.

Nº Q	COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS*
5 Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 Q 9	Ter manejo de estresse.
11 Q 9	Ter capacidade para lidar com a morte no dia a dia do trabalho.
13 Q 9	Ser dinâmico.
30 Q 9	Deferência (capacidade de cumprir ordens, respeitar a hierarquia e saber acatar as determinações).
27 Q 9	Ter coragem.
6 Q 9	Ser meticuloso (detalhista).
28 Q 9	Agir com prudência (cuidado).
29 Q 9	Ter perseverança.
33 Q 9	Agir com respeito ao próximo.
15 Q 9	Possuir autoconfiança adequada à tarefa.
2 Q 9	Resistência à frustração.
26 Q 9	Agir com disposição para o trabalho (energia, motivação).
14 Q 9	Ter discernimento (julgar e agir de forma clara, com base na razão e sem deixar-se envolver por sentimentos e emoções). Ter discernimento (julgar e agir de forma clara, com base na razão).

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação do bombeiro militar conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

16 Q 9	Ser imparcial.
20 Q 9	Ter controle emocional.
10 Q 9	Ter paciência.
24 Q 9	Ter iniciativa.
21 Q 9	Ser claro, objetivo e conciso.
32 Q 9	Agir com postura ética e profissional.
8 Q 9	Assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões expressando-se de maneira enfática).
12 Q 9	Ser flexível.
17 Q 9	Ter agressividade adequada à tarefa (agir com atitude e firmeza, quando necessário). Agir com atitude e firmeza.
9 Q 9	Ter proatividade.
18 Q 9	Ter capacidade de agir com empatia (entender e colocar-se no lugar do outro, compreendendo seus sentimentos, percepções e crenças). Ter capacidade de agir com empatia.
31 Q 9	Cordialidade e respeito.
25 Q 9	Ter agilidade.
19 Q 9	Adaptabilidade.
3 Q 9	Altruísmo.
23 Q 9	Civilidade.
81 Q 9	Capacidade de organização.
102 Q 9	Saber trabalhar em equipe.
97 Q 9	Ter capacidade de agir com criatividade e inovação.

A título de melhor compreensão das competências selecionadas pelo grupo, além da classificação pelas dimensões do conhecimento foram feitas ainda classificações relacionadas às dimensões organizacionais e de habilidades, como mostram os quadros teóricos a seguir.

QUADRO 1
DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS:

DIMENSÃO	REFERÊNCIA
Institucional	Capacidades e habilidades voltadas para o trabalho em grupo, atuando positiva e assertivamente voltado para a missão institucional.
Profissional	Capacidades e habilidades para lidar com os desafios profissionais fazendo e dizendo o que se tem como certo.
Pessoal	Habilidades, valores e atitudes pessoais; bem estar físico e emocional; disposição para o aprendizado contínuo.

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Bases Curriculares para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão. Brasília, 1999.

QUADRO 2
CLASSIFICAÇÃO POR HABILIDADES:

CLASSIFICAÇÃO	REFERÊNCIA
Habilidades Técnicas	Habilidades necessárias e inerentes à aplicação de seus conhecimentos para o desempenho apropriado das funções do profissional de segurança.
Habilidades Administrativas	Habilidades administrativa e gerencial para o adequado exercício de suas funções.
Habilidades Interpessoais	Habilidades de relacionamento com «sua clientela», a saber, a população em geral bem como de convivência com os companheiros de corporação em seu ambiente social.
Habilidades Políticas	Habilidades associativas, o espírito de grupo e/ou corporativo bem como de integração e associação com o público - alvo de sua ação profissional, ou seja, a população em geral.
Habilidades Cognitivas	Habilidades que requerem o raciocínio lógico abstrato.

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Bases Curriculares para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão. Brasília, 1999.

É importante ressaltar que:

- As divisões apresentadas são meramente didáticas, pois o objetivo é que o processo de ensino crie condições para que ocorra a mobilização das competências no processo de aprendizagem, como ilustra a Figura 1;
- Essas competências não esgotam a possibilidade de ampliação de outras que venham atender as peculiaridade das instituições de ensino de segurança pública e que auxiliem no desenho dos currículos e na seleção de disciplinas que venham atender as especificidades de cada cargo profissional.

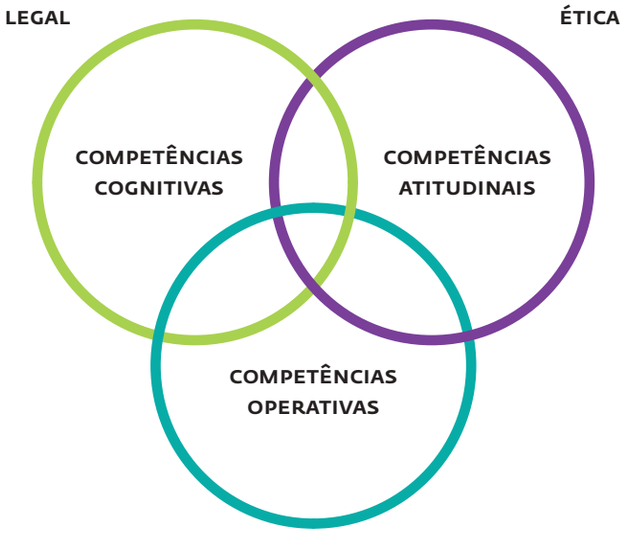


Figura 1: Mobilização das competências

1.3
PRINCÍPIOS DA MATRIZ

Os princípios da Matriz são preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública. Para efeito didático, eles estão classificados em três grandes grupos:

- **Ético:** os princípios contidos neste grupo enfatizam a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos direitos humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de segurança pública num Estado Democrático de Direito.
- **Educacional:** os princípios contidos neste grupo apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

- **Didático-pedagógico:** os princípios deste grupo orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

1.3.1
PRINCÍPIOS ÉTICOS

- **Compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial:** as habilidades operativas a serem desenvolvidas pelas ações formativas de segurança pública necessitam estar respaldadas pelos instrumentos legais de proteção e defesa dos direitos humanos, pois direitos humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários. Esta compatibilidade expressa a relação existente entre o Estado Democrático de Direito e o cidadão.
- **Compreensão e valorização das diferenças:** as ações formativas de segurança pública devem propiciar o acesso a conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que valorizem os direitos humanos e a cidadania, enfatizando o respeito à pessoa e à justiça social.

1.3.2
PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

- **Flexibilidade, diversificação e transformação:** as ações formativas de segurança pública devem ser entendidas como um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das políticas públicas de segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.
- **Abrangência e capilaridade:** as ações formativas de segurança pública devem alcançar o maior número possível de instituições, de profissionais e de pessoas, por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.
- **Qualidade e atualização permanente:** as ações formativas de segurança pública devem ser submetidas periodicamente a processos de avaliação e monitoramento sistemático, garantindo, assim, a qualidade e a excelência das referidas ações.
- **Articulação, continuidade e regularidade:** a consistência e a coerência dos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas devem ser alcançadas mediante o investimento na formação de docentes e na consti-

tuição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitem disseminar os referenciais das políticas democráticas de segurança pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.

1.3.3
PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

- **Valorização do conhecimento anterior:** os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultem das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública, concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão.
- **Universalidade:** os conceitos, doutrinas e metodologias que fazem parte do currículo das ações formativas de segurança pública devem ser veiculados de forma padronizada, levando-se em consideração a diversidade que caracteriza o país.
- **Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes:** interdisciplinaridade e transversalidade são duas dimensões metodológicas - modo de se trabalhar conhecimento - em torno das quais o professor pode utilizar o currículo diferentemente do modelo tradicional, contribuindo, assim, para a excelência humana, por meio das diversas possibilidades de interação, e para a excelência acadêmica, por meio do uso de situações de aprendizagem mais significativas. Essas abordagens permitem que as áreas temáticas e os eixos articuladores sejam trabalhados de forma sistêmica, ou seja, a partir da interrelação dos campos de conhecimentos.

É válido ressaltar que os diversos itinerários formativos a serem elaborados com base no referencial da Matriz devem contemplar os direitos humanos, a partir das abordagens interdisciplinar e transversal. Ou seja, os temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os vinculados à diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem e de geração, devem perpassar todas as disciplinas, trazendo à tona valores humanos e questões que estabelecem uma relação dialógica entre os campos de conhecimentos trabalhados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

1.4
OBJETIVOS

1.4.1
OBJETIVO GERAL

As ações formativas de segurança pública, planejadas com base na Matriz, têm como objetivo geral favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.

1.4.2
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

As ações formativas de segurança pública deverão criar condições para que os profissionais em formação possam:

- Posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões;
- Perceber-se como agente transformador da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;
- Conhecer e valorizar a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;
- Conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos, inclusive os relativos ao uso da força, e aos equipamentos e às armas de menor potencial ofensivo para o desempenho da atividade de segurança pública, utilizando-os de acordo com os preceitos legais;
- Utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública.

1.5
A DINÂMICA CURRICULAR: EIXOS ARTICULADORES E ÁREAS TEMÁTICAS

A dinâmica e a flexibilidade da Matriz se encontram nas infinitas possibilidades de interação existentes entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. São essas interações que proporcionam a visualização tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública como de conteúdos que atendam as peculiaridades regionais.

1.5.1
EIXOS ARTICULADORES

Os eixos articuladores da Matriz estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional. Eles devem permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas.

São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papeis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão.

Os quatro eixos que compõem esta Matriz foram selecionados para orientar os currículos das ações formativas pela amplitude e possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos. São eles:

- Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade Étnico-sóciocultural, Conflitos e Segurança Pública.

COMO DESENVOLVER OS EIXOS ARTICULADORES?

Os eixos articuladores nas atividades curriculares das ações formativas poderão ser desenvolvidos por meio de seminário, palestras, mesa redonda, workshop e outras formas de organização da aprendizagem, em espaços diversos do contexto escolar. Poderão estar vinculados a determinada disciplina do currículo ou formatado em projetos e percursos interdisciplinares.

Figura 2: Eixos articuladores

1.5.1.1
SUJEITO E INTERAÇÕES NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Este eixo articulador se justifica pela necessidade de considerar o profissional de segurança pública como sujeito que desenvolve sua função em interação permanente com outros sujeitos e com o ambiente.

A articulação dos conteúdos desse eixo deverá abranger a discussão sobre os valores a respeito de si próprio e as relações estabelecidas no contexto do exercício da sua profissão. Os temas desse eixo são:

- Sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo;
- Identidade étnica e processos relacionais;
- Aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos;
- Relações humanas;
- Autoconhecimento e valores;
- Mídias e segurança pública.

1.5.1.2
SOCIEDADE, PODER, ESTADO, ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA

É o eixo que se traduz na exigência de considerar as atividades de segurança pública no contexto da sociedade, no locus onde elas se dão, oferecendo a possibilidade de conhecer e refletir sobre a realidade social, sua organização e suas tensões estudadas do ponto de vista histórico, social, político, antropológico e cultural; sobre conceitos políticos fundamentais como "Democracia" e "Estado de Direito", considerando igualmente as questões referentes à convivência no espaço público (local principal da atuação dos órgãos de segurança pública e da coexistência de interesses e intenções conflitantes).

São exemplos de temas desse eixo:

- Elementos de Antropologia e de História;
- Sociedade, povo e Estado Brasileiro;
- Espaço público, cidadania, democracia e Estado de Direito;
- Constituição do Estado de Direito;
- Formas de sociabilidade e utilização do espaço público;
- História social e econômica do Brasil e dos estados;
- História das instituições de segurança pública;
- Mobilidade social.

1.5.1.3
ÉTICA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Este eixo articulador visa estimular o desenvolvimento de conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social, pela importância da reflexão sobre as articulações entre as diferentes noções de ética, cidadania e Direitos Humanos, bem como suas implicações nos diferentes aspectos da vida profissional e institucional no contexto das atividades de segurança pública e sobre os diversos conteúdos formativos, inclusive os de caráter técnico e operacional, buscando a tradução concreta de princípios e valores na prática cotidiana profissional.

São exemplos de temas desse eixo:

- Valores presentes na sociedade;
- Atuações humanas frente a dilemas éticos;
- Ética, política, cidadania e segurança pública;
- Praticas dos profissionais da área de segurança pública de acordo com as normas e dos valores dos direitos humanos;
- Sustentabilidade social.

1.5.1.4
DIVERSIDADE ÉTNICO-SÓCIOCULTURAL, CONFLITOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Este eixo articulador trata do debate de questões voltadas à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural. Essa diversidade é proposta como fonte permanente de enriquecimento e desafio para proporcionar ao profissional de segurança pública instrumentos para ele conhecer e refletir sobre expressões da diversidade e do conflito como fenômenos inerentes à vida social e às relações humanas e como direito fundamental da cidadania no respeito e valorização das diferenças. Este eixo visa estimular a reflexão permanente sobre as intervenções dos órgãos de segurança pública frente às questões de diferença sociocultural de gênero, de orientação sexual, de etnia, de origem, de comportamento e de todas que se tornam geradoras de conflitos marcados por intolerância e discriminação.

São exemplos de temas desse eixo:

- Diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania;
- Diversidade étnico-sociocultural;
- Grupos vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade;
- Valorização das diferenças e a atuação de órgãos da segurança pública;
- Conflitos gerados pela intolerância e a discriminação;
- Mediação e negociação de conflitos;
- Movimentos sociais e a atuação dos profissionais da área de segurança pública;
- Multiculturalismo.

Diante das relações inesgotáveis entre os eixos articuladores, as áreas temáticas e o contexto mais amplo, outras abordagens éticas e políticas serão exigidas para a harmonização dos interesses comuns, dos direitos dos indivíduos com as necessidades da sociedade, das comunidades e das organizações em que os profissionais de segurança pública trabalham.

1.5.2
ÁREAS TEMÁTICAS

As áreas temáticas devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública e sua capacitação para o exercício da função. Na elaboração da Matriz foram elencadas oito áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação e capacitação do profissional da área de segurança pública.

As áreas temáticas designam também os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de ensino de segurança pública, em conformidade com seus interesses, peculiaridades e especificidades locais.

Mesmo sendo utilizada como referência para abrigar um conjunto de disciplinas na malha curricular a ser apresentada neste documento, o uso do termo "**área**" deu-se, originalmente, em função de a área temática identificar um conjunto de conteúdos a serem tratados no currículo.

Cada área temática define um espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados pelas áreas de conhecimento, possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade e peculiaridades locais e/ou regionais.

Figura 3: Áreas temáticas

As áreas temáticas propostas pela Matriz Curricular Nacional são:

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;
- Violência, Crime e Controle Social;
- Conhecimentos Jurídicos;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;

- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

A área temática Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública corresponde à concretização final de todo o processo de formação destinado a instrumentalizar o profissional de segurança pública para o desempenho de sua função. A qualidade desse desempenho está, contudo, vinculada às competências cognitivas, operativas e atitudinais contempladas pelas demais áreas temáticas.

1.5.2.1
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Esta área temática possibilita a compreensão das estruturas organizacionais, da história e da dinâmica das instituições de segurança pública nos diversos sistemas existentes. Ela inclui a discussão crítica e contextualizada da atuação dos diferentes órgãos e carreiras profissionais que compõem as organizações responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela promoção e preservação da ordem pública; pela atuação em casos de emergências, prevenção e combate a incêndios, afogamentos, resgate, além da execução das atividades de defesa civil; destacando as competências, os pontos de articulação existentes, as interfaces e a interatividade das respectivas ações, com vistas a instrumentalizar o profissional para a participação no desenvolvimento das políticas integradas de segurança pública. Ela também propõe estimular, especialmente na formação profissional inicial, o conhecimento dos fatores sociais que afetam a atuação das organizações de segurança pública, e mais amplamente do sistema de justiça criminal, para a compreensão de sua inserção no sistema e para a análise histórica e crítica das questões relativas às políticas públicas de segurança e do conceito de segurança pública.

A gestão integrada em segurança pública se constitui em importante conteúdo, porquanto possibilita a compreensão crítica dos princípios, estruturas, processos e métodos adotados na formulação e implementação das políticas de segurança pública.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- A formação da sociedade brasileira;
- O conceito e os diferentes paradigmas de segurança pública;
- A história das Instituições de segurança pública;
- A formulação, a implementação, a avaliação e o acompanhamento de políticas públicas de segurança;
- O sistema de defesa civil;
- As funções e as atribuições das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar

em uma sociedade democrática;
- A filosofia e os modelos de policiamento comunitário;
- A gestão integrada e a interatividade em segurança pública;
- O controle democrático externo e interno das instituições de segurança pública;
- O poder de polícia, o poder da polícia e o poder discricionário do policial;
- A administração e o serviço público;
- A gestão de recursos humanos, os planos de carreira e as relações de trabalho;
- O planejamento estratégico aplicado à segurança pública.

1.5.2.2
VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL

Esta área temática estabelece um espaço de conhecimento crítico e reflexivo atinente aos fenômenos da violência e do crime em suas várias formas, proporcionando a compreensão das diversas maneiras e graus da sociedade organizar (ou não) o controle dessas manifestações, incluindo o entendimento da diferença entre a modalidade jurídico-penal de tratar a violência e outras modalidades e a abordagem interdisciplinar da violência e da criminalidade.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:
- Sociologia da violência;
- Violência estrutural, institucional, interpessoal;
- Mídia, violência e (in)segurança;
- Noções de criminologia;
- Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflituosas;
- Sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos;
- Jovens em conflito com a lei;
- Violência e corrupção policial;
- Crime organizado: análise crítica da gênese e estruturas;
- Violência da escola e violência na escola;
- Violência e grupos vulneráveis ou em situação de vulnerabiliade;
- Violência contra a mulher;
- Exploração sexual comercial;
- Violência no trânsito;
- Tráfico de drogas ilegais;
- Violência contra negros (afro-brasileiros) e indígenas;
- Violência contra população em situação de rua;
- Tráfico de Pessoas.

Para o Corpo de Bombeiros Militar essa área explorará o tema Psicologia das Emergências.

1.5.2.3
CONHECIMENTOS JURÍDICOS

Esta área temática propicia a reflexão crítica sobre o direito como construção cultural e sobre os direitos humanos e sua implementação, com vista à atuação profissional de segurança pública no Estado Democrático de Direito, implicando no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades dos profissionais da área de segurança pública, de forma não associada às demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática profissional.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- Fundamentos jurídicos da atividade policial e bombeiro militar;
- Direito, sua concepção e função;
- Direitos humanos, sua história e instrumentos de garantia;
- Elementos de direito constitucional;
- Elementos de direito administrativo;
- Elementos de direto penal e direito processual penal;
- Legislações especiais aplicáveis no âmbito da segurança pública;
- Proteção ambiental;
- Aspectos jurídicos e legais da legislação antirracista;
- Persecução penal.

1.5.2.4
MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS

Esta área temática propõe favorecer o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com as conflitualidades, que demandam procedimentos e técnicas diferenciadas de atuação preventiva e reativa, incluindo o estudo de técnicas de mediação, negociação, gradientes do uso da força, entre outras. Dada a complexidade dessas situações de conflito, é fundamental que sejam considerados o foco, o contexto e os envolvidos, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável, eficaz, legítima e legal. A análise das situações de conflito deve ser realizada no interior dos grupos, incentivando o desenvolvimento de equipes, o planejamento integrado e o comportamento

afirmativo, com a aplicação de táticas de gerenciamento de conflitos.

Além do tratamento às conflitualidades, esta área abrange os eventos críticos relacionados à catástrofes e desastres naturais, exigindo dos profissionais da área de segurança pública, principalmente, do corpo de bombeiros militar, conhecimentos sobre defesa civil, análise de riscos, técnicas específicas para atuar em áreas colapsadas e atitudes diante das emergências.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- Análise e prevenção de conflitos;
- Mediação de conflitos;
- Emotividade e percepção das situações e conflito;
- Preparação psicológica e emocional do "gerenciador" de conflitos;
- Tomada de decisão em situações de conflito;
- Uso da força, legitimidade e limites;
- Formas de uso da força, responsabilidade e ética;
- Responsabilidade dos aplicadores da lei;
- Relação com a mídia;
- Sistema de comando de incidentes;
- Análise de riscos, desastres e catástrofes.

1.5.2.5
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

A abordagem desta área temática é urgente e determinante quanto à motivação, à eficácia e ao bem-estar do profissional em segurança pública. Esta área inclui metodologias que valorizam os participantes e lhes permitem ter uma positiva imagem de si como sujeito e como membro de uma instituição. Tem como objetivo contribuir para a criação de uma cultura efetiva de respeito e bem-estar dos profissionais, não se restringindo apenas às questões relacionadas à remuneração e planos de carreira, mas também às condições de trabalho, assistência, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação.

A saúde do trabalhador está associada a sua valorização, tendo como referência a dimensão física e os aspectos psicológicos e sociais da vida profissional. Nesse sentido, esta área temática inclui também a valorização e a proteção da vida e da integridade física, mental e emocional do profissional de segurança pública, referindo-se à adoção de providências técnicas e às modalidades específicas de organização do trabalho e ao estudo do estresse e de suas conseqüências.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- Imagem do profissional de segurança pública;
- Condições de trabalho em segurança pública;
- Desempenho profissional e procedimentos e técnicas para proteção à vida;

- Conceito de saúde para o profissional em segurança pública;
- Condições de trabalho saudáveis e o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva adequados;
- Exercício e condicionamento físico.

1.5.2.6
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Esta área temática inclui conteúdos relativos aos princípios, procedimentos e técnicas da comunicação, isto é, dos processos de troca e transferência de informação.

É imprescindível para o profissional de segurança pública conhecer e utilizar, de maneira eficaz, legal e eticamente sustentável, o complexo sistema de comunicação que constitui e estrutura o próprio Sistema de segurança pública. Esta área inclui a abordagem geral dos diferentes princípios, meios e modalidades de comunicação, destacando-se entre eles a comunicação verbal e não-verbal e a factual, fundamentais para a interação com o público, e a comunicação escrita e de massa, designando as diversas técnicas de difusão de informação ligadas ao desenvolvimento técnico-científico e destinadas ao conjunto da sociedade.

Esta área abrange, ainda, o estudo das modalidades específicas de comunicação, de caráter intrainstitucional e interinstitucional, indispensáveis para o funcionamento do sistema de segurança. Contempla as atividades formativas relativas às diversas tecnologias utilizadas em segurança pública, sejam elas ligadas diretamente à comunicação de informações ou às demais atividades em segurança pública, numa visão de aprendizado das tecnologias não-associadas da discussão sobre a finalidade e/ou procedimento policial.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- Princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa;
- Comunicação verbal e corporal;
- Comunicação de massa e sistema de segurança pública;
- Sistemas de telecomunicações interno e externo;
- Registro de ocorrências;
- Estatística criminal e análise criminal;
- Geoprocessamento e atuação policial no locus urbano;
- Gestão das novas tecnologias da informação;
- Atividades, operações e análise de Inteligência;
- Controle democrático e atividades de Inteligência.

1.5.2.7
CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA

Esta área temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão teórica sobre a prática, a realidade e o cotidiano da profissão em segurança pública, preparando o profissional de segurança para a solução e mediação de problemas concretos.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- Ética e cidadania;
- Identidade e cultura da organização policial e bombeiro militar;
- Casos de relevância e alto risco;
- Mediação e solução de problemas policiais;
- Práticas individuais e institucionais polêmicas;
- Análise situacional concreta;
- Temas relacionados ao imaginário popular sobre segurança pública e seus profissionais;
- Reflexão sobre rotinas;
- Práticas policiais e emblemáticas;
- Atuação do profissional de segurança pública na proteção dos direitos humanos de grupos vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade: mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, pessoas idosas, vítimas da criminalidade e do abuso do poder, usuários e dependentes de drogas ilegais, população em situação de rua e negros (afro-brasileiros) e índígenas.

1.5.2.8
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Nesta área temática concentram-se os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentais inerentes ao exercício das funções do profissional em segurança pública. Esses conteúdos devem permear as ações formativas e integrar as demais áreas temáticas.

Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área:

- Planejamento de ação integrada;
- Análise criminal;
- Áreas integradas de segurança pública;
- Informações sobre proteção a testemunhas;
- Perícias;
- Local de crime;
- Investigação policial;
- Técnicas para ação tática (ex: técnicas de abordagem; técnicas de defesa pessoal; técnicas de contenção; imobilização e condução; direção defensiva; uso da força;

métodos de intervenção e de mediação; formas e técnicas de patrulhamento)
- Técnicas de atendimento pré-hospitalar;
- Salvamentos aquático, terrestre e em altura;
- Combate a incêndio;
- Produtos perigosos.

O desenvolvimento teórico das áreas temáticas se dará em íntima relação com os eixos articuladores, mediados pela reflexão sobre o cotidiano e a prática profissional.

1.6
ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

As orientações teórico-metodológicas que servem de fonte para a Matriz constituem um referencial para que os educadores e técnicos possam planejar, realizar e acompanhar as ações de formação e capacitação dos profissionais da área de segurança pública.

O referencial teórico-metodológico da Matriz está calcado em um paradigma que concebe a formação e a capacitação como um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências. Ele busca estimular os profissionais da área de segurança pública a buscarem atualização profissional, relacionada à área de atuação e ao desempenho das funções, necessária para acompanhar as exigências da sociedade contemporânea, tornando-se profissionais competentes e compromissados com aquilo que está no campo de ação das suas práticas profissionais (SCHÖN, 2000).

1.6.1
OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Na visão educacional pretendida, o ensino é entendido como um processo que requer uma ação intencional do educador para que ocorra a promoção da aprendizagem, a construção/reconstrução do conhecimento e a apropriação crítica da cultura elaborada, considerando a necessidade de padrões de qualidades e de abrangência a princípios éticos.

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Os processos de construção/reconstrução do conhecimento estão relacionados à capacidade de aprender continuamente e envolvem, dentre outras, as capacidades de análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade, frente a desafios e situações problematizadoras relacionadas à área de atuação.

Por possuir muitas definições e conceitos caracterizados pelos contextos culturais em que está inserida, a definição de aprendizagem exigirá reflexão e atenção sobre as singularidades que permeiam as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Contudo, no âmbito deste documento, a aprendizagem é considerada um processo "de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental" (LIBÂNEO, 1994, p. 83), mediado pelo processo de ensino, que envolve a relação cognitivo-afetiva entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento.

Uma aprendizagem desorganizada costuma levar a formas de aprendizagem repetitivas, sem a compreensão do que se está aprendendo. De acordo com Santomé (1998), a aprendizagem é um sistema complexo composto pelos subsistemas que interagem entre si: o que se aprende (resultados da aprendizagem), como se aprende (processos e estratégias) e em que se aprende (condições práticas).

Tendo como ponto de partida essas concepções, a Matriz oferece um referencial pedagógico que tem em vista a promoção efetiva da consciência coletiva profissional da área de segurança pública. Para tanto, as aprendizagens não se resumem simplesmente a um conjunto de rotinas recicladas, mas referem-se à construção/reconstrução do conhecimento, envolvendo as seguintes competências:

- **Cognitivas, aprender a pensar:** competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da pesquisa e da organização do conhecimento e que habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, a posicionar-se, a comunicar-se e a estar consciente de suas ações.
- **Atitudinais[7], aprender a ser e a conviver:** competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais - conscientização de si próprio - e da interação com o grupo e a convivência em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.
- **Operativas, aprender a atuar:** competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

As competências devem orientar a seleção dos componentes curriculares que comporão os currículos das ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Dessa forma, os temas emergentes contidos nos eixos articuladores e os conteúdos con-

O QUE PODEMOS APRENDER?

Podemos aprender conhecimentos sistematizados (fatos, conceitos, princípios, métodos de conhecimento; etc.); habilidades e hábitos intelectuais e sensormotores (observar um fato e extrair conclusões; destacar propriedades e relações das coisas; dominar procedimentos para resolver exercícios; escrever e ler; usar adequadamente os sentidos; manipular objetos e instrumentos; etc.); atitudes e valores (por exemplo, perseverança e responsabilidade no estudo; modo científico de resolver problemas humanos; senso crítico frente aos objetos de estudos e à realidade; espírito de camaradagem e solidariedade; convicções; valores humanos e sociais; interesse pelo conhecimento; modos de convivência social; etc.) (LIBÂNEO, 2004, p. 83).

[7] Atitudinal é um adjetivo comum de dois gêneros. Relativo a ou próprio de atitude (corporal, psíquica, social, etc.) ou dela decorrente (Fonte: Houaiss - Dicionário Eletrônico).

tidos nas áreas temáticas devem ser desdobrados em:

- Conteúdos conceituais (leis, teorias e princípios).
- Conteúdos atitudinais (valores, crenças, atitudes e normas).
- Conteúdos procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais traduzidas em métodos, técnicas e procedimentos).

RELACIONANDO

Os conceitos de competência e autonomia intelectual estão intimamente relacionados com as dimensões: aprender a pensar, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a atuar, intituladas pela Unesco como os Quatro Pilares da Educação. (UNESCO/MEC, 2001)

Esses conteúdos devem favorecer o desenvolvimento das competências profissionais, entendidas na área de segurança pública como:

> *O conjunto formado por saberes, competências específicas, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes necessárias ao exercício das funções a serem desempenhadas; o conjunto de competências que forma a competência profissional é de natureza cognitiva, afetiva e prática, bem como de ordem didática, incluindo diferentes saberes que possibilitam a ação em diferentes situações (Azevedo e Souza et al, 1998).*

Todo esse processo pode ser ilustrado pela figura a seguir:
Segundo Azevedo e Souza (1998), convergem para o desenvolvimento das competências profissionais os saberes teóricos, práticos e instrumentais relacionados às situações encontradas na prática profissional.

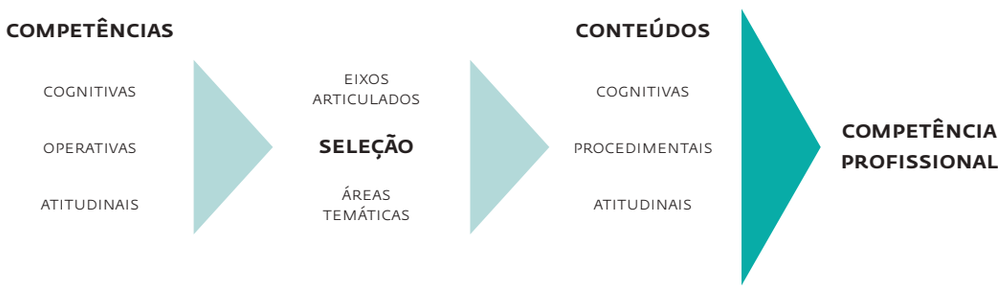


Figura 4: Desdobramento das competências

Os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas, inseridos em contexto mais amplo nas diferentes disciplinas e na cultura da prática em Segurança Pública, são indissociáveis dos saberes práticos.

Os saberes práticos, originados das experiências cotidianas da profissão, são adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho. Entre os saberes práticos distinguem-se:

- Os saberes sobre a prática (saberes procedimentais sobre "como fazer");
- Os saberes da prática (produto das ações que tiveram êxito e o saber "quando" e "onde" os saberes podem ser aplicados).

Este "saber situacional" articula os diferentes saberes na ação, gerando práticas profissionais que se desenvolvem no decorrer de experiências, o que permite ao profissional adaptar-se às situações e alcançar a competência na ação, consciente das limitações e da complexidade situacional; desenvolver hábitos que possibilitarão discernir o impossível do possível; e elaborar cenários com consciência do inevitável e do desejável (LE BOTERF, 2003).

Conforme Le Boterf (2003), as competências específicas envolvem um conjunto de saberes integrados que necessitam ser identificados nos planos das disciplinas de forma avaliável e em nível adequado, oportunizando a compreensão do que se espera. Entre esses saberes, destacam-se:

- O saber redizer textualmente, repetindo tal como foi dito;
- O saber redizer, dizendo o que foi dito com as próprias palavras ou na forma de um gráfico, desenho ou imagem;
- O saber refazer, reproduzindo o que foi aprendido em situações semelhantes, adaptando-se rapidamente às situações rotineiras;
- O saber fazer, aplicando o conhecimento em situações não semelhantes a que se serviu de aprendizagem, o que exige análise, ordenação, combinação e diferenciação entre o que é essencial e o que é superficial, síntese, solução de problemas, avaliação, escuta e comunicação;
- O saber fazer gestual no uso de equipamentos e no uso da tecnologia;
- O saber ser, incluindo o autoconhecimento, o conhecimento dos outros e da vida em geral, remetendo a sistemas de valores, opiniões e crenças usadas nas avaliações e julgamentos (este saber integra o saber redizer, o saber refazer e o saber fazer);
- O saber transformar-se, implicando no engajamento em projetos, ajustes e antecipação do futuro;
- O saber fazer relacional, incluindo o estabelecimento de relações entre conceitos, teoria e prática, contexto mais próximo e contexto mais amplo.

A mobilização de saberes é um processo em que um novo saber liga-se a saberes anteriores na aplicação de conteúdos específicos em situações concretas. Por isso, faz-se necessário a organização da aprendizagem para e pelo trabalho, proporcionando atividades variadas, relacionadas com a prática, durante o processo de formação e de capacitação dos profissionais que atuam na área de Segurança Pública.

As principais metas pedagógicas dizem respeito à aplicação dos saberes, à aquisição progressiva de técnicas, habilidades e esquemas de ação (saber fazer) e ao saber da experiência teorizada (saber refletir).

1.6.2
CONTEXTUALIZAÇÃO, INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE

CONTEXTUALIZAÇÃO

Contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa, em primeiro lugar, assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto (...) O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. Se bem trabalhado, permite que, ao longo da transposição didática, o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. A contextualização evoca por isso áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas. (MEC, 2000, p. 79)

A proposta educativa para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública exige um delineamento pedagógico diferenciado apoiado nas interações enriquecedoras, a partir da contextualização, interdisciplinaridade e da transversalidade entre os diferentes componentes curriculares. A consideração das relações existentes entre os diversos campos de conhecimento contribuirá para uma visão mais ampla da realidade e para a busca de soluções significativas para os problemas enfrentados no âmbito profissional.

As ações formativas devem estar coerentes e sintonizadas com a realidade. Isso implica a seleção estratégica e consciente, por parte do professor, de conteúdos estreitamente relacionados com as situações reais ou simuladas, extraídas da prática profissional, ou seja, a transformação de uma teoria e uma prática de referência em uma teoria e prática significativas, criando, assim, condições para que ocorra o processo de construção e aplicação do conhecimento pelo policial e pelo bombeiro em formação e não apenas a simples operação sobre os conteúdos. O trabalho realizado pelo professor em transformar o conteúdo em algo ensinável e aplicável é denominado de transposição didática.

INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade questiona a segmentação dos diferentes campos do conhecimento, possibilitando uma relação epistemológica entre as disciplinas, ou seja, uma interrelação existente entre os diversos campos do conhecimento frente ao mesmo objeto de estudo (...). Romper com a fragmentação do conhecimento não significa excluir sua unidade (...), mas sim articulá-la de forma diferenciada, possibilitando que o diálogo entre os conhecimentos possa favorecer a contextualização dos conteúdos frente às exigências de uma sociedade democrática, levantando questões, abrindo pista, intervindo construtivamente na realidade, favorecendo o pensar antes, durante e depois da ação e, consequentemente, na construção da autonomia intelectual.
(CORDEIRO & SILVA, 2005, p. 18).

A figura a seguir ilustra a interdisciplinaridade e a possibilidade de interação a partir das áreas temáticas.

Figura 5: Interdisciplinaridade

A transversalidade preconizada pela Matriz está apoiada na necessidade de discussão com base nos temas emergentes destacados pelos eixos articuladores, os quais se associam aos possíveis questionamentos e cenários da realidade atual.

A figura a seguir reforça a ideia dos eixos articuladores perpassando as áreas temáticas. A dinâmica existente entre os conteúdos e questionamentos trazidos pelos eixos articuladores e as áreas temáticas auxiliam na significação do processo de aprendizagem.

TRANSVERSALIDADE

A transversalidade refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não devem constituir uma única disciplina, mas permear todo o trabalho educativo.

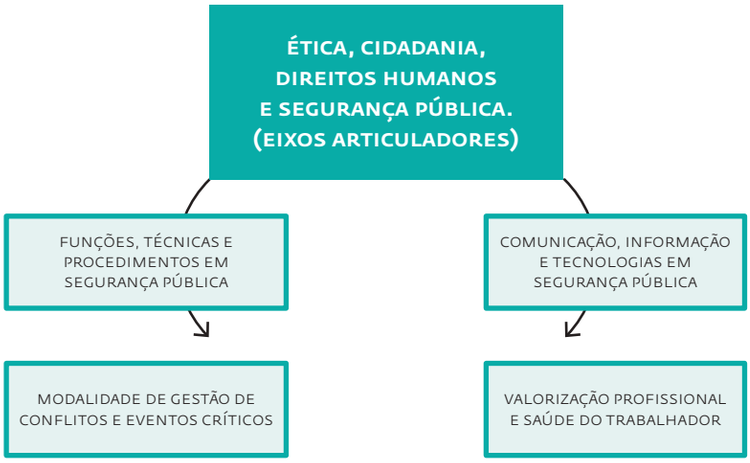


Figura 6: Transversalidade

1.6.2.1
A TRANSVERSALIDADE NA ORIENTAÇÃO DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) recomenda que a integração das Normas de Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH)[8], a seguir relacionadas, seja de forma transversal, nos currículos dos cursos de segurança pública:

1. Declaração universal dos direitos humanos (DUDH) (ONU - 1948);
2. Convenção americana sobre direitos humanos - Pacto de San José (CADH);
3. Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos (PIDCP) ;
4. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT);
5. Código de conduta para os funcionários encarregados da aplicação da lei (código de conduta);
6. Princípios orientadores para aplicação efetiva do código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei (princípios orientadores);
7. Princípios básicos sobre a utilização da força e arma de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei (PBUFAF);
8. Conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão (conjunto de princípios).

[8] o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) desenvolveu uma metodologia para a incorporação dessas normas nos documentos relacionados à doutrina, à educação, ao treinamento e nos mecanismos de controle interno das instituições de segurança pública. Por meio dessa metodologia são elaboradas as fichas de transversalidade contendo informações e casos que têm por objetivo orientar o professor no trabalho com as Normas Internacionais junto aos alunos.

> *No âmbito dos direitos humanos as normas internacionais constituem-se um conjunto de temas, fundamentados em orientações legais, que perpassam os vários campos de conhecimentos que compõem as atividades formativas dos profissionais da área de segurança pública. Sendo assim, ao utilizá-las como elementos para uma abordagem transversal espera-se que as mesmas possam contribuir para a dinamização do currículo, ampliando o vínculo com as situações reais enfrentadas por esses profissionais em seu cotidiano.* (CICV, 2011, p. 13).

Para a efetivação da contextualização, interdisciplinaridade e da transversalidade pretendida, aqueles que promoverem as ações formativas precisarão planejá-las a partir da análise crítica das ações pedagógicas, da cultura organizacional e das contradições constatadas em relação à problemática do mundo profissional e socio-cultural, ou seja, entre teoria e prática, entre formação e demandas da sociedade. Para tanto, a construção curricular amparada no referencial comum de segurança pública, passa a exigir o investimento em práticas educativas que propiciem uma formação que se caracterize por:

- Coerência com as diretrizes nacionais e a filosofia institucional.
- Compreensão da complexidade das situações de trabalho, das práticas de segurança pública e das competências necessárias à atuação dos profissionais que compõem e operam o sistema de segurança pública.
- Organização curricular que promova a articulação entre os eixos articuladores e as áreas temáticas por meio de percursos interdisciplinares.
- Desenvolvimento e transformação progressiva de capacidades intelectuais e afetivas para o domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes pertinentes com os perfis profissionais.
- Utilização de metodologias e técnicas coerentes com um ensino compromissado com a transformação social e profissional.
- Articulação entre teoria e prática.
- Ampliação de competências profissionais.
- Estímulo à curiosidade intelectual e à responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal.
- Avaliação continuada das práticas de ensino e da aprendizagem.

1.6.3
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE ENSINO

Em uma proposta curricular as metodologias de ensino norteiam a direção dos percursos interdisciplinares a serem percorridos.

É importante ressaltar que, para a efetivação do currículo para uma abordagem por competência, mudanças na metodologia de ensino são decisivas e pressupõe o rompi-

mento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes e discentes, na efetivação de uma práxis pedagógica mais humana.

A metodologia de ensino exposta neste documento está baseada nos pontos destacados por Perrenoud (1999), exigindo, assim, os seguintes movimentos interdependentes:

- A mobilização para a aprendizagem deve ser guiada pelo interesse, pela busca de conhecimento e pela articulação com a realidade, tendo como referência necessidades e interesses institucionais e pessoais e a análise do conhecimento anterior para a reformulação de conceitos, ações e atitudes.
- A desconstrução/reconstrução do conhecimento deve se dar pelo desenvolvimento da capacidade para análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes situações vivenciadas na realidade e da reflexão sobre a ação.
- A avaliação da própria ação e produção (pelo discente) deve acontecer a partir da reflexão sobre as ações e sobre os resultados alcançados, identificando avanços, reproduções e retrocessos.

A contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade proporcionam o questionamento da realidade e a ação dos policiais e dos bombeiros em formação sobre ela. No processo de ensino, esse questionamento/ação se dá pela aplicação de técnicas que possam criar condições para que o aluno seja capaz de utilizar os conhecimentos e o foco das várias disciplinas na compreensão e solução de problemas.

São as situações problematizadoras que mobilizam os saberes e geram esquemas de ação, filtros pessoais que tornam as situações compreensíveis, envolvendo esquemas de percepção, decisão e avaliação, contribuindo para que os policiais e os bombeiros em formação desenvolvam o analisar, o refletir, o justificar, considerados metacompetências imprescindíveis na construção da autonomia intelectual e, principalmente, nas atuações destes profissionais.

Tendo por base as abordagens que orientam as atividades de um "treinamento policial" propostas por Rosenbaum (1994), destacam-se, a seguir, as que poderão contribuir para a seleção e exploração das situações problematizadoras nas ações formativas de policiais e de bombeiros, se necessário:

- **Abordagem local:** os problemas devem ser resolvidos onde aparecem;
- **Abordagem criativa:** a utilização de meios criativos e não convencionais na resolução de problemas;
- **Abordagem estrutural, policiamento orientado por problemas:** a resolução de problemas deve se basear na análise de causas estruturais, na consideração de todos os fatores subjacentes e nos meios disponíveis de criação de segurança;
- **Abordagem multifator:** a consideração dos problemas sob o ponto de vista mais geral e não apenas da abordagem da repressão ao combate ao crime;
- **Abordagem da divisão do trabalho e abordagem cooperativa:** considerar a cooperação estratégica com instituições, autoridades, comunidades e pessoas na resolução de problemas;
- **Abordagem pró-ativa:** considerar a capacidade de pensar sobre o problema antes que o problema aconteça.

Além das abordagens citadas, a utilização das situações problematizadoras como recursos de aprendizagem nas ações formativas deverá considerar as seguintes orientações metodológicas:

- A compreensão de quais são as competências necessárias à prática policial e à prática de bombeiro é o elemento-chave para direcionar a prática pedagógica;
- Os conhecimentos prévios dos policiais e dos bombeiros em formação e as competências a serem desenvolvidas passam a ser o eixo estruturador para o planejamento das propostas de atividades;
- As situações problematizadoras a serem apresentadas aos policiais e aos bombeiros em formação devem ter um enfoque contextual, interdisciplinar e transversal, favorecendo a busca, a seleção e a utilização dos conteúdos pautados nos eixos legal, técnico e ético para auxiliar na compreensão dos processos e fenômenos tais como eles se apresentam na realidade do trabalho policial e de bombeiro;
- Os conteúdos devem ser considerados ferramentas, meios articuladores, dos quais os policiais e os bombeiros em formação devem lançar mão para compreender a realidade e auxiliar na resolução de problemas;
- As situações problematizadoras deverão criar condições para que os policiais e os bombeiros em formação utilizem as habilidades mentais, levantando hipóteses e estimulando o processo de reflexão que deverá ocorrer antes, durante e após a ação;
- O professor, como mediador do processo de aprendizagem, é o responsável pela seleção e pelo planejamento das técnicas que conduzirão às situações-problema e, principalmente, pelas intervenções por meio de questionamentos e feedback durante a execução.

A organização do currículo que contemple situações problematizadoras permitirá ao educando adquirir experiências mais integradas e uma série de condutas que contribuirão para enfrentar diferentes situações de vida, nos aspectos pessoal e profissional, assim como se apropriar de princípios e conceitos básicos que lhe permitam estabelecer generalizações frente a novas situações. Sendo assim, a prática pedagógica deverá utilizar técnicas de ensino que favoreçam a reflexão antes/durante/após a ação.

Enquanto a metodologia norteia a direção a ser seguida pelos percursos interdisciplinares, as técnicas de ensino possibilitam a organização de ambientes de aprendizagem mais significativos, relacionados às situações práticas vivenciadas pelos profissionais da área de segurança pública.

Tendo como referência os princípios que fundamentam a Matriz e os objetivos das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, sugerimos a utilização das seguintes técnicas de ensino:

- **Resolução de problemas:** o professor elabora situações-problema, simulando a realidade. Os estudantes discutem os problemas em pequenos grupos e levantam hipóteses. A seguir, eles formulam os objetivos de aprendizagem e identificam as fontes de pesquisa para o estudo individualizado. Os estudos e as conclusões de cada grupo são apresentados ao grande grupo para a revisão e sistematização de

uma proposição final, de uma explicação ou proposta de ação para o problema, encerrando o ciclo de atividades.

A resolução de problemas é indicada para a formação profissional, pois propicia a transferência de aprendizagem, ao fazer com que o estudante enfrente novas situações, dotando-o de capacidade para resolver problemas que ultrapassam os limites de uma única disciplina e possibilitando-o detectar, analisar e solucionar problemas sob novos enfoques. A resolução de problemas, por se constituir uma forma diferenciada de estruturar o conhecimento, favorece a integração de conteúdos, possibilitando a compreensão da realidade social e o posicionamento como cidadão e garantindo a visão global e integradora do conhecimento.

- **Simulação (role playing):** a simulação é uma técnica em que se constrói um cenário para os estudantes vivenciarem papéis a partir de uma experiência, com o objetivo de conseguir uma aproximação consistente entre a teoria e a prática, aperfeiçoar as habilidades e atitudes e construir referências que ajudem a tomar decisões e a agir em situações similares.
- **Estudo de casos:** esta técnica compreende a discussão em pequenos grupos de casos verídicos ou baseados em fatos reais relacionados a situações que farão parte do cotidiano da área de segurança pública. Os casos deverão vir acompanhados do máximo de informações pertinentes para que o estudante possa analisá-los (caso análise) ou apresentar possíveis soluções (caso problema). Esta técnica permite que os estudantes analisem a situação apresentada e apliquem os conhecimentos aprendidos.
- **Lista de tarefas (job aids):** as listas de tarefas devem ser utilizadas quando se tem por objetivo que os estudantes sigam passos na realização de procedimentos.
- **Painel de discussão:** caracteriza-se pela apresentação de especialistas que expõem a sua visão sobre determinado tema a ser debatido. Pode ser coordenado por um moderador que controlará o tempo de exposição e de debate e organizará a síntese dos pontos abordados no painel.
- **Discussões em grupos:** apresentação de um tema a ser discutido a cada grupo. Ao final do tempo estipulado, os grupos apresentam a síntese da discussão.
- **Discussão dirigida:** técnica de ensino em que os participantes expressam suas ideias após analisarem criticamente um assunto de interesse relacionado com o tema. Ao final da atividade, é feita uma avaliação, quando se ressalta o valor das contribuições feitas pelos participantes, bem como a importância das conclusões.
- **Debate cruzado:** organizado em dois grupos, em que cada grupo terá de debater uma tese contrária à do outro grupo, invertendo-se os papeis ao final.
- **Grupo de vivência ou verbalização e grupo de observação (GV/ GO):** os participantes são divididos em dois grupos, em que o primeiro terá a função de vivência ou verbalização de determinada situação e o segundo desempenhará a função de observador. Ao final, invertem-se os papeis.
- **Brainstorming e brainwriting:** utilizados para gerar novas ideias, buscar soluções para um determinado problema. Todas as ideias surgidas devem ser registradas, a

seguir categorizadas e analisadas com o auxilio de um coordenador. Ao final, o grupo toma as decisões para a resolução do problema.

- **Exposição dialogada:** apresentação de conteúdos devidamente organizados de forma sequencial (muitas vezes com auxílio de recursos audiovisuais), explorados a partir de questionamentos que promovam a socialização de conhecimentos.
- **Demonstração ou aula prática:** explicação por meio da demonstração de técnicas e procedimentos, oportunizando aos estudantes: a exercitação, o feedback, a automação e a aplicação.

As atividades de demonstração devem proporcionar aos estudantes possibilidades de refletir sobre a demonstração do professor, questionando o "por quê" de determinada ação ou técnica, e momentos de intervenções em que o professor, mediante acompanhamento, emite feedback sobre o desempenho realizado, proporcionando, caso seja necessário, a devida correção.

Além dessas técnicas, autores mais recentes reforçam a utilização de seminários e portfólios/diários reflexivos no processo de desenvolvimento e avaliação de competências.

Os seminários possibilitam o estudo de um tema de forma profunda, promovendo o debate sobre o mesmo e a socialização do conhecimento. Os alunos devem ser orientados, com antecedência, quanto ao planejamento e o desenvolvimento dos temas a serem abordados sobre forma de seminário para que possam se preparar.

Os portfólios físico ou digital são um conjunto de produções autorais do aluno desenvolvidos durante o processo de aprendizagem. Além de exercitar a capacidade de auto-organização, os portfólios promovem o exercício do pensamento crítico-reflexivo, a autonomia e a sistematização da aprendizagem. (ARAÚJO, 2011)

Outras ferramentas tecnológicas, como blog e wikis, também podem ser utilizadas pra promover atividades colaborativas.

1.6.3.1
ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Segundo Cordeiro e Silva (2005), o professor que atua nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública deve estar atento para que as atividades selecionadas possam ajudar os alunos a serem profissionais reflexivos, que utilizam a autonomia intelectual e sejam capazes de "transferir conhecimentos", adaptando-se a diversas situações profissionais e a novas situações.

As atividades propostas aos alunos deverão ser organizadas considerando os seguintes momentos:

No planejamento das aulas:

- Elabore um mapa de competências da disciplina com base na ementa, conforme orientações previstas no item 7 - Diretrizes Pedagógicas da SENASP;
- Procure conhecer as características dos alunos: Quem são? De onde vem? Já são profissionais de segurança pública?;
- Crie outros ambientes de aprendizagem que estejam além da sala de aula;
- Estabeleça a relação (conceitual, procedimental e atitudinal) dos conteúdos que serão trabalhados com as estratégias e técnicas de ensino a serem utilizadas;
- Selecione/crie situações-problema para propor atividades.

Durante as aulas:

- Esclareça para o grupo as competências que terão de desenvolver;
- Seja claro nas propostas de atividades;
- Intervenha dentro da necessidade do grupo;
- Encoraje a ação;
- Estimule a reflexão sobre o que eles estão fazendo, questionando sempre o "por quê";
- Evite dar respostas prontas;
- Dê e peça feedback;
- Possibilite que os alunos possam sistematizar e socializar o que aprenderam.

Após as aulas:

- Reflita sobre sua atuação;
- Avalie os resultados;
- Replaneje as ações.

1.6.4
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DE NOVAS COMPETÊNCIAS

O objetivo do processo de avaliação proposto pela Matriz é fornecer informações que possibilitem a reorganização permanente dos processos de ensino e de aprendizagem.

Nesta abordagem, o sistema não se reduz aos critérios de aprovação e reprovação, mas, sim, constitui a base para um monitoramento permanente da qualidade e da eficácia das ações de educação, a partir de critérios claramente definidos e divulgados.

Os critérios de avaliação da aprendizagem têm como referência básica os objetivos definidos para o processo de formação e capacitação e o desenvolvimento de competências a serem desenvolvidas.

De acordo com Perrenoud (2001), para a melhor compreensão da relevância social e educacional da avaliação da aprendizagem, importa investigar os fracassos e avanços a

partir da reflexão sobre as práticas avaliativas. Isto implicará na renovação dessas práticas, permeada pela observação direta e pela intenção de auxiliar os discentes na reflexão crítica sobre a sua própria produção, para que possam reconsiderar suas próprias ideias, ações e atitudes.

Os profissionais da área de segurança pública devem ter consciência da qualidade da própria aprendizagem e de sua produção. Para isso, devem ser estimulados a analisar situações concretas e hipotéticas e a conceber, com o auxílio do docente, um projeto pessoal de formação. É preciso que o discente observe a si mesmo e o seu grupo de trabalho em situações práticas diversificadas, experimentando a reflexão e a análise entre a própria percepção e a dos docentes a seu respeito, o que, de acordo com Perrenoud (2001),

> *O auxilia na análise de atitudes, de valores e de papeis sociais, além de propiciar esclarecimento e revisão, oferecendo ao discente a possibilidade de tomar consciência de suas necessidades e motivações de suas ações e, a partir daí, conceber um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.*

Dessa forma, é preciso oportunizar situações de avaliação em que o discente possa tomar consciência de seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação e reconsiderar suas próprias ideias numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente, favorecendo esquemas de percepção que permitam opções inteligentes para o enfrentamento de incidentes críticos, a partir da elaboração de cenários que o auxiliem a formar novas competências.

Sendo assim, além da avaliação da aprendizagem instituída de acordo com as normas e critérios da seleção, ou aprovação, faz-se necessário desenvolver uma avaliação da aprendizagem que favoreça a tomada de consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação, para que estes possam ser transformados (AZEVEDO e SOUZA, 1996 e 1998), em novas possibilidades de aprendizagem.

1.7
DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA SENASP

Diretrizes para as ações formativas[9] para os profissionais da área de segurança pública.

[9] Por atividades formativas entende-se: os cursos, as palestras, os estágios, os trabalhos de campo ou qualquer outra atividade realizada com fins educacionais.

1.7.1
DAS REFERÊNCIAS E DOS PRINCÍPIOS A SEREM SEGUIDOS

1.7.1.1

As atividades formativas de ingresso, aperfeiçoamento ou atualização/capacitação continuada na área de segurança pública, seja nas modalidades presencial ou a distância, deverão ter como referência os princípios, as competências profissionais, os eixos articuladores, e as áreas temáticas que fazem parte da Matriz Curricular Nacional.

- Entende-se por atividades formativas de ingresso aquelas que têm por finalidade qualificar os recursos humanos necessários para o desempenho das atividades típicas dos cargos iniciais das instituições de segurança pública de âmbito estadual.
- Entende-se por atividades formativas de aperfeiçoamento profissional aquelas que se configuram requisito indispensável à promoção e que têm por finalidade qualificar os recursos humanos para o desempenho das atividades típicas dos cargos de carreira das instituições de segurança pública de âmbito estadual.
- Denomina-se por atividades formativas de atualização/capacitação continuada aquelas que possibilitam o acompanhamento e o desenvolvimento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a cidadania, a sociedade e a atualização constante da doutrina do profissional da área de Segurança Pública, em conformidade com a dinâmica social.

1.7.1.2

As atividades formativas devem ser integradas.

- A integração **não está adstrita** ao compartilhamento do espaço físico, à carga horária e às áreas de conhecimento, todavia, se exigirá a observação, no âmbito estadual, dos seguintes aspectos:
  - Política de ensino unificada com diretrizes claras quanto à formação, aperfeiçoamento e atualização.
  - Existência de equipes de coordenação/supervisão única e integrada, que poderá ser organizada como diretoria (ou outra denominação) de ensino das secretarias de segurança estaduais ou por órgãos competentes no âmbito federal.
  - Planejamento de ensino compartilhado e elaborado por uma equipe composta por profissionais das diversas instituições que compõem o Sistema de Seguran-

ça Pública no estado, contando, notadamente, com o auxílio de um profissional graduado em Pedagogia.

- Conjunto de conteúdos comuns que abranjam a concepção de Estado/Sociedade, o papel e a importância da ação profissional de Segurança Pública num Estado Democrático de Direito e que garantam a unidade de pensamento e a ação ética, técnica e legal desse profissional.
- Conjunto de doutrinas, métodos, técnicas e procedimentos uniformizados.
- Quadro de corpo docente capacitado e integrado.
- Ambientes de ensino fisicamente adequados, que proporcionem a atuação integrada e estimulem a aprendizagem colaborativa.
- Política de educação continuada para os gestores e corpo técnico das instituições de ensino de segurança pública.

1.7.2
DO DESENHO DOS CURRÍCULOS, PROGRAMAS E PLANOS DE ENSINO

1.7.2.1

Os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica.

- O núcleo comum, recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.
- As disciplinas que compõem a malha curricular do núcleo comum e suas respectivas cargas horárias devem constar das malhas curriculares dos currículos das instituições de ensino de segurança pública, observado o foco que se fizer necessário para atender a atividade formativa a que se destinam.
  - Serão aceitas disciplinas com nomenclaturas diferentes desde que possuam equivalência temática/conteúdo em suas ementas;
  - Serão aceitas disciplinas com cargas horárias diferenciadas desde que os conteúdos tenham sido desmembrados para comporem palestras ou estejam pre-

sentes em outros componentes curriculares.
  - Serão aceitas ementas diferentes desde que os conteúdos acrescidos ou retirados tenham pertinência com as exigências locais.
- Os conteúdos expressos nas ementas das disciplinas do núcleo comum devem inspirar a concepção dos currículos dos cursos de formação de qualquer instituição de ensino de segurança pública.

> *A parte específica deverá ser elaborada pela equipe de supervisão integrada de cada Estado em conjunto com as instituições envolvidas, observados os perfis profissiográficos existentes nas instituições e as competências existentes na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.*

- A parte específica deverá ser composta por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, relacionados diretamente com a especialidade que irão desempenhar, com as necessidades e peculiaridades regionais e com a complementaridade do núcleo comum.

1.7.2.2

Deve ser expresso nos currículos dos cursos a forma que será trabalhado o diálogo entre as disciplinas, consequentemente as abordagens interdisciplinar e transversal.

1.7.2.3

Os planos de ensino das disciplinas, anexos aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, a justificativa, os conteúdos programáticos, as cargas horárias previstas, a frequência mínima exigida (75%), as práticas didáticas a serem adotadas, bem como a descrição do processo e instrumentos de avaliação.

1.7.3
DA METODOLOGIA DE ENSINO

Com o objetivo de favorecer a articulação e a alternância entre teoria e prática, os currículos, programas e planos desenvolvidos com base na Matriz Curricular Nacional devem:

1.7.3.1

Proporcionar a participação "ativa" dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a prática, envolvendo mecanismos intencionais que possibilitem a reflexão antes, durante e após a ação.

- Propor atividades de estudos de caso, simulações, resolução de problemas, projetos, vídeo-formação, grupos de vivência/observação, prática assistida, entrevistas, dentre outros, pois auxiliam o desenvolvimento de uma prática reflexiva.
- Contemplar mecanismos intencionais, ou seja, um planejamento de ensino que possa considerar as competências que serão desenvolvidas, bem como os objetivos a serem alcançados. Para isto, os professores devem considerar que o profissional da área de Segurança Pública trabalha em ambientes e situações de risco, portanto, necessitam administrar o estresse. É importante que os professores, principalmente os das disciplinas técnico-operacionais desenvolvam mecanismos de observação e avaliação das práticas e criem as condições necessárias para que os discentes possam apreender - aplicar - avaliar - corrigir, mediante um feedback constante.

1.7.3.2

Favorecer um ambiente de formação aberto, ou seja, que vá além dos muros das instituições de ensino de segurança pública, contemplando atividades que favoreçam aos discentes o contato e o intercâmbio com todos os órgãos de segurança pública, comunidades, organizações não-governamentais, instituições de ensino, bibliotecas.

1.7.3.3

Promover as abordagens interdisciplinar e transversal por meio de objetos de estudo e temas a serem trabalhados pelas diversas disciplinas que compõem o currículo.

1.7.3.4

Enfatizar e prever as condições necessárias ao desenvolvimento dos conteúdos atitudinais, particularmente: patriotismo, responsabilidade, lealdade, disciplina, entusiasmo profissional, cooperação, iniciativa, criatividade e os preceitos de respeito à dignidade humana e da responsabilidade social.

1.7.3.5

Incentivar que o discente desenhe seu percurso de desenvolvimento profissional dentro da instituição, estimulando o auto-aperfeiçoamento e a predisposição à mudança.

1.7.3.6

Prever mecanismos para a revisão continuada de seus objetivos, conteúdos e práticas didáticas, com base nos dados colhidos nas avaliações procedidas.

1.7.3.7

Favorecer a ampla utilização das tecnologias de informação e comunicação nas atividades presenciais ou a distância.

1.7.3.8

Desenvolver um processo de avaliação do ensino e da aprendizagem coerente com os princípios educativos de um currículo por competência, em observância aos objetivos pretendidos para a formação do profissional de segurança pública.

1.7.3.9

Promover situações de aprendizagens para além do ambiente da sala de aula, explorando os vários espaços educativos, articulando os saberes da experiência e os saberes acadêmicos para a construção de aprendizagens significativas.

1.7.4
DAS PRESCRIÇÕES A SEREM CONSIDERADAS NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES FORMATIVAS

1.7.4.1

A equipe do órgão responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnica das instituições de ensino de segurança pública, devem organizar um banco de dados que possibilite o cadastramento e avaliação dos docentes. Quando não for possível, deve solicitar que o professor faça a inclusão do seu currículo no sistema Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (http://lattes.cnpq.br/curriculo/sistemas.jsp). Isto ajudará na seleção dos profissionais para compor o corpo docente das atividades formativas a serem desenvolvidas.

- A gratificação ao servidor público de qualquer natureza, bem como aos demais profissionais que atuam como docente deverá ser realizada conforme orientação das respectivas instituições de ensino de segurança pública. Cada instituição deverá buscar orientação para legitimar o processo.

1.7.4.2

A equipe do órgão responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnica das instituições de ensino de segurança pública, devem elaborar o cronograma anual das atividades formativas de ingresso (quando houver), aperfeiçoamento e atualização para os referidos profissionais, bem como a pesquisa e capacitação pedagógica para os docentes que formam o quadro de professores de seus cursos.

- As instituições de ensino de segurança pública são espaços articuladores e irradiadores de conhecimento, devendo promover atividades de ensino e pesquisa. Para tanto, devem investir em parcerias com outras instituições de ensino, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais, dentre outros parceiros.

1.7.4.3

As instituições de ensino de segurança pública podem buscar junto às Secretarias de Educação, aos Conselhos Estaduais de Educação ou ao Ministério da Educação (MEC) orientações para o credenciamento da instituição como Instituição de Educação Superior (IES) e o reconhecimento dos cursos ofertados. Devendo para isto organizar-se de acordo as exigências de cada processo.

- As Secretarias Estaduais responsáveis pelos órgãos de segurança pública deverão estimular a participação dos professores em programas de especialização, mestrados e doutorados, independentemente de atender as exigências estabelecidas para o credenciamento da instituição e o reconhecimento dos cursos pretendidos.

1.7.4.4

As condições físicas deverão ser favoráveis ao ensino, principalmente com relação ao número de discentes em sala de aula. A relação ideal apontada pelos Educadores tem como parâmetro, no mínimo, 1,15m2 por discente e, no máximo, 36 discentes por turma. No entanto, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, adotado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), desde maio de 2012, não aborda a distribuição ideal, apenas refere-se ao indicador 1.18 - número de vagas considerando que **"Quando o número de vagas previstas/implantadas corresponde, de maneira suficiente, à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES"** (grifo nosso).

- Nas atividades práticas deverá ser observada a distribuição do número de discentes por professor. Caso seja necessário deverão ser organizados grupos por monitores, sendo recomendado dez discentes por um monitor, ou o rodízio dos discentes na atividade.

As diretrizes que compõem este documento devem orientar: a implementação da Matriz; a elaboração de legislações; instrumentos normativos; planos e projetos na área de ensino.

1.7.5
MALHAS CURRICULARES PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Malha curricular é o termo utilizado para substituir a expressão "grade curricular". Na palavra malha está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas.

As malhas curriculares que compõe a nova Matriz foram elaboradas por um grupo de trabalho multidisciplinar e institucional, a partir das competências dos profissionais de segurança pública, já apresentadas nesse documento.

As malhas curriculares para as ações formativas dos profissionais de segurança pública constituem o **núcleo comum** de disciplinas (parte geral), agrupadas por áreas temáticas, que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, com o objetivo de garantir:

- A unidade de pensamento e ação dos profissionais em relação as necessidades, exigências e desafios da área de segurança pública;
- O desenvolvimento das competências profissionais relativas área de formação.

Assim, a malhas curriculares, dispostas nos itens 1.7.5.1 e 1.7.5.2, contribuem para a formação e/ou capacitação do policial e do bombeiro militar, devendo as unidades federativas e as instituições de segurança pública - a partir do estudo e da discussão das competências profissionais relacionadas às peculiaridades e necessidade locais[10], bem como as especificidades institucionais - estabelecer, seguindo a estrutura das áreas temáticas, as disciplinas que deverão formar a **parte específica** do currículo e que contribuirão para a formação desses profissionais nos diferentes níveis.

Veja de forma resumida o desenho da Matriz Curricular Nacional.

[10] A inclusão de disciplinas, a reformulação de títulos e de conteúdos e, até mesmo, a exclusão de algumas disciplinas e os estágios supervisionados movimentaram o processo de revisão da Matriz. Na malha curricular das polícias civil e militar foram sugeridas as seguintes disciplinas: Direção Policial; Legislação e Regulamentos; dentre outras. Já na malha curricular do corpo de bombeiros militar, incluída a partir desta edição, foi sugerido o maior número de disciplinas. Dentre elas, destacamos: Direito Aplicado às Atividades de Bombeiros, Legislação e Regulamentos Institucionais e Direito Militar que foram absorvidas pela disciplina de Fundamentos Jurídicos da Atividade de Bombeiro Militar; Ciências Aplicadas à Atividade de Bombeiro Militar; Ordem Unida e Doutrina Bombeiro Militar, estas, pela disciplina de Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar. Na Área Temática VIII destacamos: Operações Bombeiro Militar; Armamento, Munição e Tiro; Segurança Contra Incêndio e Pânico; Equipamentos Moto Mecanizados. Entendemos que tais sugestões deverão ser desenvolvidas pelas respectivas instituições de ensino de segurança pública tendo em vista a especificidade de cada disciplina e as atribuições de cada órgão, conforme será abordado no item 7 - Diretrizes Pedagógicas da SENASP.

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Abrange
Competências Profissionais

Cognitivas	Operativas	Atitudinais
Competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.	Competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.	Competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Compreende Áreas temáticas
Contemplam disciplinas que reúnem os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de Segurança Pública.

Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Violência, Crime e Controle Social	Conhecimentos Jurídicos	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública

Eixos Articuladores
Conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional.

Organizam
as Malhas Curriculares para

Polícias Civil e Militar	Corpo de Bombeiros Militar

Constituem
O Núcleo Comum (parte geral) de disciplinas com o objetivo de:

Garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais em relação às necessidades, exigências e desafios da área de segurança pública e o desenvolvimento das competências profissionais relativas a área de formação.

Recomendamos
Que as Unidades Federativas, seguindo a estrutura das áreas temáticas, estabeleçam a Parte Específica que compreende:

As competências profissionais relacionadas às peculiaridades e necessidade locais, bem como as especificidades institucionais voltadas para a formação desses profissionais nos diferentes níveis. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

1.7.5.1
MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DA POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR (NÚCLEO COMUM)

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (908H)
ÁREA TEMÁTICA I Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança Pública Sistema de Segurança Pública Fundamentos da Gestão Pública Gestão Integrada e Comunitária	12h 12h 12h 12h **60h**
ÁREA TEMÁTICA II Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade Criminologia Aplicada à Segurança Pública	30h 24h **54h**
ÁREA TEMÁTICA III Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	18h 54h **72h**
ÁREA TEMÁTICA IV Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos Resolução de Problemas e Tomada de Decisão Análise de Cenários e Riscos Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h 12h 12h 18h **60h**
ÁREA TEMÁTICA V Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho Educação Física 1	24h 12h 120h
ÁREA TEMÁTICA VI Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação Documentação Técnica Telecomunicações Tecnologias e Sistemas Informatizados Gestão da Informação Inteligência de Segurança Pública Estatística Aplicada à Segurança Pública1 Introdução à Análise Criminal	26h 12h 20h 20h 20h 16h 20h 24h **158h**
ÁREA TEMÁTICA VII Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania Diversidade Étnico-sóciocultural Identidade e Cultura da Organização Policial Ordem Unida	12h 14h 20h 20h **66h**
ÁREA TEMÁTICA VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem Preservação e Valorização da Prova Atendimento Pré-Hospitalar Uso Diferenciado da Força1 Defesa Pessoal Policial Armamento, Munição e Tiro Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	60h 12h 24h 20h 40h 110h 16h **282h**

1.7.5.2
MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR (PARTE GERAL)

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (974H)
ÁREA TEMÁTICA I Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública Fundamentos da Gestão Pública História do Bombeiro no Mundo e no Brasil Sistema de Defesa Civil	12h 12h 12h 12h **60h**
ÁREA TEMÁTICA II Violência, Crime e Controle Social	Psicologia das Emergências	30h **30h**
ÁREA TEMÁTICA III Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos Fundamentos Jurídicos da Atividade de Bombeiro Militar Proteção Ambiental	18h 54h 12h **84h**
ÁREA TEMÁTICA IV Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Análise de Cenários e Riscos Sistema de Comando de Incidentes - SCI Atuação do Bombeiro Militar diante de Desastres	12h 32h 20h **64h**
ÁREA TEMÁTICA V Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho Educação Física	24h 12h 120h **156h**
ÁREA TEMÁTICA VI Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação Documentação Técnica Telecomunicações Tecnologia da Informação e Comunicação	26h 12h 20h 20h **78h**
ÁREA TEMÁTICA VII Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania Diversidade Étnico-sociocultural Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar Ordem Unida	12h 14h 20h 20h **66h**
ÁREA TEMÁTICA VIII Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Ciências Aplicadas à Atividade Bombeiro Militar Atendimento Pré-Hospitalar Salvamento Aquático Salvamento Terrestre Salvamento em Altura Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos Prevenção a Incêndio Fundamentos da Perícia de Incêndios Combate a Incêndio	30h 60h 60h 60h 60h 40h 40h 40h 60h **450h**

1.7.5.3
A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A OFERTA DE DISCIPLINAS QUE COMPÕEM AS MALHAS CURRICULARES

É inegável a contribuição das tecnologias da comunicação e informação para o processo educacional e, principalmente, para a educação a distância.

O crescimento da modalidade de educação a distância tem possibilitado às instituições o investimento em soluções que ofereçam ao estudante a oportunidade de gerenciar o seu tempo e escolher o local dedicado à aprendizagem.

Legalmente, as instituições de ensino superior seguem as orientações do Ministério da Educação para a oferta da modalidade a distância, dentre as quais destacam-se as seguintes legislações específicas:

- Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que em seu art. 80 e seus respectivos parágrafos orienta sobre a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e educação continuada.
- Decreto nº 5.622/05 que regulamenta o art. 80 da Lei 9394/96, caracterizando a educação a distância e normatizando a sua oferta nos diferentes níveis e modalidades de ensino.
- Portaria nº 4.059/04 substitui a portaria 2.253/01 que normatizava os procedimentos de autorização para oferta de disciplinas na modalidade não-presencial em cursos de graduação reconhecidos.

A SENASP, alinhada às possibilidades trazidas pela modalidade a distância, implementou em 2005 a Rede Nacional de Educação a Distância. A Rede EAD é responsável por ofertar cursos que possibilitam a formação continuada dos profissionais da área de segurança pública.

Os cursos livres possuem 40 ou 60 horas aulas e estão fundamentados nos princípios da Matriz Curricular Nacional, nos conteúdos que fazem parte da malha curricular e estão compatíveis com as demandas e as necessidades da qualificação profissional da área de segurança pública.

Os títulos dos cursos a distância que possuem relação com as disciplinas da malha curricular estão descritos nas respectivas ementas. Contudo, dada a dinamicidade e o crescimento da Rede EAD, é importante conferir a lista de cursos no portal do Ministério da Justiça.

Por ter dentre seus objetivos a ampliação do conhecimento na área de segurança pública e o acesso à tecnologia, muitas instituições de ensino de segurança pública estão utilizando os cursos da Rede EAD como parte dos currículos das ações formativas que executam na modalidade presencial. Tais arranjos permitem uma dinamicidade ao currículo, possibilitam a integração dos profissionais, minimizam custos e promovem a unidade de pensamento e ação. Contudo, recomenda-se que a porcentagem da oferta desses cursos a distância - que equivalem a disciplinas do núcleo comum -, no âmbito

dos currículos das ações formativas presenciais, sigam como parâmetro a recomendação descrita no ∫ 2º, do artigo 1º da Portaria MEC nº 4.059/04, descrito a seguir:

> *Art. 1o.*
> *∫ 2o. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.*

1.7.6
EMENTAS DAS DISCIPLINAS

As ementas das disciplinas do núcleo comum foram elaboradas e/ou revisadas por profissionais da área de segurança pública que participaram dos grupos de trabalho.

As ementas das disciplinas que compõem o núcleo comum das malhas curriculares têm por objetivo subsidiar a prática pedagógica dos docentes envolvidos diretamente nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, favorecendo a unidade de pensamento e ação desses profissionais.

Todos os componentes das ementas das disciplinas estão focados no público de interesse da SENASP, ou seja, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares.

1.7.6.1
COMPOSIÇÃO DAS EMENTAS

As ementas são compostas das seguintes partes:

Nome da disciplina;

Mapa de competências da disciplina.
Tendo como base a competência descrita no perfil profissional, o mapa de competências da disciplina é o instrumento utilizado para orientar a seleção dos conteúdos de cada disciplina, de acordo com as dimensões do conhecimento que expressam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Os mapas de competências são amplos e abrangentes e servem de base para a seleção dos conteúdos que comporão as ementas.

Carda horária recomendada
A carga horária recomendada é apenas uma referência, devendo a mesma ser revista

pela equipe pedagógica das instituições de ensino de segurança pública frente às demandas da formação e da capacitação continuada.

Descrição da disciplina

- Contextualização
  - Histórico da disciplina contendo uma relação com o contexto atual;
  - Diferentes abordagens teóricas sobre a disciplina, se houver, destacando a que será considerada;
  - Problemáticas que a disciplina visa levantar/responder;
  - Importância do estudo da disciplina para a formação ou capacitação continuada do profissional da área de segurança pública.
- Objetivo geral da disciplina

Dentro de um enfoque voltado para a aprendizagem, o papel do professor é o de facilitador (articulador, mediador, tutor), que "cria condições para...". Portanto, o objetivo da disciplina deve conter verbos de ação que permitam visualizar o comportamento que se espera do aluno ao final da disciplina.

Os objetivos deverão ser descritos obedecendo-se às dimensões do conhecimento:

- **SABER (conhecimentos):** expressam os conteúdos conceituais que o profissional de Segurança Pública deve saber em relação ao campo disciplinar: leis, princípios e saberes sistematizados;
- **SABER FAZER (habilidades e conteúdos procedimentais):** indicam as habilidades operativas e de pensamento que o profissional de Segurança Pública precisa demonstrar em relação ao campo disciplinar: métodos, técnicas, procedimentos; bem como as habilidades de pensamento: observação, análise, síntese;
- **SABER SER (atitudes):** expressam os conteúdos atitudinais: os valores, as crenças, as atitudes etc., que serão fortalecidas pelas situações vivenciadas dentro do campo disciplinar em questão.

Conteúdo programático

Os conteúdos não devem ser considerados um fim em si mesmo, mas ferramentas que possibilitem refletir, intencionalmente, sobre a prática do profissional da área de segurança pública e as possibilidades de intervenção na realidade. Os conteúdos descritos possuem como foco o que o profissional da área de segurança pública precisa saber em relação ao respectivo campo disciplinar.

Estratégias de ensino-aprendizagem

Seleção de estratégias de ensino consideradas imprescindíveis para possibilitar o alcance dos objetivos. De acordo com a linha teórico-metodológica contemplada na Matriz Curricular Nacional, devem ser privilegiados métodos e técnicas coerentes com o ensino ativo (situações-problema, estudos de caso, role playing, demonstrações, etc.) adequados aos objetivos da disciplina.

Avaliação da aprendizagem

Neste item serão descritos os aspectos que deverão ser observados durante a execução da disciplina para facilitar o feedback do docente sobre o desempenho do discente, propiciando a este a reflexão sobre a ação realizada.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas de livros, artigos e outros documentos que fundamentam os conteúdos a serem estudados, as estratégias de ensino e a avaliação da aprendizagem, servindo de referenciais para a prática de ensino que segue o padrão ABNT.

1.7.7
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2001.
2. ARAÚJO, Ivanildo A. de. O portfólio eletrônico na formação de professores: caleidoscópio de múltiplas vivências, práticas e possibilidades da avaliação formativa. In: VILLAS BOAS, Benigna M. de F. (org.). Avaliação formativa: práticas inovadoras. Campinas, SP: Papirus, 2011.
3. AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina Bidone de. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene; MEDEIROS, Marilú. A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 203-22.
4. BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1996.
5. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Brasília, 2012.
6. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
7. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública. Curso de formação de formadores. Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro et al. 2006. Disponível em: <http://

SENASP.dtcom.com.br/> Acesso em: 4 jun. 2007. Acesso restrito ao conteúdo com login e senha.

8. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Matriz Curricular Nacional para formação dos profissionais de segurança pública. Brasília, 2003.
9. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Matriz Curricular em Movimento: Malha Curricular. Brasília, 2006.
10. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional: versão modificada e ampliada. Brasília, 2009.
11. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Trilha do Educador: curso de formação de formadores. Brasília, 2009.
12. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Estudo profissiográfico e mapeamento de competências: perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública. Brasília, 2012.
13. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Bases curriculares para profissionais da área de segurança do cidadão. Brasília, 1999.
14. CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy. S. Direitos humanos: referencial prático para docentes do ensino policial. CICV: 2. ed. Brasília, 2005.
15. CORDEIRO, Bernadete M. P. Estado da arte: estudo sobre as ideias de estudiosos, instituições nacionais e internacionais, bem como organismos governamentais e não governamentais, sobre a elaboração de uma agenda de temas e ações de treinamento "comuns" para diminuir as cifras de violência e de criminalidade na América Latina. PNUD: (Projeto 04/29: relatório técnico). Brasília, 2008.
16. ESCÁMEZ, Juan; GIL, Ramón. O protagonismo na educação. Artmed: Porto Alegre, 2003.
17. LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência dos profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
18. LIBÂNEO. José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção Magistério).
19. MOREIRA, Antônio Flávio B. Currículo: políticas e práticas. Papirus. Campinas, 2006.
20. MORIN, Edgar. O método III: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.
21. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
22. PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2001.
23. POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto

Alegre: Artmed, 2002.

24. ROEGIERS, Xavier; KETELE, Jean-Marie. Uma pedagogia da integração: competências e aquisições no ensino. Porto Alegre: Artmed, 2004.
25. ROSENBAUM (1994 apud Feltes, 2002) in Cadernos Adenauer IV (2003), nº 3. Segurança cidadã e polícia na democracia. Rio de janeiro: Fundação Adenauer, outubro 2003.
26. SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
27. SANTOMÉ, Jurjo. Globalização e interdisciplinaridade. Porto Alegre. Artmed, 1998.
28. SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. Porto Alegre: Artmed, 2001.
29. UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir [relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI]. Brasília, 2010.

2

2 DESCRIÇÃO DAS EMENTAS DA MALHA CURRICULAR: POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR

Neste capítulo apresentaremos as ementas das disciplinas que compõem a malha curricular do núcleo comum da Polícia Civil e Polícia Militar, correspondentes a carga horária total de 908 horas-aulas.

Lembramos que se trata de uma proposta curricular da parte geral das ações formativas voltadas aos profissionais de segurança pública das respectivas instituições.

2.1
ÁREA TEMÁTICA I
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Estado, Sociedade e Segurança Pública	12h
Sistema de Segurança Pública	12h
Fundamentos da Gestão Pública	12h
Gestão Integrada e Comunitária	24h
Subtotal	**60h**

2.1.1
DISCIPLINA: ESTADO, SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
30 PM Q 6.7	Capacidade de visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
59 PC Q 6.1	Atuar demonstrando conhecer o organograma e funcionamento das polícias bem como o funcionamento da justiça.
91 PM Q 6.1	Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.

Aspectos conceituais

- Características e formação do Estado e da sociedade brasileira;
- Abordagem histórica das instituições de segurança pública;
- O papel da polícia nos contextos históricos do Brasil (linha do tempo);
- A atividade policial e as funções de preservação do Estado Democrático de Direito;
- Segurança pública no contexto social atual (complexidade, diversidade e alteridade);
- Conceitos de crime, violência, desordem pública, conflitualidades e prevenção;
- Prevenção do crime e da violência como tutela de direitos e garantias fundamentais.

Aspectos procedimentais

- Análise de modelos de polícias (Anglo-saxônico, Latino e Oriental);
- Identificação das políticas públicas que orientam os modelos democráticos;
- Estudo de experiências inovadoras, mecanismos e ferramentas que promovam a aplicação dos preceitos constitucionais e da cidadania.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Valorização da relação existente entre: indivíduo - sociedade e segurança pública;
- Reconhecimento do papel do cidadão diante do Estado Democrático de Direito, em face dos seus direitos e obrigações;
- Reconhecer a importância da atividade policial na garantia dos preceitos constitucionais e a promoção da cidadania.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A redução das diferentes formas de violência e de criminalidade e a garantia da qualidade de vida e a integridade das pessoas são hoje desafios que unem o Estado, os governos - federal, distrital, estadual e municipal e toda a sociedade brasileira.

Quanto maior a compreensão dos aspectos presentes nas relações estabelecidas entre Estado, Segurança Pública e Sociedade, bem como o reconhecimento do papel do profissional de segurança pública na efetividade dessas relações, maior será a contribuição para a garantia dos preceitos legais e a promoção da cidadania.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as relações existentes entre Estado, segurança pública e sociedade, considerando as dinâmicas históricas e sociais no decorrer do tempo, bem como o papel do profissional de segurança pública dentro do contexto atual.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Estudar mecanismos para uma melhor interação entre polícia e sociedade, de modo a prevenir a violência e a criminalidade e preservar as garantias constitucionais.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da atividade policial na garantia dos preceitos constitucionais.

Conteúdo programático

- Características e formação do Estado e da sociedade brasileira;
- Abordagem histórica das instituições de segurança pública;
- Modelos de polícia (Anglo-saxônico, Latino e Oriental);
- O papel da polícia nos contextos históricos do Brasil;
- A atividade policial e as funções de preservação do Estado Democrático de Direito;
- Segurança pública no contexto social atual (complexidade, diversidade e alteridade);
- Conceitos de crime, violência, desordem pública, conflitualidades e prevenção;

- Prevenção do crime e da violência como tutela de direitos e garantias fundamentais;
- Políticas públicas e modelos de polícia.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de textos de normas internacionais e nacionais, artigos de jornais, Internet, reportagens da imprensa em geral;
- Análise de modelos de polícias;
- Debates com apoio de vídeos.

Avaliação da aprendizagem

- Debates em grupo;
- Redação de textos referentes a tópicos do conteúdo;
- Seminários;
- Avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ARENDT, Hanna. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
2. BAYLEY, David. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Edusp, 2002.
3. BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997.
4. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995.
5. CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. **Polícia e estado de direito na América Latina**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
6. MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública**. Série Polícia e Sociedade, n. 10. São Paulo: EDUSP, 2003.
7. MONKKONEN, Eric H. História da polícia urbana. In: TONRY Michael; MORRIS, Norval (Orgs.). **Policiamento moderno. Tradução de Jacy Cárdia Ghirotti**. São Paulo: Edusp, 2003. Série Polícia e Sociedade, n. 7. (Org) Nancy Cárdia.
8. SILVA, Jorge. **Controle da criminalidade e segurança pública na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

2.1.2
DISCIPLINA: SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
26 PM Q 6.1	Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes do sistema judiciário, penitenciário e de defesa social.
30 PM Q 6.7	Capacidade de visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto). Ter visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
44 BM Q 8.6	Ser capaz de fazer contato com outros tipos de policiamento para planejar operações integradas.
59 PC Q 6.1	Atuar demonstrando conhecer o organograma e funcionamento das polícias bem como o funcionamento da justiça.
93 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar apoio de outros órgãos, se necessário, buscando suporte à sua ação.

Aspectos conceituais

- Segurança pública nas sociedades democráticas;
- Estrutura organizacional e funcional da segurança pública;
- Atribuições das instituições de segurança pública;
- Planos de segurança pública;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Controle democrático interno e externo das instituições e do profissional da área de segurança pública;
- Conceitos de circunscrição e área de abrangência de outras instituições;
- Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal;
- Mudanças e novos desafios: segurança local e global;
- Compreensão de Operações interagências e as atribuições dos órgãos envolvidos.

Aspectos procedimentais

- Análise crítica das políticas públicas, funções e atribuições das instituições de segurança pública;
- Pensamento crítico sobre seus compromissos e responsabilidades como cidadão e profissional.

Aspectos atitudinais

- Visão sistêmica e compartilhada;
- Senso de interdependência, autonomia;
- Trabalho de forma cooperativa e colaborativa;
- Ética;
- Alinhamento com a missão constitucional;
- Comprometimento com a organização e com a carreira no contexto global;
- Reconhecimento dos limites e das possibilidades/ legitimidade na prática de seus atos;
- Curiosidade intelectual;
- Valorização do espaço de atuação.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Muitos autores apontam para a necessidade de uma visão sistêmica da segurança pública, o que também é reforçado pelas instâncias federal e estadual, tendo em vista a edição de planos específicos para a área da segurança pública.

Além disso, dentre as várias abordagens teóricas das organizações que permitem tratar as questões de segurança, criminalidade e violência; a abordagem sistêmica - que descreve a segurança pública como um sistema de estruturas interligadas, com certo nível de autonomia - é a que mais possibilita a compreensão dos órgãos e instituições de segurança pública.

Sendo assim, é de crucial importância que o profissional de segurança pública possua uma visão sistêmica da sua profissão, assumindo um comprometimento mais amplo, que abranja não só as ações do órgão, mas também toda a realidade social (o sistema social) em que atua.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a visão sistêmica da segurança pública, os órgãos, as instituições, os profissionais e as políticas e ações voltadas para a sociedade e o cidadão, mediante o estudo dos seus antecedentes históricos e da análise de cenários e perspectivas.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Mapear, analisar e opinar sobre as políticas públicas e o planejamento na área de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da formulação de políticas públicas e da elaboração de planejamento na área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Sistemas de segurança pública nas sociedades democráticas;
- Atribuições das instituições de segurança pública;
- Abordagem sistêmica da segurança pública;
- Controle interno e externo das instituições de segurança pública;
- Conceitos de circunscrição, região e área de abrangência de outras instituições;
- Políticas públicas: formulação, implantação, avaliação e acompanhamento;
- Planos de segurança pública (instâncias: federal, distrital e estadual);
- Análise de cenários e perspectivas da segurança global e local;
- Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal.

Carga horária recomendada

- 12 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Leitura de textos pertinentes à questão;
- Pesquisa sobre modelos de segurança pública;
- Pesquisa e análise de políticas e planos na área de segurança;
- Seminários elaborados pelos alunos com a participação das instituições de segurança pública;
- Estudo dirigido;
- Visitas técnicas.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita;
- Avaliação realizada ao final da disciplina para abordar novamente pontos não compreendidos pelos alunos.

Referências bibliográficas

1. BAYLEY, David H. **Criando uma teoria de policiamento: padrões de policiamento.** Coleção Polícia e Sociedade 1. São Paulo: EDUSP, 2001.
2. BAYLEY, David H.**Padrões de policiamento: uma análise internacionalmente comparativa.** São Paulo: EDUSP, 2001.
3. BECK, Ulrich, **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Editora 34, 2010, 1ª edição.
4. BERTALANFFY, Ludwig Vo. **Teoria geral dos sistemas.** BERTALANFFY, Ludwig Von; Ed. Vozes;1975.
5. CERQUEIRA, C. M. N. **A polícia em uma sociedade democrática.** In: Polícia, violência e direitos humanos. CEDOP, [S.l.]. Série Cadernos de Polícia, n. 20, 1994.
6. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, vol. 9, n. 1, 1997.
7. ROCHA, Luiz Carlos. **Organização policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais.** São Paulo: Saraiva, 1991.
8. SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

2.1.3
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
1 PM Q 7	Capacidade de visão estratégica (estar atento ao todo, antevendo cenários, coordenando atividades, metas e ações com visão de futuro). Capacidade de visão estratégica.
2 PM Q 7	Agir com orientação para resultados.

Aspectos conceituais

- Administração pública:
  - Aspectos conceituais;
  - Princípios.
- Administração pública paradigma burocrático X paradigma gerencial;
- Instrumentos de gestão pública;
- Orçamento público (conceito básico);
- Gestão por competências;
- Foco em resultados;
- Qualidade em serviço;
- Sistema de controle da administração pública.

Aspectos procedimentais

- Competência e habilidade gerencial que facilitem a tomada de decisão no seu nível funcional;
- Identificação dos fatores que contribuem para a qualidade dos serviços prestados.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Visão sistêmica da administração pública;
- Atenção prioritária ao cidadão e à sociedade;
- Consciência da importância de seu papel como agente da administração pública;
- Valorização das pessoas, tratando a todos de acordo com a lei e princípios de direitos humanos, sem qualquer distinção de gênero, raça, religião, etc;
- Reconhecimento de valores que contribuem para o atendimento de qualidade, como por exemplo, cortesia, rapidez, atendimento, confiabilidade e conforto.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Nas últimas décadas vem crescendo nas sociedades democráticas de economias avançadas e emergentes a demanda pelo melhor uso dos recursos arrecadados pelo governo e a prestação de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais. Surge, assim, uma administração pública gerencial voltada para o cidadão, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia numa gestão pública por resultados, orientada por processos de avaliação contínua e de legitimação pela sociedade.

O cidadão, cada vez mais consciente de seus direitos, inserido agora em um contexto democrático, passa a exigir que suas demandas sejam atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva, aliando rapidez na prestação dos serviços públicos, economicidade nas ações, transparência na gestão e prestação de contas sobre os atos dos gestores.

Compreender os fundamentos da gestão pública irá auxiliar as instituições de segurança pública, bem como aos seus profissionais criarem estratégias para a melhoria da gestão e dos serviços oferecidos.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o modelo de administração voltado para o desempenho das funções gerenciais e técnico-administrativas, com foco em resultados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar ferramentas e instrumentos de gestão para mediar as ações decorrentes do contato direto com as demandas reais da sociedade e do cidadão.
- Fortalecer atitudes para:
  - Cumprir a missão institucional, dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade, transparência e ***accountability***[1], entre outros pertinentes à ação profissional, dentro de um Estado Democrático de Direito.

[1] *Accountability* é um termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português, que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. Outro termo usado numa possível versão portuguesa é responsabilização. http://pt.wikipedia.org/wiki/Accountability

Conteúdo programático

- Introdução aos fundamentos da gestão pública:
  - Princípios da administração pública;
  - Diferenciação entre administração pública e administração privada;
  - Fundamentos gerenciais;
  - Conceitos gerais de políticas públicas;
  - Processo de formulação e implementação de políticas públicas;
  - Acompanhamento, avaliação e controle de resultados.
- Planejamento do setor público:
  - Conceitos básicos: organização, ambientes, cenários, funções administrativas, racionalização, visão sistêmica, gestão estratégica e participativa, planejamento no setor público;
  - Planos, programas e projetos, no setor público, relacionados à área de segurança pública.
- Ferramentas de modernização do setor público:
  - Ferramentas gerenciais;
  - Tendências conceituais sobre gestão de banco de dados para o setor público;
  - Gestão por competências;
  - Qualidade em serviço;
  - Foco em resultados;
  - Avaliação das políticas públicas;
  - Análise de indicadores.
  - Noções de orçamento público
  - Planejamento: plano plurianual de ação governamental;
  - Lei de diretrizes orçamentárias;
  - Lei orçamentária anual.

Carga horária recomendada

- 12 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de textos pertinentes aos temas;
- Pesquisa de práticas de gestão;
- Discussão em grupo sobre os temas;
- Estudo de casos.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita;
- Avaliação realizada ao final da disciplina para abordar novamente pontos não compreendidos pelos alunos.

Referências bibliográficas

1. ANDRADE, Sebastião Carlos de O. **Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão.** Rio de Janeiro, 2001.
2. DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) **Política de gestão pública integrada.** Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008
3. DI PIETRO, Marial Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 24.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
4. FARAH Marta Ferreira S. et al. **Novas experiências de gestão pública e cidadania.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.
5. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros Editores, 1999.
6. PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
7. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
8. SANTIN, V. F. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
9. TROSA, Sylvie. **Gestão Pública por resultados.** Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

2.1.4
DISCIPLINA: GESTÃO INTEGRADA E COMUNITÁRIA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
38 PM Q 6.1	Atuar demonstrando conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade.
46 PM Q 6.3	Ser capaz de atuar com segurança em locais com índice elevado de violência e criminalidade, demonstrando conhecimento da situação.
69 PM Q 6.1	Atuar de acordo com a filosofia do policiamento comunitário.
93 PM Q 6.3	Capacidade de manter-se visível, quando necessário (ação presença, estar em local que facilite que as pessoas o vejam).

Aspectos conceituais

- Polícia comunitária como filosofia de trabalho integrado;
- Gestão integrada e Comunitária;
- Comunidade (Locus e coesão soial);
- Grupos ou indivíduos em situação de vulnerabilidade (população em situação de rua, LGBT, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência;
- Redes sociais;
- Experiências nacionais e internacionais bem sucedidas de gestão comunitária na área de segurança pública.

Aspectos procedimentais

- Interfaces de uma estratégia de policiamento moderno;
- Policiamento orientado por problema;
- Metodologia (IARA/ TAP/4Q 1 POC);

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Técnicas de participação e mobilização comunitária.

Aspectos atitudinais

- Postura proativa;
- Cooperação e colaboração;
- Importância de atuar como facilitador (protagonista) do processo orientado para o problema;
- Padrões de qualidade.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Dentre as exigências da sociedade contemporânea destacam-se a integração das ações dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública e a articulação das forças sociais (setores públicos, organismos internacionais, instituições, organizações, entidades de classe, comunidades...) em prol de projetos e ações que venham responder as demandas sociais.

Alguns autores contemporâneos destacam a necessidade de uma estrutura diferenciada na busca dessas soluções e apontam a criação de "redes sociais" como uma alternativa viável para que essas forças sociais possam ser articuladas de forma integrada e colaborativa.

Nesse contexto, as instituições de segurança pública, representantes do Estado, e os conselhos de segurança pública são consideradas peças-chave nas redes a serem formadas, principalmente no âmbito comunitário, quando conseguem mobilizar e incluir os setores representativos dessas comunidades, e considerar as suas avaliações e necessidades, pois estes conhecem e lidam com a dinâmica e a complexidade da realidade.

Cabe destacar que os profissionais de segurança pública, da mesma forma que podem cooperar e colaborar com outros setores da sociedade, mediante o conhecimento que possuem sobre a realidade, podem também aproveitar as possibilidades de articulação em rede para promover a busca de solução - de forma participativa e integrada - de problemas que afetam a segurança pública, mas que não são criminais, necessariamente.

A resolução de problemas deve constituir o verdadeiro propósito do policiamento e buscar propugnar por uma polícia que identifique e busque as causas dos problemas subjacentes às repetidas chamadas policiais.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar os fundamentos de gestão integrada e comunitária e as diversas formas existentes dessa gestão no sistema de segurança pública;

  - Identificar o processo do "triângulo do crime" ou "triangulo para análise de problema - TAP".
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar a metodologia IARA para identificar os problemas, propor estratégias de intervenções e estabelecer critérios para avaliação da intervenção;
  - Elaborar o diagrama causa-efeito e plano de ação do método 4Q1POC.
- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar de forma colaborativa e cooperativa no planejamento de ações integradas e comunitárias;
  - Reconhecer a importância de atuar como facilitador (protagonista) do processo orientado para o problema.

Conteúdo programático

- Breve histórico da polícia comunitária;
- A polícia comunitária como filosofia de um trabalho integrado;
- A comunidade como "Locus Privilegiado";
- As redes sociais com foco nas ações comunitárias;
- Os conselhos de segurança pública;
- Fundamentos e princípios da gestão integrada e comunitária;
- Mecanismos do Estado que favorecem a implantação da gestão integrada e comunitária no âmbito da segurança pública;
- Policiamento orientado por problema;
- Estratégias que favoreçam a participação e mobilização da comunidade;
- Experiências de gestão integrada e comunitária na área de segurança pública internacional e nacional;
- Doutrina comunitária institucional.

Carga horária recomendada

- 24 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Debates com subsídios de filmes e vídeos;
- Simulações de reuniões participativas;
- Exercícios práticos sobre a metodologia de policiamento orientado por problemas;
- Pesquisa de campo;
- Visitas a unidades que executam a gestão integrada e comunitária.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação contínua e processual durante os encontros, por meio da participação ativa dos alunos em sala;
- Trabalho realizado após pesquisa de campo e/ou prova escrita.

Referências bibliográficas

1. BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional.** São Paulo: Edusp; 2002.
2. BITTNER, Egon. **Policiamento em áreas deterioradas: um estudo da manutenção da paz.** Florence Nightingale Procurando Willie Sutton: uma teoria de polícia. Aspectos do trabalho policial. Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.
3. BITTNER, Egon; SKOLNICH Jerome H. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas.** São Paulo: Edusp, 2002.
4. CERQUEIRA, C.M.N. (Org.). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio Janeiro: Fundação Ford/Freitas Bastos Editora, 1998.
5. CERQUEIRA, C.M.N. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia.** Rio Janeiro: Freitas Bastos, 2001.
6. GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre.** Herman Goldstein tradução Marcelo Rollemberg São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo. 2003. Serie Policia e Sociedade, nº 9, (organização Nancy Candia).
7. SKOLNICK, Jerome H.; Bayley, David H. **Policiamento comunitário.** São Paulo: Edusp, 2002.
8. TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar.** 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

2.2
ÁREA TEMÁTICA II
VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL

	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30h
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	24h
	Subtotal	**54h**

2.2.1
DISCIPLINA: ABORDAGEM HISTÓRICA, SOCIAL E PSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
13 PM Q 6.1	Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência.
29 PM Q 6.3	Ter capacidade para agir demonstrando conhecimento sobre o perfil e modus operandi do criminoso ao proceder investigações de infrações penais, ao localizar pessoas e em outras situações diversas. Ter capacidade para agir demonstrando conhecimento sobre o perfil e modus operandi do criminoso.

Aspectos conceituais

- Conceitos de violência e de criminalidade em seus vários aspectos (histórico, sociológico e psicológico);
- Definição de conflitualidades;
- Principais fatores (históricos, sociológicos e psicológicos), considerando os vários grupos sociais, em especial os vulneráveis;
- Convergência e contradições existentes entre as questões históricas sociais e os fenômenos da violência;
- Influência da mídia no imaginário social;
- A formação da subjetividade e a relação com a violência;
- Violência policial e sua estruturação social.

Aspectos procedimentais

- Compreensão das manifestações da violência;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Ações de prevenção e enfrentamento da violência baseadas em informações científicas;
- Estabelecimento de estratégias de prevenção e enfrentamento a partir da análise das contradições.

Aspectos atitudinais

- Segurança e equilíbrio na prevenção e enfrentamento dos fenômenos violentos;
- Desconstrução dos mitos sobre a violência.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Já há algum tempo, esforços de pesquisa, tanto na área da História, da Sociologia e da Psicologia, vêm se voltando para o estudo da criminalidade e da violência, de forma a elucidar o fenômeno em termos de suas variações no tempo em relação às estruturas e processos mais amplos e de longa duração. De um modo geral, as mudanças históricas acentuadas nos padrões de violência estariam relacionadas a duas alterações de longo curso: as profundas mudanças culturais que modelam a sociedade moderna e a expansão do Estado Moderno e seus aparatos de vigilância e controle social, realizadas concomitantemente.

Poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a criminalidade e a violência nos dias atuais, pois afetam toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. São consequências que se repercutem tanto no imaginário cotidiano das pessoas, como nas cifras extraordinárias a respeito dos custos diretos da criminalidade violenta.

Sendo assim, torna-se indispensável conhecer os modelos teóricos que abordam os eventos de crimes nos seus três níveis de análise: individual, micro e macroestrutural. O nível individual enfoca o princípio da escolha racional em que ele pondera sobre custos e benefícios de ações criminosas. O nível micro enfoca os processos de socialização, aprendizado e de introjeção de autocontrole produzidos pelos grupos de referência. O nível macroestrutural enfatiza os conflitos econômicos, os conflitos morais e culturais, a pressão pela aquisição de bens e a desigualdade de oportunidades.

Atualmente, as teorias científicas sobre a violência e a criminalidade são utilizadas para a compreensão e investigação do fenômeno criminoso, indagando porque determinadas pessoas são tratadas como criminosas; vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade e orientando na formulação de políticas públicas.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:

  - Compreender o fenômeno da violência e do crime a partir de uma prévia visão do homem e da sociedade, vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Discutir as variáveis e os pressupostos dos diferentes modelos teóricos que abordam a violência e os eventos do crime, bem como as formas de intervenção nas ações de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Refletir sobre os fatores e situações inerentes à violência e à criminalidade, de acordo com o espaço público de sua atuação.

Conteúdo programático

- Perspectiva histórica da violência com ênfase na realidade brasileira;
- Introdução ao estudo da sociologia da violência e do crime;
- Tipologia da violência social;
- O crime como problema sociológico: evolução do pensamento sociológico;
- A condição humana: agressividade, violência e crime;
- Perspectivas teóricas psicológicas: causas, padrões de sintomas e abordagens para o tratamento de ordem psicológica;
- O impacto da diversidade cultural, social e econômica na segurança pública e na justiça criminal; os desafios da segurança pública no contexto da diversidade e da desigualdade, em resposta à criminalidade, particularmente a violenta;
- Violência, crime e o papel da mídia: uma análise da contribuição dos meios de informação para a educação social ou para a glamorização do crime;
- A formação da subjetividade e sua relação com a violência: a relação da subjetividade do indivíduo (construída socialmente) e as implicações no aspecto da violência. Visão respaldada na psicologia social;
- Violência policial: os aspectos sociais e institucionais que estão envolvidos nesta questão.

Carga horária recomendada

- 30 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

- As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:
- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Projeção de vídeos e outras mídias;
- Estudo de textos de normas internacionais e nacionais, artigos de jornais, internet, reportagens da imprensa em geral;
- Estudo de casos.

Avaliação da aprendizagem

- Debates em grupo;
- Redação de textos referentes a tópicos do conteúdo;
- Avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ADORNO, S. F. **Criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático**. Rio de Janeiro: BIB, 1993.
2. BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
3. BRASIL. Ministério da Justiça/Senasp. **Guia para a prevenção do crime e da violência**. Brasília: Senasp. 2005.
4. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
5. MISSE, Michel. **Reflexões sobre a violência urbana**. In: FEGHALLI, Jandira et al. (Orgs.). **Segurança e (des)esperança**s. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
6. ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
7. PIEDADE JR., Heitor; LEAL, Cesar Barros. **A violência multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
8. STREY, Marlene Neves et al. **Violência gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

2.2.2
DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
13 PM Q 6.1	Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência.

Aspectos conceituais

- Abordagem histórica;
- Etiologia do crime;
- Epidemiologia do crime;
- Características dos crimes mais comuns;
- Política criminal e prevenção;
- Vitimologia.

Aspectos procedimentais

- Análise da incidência criminal no contexto social;
- Utilização de técnicas de prevenção e controle;
- Análise da vitimologia para a consecução do crime.

Aspectos atitudinais

- Segurança e equilíbrio na prevenção e contenção dos fenômenos violentos e criminosos;
- Entendimento holístico do crime para uma melhor atuação do profissional de segurança pública.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

No âmbito da Ciência Criminológica, o delinquente é visto, hoje, como uma pessoa que possui características comuns à maioria da comunidade na qual se insere. É um ser humano do seu tempo, ou seja, influenciado tanto por sua herança genética, como pelo seu entorno. É plenamente suscetível a um incessante e dinâmico processo de interação com os outros indivíduos e o próprio meio em que vive. É, em suma, um ser perfectível, sempre em evolução, que almeja um futuro e pode ultrapassar seus condicionamentos. Sabendo que o ser humano não é apenas um ser biológico, reveste-se de importância o conhecimento de sua história, cultura e experiências pessoais e coletivas. A Criminologia reúne esses conhecimentos variados objetivando subsidiar dados para uma intervenção positiva no âmbito da segurança pública.

Desta forma, investigar o sujeito em todas as suas nuances, implica em pesquisar o histórico do passado, histórico médico e características comportamentais do agressor que tentam descrever a pessoa que cometeu aquele crime, facilitando a busca da policia. Nos modelos investigativos estabelecidos por grandes instituições policias, como por exemplo, o FBI (polícia federal americana), esse estágio de estabelecimento de perfil criminal, pode envolver orientações sobre como melhor entrevistar o suspeito. O resultado implica num trabalho de melhor qualidade para identificar e deter o acusado. Um perfil criminal se baseia em informações a respeito da idade, sexo, aparência geral do criminoso, seu status de relacionamento, tipo de ocupação e dados sobre seu emprego, educação ou vida militar.

A vítima também adquiriu um papel relevante no estudo da Criminologia, por meio da Vitimologia, entendida como a necessidade de se verificar a "real" função que a vítima desempenha no decorrer do delito. Este enfoque carrega uma imagem mais real e dinâmica da vítima, de seu comportamento, de suas relações com os demais protagonistas do delito e da correlação das forças que convergem para o acontecimento criminal.

Sobre a importância do estudo do controle social pela Criminologia há de se verificar vários meios ou sistemas normativos, com distintas estratégias e modalidades de penas. A prevenção eficaz do crime não deve limitar-se tão somente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, mas também à melhor integração das instâncias de controle social formal e informal.

A Criminologia é, pois, uma ciência empírica, uma ciência do "ser", e dista do paradigma causal-explicativo, acolhido pelo positivismo naturalista, com base em pretensões de segurança e certeza. Este novo modelo de saber científico, mais relativo, provisório e inacabado, demonstra que o ser humano transcende à "causalidade", à "relatividade" e à "força", sendo sujeito e não objeto da história.

Portanto, para a compreensão, interpretação, manejo e aplicação eficiente de políticas de Segurança Pública são necessários o domínio de marcos teóricos robustos, conceitos esclarecedores e um conjunto de princípios ordenados e orgânicos acerca do delito, do delinquente, da vítima e dos instrumentos de controle social.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Interpretar as diversas teorias de micro e macrocriminologia, bem como os fatores que influenciam na criminalidade e na violência apresentadas pela sociedade contemporânea;
  - Compreender o paradigma da reação social e suas decorrências.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar a informática no tratamento de dados de modo a obter uma interpretação dirigida pelas informações e estatísticas de registro da criminalidade e da violência;
  - Avaliar os sistemas de controle social, a implementação de políticas criminais e de segurança pública e a questão da violência institucional.
- Fortalecer atitudes para:
  - Valorizar uma práxis em segurança pública voltada à proteção da sociedade, aliada ao respeito máximo aos direitos e garantias fundamentais individuais.

Conteúdo programático

- Criminologia, conceito, objetos, métodos e funções;
- O princípio da secularização - análise pré-moderna e contemporânea do paradigma inquisitorial;
- O autor do delito frente ao paradigma etiológico;
- Raízes da ideologia da defesa social. Microcriminologia: teorias biológicas, psicológicas e psiquiátricas; teorias da aprendizagem; teoria da socialização deficiente (teorias ecológicas da Escola de Chicago; teoria dos lares destroçados) (Broken Homes); teoria da associação diferencial; teoria da subcultura e neutralização. Macrocriminologia: teoria da estrutura social defensiva; teoria da anomia;
- A teoria do etiquetamento ou da rotulação - presente e futuro;
- O paradigma da reação social - a grande transformação. Teorias das penas, destacando a questão da ressocialização;
- A Criminologia crítica frente ao paradigma da neo-criminalização: neo-retributivismo; teoria das janelas quebradas (Broken Windows), tolerância zero, prevenção situacional, direito penal do inimigo, teorias da pena;
- Política criminal. Estatística criminal. Mapeamento criminológico. Prevenção criminal;
- Políticas criminais alternativas: minimalismo, abolicionismo, justiça restaurativa, garantismo, descriminalização, reparação do dano e medidas de segurança;
- Psicopatologia forense: Fatores psicopatológicos modificadores da imputabilidade penal e da capacidade civil, pressupostos psíquicos da imputabilidade penal;
- Perfil criminal e a relação entre os diversos tipos de crimes e psicopatologia presente no autor: crime psicótico, crime psicopático e crime epiléptico;
- Vitimologia e vitimodogmática: pesquisas de vitimização; a histórica "neutralização" da vítima no processo penal; delitos sem vítima; vitimologia e vitimodogmática.

Carga horária recomendada

- 24h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de casos reais;
- Seminários e debates;
- Estudo de textos;
- Uso de imagens e vídeos.

Avaliação da aprendizagem

- Atividades nas quais os alunos tenham que utilizar os conhecimentos adquiridos, levando em consideração o seu potencial analítico;
- Prova escrita.

Referências bibliográficas

1. DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manoel da Costa Andrade. **Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
2. FERREIRA LIMA, M. P. **Crimes de computador e segurança computacional**. Campinas: Millenium, 2008.
3. MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. Introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. 4. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
4. MOLINA, Antonio Garcia-Pablo et al. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
5. NESPP/ACADEPOL. **Criminologia**. Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa, ano 2, n. 2, Belo Horizonte, ago, 2007.
6. SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
7. SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
8. SILVA, Jorge da. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

2.3
ÁREA TEMÁTICA III
CONHECIMENTOS JURÍDICOS

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Direitos Humanos	18h
Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54h
Subtotal	**72h**

2.3.1
DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
73 BM Q 8.1	Atuar demonstrando conhecer e respeitar os direitos humanos.
91 PM Q 6.1	Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.

Aspectos conceitua

- Conceituação, aspectos históricos, culturais, políticos e legais dos DHs;
- Características do DHs;
- Princípios constitucionais e garantias fundamentais;
- Direitos individuais homogêneos, coletivos, transindividuais e difusos;
- Direitos humanos: relações étnico-raciais;
- Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função de profissional de segurança pública;
- Legislações pertinentes de garantias às diferenças de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, Estatuto da Igualdade Racial, Aspectos legais de defesa à diversidade sexual e à pessoa com necessidades educativas especiais);
- O profissional de segurança pública frente aos direitos humanos, no sentido ao reconhecimento e valorização dos grupos historicamente discriminados;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Os direitos dos profissionais de segurança pública: portaria interministerial SEDH/MJ nº 2 - Estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos para a categoria;
- Portaria Interministerial nº 4226 de 31/12/20.

Aspectos procedimentais

- Análise comparativa entre os princípios constitucionais e a Declaração universal dos direitos humanos;
- Utilização de mecanismos para servir e proteger de acordo com os princípios constitucionais e legislação infraconstitucional específica.

Aspectos atitudinais

- Cumprimento dos princípios constitucionais e da declaração universal dos direitos humanos de forma humanizada e socializada;
- Conduta assertiva junto à sociedade, pautada no respeito aos direitos e garantias individuais e direitos humanos;
- Vigilância constante para com sua conduta discriminatória frente às pessoas vulneráveis, procurando superá-la com posturas humanizadas;
- Desconstrução da cultura de que os DHs são direitos de bandidos e construir pensamentos inovados e críticos que apontem para práticas inclusivas e humanizadas;
- Reconhecimento como policia cidadã na defesa dos DHs que tem como prevalência assegurar a dignidade humana;
- Percepção como titular de direitos relativos a atuação profissional;
- Sensibilizar os profissionais de segurança pública para o protagonismo em direitos humanos (ou seja, que esse profissional se torne não apenas respeitador, mas um promotor dos DH).

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A questão dos direitos humanos aplicados à ação dos profissionais de segurança pública está cercada de mitos e equívocos que atravessam o imaginário social e, particularmente, a cultura tradicional dos órgãos mantenedores da segurança pública. Apesar dos avanços, tem prevalecido uma visão de antagonismo entre os dois. O profissional de segurança pública eficiente e profissionalizado em padrões de excelência precisa estar eticamente comprometido com os direitos humanos, como referência primordial de sua ação técnica, dando, assim, uma resposta aos anseios de justiça e legalidade do sistema democrático, sem prejuízo da eficiência e da força na prevenção e repressão do crime.

Direitos humanos e atividade do profissional de segurança pública ainda soam como pólos antagônicos no imaginário público. Tal situação se deve a uma série de fato-

res históricos e culturais que a cada dia vêm sendo superados pela consciência cívica da população brasileira, pelos esforços dos governantes sérios e pela dedicação de dirigentes públicos comprometidos com a ética e a democracia. Assim sendo, é necessário que o profissional de segurança pública entenda que a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana é uma obrigação do Estado e do governo em favor da sociedade e que o profissional da área de segurança pública é um dos agentes da promoção e proteção desses direitos. Devendo ele, no momento de sua atuação, como agente de segurança pública, zelar pelo cumprimento dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas idosas, vítimas da criminalidade do abuso do poder, usuários e dependentes de drogas, pessoas em situação de rua, negros (afro-brasileiros), indígenas e ciganos.

O correto posicionamento do profissional de segurança pública dentro dos valores universais dos direitos humanos é a garantia de uma segurança pública cada vez mais acreditada pelo cidadão e cada vez mais prestigiada pelo poder político da sociedade. Nesta perspectiva os órgãos de segurança pública se credenciam a cercar-se de eficientes instrumentos institucionais e materiais para que o combate ao crime seja rigoroso e pacificador.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos direitos humanos e da criação das instituições de segurança, destacando o papel dessas instituições nos regimes autoritários;
  - Analisar as normas internacionais e nacionais de direitos humanos aplicadas à função do profissional de segurança pública;
  - Analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos direitos humanos e a ação profissional de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Demonstrar a relação entre a cidadania do profissional da área de segurança pública e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional;
  - Empreender mecanismos para servir e proteger de acordo com os princípios constitucionais da legislação infraconstitucional específica.
- Fortalecer atitudes para:
  - Sensibilizar os profissionais de segurança pública para o protagonismo em direitos humanos;
  - Interagir com os diversos atores sociais e institucionais que atuam na proteção e defesa dos direitos humanos;
  - Reconhecer a inserção dos direitos humanos como política pública no Brasil e a inclusão da segurança pública;

- Reconhecer e debater os princípios constitucionais e as normas dos direitos humanos que regem a atividade do profissional da área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas atividades exercidas;
- História social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos;
- Desmistificação dos direitos humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões ético-filosófica, histórica, jurídica, cultural, econômica, psicológica e político-institucional dos direitos humanos na ação do profissional da área de segurança pública;
- A ação do profissional de segurança pública nos mecanismos de proteção internacionais e nacionais dos direitos humanos;
- Fontes, sistemas e normas de direitos humanos na aplicação da lei: sistema universal (Organização das Nações Unidas ONU), sistemas regionais de direitos humanos. O Brasil e o sistema interamericano de direitos humanos (Organização dos Estados Americanos OEA);
- Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política;
- Programa nacional de direitos humanos, a segurança pública e o Sistema nacional de direitos humanos;
- Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais;
- O profissional de segurança pública frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade;
- Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa;
- A cidadania do profissional da área de segurança pública;
- Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função dos profissionais da área de segurança pública:
  - Declaração universal dos direitos humanos (DUDH) (ONU - 1948);
  - Convenção americana sobre direitos humanos - Pacto de San José (CADH);
  - Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos (PIDCP);
  - Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT);
  - Código de conduta para os funcionários encarregados da aplicação da lei (Código de Conduta);
  - Princípios orientadores para aplicação efetiva do código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei (Princípios Orientadores);
  - Princípios básicos sobre a utilização da força e arma de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei (PBUFAF);
  - Conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão (Conjunto de Princípios).

- Legislação Nacional:
  - Direitos Individuais e Coletivos contidos no Art. 5º da Constituição Federal, sintetizados no princípio de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...";
  - Princípio Normativo da Constituição Federal contido no Art 144: Segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos [...]; Do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública, contido no Art. 37, caput, da Constituição Federal;
  - Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública;
  - Estatuto da criança e do adolescente;
  - Estatuto do idoso;
  - Estatuto da igualdade racial;
  - Lei Maria da Penha.

Carga horária recomendada

- 18h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Elaboração de mapa conceitual pluridisciplinar dos direitos humanos, a partir da vivência pessoal;
- Aulas expositivas de caráter teórico;
- Atividades em grupo: discussão em grupo, dinâmicas de grupo, jogos dramáticos, seminários com pessoas e entidades governamentais e não-governamentais de promoção e defesa dos direitos humanos e operadores do direito;
- Visitas a instituições de proteção de mulheres, criança e adolescentes, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoa idosa, vítimas da criminalidade do abuso do poder, usuários e dependentes de drogas, pessoa em situação de rua e negros (afro-brasileiros), ciganos e indígenas.
- A análise e discussão de textos doutrinários e legais, com uso de recursos audiovisuais, proporcionarão condições aos alunos para uma reflexão consciente e voltada para propostas concretas de ação do profissional da área de segurança pública, investigando técnicas de uso da força com a observação rigorosa da legalidade. Deve-se priorizar a integração e a participação, em regime de debates, de personalidades notoriamente ligadas à promoção dos direitos humanos. Mesas redondas, painéis, seminários são fundamentais como estratégia de ensino-aprendizagem.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem poderá ser realizada por meio:

- Participação dos alunos em atividades dialógicas e escritas por meio de questões discursivas e/ou objetivas;
- Apresentação de grupos (quando for o caso), por meio de roda de conversas, seminários e/ou oficinas.

Referências bibliográficas

1. BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia.** Passo Fundo: CAPEC, 1998.
2. BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo.** Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.
3. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1990.
4. BRASIL. **Lei nº 8.069,** de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.
5. BRASIL. **Lei nº 10.741,** de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: 2003.
6. BRASIL. **Lei nº 12.288,** de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: 2010.
7. BRASIL. **Lei nº 11.340,** de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: 2006.
8. BRASIL. Ministério da Justiça. **Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.** Brasília: SENASP, 2013.
9. BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: SENASP, 2008.
10. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
11. BRASIL. **Decreto nº 678,** de 06 de novembro de 1992. Convenção Americana sobre Direitos Humanos Pacto de San José (CADH). Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília: 1992.

12. BRASIL. **Decreto nº 40,** de 15 de fevereiro de 1991. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT). Mantém concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e dá outras providencias. Brasília: 1991.
13. DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. páginas 19-42.
14. DOUZINAS, Costas. **O fim dos Direitos Humanos.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2009. (Cap. 13: Os direitos humanos do outro). páginas 349-374.
15. GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social.** A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
16. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH). Paris, 1948.
17. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos** (PIDCP): 1966;
18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
19. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão:** 1988.
20. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1989.
21. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei** (PBUFAF): 1990.
22. SILVA, José Afonso da. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÉVE, Clèmerson Merlin; SARLET, Wolfgang Ingo; PAGLIARINI, Alexander Continuo (Coords.). **Direitos Humanos e democracia.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.

2.3.2
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE POLICIAL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
11 PM Q 6.1	Ao compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância. Ter conhecimento sobre procedimentos administrativos disciplinares.
49 PM Q 6.3	Ao fazer a escolta de presos, agir demonstrando conhecimento das normas de abordagem, procedimentos e técnica de condução e legislações pertinentes (ex.: ECA).
50 PM Q 6.1	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função. Ser capaz de agir demonstrando domínio sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites.
62 PM Q 6.3	Ter a capacidade de utilizar a experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública.
68 PC Q 6.1	Ao entrevistar partes envolvidas (vitimas, autores, testemunhas, suspeitos, informantes, dentre outros) ou presos, identificar a natureza da infração penal transgredida.

Aspectos conceituais

- Concepção epistemológica do direito e sua função social à luz da dignidade da pessoa humana;
- Estudo dos ramos do direito aplicado às atividades de segurança pública;
- Leis especiais aplicadas;
- Sistema de justiça criminal.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos procedimentais

- Aplicação em casos concretos;
- Análise dos princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão na segurança pública;
- Atuação na repressão e prevenção de crimes, desordens e medo do crime, respeitando o direito da humanidade.

Aspectos atitudinais

- Atenção aos fundamentos do processo decisório com ênfase na preservação dos direitos humanos;
- Reconhecimento de que o conhecimento jurídico é uma ferramenta no exercício de sua profissão;
- Respeito aos princípios e normas jurídicas estabelecidas na Constituição Federal e no ordenamento jurídico infraconstitucional.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A implementação da disciplina fundamentos jurídicos da atividade policial tem de ter em vista a atuação do profissional em segurança pública no Estado Democrático de Direito e implica no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro e universal, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades policiais, de forma associada às demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na pratica técnico-profissional.

Cabe ressaltar que os conhecimentos específicos e aprofundados de cada ramo do direito deverão ser realizados pelas disciplinas específicas do curso de formação de cada cargo que compõe o sistema de segurança pública.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Entender a Constituição Federal e seus princípios como núcleo basilar da legislação infraconstitucional;
  - Discutir sobre o direito como construção sociocultural;
  - Compreender o sistema de justiça criminal, abrangendo os órgãos que o Estado se vale para tanto - Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo - e suas funções típicas.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Analisar os princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão na segurança pública.

- Fortalecer atitudes para:
  - Compatibilizar as ações de atuação policial com o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana (núcleo axiológico da Constituição Federal de 1988);
  - Reconhecer que o conhecimento jurídico é apenas uma dimensão balizar da sua ação e uma ferramenta no exercício de sua profissão.

Conteúdo programático

- Introdução ao estudo do direito:
  - Noções sobre princípios e classificação do direito: direito publico, privado e os vários ramos do direito;
  - Direito, moral e cultura;
  - Relação de hierarquia entre a Constituição Federal e seus princípios e a legislação infraconstitucional.
- Estado: conceito e organização:
  - Funções governamentais: poderes executivo, legislativo e judiciário.
- Sistema de justiça criminal:
  - Funções e atores da justiça criminal: polícias, ministério público, defensoria, magistratura e sistema prisional.

Carga horária recomendada

- 54 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas com auxílio de audiovisuais;
- Estudo dirigido das legislações;
- Trabalhos em grupo;
- Jogos;
- Estudos de casos.

Avaliação da aprendizagem

- Prova escrita e/ou oral e com a observação do professor.

Referências bibliográficas

1. BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional,** 22ª Ed. Editora Saraiva, 2010.
2. BITTENCOURT, Cézar Roberto. **Tratado de direito penal,** 17ª Ed. Vols. 1. Saraiva. 2012.
3. BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social.** São Paulo: Malheiros, 2001.
4. BRASIL. **Código de Processo Penal.**
5. BRASIL. **Código Penal.**
6. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**
7. BRASIL. **Decreto-Lei no 3.689,** de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro: 1941.

8. BRASIL. **Decreto-Lei no 2.848,** de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: 1940.
9. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1990.
10. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
11. GRECO, Rogério. **Atividade policial.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2012.
12. LOPES JR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional.** Vol. I. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010.
13. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 8ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
14. PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro.** 9ª Ed. Vol. 1. Revista dos Tribunais. 2010.
15. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal.** 15º Ed. São Paulo, Saraiva, 2012.

2.4
ÁREA TEMÁTICA IV MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18h
Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12h
Análise de Cenários e Riscos	12h
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h
Subtotal	**60h**

2.4.1
DISCIPLINA: PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
24 PM Q 6.3	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções de conflitos e/ou de intervenção. Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções e gerenciamento de conflitos.

Aspectos conceituais

- Conceitos de conflito e resolução pacífica de conflitos;
- Situações de conflitos;
- Tipos de conflitos;
- Características dos meios de resolução pacífica de conflitos: arbitragem, negociação, conciliação e mediação;
- Relação segurança pública e mediação;
- Modelos e técnicas de mediação;
- O mediador e suas características.

Aspectos procedimentais

- Análise dos meios de resolução pacífica de conflitos;
- Utilização de ferramentas e técnicas de mediação de conflitos.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento das formas diferenciadas para atender as situações de conflito;
- Construção de uma visão crítica sobre a resolução pacífica de conflitos;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Valorização da mediação como ferramenta de promoção dos direitos humanos e da segurança cidadã.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Os instrumentos tradicionais de administração de conflitos interpessoais não têm demonstrado eficácia em gerar transformação nas relações, a ponto de evitar a reincidência e o crescimento da violência. E, muitas vezes, impõem o uso do poder e da força num itinerário de retroalimentação, que fomenta ainda mais esse ciclo vicioso. Isso quando não há o recorrente e indevido envolvimento do profissional, que acaba enredado pelo contexto de conflito e violência, passando a fazer parte dele.

Os meios de resolução pacífica de conflitos servem como instrumentos de emancipação cidadã e constituição de capital social, para as comunidades que se utilizam dessa metodologia. As instituições de segurança que oferecem esses serviços, favorecem o acesso à justiça ao mesmo tem po que se reduz a judicialização de direitos disponíveis. A intervenção pacífica fortalece laços sociais e a prevenção criminal, e fomenta o protagonismo do cidadão na gestão de seus conflitos interpessoais. A mediação de Conflitos viabiliza a proximidade do profissional de segurança e a comunidade.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar conflito e resolução pacífica de conflitos;
  - Identificar situações de conflito e buscar alternativas conjuntas de solução;
  - Caracterizar as ADRs: arbitragem, negociação, conciliação e mediação.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar as técnicas que auxiliem na mediação de conflito em conjunto com a comunidade.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer que os meios de resolução pacífica de conflitos contribuem para a cidadania e para a transformação e contenção da escalada dos conflitos interpessoais em sua origem (a comunidade), evitando a sua eclosão em episódios de violência e de crime;
  - Reconhecer que os profissionais da área de Segurança Pública desempenham um papel importante nas ações de prevenção, mediação e resolução de conflito.

Conteúdo programático

- Conflito;
- Tipos de conflito;
- Estilo e manejo de conflitos;
- Meios de resolução pacífica de conflitos - ADRs;
- A mediação e seus benefícios;

- Modelos e técnicas de mediação;
- O processo de mediação;
- O mediador;
- A ética do mediador.

Carga horária recomendada

- 18h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas.
- Estudo de casos.
- Simulações.

Avaliação da aprendizagem

- Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizados instrumentos de avaliação escritos.
- Para parte prática deverá ser organizado um estudo de caso ou uma dramatização de operações envolvendo os principais pontos do conteúdo.

Referências bibliográficas

1. BRANDÃO, Carlos Eduardo Alcântara. **Resolução de conflitos.** Manual de Formadores de Mediadores e agentes da paz. VIVA RIO, 2005.
2. FIORELLI; MALLHADAS; MORAES. **Psicologia na mediação: inovando a gestão de conflitos interpessoais e organizacionais.** São Paulo: LTR, 2004.
3. MOORE, C. W. **O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.
4. MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2001.
5. OLIVEIRA. Alexandre Fontenelle. **Manual de negociação de Conflitos.** Vol.09. Rio de Janeiro: ISP,2008.
6. PEAK, Kenneth J.; GLENSOR, Ronald W. **Community Policing and Problem Solving: strategies and practices.** Upper Saddle River. 2nd. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999, p. 78.
7. SAMPAIO, Lia Regina C. BRAGA, Neto Adolfo. **O que é mediação de conflitos.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).
8. SEIDEL. Daniel [org.]. **Mediação de conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos.** Brasília: Vida e Juventude, 2007.
9. ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta.** Editora Agora, 2006, 3ª Edição.

2.4.2
DISCIPLINA: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E TOMADA DE DECISÃO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
86 PM Q 7	Capacidade de tomada de decisão.

Aspectos conceituais

- Resolução de problemas;
- Processo decisório;
- Apoio à decisão;
- Tomada de decisão individual;
- Tomada de decisão em grupo.

Aspectos procedimentais

- Utilização de estratégias que estimulem o processo criativo;
- Emprego de métodos, técnicas e instrumentos no processo de decisão.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento do outro como legítimo outro nos processos de decisão.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A tomada de decisão constitui o ato final de um processo complexo, tipicamente reflexivo, cuja construção implica em tomar-se consciência de que existe um problema, que precisa ser analisado sob diferentes ângulos, buscando ampliar o conhecimento do responsável pela decisão sobre o que ele considera importante neste contexto, e que as alternativas para resolvê-los devem ser avaliadas; só depois de percorridas as diversas etapas deste processo pode-se tomar a decisão mais adequada à situação específica. Tomar decisão não é, portanto, optar por um caminho ou uma solução sem se levar em consideração todos os caminhos ou possibilidades disponíveis.

O profissional da área de segurança pública é levado, no seu cotidiano, a tomar decisões a todo o momento e o faz, geralmente, sob grande pressão. A inclusão desta disciplina pretende habilitá-lo a desenvolver um comportamento analítico, definindo o objetivo a ser alcançado, identificando o obstáculo que se apresenta, analisando as estratégias que tornam provável a superação do obstáculo e, tendo a melhor solução, tomar a decisão.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o processo decisório em suas diversas etapas, de modo a encontrar soluções adequadas a cada situação.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Identificar, analisar e solucionar problemas com usos de metodologias;
  - Planejar, discutir e resolver situações de forma participativa.
- Fortalecer atitudes para:
  - Assumir comportamento assertivo ao comunicar decisões tomadas;
  - Reconhecer que o responsável pela decisão precisa ampliar seu entendimento (construir conhecimento) sobre o problema.

Conteúdo programático

- Conceito e componentes de situações-problema;
- Diagnóstico de situações problemáticas;
- Etapas da solução de problemas;
- Identificação de alternativas;
- Avaliação de alternativas;
- Discussão, planejamento e encaminhamento participativo de soluções;
- Tomada de decisão; análise de etapas e forma de comunicação;
- Avaliação de resultados;
- Ferramentas de auxílio à tomada de decisão.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas;
- Estudo de casos reais e fictícios;
- Dramatização e simulação de casos exemplares;
- Exibição e comentário de filmes;
- Seminários.

Avaliação da aprendizagem

- Provas com base em situações vivenciadas na prática profissional.

Referências bibliográficas

1. BAND, W. A. **Competências críticas: dez novas idéias para revolucionar a empresa.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.
2. GOMES, Luiz Flávio A.M; ARAYA, Marcela Cecília, GARIGNANO, Cláudia. **Tomada de decisão em Cenários Complexos: introdução aos métodos Discretos do Apoio Multicritério à Decisão.** São Paulo: Piomeira Thomson Learning, 2004.
3. KATZ, D.; KAHN, R. **Psicologia social das organizações.** São Paulo: Atlas, 1978.
4. LINDBLOM, C. E. **O processo de decisão política.** Brasília: UNB, 1980.
5. MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Teoria das organizações.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
6. MAUCHER, H. **Liderança em ação.** São Paulo: Makron, 1995.
7. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Além da hierarquia: como implantar estratégias participativas para administrar a empresa enxuta.** São Paulo: Atlas, 1995.
8. PEREIRA, M. J. L. de B. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder de decisão.** São Paulo: Makron, 1998.

2.4.3
DISCIPLINA: ANÁLISE DE CENÁRIOS E RISCOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
23 PC / 31 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio abstrato (estabelecer relações em situações novas para as quais se possua pouco conhecimento previamente aprendido).
49 PM / 32 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto no espaço).
30 PM Q 6.7	Capacidade de visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
38 PC Q 6.3	Capacidade de identificar situações de risco e antever sua ocorrência.
64 PC Q 6.7	Acuidade visual (boa visão, diferenciar detalhes).
70 PM Q 6.3	Ter a capacidade de avaliar o grau de risco da missão, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade.
76 PC / 89 PM	Capacidade de planejamento.

Aspectos conceituais

- Estudos das variáveis que contribuem potencialmente para situações de riscos;
- Caracterização dos riscos;
- Condições dos riscos;
- Legislação pertinente;
- Medidas de prevenção de riscos.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos procedimentais

- Avaliação de cenário e prevenção dos riscos;
- Tomada de decisão de acordo com o cenário apresentado;
- Reflexão e formulação de problemas e encaminhamento de soluções;
- Elaboração de planos de intervenção para mitigar os riscos.

Aspectos atitudinais

- Segurança e equilíbrio na tomada de decisão;
- Senso de percepção de risco, ressaltando aspectos espaciais;
- Reflexão sobre o seu compromisso de agir conscientemente frente a realidade, transformando-a e transformando-se em algo sempre novo e melhor;
- Visão holística na escolha de alternativas de prevenção de riscos;
- Antecipação ao surgimento de condições adversas (climáticas, comportamentais etc).

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O estudo desta disciplina está relacionado com o estudo de conhecimentos teóricos e práticos sobre o conceito de cenários e riscos, técnicas avançadas de comunicação, relação de ajuda e intervenção da autoridade pública. Tais estudos visam incutir nos futuros profissionais de segurança pública o senso de percepção de risco para que eles desenvolvam a capacidade de autoavaliação e autoconfiança nas suas intervenções, característica importante para a melhoria da qualidade dos serviços que prestarão à sociedade.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Avaliar situações de risco a partir de cenários, de forma a evitar e/ou intervir em eventos adversos.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Aplicar processos de intervenção num evento adverso, consoante a função do profissional de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância de lidar com o estudo de cenários para antevir riscos e evitar desastres.

Conteúdo programático

- Cenário. Ameaça e vulnerabilidade. Risco. Percepção de risco. Análise de risco. Tipos de risco. Mapa de risco. Antecipação e prevenção do risco. Avaliação de cenários (quanto: ao risco; ao potencial ofensivo ao potencial do aparelho de segurança);

- Evento adverso. Fases e etapas dos eventos adversos. Observação e análise de um evento adverso. Avaliação da situação das pessoas. Alerta e Alarme. Processos de intervenção em eventos adversos. Processos de resolução de problemas aplicados aos eventos adversos;
- Métodos, técnicas e ferramentas que possibilitem avaliar cenários e riscos.

Carga horária recomendada

12 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas;
- Estudos de caso;
- Simulações.

Avaliação da aprendizagem

- Prova escrita para a avaliação da parte conceitual;
- Estudo de campo em uma determinada região da comunidade para trabalhar de maneira prática os principais pontos do conteúdo.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.
2. BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos.** (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.
3. BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual de desastres naturais, humanos e mistos.** Vs. 1, 2 e 3. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.
4. BRASIL. **Política nacional de defesa civil.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.
5. BRASIL. **Segurança global da população.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.
6. CARNEIRO, Piquet et al. **Estratégias de Controle da Violência Policial: notas de pesquisa.** In: ZAVERUCHA, Jorge, et al. (Org.). Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.
7. FLEURY, Maria Tereza L.; FISCHER, Rosa M. (Coord.). **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1989.
8. ZAVERUCHA, Jorge (Org.). **Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais.** Recife: Massangana, 2002.

2.4.4
DISCIPLINA: GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 PM Q 7	Capacidade de negociação (buscar o consenso de idéias; demonstrar firmeza em seus posicionamentos, sem ser intransigente). Capacidade de negociação.
12 PM Q 7	Capacidade de reagir a ameaças e enfrentar situações, com prudência e coragem (dominar o medo em uma situação difícil; agir com cautela e precaução, procurando evitar riscos e consequências desagradáveis). Capacidade de reagir e enfrentar situações de risco, com prudência e coragem.
79 PM Q 6.3	Ser capaz de identificar vítimas e suspeitos em potencial.
84 PM Q 6.3	Ser capaz de interagir e orientar vítimas de ocorrências, vítimas potenciais ou pessoas fragilizadas.

Aspectos conceituais

- Definição de crises e desastres;
- Gerenciamento de crise;
- Estruturas sistêmicas existentes;
- Protocolos institucionais sobre crise.

Aspectos procedimentais

- Metodologia de gerenciamento de crise;
- Elaboração de planos de contingência;
- Avaliação de resultados e falhas.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Valorização do trabalho em equipe;
- Respeito aos múltiplos protocolos de atuação;
- Valorização dos critérios de julgamento;
- Consciência de ação continuada e complementar dos serviços de segurança pública e defesa social;
- Observância dos aspectos éticos no relacionamento com a Imprensa.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Nas últimas décadas no Brasil, os profissionais de segurança pública têm sido frequentemente chamados a intervir em situações de alta complexidade, sejam de ordem criminal ou não, cujas características especiais requerem posturas fora da rotina de suas atividades.

Desse modo, para responder às situações de crise e aos desastres em geral, é necessário identificar, obter e aplicar não só recursos do sistema de segurança pública, mas ainda integrar a participação de vários setores da sociedade civil, como é o caso da mídia.

É indispensável não apenas a gestão integrada desses problemas, mas, sobretudo preparar os profissionais de segurança pública para aplicar e administrar os recursos existentes, pois de nada adiantará a existência de organizações, estruturas e órgãos específicos se esses profissionais de segurança pública não detiverem os conhecimentos teóricos e práticos necessários para utilizá-los.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender os elementos teóricos do gerenciamento integrado de crises e desastres e do Sistema de Comando de Incidentes;
  - Avaliar situações de risco a partir de cenários, de forma a intervir em eventos adversos.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Intervir por ocasião de crises e desastres, integrando as estruturas sistêmicas existentes - Centro de gerenciamento de desastres (CGD), Gabinete de gestão integrada (GGI), Gabinete de gerenciamento de crise (GGC) e Sistema de comando de incidentes, de forma a preservar, prioritariamente, a vida humana.
- Fortalecer atitudes para:
  - Valorizar a priorização da vida, a incolumidade física e a dignidade da pessoa humana.

Conteúdo programático

- Ocorrência de alto risco;
- Situação de crise;
- Crise de natureza criminal ou não-criminal;
- Tipos de crise;
- Metodologia de gerenciamento de crise;
- Desastre;
- Classificação dos desastres quanto à intensidade, à evolução e à origem;
- Centro de comando e controle (CCC);
- Centro de gerenciamento de desastre (CGD);
- Gabinete de gestão integrada (GGI);
- Gabinete de gerenciamento de crise (GGC);
- Sistema de comando de incidentes (SCI);
- Plano de contingência;
- Avaliação pós evento.

Carga horária recomendada

- 18h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com as atividades práticas;
- Estudo de caso;
- Utilização de vídeos e imagens;
- Simulações.

Avaliação da aprendizagem

- Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizados instrumentos de avaliação escritos;
- Para parte prática deverá ser organizado um estudo de caso ou uma dramatização de operações envolvendo os principais pontos do conteúdo.

Referências bibliográficas

1. ABIQUIM, Departamento Técnico, comissão de Transportes. **Manual para atendimento de emergências com produtos perigosos.** 5. ed. São Paulo, 2006.
2. BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual de desastres naturais, humanos e mistos.** Vs. 1, 2 e 3. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.
3. BRASIL. Política nacional de defesa civil. Brasília: **Ministério da Integração Nacional.** Secretaria de Defesa Civil, 2000.
4. FORSYTH, Frederick. **O negociador,** tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro. Editora Record, 1989.

5. MONTEIRO, Roberto das Chagas. **Manual de Gerenciamento de Crises.** Ministério da Justiça. Academia Nacional de Polícia. 7ª Edição. Departamento de Polícia Federal. Brasília, 2004.
6. SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. **Gerenciamento de crises: negociação e atuação de grupos especiais de polícia na solução de eventos críticos.** Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO-II/95. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. São Paulo, 1995.
7. THOMÉ, Ricardo Lemos; SALIGNAC, Angelo Oliveira. **O Gerenciamento das Situações Policiais Críticas.** Editoras Gênesis, 2001.

2.5
ÁREA TEMÁTICA V
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
E SAÚDE DO TRABALHADOR

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Relações Interpessoais	24h
Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12h
Educação Física	120h
Subtotal	**156h**

2.5.1
DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
13 PC / 92 PM Q 7	Ter capacidade de relacionamento interpessoal. Capacidade de manter bom relacionamento interpessoal.
33 PM Q 7	Capacidade de trabalhar em equipe.
102 BM Q 9	Saber trabalhar em equipe.
45 PM Q 6.1	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia.
56 PM Q 6.7	Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento; capacidade de argumentar e contra-argumentar).
68 PM Q 6.7	Capacidade de observação (reparar ou perceber características ou aspectos que ocorrem com as pessoas, situações, fatos, objetos ou local/ambiente).
72 PC / 63 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).
97 PM Q 7	Ser capaz de se relacionar com o público.

Aspectos conceituais

- Relações inter e intrapessoais;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Comportamento humano: gênese pessoal, social e comunitária;
- Comunicação humana;
- Construção e desenvolvimento de equipes;
- Grupos e equipes;
- Atendimento ao público;
- Criatividade gerada a partir das relações interpessoais;
- Tomada de decisão;
- Conflitos;
- Empatia e alteridade.

Aspectos procedimentais

- Utilização de mecanismos e ferramentas para o auto-conhecimento;
- Utilização de mecanismos que possibilitem a percepção e a compreensão de si e do outro (identidade e alteridade);
- Trabalho em equipe;
- Utilização de mecanismos da comunicação verbal, não-verbal e factual;
- Utilização de feedback;
- Formação de grupos e equipes.

Aspectos atitudinais

- Reconhecer-se como um profissional competente, que se expressa como pessoa relacionando-se com o outro e o mundo construindo um ambiente social humanamente digno;
- Preocupação com o bem-estar, respeito e cuidado com a pessoa;
- Expressão das emoções de forma equilibrada;
- Construção da subjetividade e autoconhecimento de fragilidades;
- Atenção à reconsideração das próprias ideias.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O homem como ser biopsicossocial constrói o relacionamento com as pessoas tendo como base a construção da sociedade. Assim, o desenvolvimento de habilidades e competências específicas pessoais tem sido cada vez mais requerido no mundo contemporâneo.

A efetiva interação entre o homem e seu ambiente social aumenta e consolida-se a partir da variada gama de informações disponíveis, incorporadas às novas tecnologias, e do processo dentro da organização e da sociedade, mas principalmente pelo relacionamento humano.

Por ser um curso básico proposto às carreiras que compõem o aparato de segurança pública na República Federativa do Brasil, entendendo-se como tais, no contexto dado,

Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, há a necessidade de que os principais "recursos humanos" sejam geridos e bem utilizados como pessoas e indivíduos que prestam e recebem os mesmos serviços.

Para que estejam habilitados a enfrentar as situações delituosas em seu cotidiano, os servidores públicos dessas áreas devem ser portadores de atitudes que os farão decidirem como melhor agir nos momentos em que estiverem enfrentando situações de risco.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar e discutir sobre os aspectos de liderança, poder, criatividade, motivação e comunicação, que necessitam ser observados nas relações interpessoais.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Selecionar estratégias adequadas de ação, visando à melhoria das relações interpessoais e institucionais.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da individualidade (eu - outro) nas relações interpessoais.

Conteúdo programático

- A importância das relações interpessoais na sociedade contemporânea;
- Compreendendo o funcionamento das pessoas (eu outros):
  - Empatia, identidade, alteridade e solidariedade;
- Temas presentes no ambiente organizacional que afetam o comportamento das pessoas: liderança, poder, criatividade, motivação e assertividade;
- Percepção e comunicação:
  - Tipos de comunicação: verbal, não verbal e factual;
  - Feedback (conceitos, princípios e orientações);
  - Processo de dar e receber feedback;
- Aprendizagem e comportamentos organizacionais:
  - Relações interpessoais e a qualidade em serviço;
- Formação e desenvolvimento de equipes:
  - Transformação de grupos e equipes;
  - Competição e cooperação;
  - Dificuldades enfrentadas nas equipes;
  - Características das equipes eficazes;
  - Ferramentas para se trabalhar em equipe.

Carga horária recomendada

- 24h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

O diálogo é a base das estratégias aplicadas ao desenvolvimento desta disciplina. O pro-

fessor, por meio de processo empático e provocador do conhecimento, se utilizará de dinâmicas de grupo e construção de cenários em que se atuará com modelos de casos concretos, além de estudos de casos e de análise de textos legais e doutrinários sobre o servidor público.

A leitura de atualidades nacionais e internacionais, romances, letras de música e afins, seja em recursos materiais ou digitais, deverá ser estimulada, assim como a discussão sobre filmes próprios para a área ou filmes com contextos do sistema judiciário penal e militar.

Avaliação da aprendizagem

Sugere-se que para avaliação dessa disciplina sejam utilizados dois tipos de instrumentos de avaliação. O primeiro, mais prático, com base na observação das encenações dos alunos sobre os temas abordados e na análise crítica dessas dramatizações poderá ser um trabalho escrito (individual ou em dupla) sobre a análise de um filme ou texto didático; análise de casos, a critério da coordenação acadêmica. O segundo, poderá ser uma prova escrita sobre o conteúdo estudado.

Referências bibliográficas

1. CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
2. GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
3. KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos.** Curitiba: Ibpex, 2006.
4. MAGALHÃES. Lucila Rupp. **Aprendendo a Lidar com Gente: relações interpessoais no cotidiano.** Salvador: Casa da Qualidade, 1999.
5. MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
6. MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo.** Rio de Janeiro: José Olympio. 1994.
7. STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidadade,** Rio de Janeiro. Ed DP&A, 2006.
8. TREVISAN, Rosi Mary Soares. **Relações Humanas: competências intra e interpessoais.** Curitiba: Ibpex, 2004.

2.5.2
DISCIPLINA: SAÚDE E SEGURANÇA APLICADAS AO TRABALHO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
4 PM Q 7	Ter manejo de estresse (saber controlar-se em situações difíceis/estressantes).
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
23 PC / 25 PM Q 7	Ser capaz de separar a vida profissional da vida pessoal.
34 PM Q 6.3	Ter capacidade de agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI´s), quando necessário. Ter capacidade de agir utilizando equipamentos de proteção individual.
101 BM Q 8.3	Ter capacidade de utilizar adequadamente o equipamento de proteção individual (EPI).
85 PM Q 6.3	Ser capaz de respeitar e adotar os procedimentos de segurança no desempenho das tarefas inerentes ao cargo.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.

Aspectos conceituais

- Aspectos físicos, mentais e emocionais relacionados à saúde;
- Fatores de risco para a saúde;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- O ambiente e as doenças do trabalho;
- Psicopatologias;
- Estresse;
- Alcoolismo e uso de drogas lícitas e ilícitas;
- Qualidade de vida no trabalho;
- Conceito de ambiente saudável;
- Prevenção e controle de riscos em equipamentos e no ambiente de trabalho;
- Equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Ergonomia.

Aspectos procedimentais

- Estabelecimento dos processos de preservação da saúde física e mental;
- Estabelecimento dos processos para eliminar, minimizar e controlar os riscos de ocorrência de acidentes, doenças ocupacionais nas atividades/ operações;
- Adoção de rotinas que possibilitem utilizar de maneira eficiente e eficaz os equipamentos de trabalho;
- Utilização de técnicas de prevenção do estresse e de outras doenças ocupacionais.

Aspectos atitudinais

- Consciência corporal;
- Consciência da importância de preservação do corpo e da mente como instrumento de melhoria na qualidade profissional;
- Valorização da redução dos números de acidentes no trabalho e das doenças ocupacionais;
- Senso do uso de equipamentos de proteção individual;
- Zelo pela qualidade do ambiente de trabalho;
- Responsabilidade pelo que faz.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A disciplina "Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho" advém da necessidade de se estabelecer o vínculo entre a efetividade, a eficácia e a produção social gerada pelo interesse na pessoa do agente de segurança pública, como sujeito que participa "dos" e "nos" ambientes das comunidades que compõem a sociedade civil brasileira.

Poucos são os estudos que evidenciam o sujeito de segurança pública como produto social, com a espessura do cotidiano que o reproduz e transforma. Entretanto, há um número considerável de trabalhos científicos que indicam o desempenho das atividades dos profissionais de segurança pública como os que apresentam maior tendência de sofrimento de estresse.

Esta disciplina buscará conscientizar esses profissionais para a necessidade de utili-

zar os equipamentos de proteção individual em atividade de risco. Para isso, utilizará uma abordagem transdisciplinar, com uma visão biopsicossocial desse sujeito, inserindo-o no contexto social como agente que propicia mudanças positivas no cenário profissional.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a relação entre trabalho, adoecimento psíquico e ambiente de trabalho saudável;
  - Conceituar qualidade de vida e conhecer os fatores que nela interferem;
  - Compreender os conceitos de saúde/doença mental e sua incidência no universo policial;
  - Entender o conceito de estresse pós-traumático e sua vinculação com as atividades do profissional da área de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar procedimentos e técnicas que auxiliem a tornar o ambiente de trabalho mais saudável e a melhorar a qualidade de vida.
- Fortalecer atitudes para:
  - Priorizar o cuidado com as saúdes física e mental, como forma de prevenção de algumas patologias que possam ser adquiridas no percurso profissional, melhorando assim a qualidade de vida.

Conteúdo programático

- O homem: um ser biopsicossocial;
- A natureza do trabalho do profissional da área de segurança pública: consciência da natureza e das exigências do seu trabalho;
- Relações de poder no trabalho e repercussões na saúde do profissional e no ambiente familiar: assédio moral, assédio sexual, relações de subordinação hierárquica, violência no ambiente de trabalho;
- Qualidade de vida: fundamentos e importância;
- Noções de medicina e segurança do trabalho;
- Equipamentos de proteção (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC);
- Prevenção de doenças do trabalho e doenças profissionais;
- Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce;
- Ergonomia aplicada ao profissional de segurança pública, tanto no campo operacional como no administrativo;
- Hábitos de vida como prevenção de saúde geral:
  - Alimentação;
  - Atividades físicas;
  - Atividades de lazer;
  - Outros hábitos segundo características regionais.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposições dialogadas;
- Debates;
- Seminários;
- Uso de vídeos.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação dessa disciplina deverá considerar:

- A elaboração de um produto final, em que o aluno construirá um plano para melhoria ou manutenção da sua qualidade de vida, contendo um diagnóstico de seus hábitos e uma proposta de mudança de alguns desses hábitos;
- Prova escrita.

Referências bibliográficas

1. BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** v. 8, São Paulo: Edusp, 2003.
2. DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.** Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
3. GOMEZ, C. M. **Violência no trabalho.** In: MINAYO, C. M. O impacto da violência sobre a saúde. MS: OPAS/Claves, 2005.
4. LIMA, C. **Estresse policial.** São Paulo: AVM; 2002.
5. MENDES, R. (Org.) **Patologia do trabalho.** Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.
6. MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Ciência & Saúde Coletiva, Abrasco, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000.
7. MINAYO, M.C.S; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
8. SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.** Ciência & Saúde Coletiva, 2005.
9. MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P.; **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 200 p.

2.5.3
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA[2]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
00*	Capacidade de manter continuamente a atividade física e a qualidade alimentar como elemento fundamental de preservação da saúde pessoal e profissional.
17 BM Q 8.6	Capacidade de raciocínio mecânico (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos, bem como conseguir manipular ou consertar esses mecanismos). Não localizada.
39 BM Q 8.6	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto/pessoa no espaço).
60 PM Q 6.3	Capacidade de demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo.
61 BM Q 8.5	Ter resistência física.
88 BM Q 8.6	Ter destreza manual.

Aspectos conceituais

- Fisiologia dos movimentos;

[2] Esta disciplina deverá ter o enfoque modificado conforme o curso de formação.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar.

- Fundamentos e controle das variáveis do treinamento físico;
- Conceitos sobre os 3 pilares do preparo físico (treino, nutrição e descanso);
- Cuidados com a saúde. (incluindo noções de higiene);
- Conhecimentos de nutrição.

Aspectos procedimentais

- Exercícios físicos respeitando as limitações individuais;
- Aprendizado sobre intervenções nos hábitos de vida como reeducação alimentar.

Aspectos atitudinais

- Valorização do corpo para melhor desempenho nas atividades profissionais e qualidade de vida;
- Reconhecimento da importância do cuidado preventivo em relação à saúde;
- Conscientização de que a manutenção do condicionamento físico é requisito para o bom desempenho das funções e melhor qualidade de vida.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A saúde física sempre foi uma preocupação da humanidade. Foram os gregos que, durante muitos séculos, mais cultivaram os exercícios físicos com vista ao desenvolvimento do corpo e garantia da saúde. Os exercícios físicos, que perderam sua importância na Idade Média, foram revalorizados a partir do Renascimento, passando a serem considerados como disciplina terapêutica, útil para a educação do corpo e da mente.

O desenvolvimento da Biologia e de outras ciências, ocorrido no final do século XIX, trouxe um grande impulso a uma nova abordagem da saúde. Na atualidade, o tema ganhou relevo, especialmente pelo fato de que o enfoque das ciências da saúde tem se deslocado do tratamento da doença para o aspecto preventivo, isto é, para a construção de condições capazes de evitar que ela venha a se instalar.

Para enfrentar as dificuldades cotidianas do exercício profissional, é indispensável que o profissional da área de segurança seja sadio, isto é, que apresente vigor físico, resistência, agilidade, equilíbrio emocional, força, destreza. Além disso, o exercício da Saúde Física possibilita desenvolver a disciplina e o espírito de equipe, conhecer o organismo humano e entender suas disfunções, potencializar o funcionamento dos órgãos e melhorar a performance física propriamente dita. Esta disciplina pretende tornar o profissional habilitado a zelar pela manutenção de sua saúde, possibilitando-o a oferecer um atendimento de qualidade durante a sua permanência no serviço ativo, bem como, proporcionar qualidade de vida no decorrer da sua inatividade (reserva).

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conhecer os efeitos da educação física no seu organismo;
  - Conhecer os efeitos da alimentação no seu organismo;
  - Conhecer os benefícios do repouso (descanso).
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Praticar exercícios físicos como recurso para garantia de boas condições vitais e o desempenho profissional;
  - Realizar treinamentos técnicos e táticos relacionado a atividade de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Cuidar preventivamente de sua saúde;
  - Estimular o cuidado preventivo com a saúde;
  - Desenvolver o espírito de equipe e a disciplina.

Carga horária recomendada

- 120h.

Conteúdo programático

- Avaliação física;
- Condicionamento físico geral;
- Alongamento;
- Exercícios de flexibilidade;
- Corrida contínua;
- Fartlek;
- Circuit training;
- Interval training;
- Musculação;
- Exercícios isométricos, isocinéticos e isotônicos;
- Exercícios de ação / reação;
- Exercícios de coordenação motora;
- Práticas esportivas voltadas a atividade fim (exemplo: jiu jitsu; tai chi chuan, yoga, dança, pilates, etc.);
- Atividades em meio líquido (ex.: natação);
- Anatomia (fisiologia).

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição oral sobre a teoria do treinamento físico;
- Demonstração;
- Confecção e execução de planos de treinamento físico;
- Exercício prático individual e em grupo.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula e fora dela, por meio de provas práticas (ex: cooper) e teóricas sobre o assunto.

Referências bibliográficas

1. BARBANTI, Valdir José. **Treinamento Esportivo: as capacidades motoras, os esportistas.** São Paulo: Manole, 2009.
2. DANTAS, Estélio H. M. **A prática da Preparação Física.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
3. FOX, Boner; MACARDLE, William D. **Bases fisiológicas da Educação Física e dos desportos.** 4. ed. Rio de Janeiro.
4. MARINS, João C. B.; GIANNCHI, Ronaldo S. **Avaliação e prescrição de atividade física.** Rio de Janeiro: Shape, 1996.
5. MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador.** Revista de Saúde Pública, vol. 25, n. 5, 1991. p. 341-349.
6. ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteado. **Isto é trabalho de gente? vida, doença e trabalho no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1994.
7. WEINECK, Jurgen. **Biologia do esporte.** São Paulo: Manole, 1991.
8. WEINECK, Jurgen. **Manual de treinamento esportivo.** 2. ed. São Paulo: Manole, 1989.

2.6
ÁREA TEMÁTICA VI
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Língua e Comunicação	26h
Documentação Técnica	12h
Telecomunicações	20h
Tecnologias e Sistemas Informatizados	20h
Gestão da Informação	20h
Inteligência de Segurança Pública	16h
Estatística Aplicada à Segurança Pública	20h
Introdução à Análise Criminal	24h
Subtotal	**158h**

2.6.1
DISCIPLINA: LÍNGUA E COMUNICAÇÃO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
11 PM Q 7	Capacidade de agir com assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões próprias, expressando-se de maneira enfática). Capacidade de agir com assertividade.
56 PM Q 6.7	Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento; capacidade de argumentar e contra-argumentar).
72 PC / 63 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).
78 PC	Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
47 PM Q 6.4	Ser capaz de redigir documentos de maneira clara, respeitando os padrões da norma culta e técnicas de redação oficial da Língua Portuguesa.
43 BM Q 8.4	Ser capaz de elaborar relatório, conhecendo os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
79 BM Q 8.4	Ter capacidade de se comunicar (expressar) em situações diversas.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

83 PM Q 6.6	Ter capacidade de repassar conhecimentos para a equipe, quando necessário. Ter capacidade de repassar conhecimentos e informações para a equipe, quando necessário.
97 PM Q 7	Ser capaz de se relacionar com o público.
Q 6.4	Ser capaz de relatar os fatos de forma clara, coesa e coerente à autoridade.
Q 6.6	Capacidade de ouvir atentamente e compreender.
Q 8.6	Ter capacidade de ouvir atentamente e compreender.

Aspectos conceituais

- Linguagem e suas funções;
- Expressão oral e escrita;
- Frase, parágrafo e texto;
- Pronomes de tratamento;
- Mídia;
- Público.

Aspectos procedimentais

- Leitura;
- Interpretação;
- Produção de textos;
- Utilização de mecanismos específicos para interação junto à mídia e o público interno e externo.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para as relações interpessoais no âmbito profissional interno e externo;
- Importância do uso adequado da língua em relação a mídia e ao público interno e externo.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A língua portuguesa, assim como todas as línguas, compõe-se de partes que se completam para que produzam um significado e uma função. Na primeira, composta pela fonética e pela fonologia, percebemos os fonemas, as sílabas, a ortofonia e a ortografia.

Na segunda, composta pela morfologia, estudamos a estrutura e a formação das palavras, suas classes e seus mecanismos de reflexão: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Para compreendermos os significados do emaranhado de palavras que surgem em nossos pensamentos, que transmitimos para nos comunicar, se faz necessário o uso correto da pontuação, da regência, da crase, da concordância, da colocação pronominal, da análise sintática, ou seja, da sintaxe. Não podemos esquecer o apêndice, no qual as figuras de estilo e os vícios de linguagem são observados. Todavia podemos verificar que toda a gramática da língua portuguesa está contida em um simples texto, ou seja, todos os aspectos gramaticais como fonética, fonologia, morfologia e sintaxe estão presentes em qualquer texto. Considerando esta afirmação se faz necessário que o estudo para fins de formação do profissional de segurança pública ocorra dentro do próprio contexto da segurança pública, ou seja, aplicado à função.

Dessa forma, a íngua portuguesa se compõe e se faz necessária no uso diário de nossas atividades, sejam elas verbais ou não verbais e, até mesmo, no emprego simultâneo de diversas linguagens, como a multimídia. Devemos lembrar que, os fatos que são levados à unidade de trabalho para registro, precisam ser entendidos, compreendidos e redigidos com uma linguagem objetiva e clara, que não permita dúvidas. Dessa forma, as comunicações escrita e falada proporcionarão a transparência e a objetividade das relações desses profissionais. Segundo Machado de Assis "As palavras têm sexo. Amam-se umas às outras. E casam-se. O casamento delas é o que chamamos estilo" (Machado de Assis).

Ressaltamos ainda a questão das línguas que complementam o nosso cotidiano como seres humanos, pensantes e reflexivos, que vivem em sociedade e, portanto, com as diferenças.

A disciplina "Língua e Comunicação" se torna cada vez mais importante para os que compõem os quadros profissionais de segurança pública e defesa social, uma vez que o desempenho das funções exige o uso de uma linguagem objetiva e clara, que não estabeleça dúvidas. Visa, ainda, atender a crescente demanda dos interessados na forma correta do uso da linguagem. Dessa forma, pretende-se capacitar o discente a utilizar uma comunicação escrita e falada como instrumento gerador de consequências justas, corretas, objetivas e transparentes no âmbito da segurança pública e da defesa social.

De acordo com Mattoso Câmara, "a arte de escrever precisa assentar numa atividade preliminar já radicada, que parte do ensino escolar e de um hábito de leitura inteligentemente conduzido".

Ressaltamos que é de extrema importância o conhecimento do profissional de segurança pública sobre as legislações do seu estado que normatizam a produção das peças de uma ocorrência (dinâmica do fato, termo de declaração, informação etc.).

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a linguagem como fator de comunicação;

  - Compreender os princípios utilizados na redação técnica que são a clareza, a concisão, a precisão, a coesão, a coerência, a obediência às normas gramaticais, a objetividade, o tratamento (pronomes), a estrutura frásica despojada de adjetivação e circunstancialidade (advérbios).
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Ler e interpretar textos;
  - Redigir com clareza textos na norma culta padrão e documentos oficiais;
  - Produzir um texto claro, coeso, coerente e harmônico;
  - Utilizar as normas de prestígio da língua na produção dos documentos oficiais;
  - Ter domínio do vocabulário, passando por um razoável conhecimento de ortografia, pontuação, concordância e de outros requisitos gramaticais;
  - Perceber que a redação de um "fato" requer habilidade extra de seu autor, pois este deverá ser bastante perspicaz em selecionar o que de relevante ocorreu no fato e que poderá enriquecer a investigação;
  - Compreender que uma redação, seja ela de que tipo for, não significa apenas a atuação de uma capacidade de escrever de forma correta, mas, sobretudo, a de organizar as ideias sobre determinado assunto.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a comunicação como fator preponderante para as relações interpessoais e para o exercício da profissão;
  - Reconhecer a linguagem oral ou escrita como um meio de repassar os conhecimentos acumulados, as ideias, os hábitos práticos, as experiências de vida de um grupo a outro;
  - Perceber que a comunicação, por meio da troca de informações, ideias e sentimentos cria processos que possibilitam o contato permanente entre as pessoas, em quaisquer circunstâncias, proporcionando a interação ente elas.

Conteúdo programático

- Comunicação humana:
  - Linguagem;
  - Funções da linguagem;
  - Expressão oral;
  - Expressão escrita;
  - Leitura.
- Tipos de discurso:
  - Características dos discursos direto, indireto e indireto livre;
  - Procedimentos para a transformação do discurso direto em indireto e indireto em direto;
  - Pontuação do discurso indireto.
- Estrutura do texto:
  - Interpretação de texto;
  - Vocabulário;

  - Frase e parágrafo.
- Tipologia textual:
  - Características dos textos narrativo, descritivo e dissertativo;
  - Estrutura dos textos narrativo, descritivo e dissertativo;
  - Elementos essenciais dos textos narrativo, descritivo e dissertativo.
- Qualidades do texto: clareza, coerência, concisão, coesão e harmonia;
- Defeitos do texto: obscuridade, ambiguidade, prolixidade, incoerência e vícios de linguagem;
- Mídia e público:
  - Comunicação oral operacionalizada.

Carga horária recomendada

- 26 h.

Estratégia de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposições dialogadas com auxílio de audiovisuais;
- Textos sobre segurança pública que favoreçam a interpretação;
- Simulações de situações do cotidiano do profissional da área de segurança pública para uso da linguagem oral em relação à mídia e os públicos interno e externo;
- Produção de texto com base em temas correlatos à área de segurança pública;
- Produção de documentos e comunicações oficiais com base nas rotinas dos profissionais da área de segurança pública.

Avaliação de aprendizagem

A avaliação será realizada no decorrer das atividades, de forma contínua, e ao final do curso haverá uma avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. **Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
2. DUNNING, Chris et al. **Administração do trabalho policial: satisfação com a comunicação em uma organização policial.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
3. FARACCO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto.** Petrópolis: Vozes, 2003.
4. FAULSTICH, E. L. J. **Como ler, entender e redigir um texto.** Petrópolis: Vozes, 2005.
5. HOUAISS, **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo, Publifolha. 3ª Ed. 2011.
6. HOUAISS, Instituto Antonio. **Escrevendo pela nova ortografia.** Como Usar As Novas Regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Publifolha. 3ª Ed. Rio de Janeiro. 2009.
7. MORENO, Cláudio. **Guia prático de português correto: para gostar de aprender.** V. 3. Sintaxe. L&PM POCKET, 2003.
8. SCHOAIR, N.M. **Gramática Moderna da Língua Portuguesa - Teoria e Prática.** 3ª ed. Impetus. 2008.

2.6.2
DISCIPLINA: DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA[3]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
78 PC	Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
47 PM Q 6.4	Ser capaz de redigir documentos de maneira clara, respeitando os padrões da norma culta e técnicas de redação oficial da Língua Portuguesa.
43 BM Q 8.4	Ser capaz de elaborar relatório, conhecendo os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
59 PM Q 6.4	Demonstrar conhecimento sobre a forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados.
21 BM Q 9	Ser claro, objetivo e conciso.
11 PM Q 7	Capacidade de agir com assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões próprias, expressando-se de maneira enfática). Capacidade de agir com assertividade.
8 BM Q 9	Assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões expressando-se de maneira enfática).

[3] Esta disciplina deverá ter o enfoque modificado conforme o curso de formação.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos conceituais

- Finalidade e Características e classificação dos documentos utilizados na comunicação oficial;
- Documentos oficiais: ofícios, portarias, circulares, boletins de atendimento de ocorrência, históricos de termos circunstanciados, requerimentos, comunicações e relatórios;

Aspectos procedimentais

- Seleção do documento adequado de acordo com a finalidade;
- Elaboração de documentos oficiais,segundo normas e padrões vigentes (ofícios, portarias, circulares, boletins de atendimento, de ocorrência, históricos de termos circunstanciados, requerimentos, comunicações e relatórios);
- Utilização da norma culta;
- Documentos institucionais.

Aspectos atitudinais

- Valorização da boa qualidade na elaboração de documentos;
- Reconhecimento da importância do arquivamento da comunicação oficial;
- Busca de clareza, precisão e concisão na elaboração da comunicação oficial;
- Desenvolvimento da capacidade de síntese a partir de fatos que ensejam a produção documental conforme as normas técnicas estabelecidas para a produção de documentos oficiais.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A comunicação oficial é uma ferramenta imprescindível nos âmbitos intraorganizacional e interorganizacional.

Apesar das instituições estarem diversificando os seus instrumentos de comunicação, principalmente, com o uso das tecnologias, há padrões técnicos legais a serem seguidos em relação à forma e a eficácia da mensagem.

O ensino dos aspectos relacionados à documentação técnica deve considerar também os documentos que o profissional da área de segurança pública utilizará em sua rotina de trabalho.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a necessidade de conhecer e produzir textos e documentos e relatórios oficiais com clareza, objetividade e concisão.

- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Redigir documentos oficiais, observando as normas gramaticais da língua portuguesa com suas características e finalidade.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a comunicação como fator preponderante para as relações humanas e para o exercício do compromisso profissional.

Conteúdo programático

- Uso da linguagem na redação oficial;
- Textos técnicos;
- Características dos textos oficiais;
- Pronomes de tratamento;
- Tipos de documentos (ofícios, comunicações, despachos, portarias, circulares, boletins de atendimento, ocorrências, termos circunstanciados, requerimentos, memorandos e relatórios);
- Outros documentos utilizados na rotina de trabalho na área de segurança pública.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégia de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposições dialogadas com auxílio de audiovisuais;
- Textos sobre segurança pública que favoreçam a interpretação;
- Simulações de situações do cotidiano do profissional da área de segurança pública para uso da linguagem oral;
- Produção de documentos e comunicações oficiais com base nas rotinas dos profissionais da área de segurança pública.

Avaliação de aprendizagem

A avaliação será realizada no decorrer das atividades, de forma contínua por meio da elaboração de documentos a partir de modelos, e ao final do curso haverá uma avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ABREU, Antonio Suárez. **Curso de redação.** São Paulo: Ática, 1994.
2. BELTRÃO, Odacir. **Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
3. BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República.** Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. Brasília: Presidência da República, 2002.
4. COSTA, José M. **Manual de redação profissional.** 3. ed. Campinas: Millenium, 2007.
5. HERDADE, Márcio Mendes. **Novo manual de redação: básica, concursos, vesti-**

bulares, técnica. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

6. LIMA, A. Oliveira. **Manual de redação oficial. Teoria, modelos e exercícios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
7. MORENO, Cláudio. **Guia prático de português correto: para gostar de aprender.** V. 3. Sintaxe. L&PM POCKET, 2003.
8. OLIVEIRA, José Paulo Moreira de. **Como escrever textos técnicos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

2.6.3
DISCIPLINA: TELECOMUNICAÇÕES

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
32 PC	Ser capaz de operar serviços de comunicação (rádio e celulares e outros) em diversas situações, demonstrando conhecimento da linguagem técnica utilizada.
90 PM Q 6.6	Ser capaz de utilizar equipamentos e meios de comunicação (rádio, internet, telefone e fax, dentre outros).
58 BM Q 8.1	Ser capaz de operar serviços de comunicação (rádio, celulares, e outros), demonstrando conhecimento da linguagem técnica utilizada.

Aspectos conceituais

- Conceitos;
- Normas que disciplinam o uso das telecomunicações;
- Equipamentos de comunicação utilizados pela instituição;
- Tipificação de ocorrências.

Aspectos procedimentais

- Utilização dos equipamentos de telecomunicações;
- Desenvolvimento da comunicação institucional;
- Operação de equipamentos;
- Operação de sistemas de comunicação.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Reconhecer a telecomunicação como apoio às atividades operacionais;
- Clareza, precisão e concisão na transmissão das mensagens;
- Respostas a situações de elevado estresse, utilizando sistema de telecomunicação.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Desde os primórdios, a comunicação é essencial no desenvolvimento do ser humano como um todo. A partir da Revolução Industrial, a necessidade de sistemas de comunicação foi marcante para dar continuidade ao desenvolvimento que se iniciava. Durante as duas guerras mundiais, os meios de comunicação tiveram papel fundamental nos resultados.

No mundo globalizado em que vivemos, nos tornamos a cada dia mais dependentes de sistemas de comunicação, que se veem obrigados ao aprimoramento constante, diante das novas necessidades que vão surgindo a cada dia. A segurança pública também vive esta realidade. O Estado é obrigado a realizar grandes investimentos nesta área, cujo foco principal deve ser o aprimoramento dos sistemas de comunicação para fazer frente à ação de criminosos e tornar a comunicação entre profissionais e instituições de segurança pública cada vez mais dinâmica. Um sistema de comunicação eficiente e moderno pode reduzir a necessidade de aumento de efetivo, o que significa economia para o Estado.

Por meio da disciplina Telecomunicações é possível colocar o aluno a par da realidade no que se refere as comunicações dentro de sua instituição, apresentando os fatores positivos e negativos, as virtudes e as dificuldades, para que tenha condições de decidir diante das adversidades que lhe são apresentadas durante o seu trabalho diário.

O aprendizado é essencial para o discente, pois isto irá refletir na sua vida profissional, já que continuamente será obrigado a tirar o melhor proveito possível dos sistemas de comunicação disponíveis.

Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar os fundamentos da telecomunicação;
  - Conhecer o alfabeto fonético internacional, dos números, do código "Q";
  - Identificar as tipificações de ocorrência.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar adequadamente os equipamentos disponibilizados;
  - Utilizar o alfabeto fonético internacional, dos números, do código "Q" no processo de comunicação;
  - Preencher corretamente o boletim de ocorrência e os arquivos relacionados aos sistemas de comunicação.

- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer o papel da tecnologia da comunicação para apoio às atividades dos profissionais da área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Conceito e definições de telecomunicações;
- Tecnologias empregadas na instituição como: sistema de atendimento e despacho, sistema de rastreamento de viaturas, sistemas para verificação de veículos e pessoas;
- Pronúncia das palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do código "Q";
- Disciplina na "Rede Rádio"; conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição; prática de utilização de rádio;
- Boletim de ocorrência do centro de operações;
- Atendimento telefônico emergencial -190/193/197;
- Toques de campainha utilizados nos quartéis operacionais;
- Tipificação de ocorrência;
- Intranet;
- Visita ao centro de comunicação da instituição.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisual;
- Utilização de equipamentos audiovisuais;
- Utilização de equipamentos de comunicação;
- Exercícios teóricos e práticos sobre a matéria ministrada;
- Atividades em grupo, leitura dirigida e debates.

Avaliação da aprendizagem

- Perguntas orais e ou escritas dirigidas aos alunos durante as aulas, procurando despertar o interesse pela disciplina e motivá-los para o estudo, propiciando ao professor diagnosticar os pontos em que os assuntos ministrados não foram compreendidos e sobre os quais deverá insistir nas aulas subsequentes;
- Avaliação prática da utilização dos equipamentos de telecomunicações;
- Avaliação escrita da disciplina.

Referências bibliográficas

1. DOCA, R. H., Ondas. **Coleção Objetivo - Sistema de Métodos de Aprendizagem,** livro 11, editora CERED.
2. FILHO, J., BORGES, J., BARREIRA, N., KASAI, T, STECK, S., SENA, J. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros - Comunicações Operacionais.** São Paulo: Corpo

de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2006. 1ª edição, volume 13.

3. BAUDRILLARD J. **Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem.** Porto Alegre: Sulina, 1997.
4. CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede.** v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
5. LARVIE, Patrick; MUNIZ, Jacqueline. **A central disque-denúncia no Rio de Janeiro.** Seminário sobre Segurança, Justiça e Cidadania. ISER e IUPER. Rio de Janeiro, 1997.
6. MANNING, Peter K. **As tecnologias de informação e a polícia.** Policiamento moderno. Coleção Polícia e Sociedade 7. São Paulo: EDUSP, 2003.
7. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de instrução modular.** Vitória, 1995.
8. RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública.** In: Organizações & Sociedade, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

2.6.4
DISCIPLINA: TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
42 PM Q 6.3	Aplicar conhecimentos de informática ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
28 PC Q 6.3	Capacidade de utilizar sistemas de segurança da informação ao desempenhar uma ação.

Aspectos conceituais

- Histórico da tecnologia da informação;
- Tecnologia da informação x sistemas de informação;
- Dados, informação e conhecimento;
- Redes de computadores;
- Sistemas de informação aplicados à segurança pública.

Aspectos procedimentais

- Inserção e consultas de dados;
- Utilização dos sistemas informatizados nacionais e estaduais de interesse da segurança pública;
- Produção de conhecimento a partir dos dados consultados;
- Integração de sistemas.

Aspectos atitudinais

- Qualidade na coleta de dados e inserção de dados;
- Valorização da informação como importante recurso de apoio à segurança pública e de respeito aos direitos humanos;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Otimização do uso das informações de segurança pública como processo para redução da criminalidade.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A construção de conhecimentos a partir de informações qualitativas vem se firmando como um poderoso instrumento de trabalho nas empresas modernas, bem como na defesa social. Conhecer e entender a realidade social, política e criminal de uma determinada área tem se tornado fundamento para a implantação de políticas públicas de prevenção e repressão à violência e à criminalidade.

A informática, por meio do estudo das tecnologias da informação, mostra-se como um poderoso recurso para a transformação de dados em informações e para a construção de modelos que auxiliam no processo de tomada de decisão.

A sociedade, por sua vez, vem requerendo da segurança pública um perfil diferente do que vem sendo praticado ao longo dos tempos. Exige-se profissionais mais capacitados e habilitados na realização de estudos prévios de cenários, como pré-requisito para o desencadeamento de ações ou planejamentos de segurança pública. Falsos conhecimentos, baseados no empirismo e ações truculentas sem embasamento ou estudo anterior, são cada vez mais repudiados pela sociedade.

A disciplina de "Tecnologias e Sistemas Informatizados" insere-se nesse contexto como meio que irá proporcionar aos profissionais de segurança pública a capacitação indispensável à utilização dos sistemas informatizados, como instrumento de alicerce à construção de políticas públicas de defesa social, bem como de apoio às atividades operacionais de segurança pública.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar e tipificar os sistemas de informações utilizados na atividade policial.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar os sistemas informatizados de apoio às atividades de segurança pública;
  - Produzir conhecimentos sobre a criminalidade, por meio do uso eficiente e eficaz de informações policiais, extraídas de bases de dados dos sistemas operacionais disponíveis na área de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Despertar-se para a importância da integração dos dados, produzidos nas várias instituições que formam o sistema de defesa social (polícia, ministério público, poder judiciário, sistema carcerário, dentre outros), como forma para otimizar as atividades policiais.

Conteúdo programático

- Breve histórico da tecnologia da informação;
- Conceitos básicos:
  - Dados, informação e conhecimento;
  - Sistema computacional: hardware, software e peopleware;
  - Tecnologia da informação e comunicação versus sistemas de informações;
  - Sistemas de Informações:
- Conceito;
- Tipologia.
  - Redes de computadores, Internet e intranet.
- Conceituação e prática no(s):
  - Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - Infoseg e outros com abrangência interestadual;
  - Sistemas informatizados de estatística e análise criminal, voltados ao planejamento de ações de controle e combate à criminalidade;
  - Sistemas informatizados voltados às atividades operacionais de segurança pública e de defesa social, implantados em âmbito estadual;
  - Sistemas informatizados voltados à investigação criminal;
  - Sistemas integrados de perícias.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

Esta disciplina contempla, em sua maior parte, conteúdos que requerem o desenvolvimento de habilidades técnicas para o uso dos sistemas informatizados. Dessa forma, é primordial que seja disponibilizado laboratório de informática, munido de recursos auxiliares multimídia e de número de computadores suficientes (máximo de dois alunos por microcomputador), para a realização das atividades práticas.

A disciplina deverá ser ministrada por meio da utilização de exemplos práticos da rotina do profissional de segurança pública o que irá contribuir para demonstrar a necessidade do uso da ferramenta no trabalho de prevenção e controle da violência.

A disciplina deve ressaltar a importância da privacidade e segurança da informação (onde a informação deve circular), lembrando as penalidades previstas pelo mau uso da mesma.

Ademais, sempre que possível, os conteúdos teóricos deverão ser ministrados alternadamente com aplicações práticas referentes a ele, em razão da natureza prática da disciplina.

Avaliação da aprendizagem

Na avaliação da disciplina, deverá ser observada a habilidade do discente em utilizar os sistemas informatizados abordados. Sendo assim, uma avaliação prática, envolvendo os conteúdos ministrados, é obrigatória, devendo ser realizada ao final de cada instrução ou ao término da disciplina.

Opcionalmente, pode-se adotar uma avaliação teórica, na forma de prova convencional ou de trabalho de pesquisa. Neste último caso, intenta-se aprofundar conhecimentos específicos num determinado assunto, sobre o qual se julgue condizente com o assunto ministrado.

Referências bibliográficas

1. BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento.** Saraiva, 2006.
2. FERREIRA LIMA, M. P. **Crimes de computador e segurança computacional.** Campinas: Millenium, 2008.
3. FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública.** (s.l.): Garamond, 2002.
4. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
5. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais.** São Paulo: Atlas, 2005.
6. RAVANELLO, A.; IUBEL, F. **Epistemologia dos sistemas de informações gerenciais.** Anais. II SBSI. Curitiba: Positivo, 2006.
7. ROSSETTI, A.; MORALES, A. B.; **O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento.** Ciência da Informação, Brasília, 2007.
8. TANENBAUM; ANDREW. **Redes de computadores.** 4. ed. São Paulo: Campus, 2003.

2.6.5
DISCIPLINA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
18 PM Q 6.3	Ter capacidade de elaborar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade. Ter capacidade de coletar/analisar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade.
14 PM Q 6.3	Ser capaz de gerenciar dados relativos à segurança pública (por exemplo, dados de geoprocessamento, mapas e boletins de ocorrência, dentre outros).

Aspectos conceituais

- Dado, informação e conhecimento;
- Fluxos de informação;
- Características da informação;
- Elementos básicos da formulação e implementação de uma estratégia informacional;
- Conhecimento como vantagem competitiva.

Aspectos procedimentais

- Coleta, mapeamento e análise de dados;
- Utilização de softwares que possibilitam a gestão da informação;
- Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da segurança pública;
- Utilização de filtros de informação;
- Tecnologias da informação e da comunicação.

Aspectos atitudinais

- Preservação da fonte da informação;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Organização de bancos de dados;
- Compartilhamento das informações obedecendo ao princípio da oportunidade;
- Sigilo e proteção da informação;
- Reconhecimento da relação existente entre informação, conhecimento e planejamento estratégico;
- Considerar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, como fundamentos indispensáveis.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Na era da informação, a maior e mais duradoura vantagem competitiva vem do conhecimento. O sucesso das empresas e organizações repousa no domínio da informação em tempo real e na confiança dos relacionamentos. Elas precisam reunir pessoas qualificadas, confiáveis e com elevado espírito de trabalho em equipe, capazes de atuar remotamente e ter ampla autonomia para tomada de decisões em relação às tarefas.

Nesse cenário, a Gestão da Informação é uma ferramenta fundamental para que as empresas e organizações consigam ser bem-sucedidas. A capacidade de compartilhamento de mensagens e informações em tempo real e de conversão das informações em conhecimento são as competências mais vitais para qualquer organização na atualidade.

O fenômeno da criminalidade e sua expansão demandam a mobilização de novos recursos tecnológicos e legais de controle disponíveis pelo Estado, bem como uma nova formatação na metodologia de ação dos profissionais da área de segurança pública.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar na Gestão da Informação os princípios norteadores dos direitos humanos, visando assegurar as garantias constitucionais e fundamentais, protegendo dados e informações de cunho pessoal e evitando a exposição desnecessária de indivíduos.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar tecnologias e técnicas de levantamento de informações: coleta, extração, processamento, mapeamento, formulação de relatórios/consultas e análise de dados.
- Fortalecer atitudes para:
  - Perceber as mudanças sociais e suas repercussões no âmbito da sociedade frente ao fluxo de informações impostas e disponíveis, suas vantagens e desvantagens que influenciam na sua atividade.

Conteúdo programático

- As características da sociedade contemporânea: o conhecimento como diferencial competitivo;
- As demandas da sociedade contemporânea: o resgate da dimensão humana;
- Dado, informação e conhecimento;
- A gestão da informação;
- Tipos de análises: de inteligência, criminal, operacional e investigativa;
- A análise criminal e sua articulação com a gestão da informação;
- Coleta, mapeamento e análise de dados e difusão;
- Tecnologias e softwares que auxiliam na produção e gestão do conhecimento;
- Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da defesa social;
- A informação como fator estratégico para tomada de decisão e elaboração de políticas públicas na área de segurança;
- Redes de relacionamentos;
- Conceitos básicos sobre SQL (Structured Query Language - linguagem de consulta estruturada para banco de dados);
- As diferentes "data warehouses ".

Carga horária recomendada

- 20 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada;
- Utilização dos diferentes bancos de dados informatizados disponíveis na organização para a produção do conhecimento por meio da análise relacional de dados;
- Apresentação de textos e vídeos relacionados à disciplina.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita dos conteúdos da disciplina.

Referências bibliográficas

1. CEPIK, Marco. **Inteligência e políticas públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação.** Security and Defense Studies Review. Rio de Janeiro.
2. CÔRTES, S. da C., PORCARO, R. M., LIFSCHITZ, S. **Mineração de Dados - Funcionalidades, Técnicas e Abordagens.** PUC - RIO Inf, 2002.
3. DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Futura, 1998.
4. FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
5. HAN J., KAMBER M. **Data Mining: Concepts and Techniques.** Morgan Kaufmann Publishers. Inc, 2001.

6. KAHN, Túlio. **Índices de criminalidade: construção e usos na área de segurança pública.** Revista do Ilanud 2, 1997.
7. MONARD, M. C. e BARANAUSKAS, J. A. **Sistemas Inteligentes: Fundamentos e Aplicações,** capítulo Conceitos sobre Aprendizado de Máquina, pp. 89-114. Editora Manole, 2003
8. OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de Informação versus tecnologias da informação: um impasse empresarial.** São Paulo: Érica, 2004.

2.6.6
DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
Q 6.8	Ter conhecimento dos fundamentos das atividades de inteligência.

Aspectos conceituais

- Histórico da atividade de inteligência;
- Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN);
- Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP);
- Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência.

Aspectos procedimentais

- Atividades de inteligência;
- Produção do conhecimento;
- Proteção do conhecimento;
- Segurança orgânica, segurança de assuntos internos e segurança ativa;
- Operações de inteligência de segurança pública;
- Manejo seguro de informações; destinação e manejo de documentação sigilosa.

Aspectos atitudinais

- Compartilhamento e compartimentação responsáveis da informação;
- Objetividade e capacidade intelectual e analítica;
- Preservar informações e ter ciência das consequências do destino indevido destas informações;
- Sigilo.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

De acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DENISP 2010) a atividade de inteligência de segurança pública (ISP) é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos - tanto em nível federal, como estadual -, à tomada de decisões e a elaboração de políticas de planos de segurança pública.

A atividade de inteligência de segurança pública contribui para o enfrentamento da violência e da criminalidade, principalmente, em relação aos crimes de alta complexidade, pois procura identificar, compreender e tornar patente os aspectos da ação criminosa, difíceis de serem detectados pela utilização de meios tradicionais de investigação policial.

A disciplina de"Inteligência de Segurança Pública" visa à orientação para o correto posicionamento do profissional de segurança pública na temática da atividade de inteligência.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conhecer os conceitos da atividade de inteligência de segurança pública, as redes e os respectivos sistemas de inteligência.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar técnicas de inteligência de segurança pública;
  - Produzir conhecimentos necessários à tomada de decisões.
- Fortalecer atitudes para:
  - Proteger redes e sistemas de inteligência.
  - Reconhecer a importância de um comportamento devidamente regrado por princípios, características e valores éticos da atividade de inteligência de segurança pública.

Conteúdo programático

- Definição de atividade de inteligência;
- Histórico e importância da atividade de inteligência para segurança pública;
- Atividades de inteligência X investigação policial;
- Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN);
- Doutrina Nacional de Segurança Pública (DNISP);
- Fundamentos jurídicos da atividade de inteligência de segurança pública;
- Introdução às atividades de inteligência (inteligência, contrainteligência e operações de inteligência);

- Produção do conhecimento;
- Proteção do conhecimento.

Carga horária recomendada

- 16h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada com auxílio de audiovisuais;
- Casos sobre as situações relacionadas às atividades de inteligência.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita dos conteúdos da disciplina;
- Avaliação prática de análise de inteligência (cases), individual ou em grupo, de forma que aluno utilize todos os conceitos e procedimentos das atividades de inteligência.

Referências bibliográficas

1. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. **Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns.** Brasília, 2004.
2. ANTUNES, Priscila Carlos B.**SNI &ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro:FGV, 2002.
3. BRAGA, Pedro Luis de Araújo. **O papel da atividade de inteligência em uma sociedade democrática.** Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1998. (Dissertação apresentada no Curso de Altos Estudos Estratégicos. Exército Brasileiro).
4. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública,** Brasília, 2009, p. 13.
5. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Doutrinária para a Atividade de Inteligência de Segurança Pública: Relatório Técnico.** Belo Horizonte: [s.n.], 2005. GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2009.
6. CEPIK, Marco Aurélio. **Espionagem e democracia.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
7. FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial.** Brasília: Fortium, 2008.
8. SCHNIDER, Rodolfo Herberto. **Abordagens Atuais em Segurança Pública.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

2.6.7
DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA[4]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
00*	Produzir estatística.
11 PC	Capacidade de raciocínio numérico (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão; capacidade de interpretar dados quantitativos).
25 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio numérico (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão).
57 PM Q 6.7	Ter raciocínio dedutivo (saber raciocinar por dedução).
76 PM Q 6.7	Capacidade de objetividade (saber ser direto e preciso; manter o foco na tarefa, ser conciso).

Aspectos conceituais

- Conceitos e termos estatísticos;
- Medidas de tendência central;
- Medidas de variabilidade.

[4] Esta disciplina deverá ter o enfoque modificado conforme o curso de formação.
Esta disciplina é pré-requisito para a disciplina de Introdução à Análise Criminal.

N (Número):refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar.

Aspectos procedimentais

- Organização, leitura e interpretação de dados, gráficos, tabelas e mapas;
- Consultas às fontes oficiais de estatísticas de segurança pública.

Aspectos atitudinais

- Organização;
- Objetividade;
- Imparcialidade na informação;
- Tomada de decisão.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O estudo da estatística se preocupa com a análise e o conhecimento da realidade que nos cerca. O levantamento adequado dos dados, a organização e a apresentação em tabelas e gráficos, bem como o trabalho de relacioná-los são necessários para transformá-los em informações úteis para subsidiar os processos de tomada de decisões.

Esta disciplina tem caráter instrumental preparando os alunos para a utilização dos conceitos, técnicas e estatísticas na disciplina de Introdução à Análise Criminal.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar e compreender os termos da estatística descritiva utilizados na elaboração e interpretação das estatísticas relacionadas à área de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Organizar os dados em tabelas e gráficos, buscando indicadores como: média, moda, mediana e desvio padrão.
  - Ler e analisar os resultados estatísticos na área de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância do estudo estatística para o melhor conhecimento da realidade e tomada de decisão na área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos estatísticos:
  - Estatística descritiva X estatística inferencial;
  - Mensuração, medida, magnitude e critério;
  - População e amostra.
- Representações gráficas:
  - Representação tabular;

  - Representação gráfica;
  - Intervalos;
  - Frequência absoluta e por classe.
- Medidas de tendência central:
  - Média, moda e mediana;
  - Simetria e assimetria.
- Medidas de variabilidade:
  - Variância e desvio padrão.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

A disciplina deverá ser ministrada por meio da utilização de exemplos práticos da rotina do profissional de segurança pública o que irá contribuir para demonstrar a necessidade do uso de estatística para compreender as informações da área de segurança pública.

Recomenda-se que os conteúdos teóricos sejam ministrados alternadamente com aplicações práticas referentes a ele, em razão da natureza prática da disciplina .

Avaliação da aprendizagem

Na avaliação da disciplina, deverá ser observada a habilidade do discente em utilizar as técnicas e medidas estatísticas a partir de situações vivenciadas na profissão.

Opcionalmente, pode-se adotar uma avaliação teórica, na forma de prova convencional ou de trabalho de pesquisa. Neste último caso, intenta-se aprofundar conhecimentos específicos num determinado assunto, sobre o qual se julgue condizente com o assunto ministrado.

Referências bibliográficas

1. BUSSAB, Wilton de Oliveira, MORETTIN, Pedro Alberto**. Estatística Básica.** São Paulo: Saraiva, 2010.
2. COSTA, Sérgio Francisco. **Introdução Ilustrada à Estatística.** 4. ed. São Paulo: Harbra, 2005.
3. FREUND, E. J. SIMON, G. **A Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade.** 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
4. LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. **Estatística: teoria e aplicações.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.
5. MARTINS, Gilberto A; FONSECA, Jairo S**. Curso de Estatística.** São Paulo: Atlas, 1996.
6. NAZARETH, H. **Curso básico de Estatística.** São Paulo: Ática, 1996.
7. SSPSP. **Estatística de criminalidade: manual de interpretação.** Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. São Paulo: SSPSP. 2005.
8. STEVENSON, W.J. **Estatística Aplicada à Administração.** São Paulo: Harbra, 1981.

2.6.8
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ANÁLISE CRIMINAL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
00*	Analisar dados estatísticos que possibilitem compreender os cenários da realidade brasileira em relação à criminalidade, à violência, e à necessidade da prevenção.
74 PM Q 6.3 / Q 6.4	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública.
00	Identificar fontes e fatores da criminalidade

Aspectos conceituais

- Breve histórico;
- Definição;
- Funções;
- Teorias criminais;
- O triângulo do crime;
- Porcentagem e indicadores;
- Prevenção situacional do crime.

Aspectos procedimentais

- Identificação de séries, tendências e padrões de crime, violência e desordem;
- Coleta e análise de dados;
- Demonstração por meio de softwares de análise criminal;
- Elaboração de sugestões para a prevenção da criminalidade.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil e polícia militar

Aspectos atitudinais

- Postura científica em relação à segurança pública;
- Cuidado na coleta e análise dos dados;
- Tomada de decisão;
- Valorização da prevenção à violência e à criminalidade.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

É importante que o profissional da área de segurança pública compreenda que a análise criminal é uma ferramenta para entender os fenômenos do crime e da desordem que ocorrem em nossa sociedade, bem como para auxiliar na identificação e recomendação de medidas para prevenir tais fenômenos.

O estudo dessa disciplina tem como pré-requisito as competências desenvolvidas na disciplina Estatística Aplicada à Segurança Pública.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as teorias criminais e a sua aplicação no processo de análise criminal;
  - Compreender o crime e seus perpetuadores.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Interpretar dados de crimes por meio do uso de técnicas estatísticas básicas;
  - Identificar séries, padrões e tendências de crime, violência e desordem;
  - Utilizar as informações geradas pela análise criminal na prevenção e repressão imediata do crime, da violência e da desordem.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da análise criminal como fonte de informações para o processo decisório.

Conteúdo programático

- Fundamentos históricos e teóricos da análise criminal;
- Abordagens teóricas de suporte à análise criminal;
- Tipos de análise criminal e suas atribuições;
- Fontes de dados para análise criminal;
- Processo decisório;
- Séries, padrões e tendências de crime, violência e desordem;
- Tendências de crime e análise de problemas;
- Principais ferramentas tecnológicas de suporte à análise criminal.

Carga horária recomendada

- 24h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

A disciplina deverá ser ministrada por meio da utilização de exemplos práticos da rotina do profissional de segurança pública o que irá contribuir para demonstrar a necessidade do uso da análise criminal.

Recomenda-se que os conteúdos teóricos sejam ministrados alternadamente com aplicações práticas referentes a ele, em razão da natureza prática da disciplina.

Avaliação da aprendizagem

Na avaliação da disciplina, deverá ser observada a habilidade do discente em utilizar as técnicas de coletas e análise de dados, bem como em elaborar medidas para prevenção da criminalidade.

Além da observação, deverá haver uma avaliação escrita.

Em cursos de formação continuada sugere-se que a avaliação escrita seja substituída por um trabalho. Neste último caso, intenta-se aprofundar conhecimentos específicos num determinado assunto, sobre o qual se julgue condizente com o conteúdo trabalhado.

Referências bibliográficas

1. BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey.** Belo Horizonte:Ed. UFMG, 1999.
2. BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 6 º Ed. Florianópolis: Ed.UFSC, 2006.
3. BEATO, C. **Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais.** fórum de debates: criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. 1º Encontro: Conceituação do Sistema de Justiça Criminal, Crime e Relato I: As bases de dados policiais. Diretoria de Estudos Sociais, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESec), Universidade Cândido Mendes, 2000.
4. BISQUERRA R., SARRIEBA J.C., MARTINEZ,F. **Introdução a estatística: Enfoque informático com o pacote SPSS.** Porto Alegre: Ed. ARTMED, 2004.
5. MIRANDA, Ana Paula M. & LIMA, Lana L.G. **Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal.** Niterói: EDUFF, 2008
6. SOUZA, N. G. **Governança em tecnologia da informação e a integração de sistemas de informação de segurança pública no Brasil.** São Paulo: IBCCRIM, 2004.
7. SOUZA, N. G.; DANTAS, G. F. de L. **A integração de sistemas em segurança pública como suporte à inteligência policial.** Brasília-DF: Anais do Simpósio Nacional: "Inteligência Policial e Criminalidade de Massa". Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, 2004.
8. SSPSP. **Estatística de criminalidade: manual de interpretação.** Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. São Paulo: SSPSP. 2005.

2.7
ÁREA TEMÁTICA VII
CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ética e Cidadania	12h
Diversidade Étnico-sóciocultural	14h
Identidade e Cultura da Organização Policial	20h
Ordem Unida	20h
Subtotal	**66h**

2.7.1
DISCIPLINA: ÉTICA E CIDADANIA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
34 PC / 31 PM Q 7	Capacidade de agir com postura ética e profissional. Capacidade de agir com ética e profissionalismo.
00*	Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional da segurança pública.
00	Desenvolver uma conduta ética e legal que o auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais.
00	Reconhecer a visibilidade moral e a importância de uma postura político- pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao antagonizar-se às atividades ilícitas e criminais.

Aspectos conceituais

- Bases filosófica e epistemológica;
- Valores organizacionais, sociais e pessoais;
- Papel do profissional da segurança pública na construção do Estado Democrático de Direito;
- Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei (ONU);
- Códigos de ética e/ou regimentos disciplinares;
- Art 5º da Constituição Federal.

Aspectos procedimentais

- Observância e reflexão sobre Art 5º da Constituição Federal;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar.

- Mecanismo de servir e proteger de acordo com as condutas éticas descritas nas normas internacionais.

Aspectos atitudinais

- Postura como protagonista do bem estar social;
- Reconhecimento de que os nossos atos são políticos indo além das suas dimensões técnico-científicas e corporativas;
- Responsabilidade social assumindo seus atos, reconhecendo-se como autor com capacidade de agir por si mesmo, com autodeterminação, autonomia, independência, com noção de interdependência.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

As doutrinas éticas fundamentais nascem e desenvolvem-se em diferentes épocas e sociedades, como resposta aos conflitos básicos apresentados entre os homens.

O senso moral baseia-se em princípios, valores e costumes contextualizados no tempo e na sociedade e tem por objetivo a regulação moral da vida cotidiana, pois é na dinâmica da vida social que se constroem as relações éticas fundamentais.

Atualmente, a ética contempla a condição de vida do homem no mundo e dos seus limites e possibilidades. Num mundo de intensas transformações culturais, é preciso compreender que a diversidade humana tem provocado modificações nas relações sociais. Por este motivo é necessário buscar recursos em outras áreas do conhecimento com vistas à análise do comportamento humano. É desta forma que se pretende trabalhar com o profissional de segurança pública, fazendo com que ele também se reconheça como ator fundamental no processo de construção de uma sociedade mais justa e íntegra, já que, o sentimento de pertencimento social é intrínseco à cidadania.

O estudo da ética é de fundamental importância para que o profissional de segurança pública possa optar, com segurança, sobre sua conduta ao defrontar-se com as situações de dualidade, tão freqüentes em seu cotidiano profissional. Além disso, há uma dimensão pedagógica no seu "fazer profissional" que requer que ele aja de acordo com os princípios éticos, entendendo o significado do seu exemplo como protagonista do bem estar social.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:

  - Desenvolver uma conduta ética e legal que o auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a visibilidade moral e a importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao antagonizar as atividades ilícitas e criminais.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos que subsidiarão as reflexões a respeito do tema utilizado para a sensibilização inicial;
- Conceitos: moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da função) contextualizados no tempo e no espaço;
- A profissão do profissional da área de segurança pública fundamentada na ética;
- A situação ética dos profissionais da área de segurança pública em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos: despersonalização (indivíduo versus profissional/ estereótipos) e atitudes profissionais éticas;
- A conduta ética e legal na atividade do profissional da área de segurança pública;
- A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades - a necessidade de um código de ética profissional - a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área de segurança pública - código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU).

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exibição de filmes seguidos de discussão e debates (como sugestão, nos primeiros dias de aula, poderá ser exibido o filme "Um Dia de Treinamento", ou mídia similar; isto permitirá um excelente debate);
- Discussões sobre casos concretos e atuais;
- Discussões em grupo e dinâmicas;
- Estudo de textos pertinentes ao tema;
- Consulta à legislação e documentos afins.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação consistirá na observação cotidiana do aluno em atividades escritas e orais em sala de aula, bem como prova escrita.

Referências bibliográficas

1. BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos fundamentais na Constituição de 1988: con-**

teúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

2. BULGARELLI, Reinaldo. **Diversos somos todos: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações.** (s.l.): Cultura, 2008.
3. CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. **Polícia e estado de direito na América Latina.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
4. DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil.** 19. ed. São Paulo: Ática, 2000.
5. JARES, Xesús. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
6. KIPPER, Délio José (Org.) **Ética e pratica: uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: EDIPUCRS,.2006.
7. SAFIOTTI, H. Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
8. _____. **Reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.** In: SPINK, Mary Jane (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

2.7.2
DISCIPLINA: DIVERSIDADE ÉTNICO-SÓCIOCULTURAL[5]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
91 PM Q 6.1	Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.
73 BM Q 8.1	Atuar demonstrando conhecer e respeitar os direitos humanos.
00*	Ser capaz, em sua atuação cotidiana, de desconstruir o "autoritarismo" do racismo e do preconceito presentes em nossa cultura.
00	Ser capaz de reconhecer e respeitar a cultura, a identidade e a história dos Negros, Índios e Ciganos.
00[5]	Reconhecer, respeitar e valorizar a pluralidade etnicorracial da sociedade brasileira.

Aspectos conceituais

- Breve histórico étnico-social da formação do povo brasileiro;
- Raça, etnia, cultura e identidade;
- Racismo, injúria racial, preconceito, discriminação e segregação;

[5] Competências sugeridas pelo Grupo de Trabalho Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar.

- Raça e ciência: razões pelas quais persiste o conceito de raça;
- Enfrentamento ao racismo e à discriminação e seu impacto no fortalecimento do processo democrático e no desenvolvimento do país.

Aspectos procedimentais

- Conduta profissional humanizada;
- Procedimentos operacionais frente aos crimes raciais.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento da diversidade racial e cultural da sociedade brasileira;
- Destituição de preconceitos e discriminação racial;
- Promotores da equidade étnico-sóciocultural.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A disciplina de "Diversidade Étnico-sociocultural" surge como resultado das políticas públicas voltadas para segurança pública e a promoção da igualdade racial.

Cabe destacar que esta disciplina é uma excelente oportunidade de se criar espaços de reflexão sobre o papel dos profissionais de segurança pública em relação à diversidade racial, religiosa e cultural brasileira, além da busca pela eliminação dos estigmas, dos preconceitos e das abordagens discriminatórias realizadas em pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade[6].

> *"Estamos convencidos de que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos".*[7]

Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Analisar a formação da sociedade brasileira;
  - Identificar as contribuições do negro na sociedade brasileira;
  - Conhecer as leis referentes à discriminação racial.

---

[6] Pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade: mulheres; crianças e adolescentes; pessoas com deficiência; lésbicas, gays, bissexuais, travestis; pessoas idosas; vítimas da criminalidade do abuso do poder; usuários e dependentes de drogas; pessoas em situação de rua; negros, índios e ciganos, bem como os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Matriz Indígena e Matriz Cigana.

[7] Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, parágrafo 69.

- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Desenvolver uma conduta pessoal e profissional destituída de preconceito e discriminação racial;
  - Aplicar as leis referentes à discriminação racial e outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer as contribuições do não-branco para a sociedade brasileira;
  - Conscientizar e sensibilizar os profissionais de segurança pública acerca de sua importância como promotores da equidade étnico-social;
  - Atuar adequadamente frente às situações de racismo e de violação dos direitos humanos dos grupos étnicos discriminados.

Conteúdo programático

- A formação da sociedade brasileira: aspectos sociológicos, antropológicos, filosóficos;
- Conceito de racismo, injúria racial, preconceito, discriminação e segregação;
- As teorias raciais;
- Distinção de etnia, raça, racismo;
- Contribuições do negro, do índio e do cigano para sociedade brasileira;
- Diversidade cultural e racial na sociedade brasileira;
- Cultura material e imaterial;
- Juventude negra;
- Mulheres negras;
- Povos e Comunidades Tradicionais: Povo de Matriz Africana[8], Indígena e Cigana.

Carga horária recomendada

- 14h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de textos de normas internacionais e nacionais, artigos de jornais, Internet, reportagens da imprensa em geral;
- Estudo de casos.

Avaliação da aprendizagem

- Debates em grupo;
- Redação de textos referentes a tópicos da temática;
- Avaliação escrita.

[8] Ver do Estatuto da Igualdade Racial Capítulo III - Do Direito à Liberdade de Consciência e de Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Lei Nº 10.639** de 09 de Janeiro de 2003 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
2. BRASIL. **Lei Nº 11.645** de 10 março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
3. BRASIL. **Lei nº 12.288,** de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: 2010.
4. CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify. 2009.
5. IPEA. **Desafios do desenvolvimento: culturas protegidas.** Eliana Simonetti. São Paulo: Ipea, 2007, ano 4, nº 34.
6. LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global.** Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.
7. PANTOJA & ROCHA, Maria José [orgs.]. **Rompendo Silêncios: história da África nos currículos da educação básica.** Brasília: DP Comunicações, 2004.
8. PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: Uma introdução à história da África Atlântica,** Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.
9. THEODORO, Mário, JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

2.7.3
DISCIPLINA: IDENTIDADE E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
11 PM Q 6.1	Ao compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância. Ter conhecimento sobre procedimentos administrativos disciplinares.
26 PM Q 6.1	Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.
50 PM Q 6.1	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função. Ser capaz de agir demonstrando domínio sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites.
15 BM	Demonstrar domínio das legislações pertinentes, atuando segundo normas e regulamentos vigentes na Corporação.

Aspectos conceituais

- A instituição no âmbito do sistema de segurança publica;
- Histórico da instituição;
- Missão organizacional;
- Visão de futuro;
- Valores;
- Identidade da organização;
- Código de ética e /ou regimentos disciplinares.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos procedimentais

- Análise das possibilidades de percursos profissionais;
- Análise das legislações, normas, regimentos aplicados à função policial;
- Observância e reflexão sobre o código de ética e/ou regimento disciplinar específico da organização a que pertence.

Aspectos atitudinais

- Alinhamento entre os valores pessoais e institucionais.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Os órgãos policiais integram um sistema maior conhecido como Sistema de Segurança Pública. Por sua vez, esse sistema ajuda a garantir o Estado Democrático de Direito, mediante o enfrentamento das diversas formas de violência registradas em nossa sociedade. Conhecer os limites de atuação de cada órgão desse sistema orienta as ações de cada um e contribui para a qualidade dos serviços prestados. Além de se apoderar de suas ligações externas, o profissional de segurança pública deve, ainda, compreender e assimilar os valores que sustentam sua organização, sua cultura, sua missão e sua visão.

Estudos organizacionais têm demonstrado que quanto mais o profissional conhecer a instituição à qual pertence, maior serão as chances de se adaptar à profissão, cumprindo, assim, sua missão constitucional, com maior empenho.

Esta disciplina tem o propósito de auxiliar o alinhamento entre os valores e expectativas pessoais aos desafios organizacionais, de forma que haja harmonia entre os dois.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar a importância da sua organização no âmbito do sistema de segurança pública, bem como os valores e princípios institucionais, as atribuições, as normas e os procedimentos internos;
  - Reconhecer os valores e princípios constitucionais e da instituição como fundamentos norteadores da ação policial.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar os instrumentos e procedimentos adequados relacionados às funções organizacionais e seus trâmites;
- Fortalecer atitudes para:
  - Declarar a missão institucional e a visão de futuro da organização;
  - Atuar alinhado aos seus princípios e à sua identidade da sua instituição.

Conteúdo programático

- Histórico da instituição;
- Missão organizacional e visão de futuro da corporação;
- Competências constitucionais;
- O sistema de segurança pública e defesa social estadual e organograma da corporação;
- Princípios e valores da corporação:
  - Cultura organizacional;
- Direito e deveres do policial;
- Procedimentos administrativos disciplinares (documentos específicos da instituição).

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada;
- Estudo de documentos e textos pertinentes à questão;
- Estudo de casos correlatos ao tema.

Avaliação da aprendizagem

- Autoavaliação;
- Avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ANTONELLO, C.S; GODOY, A.S. **Aprendizagem organizacional no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. CARRIERI, A.P; CAVEDON, N.R; SILVA, A.R.L. **Cultura nas organizações: uma abordagem contemporânea.** Curitiba: Ed. Juruá, 2008.
3. MORGAN, G. **Imagens das Organizações.** São Paulo: Atlas, 1995.
4. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital.** São Paulo: Atlas, 2005.
5. ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2005.
6. BATEMAN, Thomas S. **Administração: Novo Cenário Competitivo.** São Paulo: Atlas, 2006.
7. RAMASWANY, Venkat. **A empresa cocriativa: porque envolver stakeholders no processo de criação de valor gera mais benefícios para todos.** Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Symnetics, 2010
8. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

2.7.4
DISCIPLINA: ORDEM UNIDA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
30 PM Q 7	Capacidade de disciplina.
30 BM Q 9	Deferência (capacidade de cumprir ordens, respeitar a hierarquia e saber acatar as determinações).
32 PM Q 7	Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da Corporação. Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da Instituição.
58 PM	Demonstrar conhecimento das formalidades, técnicas de evoluções, padrões de conduta e de ordem unida ao participar de desfiles cívicos, quando escalado.
65 BM Q 8	Ao participar de atividades cívico-militares, demonstrar conhecimento de ordem unida e dos trâmites de rotina (fardamento, viaturas).

Aspectos conceituais

- Termos militares;
- Comandos e meios de comandos;
- Sinais de respeito;
- Continência.

Aspectos procedimentais

- Apresentação individual correta;
- Deferência às normas e aos regulamentos;
- Proficiência na execução dos movimentos .

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Respeito;
- Disciplina;
- Culto aos símbolos nacionais;
- Espírito de corpo;
- Coesão;
- Ordem .

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Por força da Constituição Federal, em seu art. 144, § 6º, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militar figuram como força auxiliar e reserva do Exército. Neste contexto, o profissional da segurança pública adquire também a prerrogativas de militar, com seus direitos e deveres inerentes a esta condição, sendo portanto imprescindível o desenvolvimento dessas competências, dentre as quais às relativas a Ordem Unida, que assim é definida:

> *A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes - instrutores e instruendos, comandantes e executantes - como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra.*
> *(Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro, 2000, p.1-2).*

Objetivos da Disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Reconhecer os Símbolos Nacionais;
  - Analisar as condutas adequadas dentro e fora da Organização Militar.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Executar os comandos militares com proficiência;
  - Manter a coesão da tropa a que pertence.
- Fortalecer atitudes para:
  - Agir com respeito e disciplina perante pares e subordinados;
  - Demonstrar energia e vivacidade em todos os atos da sua profissão;
  - Cumprir normas e regulamentos militares.

Conteúdo Programático

- Generalidades;
- Definições;
- Instrução individual sem arma;
- Instrução individual com arma;
- Instrução coletiva - formações, formaturas, deslocamentos e guardas fúnebres;
- Sinais de respeito e continência;
- Apresentação individual;
- Continência de tropa;
- Hinos e canções;
- Bandeira nacional;
- Guarda bandeira;

Carga Horária Recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

- Exposição dialogada;
- Vídeos;
- Demonstração.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita.
- Avaliação prática. Recomenda-se a elaboração de uma planilha de avaliação individual com os procedimentos que deverão ser executados pelo discente durante as atividades avaliativas.

Referências bibliográficas

1. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 079, de 13 de julho de 2000. Aprova o Manual de Campanha C 22-5 - Ordem Unida. **Estado Maior do Exército.** 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2000.
2. BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 660-MD,** de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
3. BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 849 -MD,** de 04 de abril de 2013. Altera os arts. 45, 81, 83, 92, 100, 104, 110, 111, 124, 133, 136, 148 e 201 da Portaria Normativa nº 660-MD, de 19 de maio de 2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
4. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum nº 01 ao nº 10.** Trata do Cerimonial Militar do Exército.

2.8
ÁREA TEMÁTICA VIII
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Abordagem	60h
Preservação e Valorização da Prova	12h
Atendimento Pré-Hospitalar	24h
Uso Diferenciado da Força	20h
Defesa Pessoal Policial	40h
Armamento, Munição e Tiro	110h
Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	16h
Subtotal	**282h**

2.8.1
DISCIPLINA: ABORDAGEM

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
91 PM Q 6.1	Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.
98 PM Q 7	Capacidade de agir com urbanidade (agir com civilidade, ser polido e cortês ao desempenhar suas atribuições).
74 PM Q 6.3 / Q 6.4	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública.
88 PC / 91 PM Q 6.1	Atuar demonstrando conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os. Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.
 Q 6.3	Ser capaz de conduzir os diferentes envolvidos à delegacia.
43 PM Q 6.3	Ao acompanhar oficial de justiça em mandados de busca e apreensão, demonstrar conhecimento sobre os procedimentos de busca e apreensão. Demonstrar conhecimento sobre os procedimentos de busca e apreensão.
8 PC Q 6.3	Ser capaz de aplicar conhecimentos de cursos específicos para atuar na vistoria e cadastro de veículos. Ter conhecimentos sobre vistoria e cadastro de veículos.
57 PC / 75 PM Q 6.3	Ao realizar revista em suspeitos, ter conhecimento sobre as técnicas de abordagem. Demonstrar domínio das técnicas de abordagem.
58 PC	Ser capaz de aplicar técnicas de abordagem policial, com apropriado comando de voz.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil e polícia militar.

N (Número):refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

00*	Demonstrar conhecimentos sobre os fundamentos jurídicos da abordagem.
49 PM Q 6.3	Ao fazer a escolta de presos, agir demonstrando conhecimento das normas de abordagem, procedimentos e técnica de condução e legislações pertinentes (ex.: ECA).

Aspectos conceituais

- Aspectos e instrumentos legais;
- Princípios e fundamentos da abordagem;
- Conceitos: ordem pública, segurança pública, preservação da ordem pública, poder de polícia;
- Legislação processual penal inerente à intervenção e diligências policiais;
- Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função policial;
- Tipos de abordagem.

Aspectos procedimentais

- Realizar diligências policiais: a aproximação, o contato (verbalização - comando de voz), o controle do ambiente e cerco (isolamento), localização e contenção, evacuação de área;
- Técnicas de abordagem em pessoas, edificações veículos e coletivos;
- Emprego das armas e dos equipamentos policiais;
- Encaminhamento das ocorrências assistenciais;
- A resolução das ocorrências policiais;
- Realizar diligências policiais;
- Realizar intervenções policiais.

Aspectos atitudinais

- Conduta com base nos princípios dos direitos humanos;
- Valorização da legalidade e da técnica como expressão da competência, da ética e da segurança profissional.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A abordagem policial é uma atividade constante para o agente policial no exercício de suas funções. É também uma das atividades mais delicadas e perigosas nas intervenções policiais. Pode ocorrer nos mais diferentes lugares: na praia, na rua, numa mata, num estádio de futebol, no interior de uma balsa etc. Pode envolver pessoas diferentes:

infratores da lei, pessoas em situação vulnerável, pessoa portadora de enfermidade contagiosa, estrangeiros etc. O policial geralmente é acionado para atuar onde as pessoas estão defendendo direitos ou estão em posições opostas: brigas, manifestações, acidentes, locais de crimes mais diversos etc. Logo, o policial vai lidar com pessoas que estão com o controle emocional abalado, exaltadas e até mesmo violentas.

O cidadão, por mais que tenha infringido a lei, não é obrigado a fazer ou deixar de fazer nada, que não seja pelo império da lei. Esta assertiva deve ser o pilar sustentador do ensino de técnicas e táticas de abordagem policial.

O conhecimento técnico profissional, deve ser construído dentro da realidade que o policial vai atuar, a partir dos princípios dos direitos humanos e tendo como base teórica a legislação vigente. Um treinamento de qualidade vai fazer com que os profissionais valorizem os procedimentos técnicos operacionais como expressão da competência, da ética e da segurança profissional e conseqüentemente obter a eficácia nas diligências policiais, sem riscos desnecessários e sem violação de direitos.

O policial deverá estar preparado para atuar em situações que estará sujeito a fortes pressões psicológicas e deverá ainda se manter em condições de empregar técnicas que demandam refinadas habilidades psicomotoras a fim de evitar uma reação violenta ou socorrer uma pessoa em sérias dificuldades. O momento da aproximação e do contato com as pessoas que estão perturbando a ordem é sempre muito delicado e perigoso. O policial não deverá se descuidar da segurança dos envolvidos na operação: a equipe, o público, e os abordados; e estar preparado para vencer uma resistência, que poderá ser armada, ao mesmo tempo tomar cuidado para não causar constrangimentos além do essencialmente necessário para realizar o seu serviço.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Analisar as legislações, códigos de conduta e doutrinas referentes aos seguintes tipos de abordagem policial: abordagem de pessoas; rotina, atitude suspeita e infratores da lei; abordagem de veículos e abordagem em edificações;
  - Identificar os princípios e os fundamentos presentes em cada um dos tipos de abordagem.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Executar os procedimentos específicos para cada tipo de abordagem (demonstrações e simulações);
  - Exercitar as condutas corretamente (contato, verbalização, etc.);
  - Utilizar técnicas de entrevista.
- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar com base nos preceitos legais e das normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função policial.

Conteúdo programático[9]

- Conceito de abordagem;
- Princípios e fundamentos:
  - O princípio da reserva legal;
  - Ordem pública e segurança pública;
  - Preservação da ordem pública;
  - Policiamento;
  - Poder de polícia;
  - Fundada suspeita;
  - Flagrante delito;
  - Voz de prisão;
  - Delitos de menor potencial ofensivo;
- Tipos de abordagens;
- Aspectos legais e normativos relacionados à abordagem ;
- Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função policial;
- Procedimentos de abordagem de pessoas: rotina, em atitudes suspeitas e infratores da lei;
  - Abordagens a pessoas em situação de vulnerabilidade;
  - Ocorrências envolvendo pessoas dotadas de imunidade ou prerrogativa de função;
  - Abordagem de pessoas em flagrante delito ou em fundada suspeita;
  - Condução de presos;
  - Uso da algema;
- Equipamentos de segurança individual (colete, capacete, luvas - Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010);
- Equipamentos e tecnologias de menor potencial ofensivo (Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010);
- Procedimentos de abordagem de veículos e coletivos;
- Procedimentos de abordagem em edificações;
- Encaminhamento de ocorrências assistenciais;
- Encaminhamento à autoridade competente.

Carga horária recomendada

- 60h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

[9] Esta disciplina terá como foco o princípio da defesa, seja do próprio policial, de terceiros e do agressor, pois a ideia de ataque não coaduna com a função policial. Durante as aulas deverão ser abordadas técnicas de defesa contra diversos tipos de ataque. É importante salientar que a sistemática repetição dos exercícios deverá ser empregada com relevância pois, propiciará ao policial o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de suas habilidades motoras.

- Demonstração;
- Simulações (exercícios simulados, dentro de contextos, com base em papéis e informações);
- Estudo de casos.

  Observação: recomenda-se o uso de simuladores.

Avaliação da aprendizagem

Prova Prática. Durante a aplicação da avaliação, deverá ser fornecido feedback, de forma a confirmar e ou corrigir imediatamente o procedimento do avaliado em relação aos procedimentos de abordagens.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689**, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro: 1941.
2. BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848,** de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro: 1940.
3. BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1990.
4. BRASIL. **Lei nº 11.340,** de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006.
5. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Brasília, 2008.
6. BRASIL. **Decreto nº 40**, de 15 de fevereiro de 1991. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT). Mantém concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e dá outras providencias. Brasília, 1991.
7. BRASIL. **Lei nº 8.069,** de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
8. BRASIL. **Lei nº 10.741,** de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.
9. BRASIL. **Lei nº 12.288,** de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.
10. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Re-

pública. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília, 2010.

11. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
12. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão**: 1988.
13. OLIVEIRA. Alexandre Fontenelle. **Manual de negociação de Conflitos**. Vol.09. Rio de Janeiro: ISP, 2008.
14. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei** (PBUFAF), 1990.
15. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei,** 1989.
16. FERRAZ, Claudio Armando. **Manual de Abordagem a Veículos e Edificações.** Rio de Janeiro: ISP, 2008.
17. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Súmula Vinculante nº 11.** Brasília, 2008.

2.8.2
DISCIPLINA: PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
71 PM Q 6.1	Ser capaz de arrolar testemunhas e provas para o flagrante. Ser capaz de arrolar testemunhas e elementos informativos (CPP) para o flagrante.
62 PC / 88 PM Q 6.3	Ao comparecer e preservar o local de crime ser capaz de aplicar técnicas de preservação. Ser capaz de preservar o local do crime, quando necessário. Ser capaz de preservar o local do crime.
33 PM	Ser capaz de identificar vestígios que possam estar relacionados ao crime, ao investigar uma infração penal e em situações diversas.
00*	Ser capaz de fazer uma leitura da cena do crime e de sua dinâmica.

Aspectos conceituais

- Concepção epistemológica da prova e sua relevância;
- Identificação e preservação da prova;
- Princípios que regem a prova no âmbito processual penal;
- Procedimento probatório;
- Condições de coleta da prova;
- Produção da prova em local de crime;
- Aspectos críticos em local de preservação de prova de crime: competências funcionais, gerenciamento da comoção/retaliação pública, ligação com a imprensa, vitimas e acusados.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil e polícia militar.

Aspectos procedimentais

- Utilização de técnicas de preservação da prova e isolamento de locais de crimes;
- Utilização de métodos e procedimentos que garantam a segurança na identificação, preservação e coleta da prova;
- Preparação para aspectos críticos e de potenciais interferências na preservação da prova criminal.

Aspectos atitudinais

- Valorização do isolamento e preservação dos locais de crime;
- Postura científica para a coleta e preservação da prova;
- Aumento da autonomia profissional no trabalho de preservação da prova criminal;
- Conduta assertiva junto às testemunhas, vítimas e autores.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Um dos princípios que regem o processo penal é o da verdade real, garantidor de que o direito de punir do Estado seja exercido somente contra aquele que praticou a infração penal e circunscrito aos exatos limites de sua culpa. Essa formatação da verdade só é possível por meio da prova.

A prova é a alma do processo. Tem ela, como foco, a reconstrução de fatos e de sua autoria, de todas as circunstâncias objetivas e subjetivas que possam ter influência na responsabilidade penal do autor, bem como na fixação da pena ou na imposição da medida de segurança.

A disciplina "Preservação e Valorização da Prova" trata dos cuidados objetivos que o agente de segurança pública deve ter no trato com os elementos de prova, especialmente no momento que antecede sua coleta, pelo perito, no caso da prova material, ou pelo delegado de polícia, quanto à prova subjetiva, na dimensão do espaço, por meio lícito e legal, para ser validado como prova idônea na busca da verdade real.

Valorizar a prova requer, antes de tudo, reconhecê-la, para assim saber preservá-la. Requer também a capacidade de responder as questões: por que preservar? Quais os prejuízos para o meu trabalho e para o trabalho dos demais profissionais envolvidos na cadeia deste processo? Que ações executar visando esta preservação? O que evitar?

Num sentido ainda mais amplo, a real compreensão da importância da atividade desempenhada por cada profissional pode ser encarada como uma valorização da própria atividade e da autoestima deste, facilitando a sua inserção no processo e sua integração com os demais profissionais envolvidos.

Sendo assim, o propósito da disciplina é o de alcançar o agente que não é aquele encarregado, institucionalmente, da coleta e validação da provas, como o perito e o delegado de polícia, mas aquele encarregado dos cuidados iniciais nesse processo de vali-

dação. No contexto estão os demais agentes cujo trabalho consolida toda uma proposta de ações integradas e complementares da segurança pública. São conhecimentos básicos necessários à sustentação dos procedimentos e atitudes que deverão ser adotadas por esses agentes na preservação da prova, seja ela material ou subjetiva.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o sentido sistêmico que envolve todo o processo criminal, desde a fase inicial na cena do crime, até a utilização das provas materiais e subjetivas na fase final na esfera do poder judiciário.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar técnicas de isolamento de locais de crime e procedimentos requeridos para uma correta preservação das provas.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer na produção das provas - quer sejam materiais ou subjetivas- a sua relação direta com a plena aplicação da garantia dos direitos individuais, com a proteção dos direitos humanos e com o combate à impunidade;
  - Atuar com uma conduta adequada na cena do crime, reforçando em cada um dos envolvidos no sistema de justiça criminal, o sentido do valor que o desempenho de sua atividade representa.

Conteúdo programático

- Prova:
  - Classificação: material e subjetiva;
  - Estrutura analítica da prova;
  - Elemento de prova;
  - Meio de prova;
  - Instrumento de prova;
  - Produção da prova (ônus da prova);
  - Aspectos legais;
  - Atribuições e competências nas fases policial e judicial.
- A Prova material:
  - Vestígios, evidências e indícios;
  - Tipos de vestígios ou evidências;
  - Características especiais de vestígios encontrados na cena de crime;
  - Preservação da prova material.
- A Prova subjetiva:
  - Conceito e valor jurídico;
  - Abordagem de testemunhas, vítimas e suspeitos;
  - Técnicas de abordagem;
  - Circunstâncias e condições especiais a serem consideradas;

  - Preservação da prova subjetiva.
- Local de crime:
  - Definição de local de crime;
  - Classificação de local de crime;
  - Técnicas de isolamento de local de crime;
  - Técnicas de preservação de local de crime;
  - Protocolos de procedimentos no local de crime, considerando as características próprias de cada um e as competências de cada organização de segurança pública;
  - A relação entre os diferentes profissionais de segurança pública na cena do crime;
  - Trato com a imprensa, parentes da vítima e/ou populares em geral.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas e projeção de imagens e de vídeos para a aquisição de conhecimentos teóricos;
- Demonstrações, simulações e estudos de casos para o desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem abrangerá uma prova e um exercício de simulação.

Referências bibliográficas

1. ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Acidentes de trânsito: aspectos técnicos e jurídicos.** 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.
2. CRUZ, Alexandre. **Falso testemunho, falsa perícia.** Campinas: Millennium, 2003.
3. DOREA, Luiz Eduardo. **Local de crime.** 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
4. ESPINDULA, Alberi. **Local de crime: isolamento e preservação, exames periciais e investigação criminal.** 2. ed. Brasília: Alberi Espindula, 2003.
5. FIGINI, Ariano Roberto da Luz et al. **Identificação humana.** 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.
6. KLEINUBING, Rodrigo; NEGRINE NETTO, Oswaldo. **Dinâmica dos acidentes de trânsito: análises e reconstruções.** Campinas: Millennium, 2006.
7. NOBORU, Marukawa. L.; FELIPETTO, Daniel. **Orientações em segurança pública.** Londrina: Instituto de Criminalística, 2007.
8. TOCCHETTO, Domingos. **Balística forense.** 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.

2.8.3
DISCIPLINA: ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
9 PC / 17 PC / 21 PM Q 6.3	Ter capacidade de prestar primeiros socorros, aplicando técnicas e procedimentos adequados à situação. Ter noções de primeiros socorros. Atuar demonstrando conhecimentos sobre primeiros socorros.

Aspectos conceituais

- Emergência e urgência;
- Sistema de emergência médica e socorrista;
- Avaliação geral do paciente;
- Suporte básico de vida;
- Hemorragia e choque;
- Traumatismo;
- Emergência e pacientes especiais: crianças, idosos e perturbados mentais;
- Aspectos psicológicos intervenientes no atendimento ao acidentado.

Aspectos procedimentais

- Prestação de pronto atendimento a vítimas de politraumatismo ou de emergência clínica;
- Aplicação de técnicas do suporte básico de vida até a chegada de unidade especializada ou de profissional da área médica ou remoção da vítima para unidade hospitalar;
- Avaliação e informação da situação de emergência;
- Estabilizar pacientes na cena de emergência;
- Manipulação adequada do paciente;
- Informação da condição do paciente e os tratamentos ministrados;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Aplicação das técnicas aprendidas;
- Técnicas de higienização e esterilização, fatores de riscos e equipamentos de proteção.

Aspectos atitudinais

- Atitudes pró-ativas e agilidades;
- Atenção das técnicas adequadas a cada situação de constante preservação da vida;
- Equilíbrio de emoções e apoio tranqüilizador nas situações de atendimento.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A grande maioria dos acidentes poderia ser evitada, porém, quando ocorrem, alguns conhecimentos simples podem diminuir o sofrimento, evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas.

O fundamental é saber que, em situações de emergência, deve-se manter a calma e ter em mente que a prestação do atendimento pré-hospitalar não exclui a importância de uma posterior apresentação a um médico. Além disso, o atendente deve se certificar de que há condições seguras o bastante para a prestação do socorro sem riscos para o atendente. Não esquecer que um atendimento de emergência inadequado pode comprometer ainda mais a saúde da vítima.

Acontece que somente o espírito de solidariedade não basta. Para que se possa prestar um socorro de emergência correto e eficiente, precisamos dominar as técnicas de primeiros socorros.

A responsabilidade torna-se maior quando o Agente de Segurança Pública se depara com situações em que os primeiros socorros terão que ser aplicados. Estes Agentes lidam diretamente e quase que diariamente com o público, os quais têm o dever de prestar socorro em quaisquer circunstâncias. Nota-se que estes Agentes de Segurança são, via de regra, os primeiros a chegarem ao local de acidentes, tendo que assumir uma postura de liderança, que passe confiança aos presentes, em nome do Estado que representam.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Avaliar a vítima por meio da identificação de sinais vitais e suas possíveis irregularidades.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar técnicas e procedimentos que possibilitem prestar um atendimento preciso, rápido e seguro em casos de acidentes, partos ou males súbitos até a presença de pessoa mais especializada.

- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer o limite de seus recursos/meios e solicitar ajuda especializada.

Conteúdo programático

- Avaliação geral da vítima:
  - Método (CHARP) circulação, hemorragia, vias aéreas, respiração e pulsação;
- Suporte básico de vida:
  - Parada respiratória;
  - Engasgamento;
  - Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos.
- Hemorragias e choques:
  - Conceito;
  - Sinais e sintomas;
  - Tipos de hemorragias;
  - Tipos de choque;
  - Técnicas de contenção de hemorragias.
- Traumas:
  - Traumatismo crânio-encefálico;
  - Traumatismo raquimedular;
  - Traumas de tórax;
  - Técnicas de transportes;
  - Razões para a movimentação de vítimas.
- Parto de emergência:
  - Fases do trabalho de parto;
  - Possíveis complicações do parto;
  - Prevenção de doenças infecto-contagiosas;
  - Assepsia de viaturas e materiais;
  - Técnicas de transporte.

Carga horária recomendada

- 24h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos, com recursos audiovisuais;
- Métodos interativos com os participantes: indutivo e dedutivo;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. ALFARO, D. ; MATTOS, H. **Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado PHTLS.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
2. AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Suporte avançado de vida em cardiologia: livro do profissional de saúde.** São Paulo: Prous Science, 2008.
3. BENHKE, Robert S. **Anatomia do movimento.** Tradução de Nilda Maria Farias de Albernaz. Porto Alegre: Artmed, 2004.
4. CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. **Manual Básico de Socorro de Emergência.** São Paulo: Atheneu, 2007.
5. CARVALHO FILHO, Eurico Thomas; PAPALÉU NETTO, Matheus. **Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica.** São Paulo: Atheneu, 2000.
6. COIMBRA, Raul S. M. et al. **Emergências traumáticas e não traumáticas: manual do residente e do estudante.** São Paulo: Atheneu, 2001.
7. OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. **Trauma: atendimento pré-hospitalar.** Curitiba: Atheneu, 2002.
8. TORLONI, Maurício; VIEIRA, Antônio Vladimir. **Manual de proteção respiratória.** São Paulo: ABHO, 2003.

2.8.4
DISCIPLINA: USO DIFERENCIADO DA FORÇA[10]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
67 PM Q 6.3	Demonstrar domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição.
66 PM Q 6.3	Ser capaz de atuar de acordo com o escalonamento do uso progressivo (diferenciado)[11] da força. Ser capaz de atuar de acordo com o uso diferenciado da força.

Aspectos conceituais

- Conceito do uso da força e da arma de fogo;
- Princípios do uso da força;
- Legislação pertinente ao uso da força e da arma de fogo (normas internacionais e legislações nacionais);
- Triângulo de uso da força;
- Estudo das reações fisiológicas.

Aspectos procedimentais

- Identificação dos modelos do uso diferenciado da força e da arma de fogo;
- Avaliação de riscos;
- Elaboração de relatório de apuração referente ao uso da força e de arma de fogo.

[10] Esta disciplina é pré-requisito para a disciplina Armamento, Munição e Tiro.

[11] Uso diferenciado da força (grifo nosso): este termo foi alterado pela Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.

N (Número):refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Valorização da ação em parceria;
- Respeito à escala de segurança (público, policial e infrator);
- Respeito aos aspectos legais;
- Respeito às normas e aos procedimentos;
- Atenção aos riscos e as oportunidades;
- Reconhecimento do limite legal da ação e as imposições do ambiente para tomar a decisão adequada.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O público constantemente perscruta as instituições de segurança pública e os profissionais encarregados da aplicação da lei quando tais se envolvem em episódios que acarretam no uso excessivo de força com larga exploração e divulgação pela mídia. A atenção dada pelos veículos de comunicação em massa aos eventos onde há o emprego da força, infelizmente, dá a impressão de que o uso excessivo da força e seus índices, além de comporem a regra, são mais elevados do que realmente se mostram na rotina policial.

Ao lidar com situações potencialmente perigosas e imprevisíveis os profissionais de segurança pública costumam ter muito pouco tempo para avaliar e determinar o nível de resposta apropriada ao evento que requer a sua atuação. Nesse sentido, o conhecimento técnico, treinamento e adequado aporte logístico permite que os policiais possam reagir adequadamente frente a possível ameaça e, de forma eficaz e segura responder conscientemente, angariando assim singular vantagem tática necessária à resolução de situações complexas, ainda que essas, quando necessário, exijam o emprego de algum nível de força pelo operador no exercício de suas responsabilidades profissionais.

O estudo dessa disciplina deverá observar a Portaria nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010 que estabelece as diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender os fundamentos legais, procedimentais e éticos relacionados ao uso da força.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Aplicar adequadamente, de acordo com as situações propostas, o uso diferenciado da força.
- Fortalecer atitudes para:
  - Priorizar a preservação da vida atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais.

Conteúdo programático

- Princípios legais: excludente de criminalidade, desobediência, desacato, tortura, danos morais, lesões corporais, excesso e outros;
- Aspectos legais e éticos do uso diferenciado da força: legislação internacional, estadual e nacional aplicáveis ao uso da força;
- Propostas de modelos de uso da força: "FLETC"; "GIUESPIE"; "REMSBERG; "CANADENSE"; "NASHVILE"; "PHOENIX"; Procedimento operacional padrão de acordo com a instituição;
- Fundamentos técnicos do uso diferenciado da força pelos profissionais de segurança pública: presença; verbalização; técnicas de submissão; controles de contato ou controle de mãos livres; táticas defensivas de baixa letalidade e tiro policial defensivo;
- Elementos do uso diferenciado da força: armas e equipamentos; táticas de defesa; restrições; movimento e voz;
- Tipos de respostas do uso da força pelos profissionais de segurança pública: encontro cooperativo; encontro resistente; resistente passivo; resistente ativo; agressivo;
- Registro e relatório do uso da força.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

A disciplina abordará fundamentos e técnicas do uso da força visando à formação, ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional, lançando mão dos recursos didáticos expositivos, participativos, exemplificativos, audiovisuais e informáticos, por meio de aulas teóricas e práticas.

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição em sala de aula com apoio de recursos audiovisuais;
- Exposição de materiais: armamentos, munições e equipamentos de menor potencial ofensivo;
- Participação de alunos na exemplificação, no estudo de casos reais, na troca de experiências, nas discussões em grupo e prática reflexiva com vista a mudar comportamentos e atitudes propiciando condições necessárias ao entendimento e adequado emprego do uso diferenciado da força;
- Demonstrações práticas do emprego do uso diferenciado da força;
- Exercícios práticos e simulados no emprego dos procedimentos do uso diferenciado da força.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação teórica;
- Avaliação prática: exercícios simulados com base nos procedimentos operacionais padrão de resolução de problemas (ocorrências).

Observação: Recomenda-se o uso de súmula ou protocolo onde os conhecimentos práticos de uso diferenciado da força a serem avaliados deverão ser objetivamente des-

critos. Durante a aplicação da avaliação, deverá fornecer feedback, de forma a confirmar e ou corrigir imediatamente o procedimento do avaliado em relação ao uso diferenciado da força.

Referências bibliográficas

1. BITTNER, Egon. A Capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia. **Aspectos do trabalho policial.** Coleção Polícia e Sociedade 8. São Paulo: EDUSP, 2003.
2. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Brasília, 2008.
3. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
4. CANO, Ignácio. **Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate.** Crime Organizado e Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Revista Arché Interdisciplinar, ano VII, n. 19, 1998.
5. CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Polícia, violência e Direitos Humanos.** Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Série cadernos de polícia - nº 20 -. Rio de Janeiro, 1994.
6. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
7. CORRÊA, Marcelo Vladimir. **Abordagem policial militar no patrulhamento motorizado face ao treinamento profissional específico no 8º RPM, período de 1998 a 2000.** Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
8. GIRALDI, Nilson. **Manual de tiro defensivo de preservação da vida,**1999.
9. LIMA, João Cavalim de. **Atividade Policial e Confronto Armado.** Curitiba: Juruá, 2005.
10. MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JR., D.; DINIZ, E. **Uso da força e ostensividade na ação policial.** Conjuntura Política: Boletim de Análise do Departamento de Política da UFMG. Belo Horizonte, 1999.
11. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei** (PBUFAF): 1990.
12. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1989.

2.8.5
DISCIPLINA: DEFESA PESSOAL POLICIAL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
17 PM Q 6.3	Ter capacidade de aplicar as técnicas de defesa pessoal. (treinamento continuado).
00*	Ter capacidade de aplicar técnicas não letais de imobilizações policiais.
00	Ter capacidade de executar técnicas de defesa em razão de ataques com armas comuns e de fogo a curta distância.
00	Ter capacidade de substituir sempre que possível o uso de instrumentos contundentes, tais como bastões, por técnicas eficazes de defesa pessoal policial.

Aspectos conceituais

- Importância da defesa policial pessoal;
- O corpo como instrumento de trabalho;
- Noções de mecânica corporal.

Aspectos procedimentais

- Técnicas de defesa pessoal envolvendo: controle e imobilizações policiais;
- Técnicas de condução de presos.

Aspectos atitudinais

- Defesa e proteção;
- Valorização da vida;
- Controle emocional diante de agressões injustas.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil e polícia militar.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Cabe ao Estado o uso exclusivo da força física contra aqueles que não se dispõem a cumprir as regras impostas. A força utilizada deve ser suficiente para conduzir as pessoas ao cumprimento das normas, não sendo permitido o excesso que também caracteriza o descumprimento da lei pelo representante do Estado.

A disciplina de "Defesa Pessoal Policial" , como a denominação bem explicita, tem por objetivo garantir a defesa do policial e/ou de terceiros que estejam sendo vítimas de ofensas físicas. Os integrantes das organizações policiais, que têm como função promover a segurança pública, necessitam de treinamentos constantes para proporcionar essa segurança e proteção aos membros da sociedade. Não coaduna com as agências de segurança pública a lógica do ataque.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o funcionamento motor do corpo, por meio de noções básicas de mecânica corporal;
  - Compreender o corpo como instrumento de trabalho.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar técnicas não letais de defesa, controle e imobilização, segundo o princípio da proporcionalidade;
  - Utilizar técnicas de defesa, sem utilização de arma de fogo.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer que as técnicas de defesa pessoal garantem a integridade física pessoal e do agressor.

Conteúdo programático

- Introdução:
  - O corpo como instrumento de trabalho;
  - Fundamentos de mecânica corporal;
  - Posturas defensivas;
  - Quedas e rolamentos;
  - Esquivas;
  - Técnicas de socos e chutes;
  - Técnicas de projeção;
  - Pontos vitais.
- Tipos de agressões mais usuais e defesas correspondentes:
  - Agarramento ao corpo: pela frente e pelas costas, sendo sobre e sob os braços;

  - Agarramento à roupa (pegadas) a um ou ambos os braços pela frente, por trás e pela lateral;
  - Gravatas e enforcamentos : frontal, lateral e pelas costas;
  - Estrangulamentos: pela frente e pelas costas;
  - Bofetada;
  - Cutelada;
  - Socos e pontapés: frontal, ascendente, descendente e lateral;
  - Cotoveladas: ascendente e lateral;
  - Joelhadas: frontal e lateral;
  - Facada frontal e lateral: descendente, ascendente e laterais;
  - Defesa contra arma de fogo no momento do saque do oponente;
  - Defesa contra arma de fogo apontada pela frente ou pelas costas ou ainda pela lateral;
  - Paulada frontal descendente e estocada;
  - Paulada lateral.
- Defesas de ataques sequenciais:
  - Agarramento seguido de socos ou cuteladas;
  - Agarramento seguido de joelhadas;
  - Gravata seguida de socos.
- Processos de controles e técnicas de imobilizações policiais e condução de presos:
  - Técnicas de imobilizações policiais.

Carga horária recomendada

- 40h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Demonstração;
- Contextualização e fundamentação da técnica a ser praticada;
- Exercícios de repetição para obtenção de automação;
- Treino com feedback;
- Simulações de ataques para a prática das técnicas de defesa pessoal policial.

Avaliação da aprendizagem

As avaliações deverão ser eminentemente práticas com objetivo de verificar a performance do aluno, principalmente no que se refere à escolha e ao emprego das técnicas ensinadas em consonância com o que cada situação exigirá do profissional.

Referências bibliográficas

1. AGUR, M. R. Anne; ARTHUR, F. Dalley. **Atlas de anatomia.** 11ª Edição Rio de Janeiro: Guanabara KoogN,2007.

2. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
3. BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: SENASP.2008.
4. MINAS GERAIS. **Manual de defesa pessoal.** Minas Gerais: PMMG. S.d.
5. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
6. PINTO, Jorge Alberto Alvorcem; VALÉRIO, Sander Moreira. **Defesa pessoal: para policiais e profissionais de segurança.** Porto Alegre: J.A.P/S.M/Evangraf, 2002
7. RIO DE JANEIRO. **Manual de uso diferenciado da força.** Rio de Janeiro: PCERJ-Núcleo de Educação Física e Defesa Pessoal. S.d.
8. SÃO PAULO. **Manual de defesa pessoal.** São Paulo: PMESP. S.d.

2.8.6
DISCIPLINA: ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
22 PC	Capacidade de manusear armas com menor potencial ofensivo.
56 PC	Capacidade de manusear armas letais.
77 PC	Capacidade de utilizar armas e munições, quando necessário.
67 PM Q 6.3	Demonstrar domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição.
28 PM Q 6.8	Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial (tiro de precisão, sob estresse, tiro noturno, intuitivo, dentre outros). Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial.
66 PM Q 6.3	Ser capaz de atuar de acordo com o escalonamento do uso progressivo (diferenciado)[12] da força. Ser capaz de atuar de acordo com o uso diferenciado da força.

Aspectos conceituais

- Principais armamentos utilizados pela corporação;
- Princípios da montagem e desmontagem de armamentos;
- Munições específicas para o armamento;
- Equipamento de proteção individual (EPI);
- Equipamento de proteção coletiva (EPC);
- Conceito do tiro policial;

[12] Uso diferenciado da força (grifo nosso): este termo foi alterado pela Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares, conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Legislação pertinente do tiro (diretrizes e códigos);
- Fundamentos do tiro.

Aspectos procedimentais

- Montagem e desmontagem de armamentos;
- Reconhecimento dos calibres e suas respectivas munições;
- Realização dos escalões de manutenção básicos;
- Domínio do processo de tomada de decisão;
- Manejo adequado do armamento (municiar, manipular num campo seguro para si e demais pessoas);
- Realização de disparos com precisão;
- Emprego do tiro em caso de ameaça proporcional;
- Pensar antes de agir;
- Aplicação das diversas modalidades de tiro de acordo com a situação.

Aspectos atitudinais

- Valorização da vida;
- Emprego da arma de fogo como o último recurso a ser utilizado;
- Reconhecimento da importância do uso apropriado e da manutenção do armamento;
- Observância ao uso de equipamentos de proteção como meio de preservação da vida;
- Respeito aos aspectos legais;
- Respeito às normas e procedimentos.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O disparo de uma arma de fogo deva ser a última alternativa a ser utilizada pelo policial, mas a sua formação não pode prescindir do exercício para manejá-la com segurança e dentro dos princípios de necessidade, legalidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

Portanto, faz-se necessário que o policial tenha conhecimentos técnicos sobre a arma que o Estado coloca a sua disposição para defender a sociedade, bem como as técnicas de utilização, justificativas legais e equilíbrio psicológico que garantam o uso adequado da mesma.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Caracterizar os diversos tipos e funcionamento de armas, equipamentos e munições utilizados na corporação.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:

  - Montar, desmontar, manejar e utilizar o armamento convencional disponibilizado pela força policial.
- Fortalecer atitudes para:
  - Priorizar a preservação da vida atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais.

Conteúdo programático

- Introdução:
  - Histórico e evolução das armas de fogo;
  - Especificidade do uso da arma de fogo na função policial e sua responsabilidade;
  - Princípios básicos do uso da força;
  - Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública.
- Armamento leve:
  - Conceito e classificação;
  - Processo de disparo / sistema de funcionamento;
  - Munições;
  - Balística.
- Armamento convencional (específicos de cada organização):
  - Apresentação do armamento;
  - Características;
  - Munição utilizada;
  - Funcionamento;
  - Mecanismos de segurança;
  - Manejo;
  - Inspeção preliminar;
  - Emprego operacional;
  - Condução da arma;
  - Princípios de manutenção e guarda do armamento.
- Iniciação à prática de tiro:
  - Fundamentos do tiro;
  - Conduta e segurança na prática do tiro;
  - Princípios de manutenção e guarda do armamento.
- Tiro policial:
  - Prática de tiro com os armamentos específicos de cada organização.

Carga horária recomendada

- 110 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de audiovisual;
- Aulas práticas de montagem e desmontagem;

- Aulas práticas de tiro;
- Estudo de casos;
- Demonstrações e simulações.

Avaliação da aprendizagem

Avaliação prática de montagem, desmontagem. Avaliação prática das técnicas de execução de tiro com as armas estudadas.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Brasília, 2008.
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
3. GIRALDI, Nilson. **Manual de tiro defensivo de preservação da vida,**1999.
4. LIMA, João Cavalim de. **Atividade Policial e Confronto Armado.** Curitiba: Juruá, 2005.
5. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
6. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei** (PBUFAF): 1990.
7. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1989.

2.8.7
DISCIPLINA: TÉCNICAS DE IMOBILIZAÇÕES POLICIAIS E UTILIZAÇÃO DE ALGEMAS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
13 PC	Ser capaz de aplicar técnicas de imobilização, se necessário, ao cumprir mandados de prisão, atendendo os preceitos legais.
00*	Ter capacidade de aplicar uma técnica de imobilização policial individual para condução de um suspeito.
00	Ter capacidade para, com auxílio de outro policial, aplicar de modo sincronizado uma técnica de imobilização policial em dupla.
00	Ter capacidade para, com auxílio de sua equipe de trabalho, aplicar de modo sincronizado uma técnica de imobilização em equipe.
00	Ter capacidade de aplicar uma técnica policial individual de colocação de algemas.
00	Ter capacidade de aplicar uma técnica policial em dupla de colocação de algemas.

Aspectos conceituais

- O corpo como instrumento de trabalho;
- Noções de mecânica corporal;
- Importância da imobilização em situações de risco.

Aspectos procedimentais

- Equipes e formações táticas de imobilização;
- Técnicas de imobilizações de suspeitos;
- Técnicas de utilização de algemas;
- Técnicas de condução de presos.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil e polícia militar.

Aspectos atitudinais

- Controle emocional;
- Defesa e proteção;
- Atitude proativa no serviço policial;
- Valorização da vida.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A disciplina "Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas" tem por objetivo garantir a aplicação de uma técnica segura e eficaz de domínio e imobilização de suspeitos/presos que necessitem ser conduzidos e/ou presos após terem cometido algum ilícito penal.

Os integrantes das instituições policiais, que têm como função promover a segurança e a manutenção da ordem pública, necessitam de treinamentos constantes com técnicas eficientes que lhes proporcionem segurança e autoconfiança para que possam aplicá-las com eficácia e em consonância com os direitos e a dignidade da pessoa humana.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conhecer o funcionamento motor do corpo, por meio de noções básicas de mecânica corporal;
  - Compreender o corpo como instrumento de trabalho;
  - Compreender a importância da imobilização em situações de risco.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar domínio e imobilização de suspeitos/presos sem a utilização de instrumentos contundentes, tais como bastões;
  - Utilizar técnicas de imobilizações policiais, sem utilização de arma de fogo;
  - Utilizar técnicas de colocação de algemas: Individual, em dupla e em equipe.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer que as técnicas de imobilizações policiais empregadas, quando necessárias, de forma adequada garantem a integridade física pessoal e do oponente;
  - Manter o controle emocional durante as ocorrências em que tenha que utilizar as técnicas de domínio e imobilizações policiais

Conteúdo programático[13]

- Técnicas individuais de imobilizações policiais;
- Técnicas individuais de colocação de algemas;
- Técnica individual para levantamento e condução do suspeito/preso algemado ao solo;
- Técnicas em dupla de imobilizações policiais;
- Técnicas em dupla para colocação de algemas;
- Técnicas em dupla para levantamento e condução do suspeito/preso algemado ao solo;
- Técnicas em equipe de imobilizações policiais;
- Técnicas em equipe para colocação de algemas;
- Técnicas em equipe para levantamento e condução do suspeito/preso algemado ao solo.

Carga horária recomendada

- 16 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Demonstração;
- Contextualização da técnica a ser praticada;
- Exercícios de repetição;
- Simulações de situações em que seja necessária a utilização das técnicas ensinadas.

Avaliação da aprendizagem

As avaliações deverão ser eminentemente práticas com objetivo de verificar a performance do aluno, principalmente no que se refere ao automatismo.

Referências bibliográficas

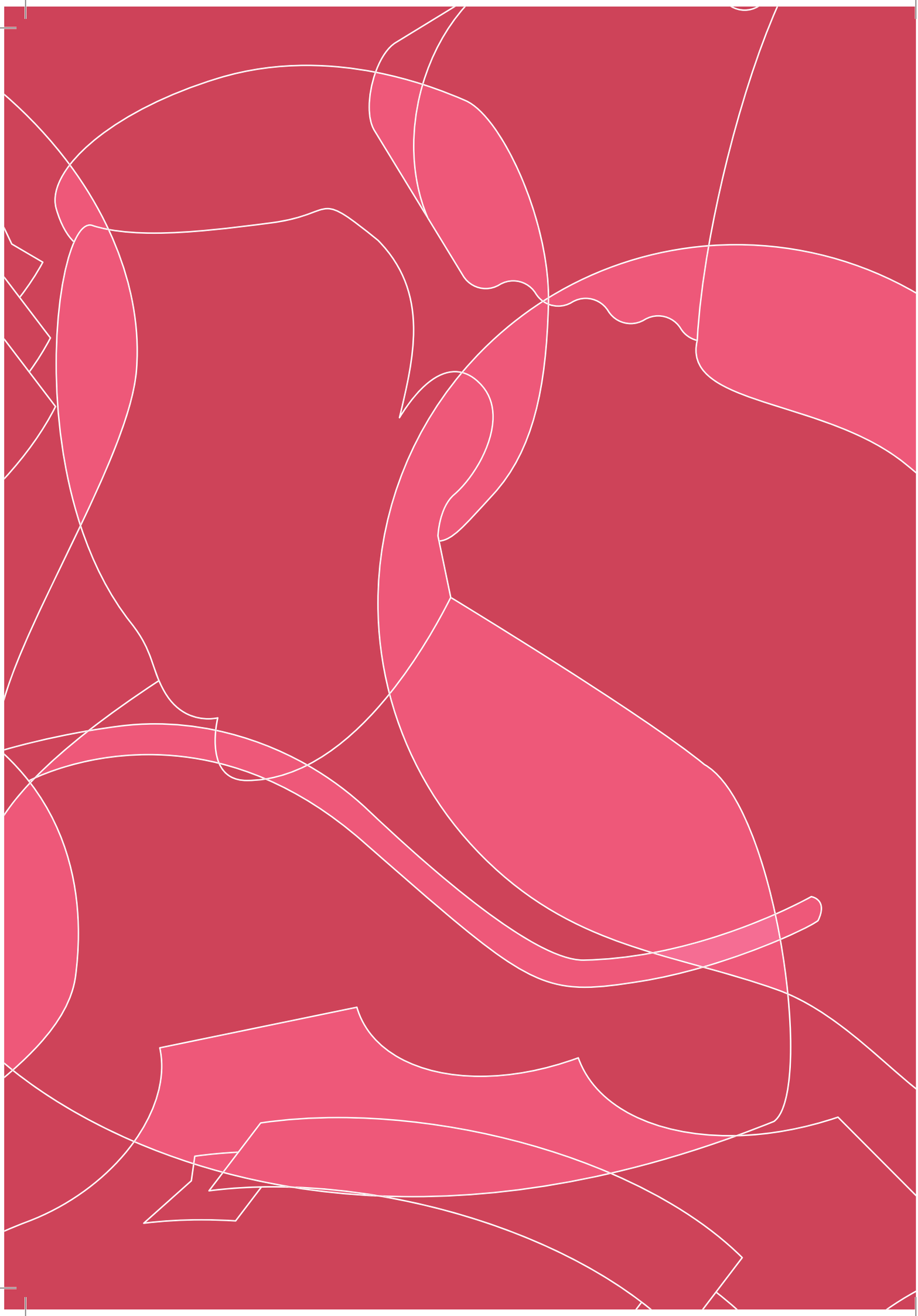
1. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
2. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília:. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Brasília, 2008.
3. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
4. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conjunto de Princípios para a Proteção**

[13] A utilização de algemas deve observar o previsto na Súmula Vinculante nº 11/2008 do Supremo Tribunal Federal - http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp.

de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão: 1988.

5. MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Manual de defesa pessoal.** Belo Horizonte, S.d.
6. PINTO, Jorge Alberto Alvorcem; VALÉRIO, Sander Moreira. **Defesa pessoal: para policiais e profissionais de segurança.** Porto Alegre: J.A.P/S.M/Evangraf, 2002.
7. SÃO PAULO. Polícia Militar. **Manual de defesa pessoal.** São Paulo, S.d.
8. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Súmula Vinculante nº 11.** Brasília, 2008.

3



3 DESCRIÇÃO DAS EMENTAS DA MALHA CURRICULAR: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

As ementas das disciplinas apresentadas neste capítulo compõem a malha curricular da parte geral das ações formativas voltadas aos profissionais do Corpo de Bombeiros Militar e correspondem a carga horária total de 974 horas-aulas.

3.1
ÁREA TEMÁTICA I
SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Sistema de Segurança Pública	12h
Fundamentos da Gestão Pública	12h
História do Bombeiro no Mundo e no Brasil	10h
Sistema de Defesa Civil	12h
Subtotal	**46h**

3.1.1
DISCIPLINA: SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
26 PM Q 6.1	Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes do sistema judiciário, penitenciário e de defesa social.
30 PM Q 6.7	Capacidade de visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
44 BM Q 8.6	Ter visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
44 PM Q 6.3	Ser capaz de fazer contato com outros tipos de policiamento para planejar operações integradas.
59 PC Q 6.1	Atuar demonstrando conhecer o organograma e funcionamento das polícias bem como o funcionamento da justiça.
93 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar apoio de outros órgãos, se necessário, buscando suporte à sua ação.

Aspectos conceituais

- Segurança pública nas sociedades democráticas;
- Estrutura organizacional e funcional da segurança pública;
- Atribuições das instituições de segurança pública;
- Planos de segurança pública;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Controle democrático interno e externo das instituições e do profissional da área de segurança pública;
- Conceitos de circunscrição e área de abrangência de outras instituições;
- Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal;
- Mudanças e novos desafios: segurança local e global;
- Compreensão de operações interagências e as atribuições dos órgãos envolvidos.

Aspectos procedimentais

- Análise crítica das políticas públicas, funções e atribuições das instituições de segurança pública;
- Pensamento crítico sobre seus compromissos e responsabilidades como cidadão e profissional.

Aspectos atitudinais

- Visão sistêmica e compartilhada;
- Senso de interdependência, autonomia;
- Trabalho de forma cooperativa e colaborativa;
- Ética;
- Alinhamento com a missão constitucional;
- Comprometimento com a organização e com a carreira no contexto global;
- Reconhecimento dos limites e das possibilidades/ legitimidade na prática de seus atos;
- Curiosidade intelectual;
- Valorização do espaço de atuação.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Muitos autores apontam para a necessidade de uma visão sistêmica da segurança pública, o que também é reforçado pelas instâncias federal e estadual, tendo em vista a edição de planos específicos para a área da segurança pública.

Além disso, dentre as várias abordagens teóricas das organizações que permitem tratar as questões de segurança, criminalidade e violência; a abordagem sistêmica - que descreve a segurança pública como um sistema de estruturas interligadas, com certo nível de autonomia - é a que mais possibilita a compreensão dos órgãos e instituições de segurança pública.

Sendo assim, é de crucial importância que o profissional de segurança pública possua uma visão sistêmica da sua profissão, assumindo um comprometimento mais amplo, que abranja não só as ações do órgão, mas também toda a realidade social (o sistema social) em que atua.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a visão sistêmica da segurança pública, os órgãos, as instituições, os profissionais e as políticas e ações voltadas para a sociedade e o cidadão, mediante o estudo dos seus antecedentes históricos e da análise de cenários e perspectivas.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Mapear, analisar e opinar sobre as políticas públicas e o planejamento na área de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da formulação de políticas públicas e da elaboração de planejamento na área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Sistemas de segurança pública nas sociedades democráticas;
- Atribuições das instituições de segurança pública;
- Abordagem sistêmica da segurança pública;
- Controle interno e externo das instituições de segurança pública;
- Conceitos de circunscrição, região e área de abrangência de outras instituições;
- Políticas públicas: formulação, implantação, avaliação e acompanhamento;
- Planos de segurança pública (instâncias: federal, distrital e estadual);
- Análise de cenários e perspectivas da segurança global e local;
- Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal.

Carga horária recomendada

- 12 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Leitura de textos pertinentes à questão;
- Pesquisa sobre modelos de segurança pública;
- Pesquisa e análise de políticas e planos na área de segurança;
- Seminários elaborados pelos alunos com a participação das instituições de segurança pública;
- Estudo dirigido;
- Visitas técnicas.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita;
- Avaliação realizada ao final da disciplina para abordar novamente pontos não compreendidos pelos alunos.

Referências bibliográficas

1. BAYLEY, David H. **Criando uma teoria de policiamento: padrões de policiamento.** Coleção Polícia e Sociedade 1. São Paulo: EDUSP, 2001.
2. BAYLEY, David H.**Padrões de policiamento: uma análise internacionalmente comparativa.** São Paulo: EDUSP, 2001.
3. BECK, Ulrich, **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Editora 34, 2010, 1ª edição.
4. BERTALANFFY, Ludwig Vo. **Teoria geral dos sistemas;** BERTALANFFY, Ludwig Von; Ed. Vozes;1975.
5. CERQUEIRA, C. M. N. **A polícia em uma sociedade democrática.** In: Polícia, violência e direitos humanos. CEDOP, [S.l.]. Série Cadernos de Polícia, n. 20, 1994.
6. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, vol. 9, n. 1, 1997.
7. ROCHA, Luiz Carlos. **Organização policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais.** São Paulo: Saraiva, 1991.
8. SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

3.1.2
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
1 PM Q 7	Capacidade de visão estratégica (estar atento ao todo, antevendo cenários, coordenando atividades, metas e ações com visão de futuro). Capacidade de visão estratégica.
2 PM Q 7	Agir com orientação para resultados.

Aspectos conceituais

- Administração pública:
  - Aspectos conceituais;
  - Princípios.
- Administração pública paradigma burocrático X paradigma gerencial;
- Instrumentos de gestão pública;
- Orçamento público (conceito básico);
- Gestão por competências;
- Foco em resultados;
- Qualidade em serviço;
- Sistema de controle da administração pública.

Aspectos procedimentais

- Competência e habilidade gerencial que facilitem a tomada de decisão no seu nível funcional;
- Identificação dos fatores que contribuem para a qualidade dos serviços prestados.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Visão sistêmica da administração pública;
- Atenção prioritária ao cidadão e à sociedade;
- Consciência da importância de seu papel como agente da administração pública;
- Valorização das pessoas, tratando a todos de acordo com a lei e princípios de direitos humanos, sem qualquer distinção de gênero, raça, religião, etc;
- Reconhecimento de valores que contribuem para o atendimento de qualidade, como por exemplo, cortesia, rapidez, atendimento, confiabilidade e conforto.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Nas últimas décadas vem crescendo nas sociedades democráticas de economias avançadas e emergentes a demanda pelo melhor uso dos recursos arrecadados pelo governo e a prestação de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais. Surge, assim, uma administração pública gerencial voltada para o cidadão, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia numa gestão pública por resultados, orientada por processos de avaliação contínua e de legitimação pela sociedade.

O cidadão, cada vez mais consciente de seus direitos, inserido agora em um contexto democrático, passa a exigir que suas demandas sejam atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva, aliando rapidez na prestação dos serviços públicos, economicidade nas ações, transparência na gestão e prestação de contas sobre os atos dos gestores.

Compreender os fundamentos da gestão pública irá auxiliar as instituições de segurança pública, bem como aos seus profissionais criarem estratégias para a melhoria da gestão e dos serviços oferecidos.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o modelo de administração voltado para o desempenho das funções gerenciais e técnico-administrativas, com foco em resultados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar ferramentas e instrumentos de gestão para mediar as ações decorrentes do contato direto com as demandas reais da sociedade e do cidadão.
- Fortalecer atitudes para:
  - Cumprir a missão institucional, dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade, transparência e accountability[1], entre outros pertinentes à

[1] *Accountability* é um termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português, que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. Outro termo usado numa possível versão portuguesa é responsabilização. http://pt.wikipedia.org/wiki/Accountability

ação profissional, dentro de um Estado Democrático de Direito.

Conteúdo programático

- Introdução aos fundamentos da gestão pública:
  - Princípios da administração pública;
  - Diferenciação entre administração pública e administração privada;
  - Fundamentos gerenciais;
  - Conceitos gerais de políticas públicas;
  - Processo de formulação e implementação de políticas públicas;
  - Acompanhamento, avaliação e controle de resultados.
- Planejamento do setor público:
  - Conceitos básicos: organização, ambientes, cenários, funções administrativas, racionalização, visão sistêmica, gestão estratégica e participativa, planejamento no setor público;
  - Planos, programas e projetos, no setor público, relacionados à área de segurança pública.
- Ferramentas de modernização do setor público:
  - Ferramentas gerenciais;
  - Tendências conceituais sobre gestão de banco de dados para o setor público;
  - Gestão por competências;
  - Qualidade em serviço;
  - Foco em resultados;
  - Avaliação das políticas públicas;
  - Análise de indicadores.
- Noções de orçamento público:
  - Planejamento: plano plurianual de ação governamental;
  - Lei de diretrizes orçamentárias;
  - Lei orçamentária anual.

Carga horária recomendada

- 12 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de textos pertinentes aos temas;
- Pesquisa de práticas de gestão;
- Discussão em grupo sobre os temas;
- Estudo de casos.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita;

- Avaliação realizada ao final da disciplina para abordar novamente pontos não compreendidos pelos alunos.

Referências bibliográficas

1. ANDRADE, Sebastião Carlos de O. **Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão.** Rio de Janeiro, 2001.
2. DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) **Política de gestão pública integrada.** Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008
3. DI PIETRO, Marial Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
4. FARAH Marta Ferreira S. et al. **Novas experiências de gestão pública e cidadania.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.
5. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 39ª Ed.São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
6. PAULA, Ana Paula Paes de.**Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
7. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
8. SANTIN, V. F. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
9. TROSA, Sylvie. **Gestão Pública por resultados.** Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

3.1.3
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BOMBEIRO NO MUNDO E NO BRASIL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
26 BM Q 9	Agir com disposição para o trabalho (energia, motivação).
65 BM Q 8.1	Atuar demonstrando conhecer e respeitar os Direitos Humanos.
00*	Possuir conhecimentos básicos de história, sociologia e antropologia aplicadas à atividade de bombeiro.

Aspectos conceituais

- Surgimento dos corpos de bombeiros no mundo, no Brasil e nos estados;
- Principais acontecimentos institucionais da história dos corpos de bombeiros no mundo, no Brasil e nos estados;
- Relação entre corpos de bombeiros e as instituições de segurança pública no Brasil;
- Importância dos corpos de bombeiros para o desenvolvimento estadual e nacional;
- Mudanças e novos desafios aos corpos de bombeiros.

00*: Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

N (Número):refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos procedimentais

- Compreensão da atuação dos bombeiros, no contexto da segurança pública e da defesa civil.

Aspectos atitudinais

- Compreensão e reflexão da imagem e simbolismo do "bombeiro herói", no contexto social do qual faz parte;
- Reconhecimento da importância da atividade de bombeiro;
- Valorização da integração, colaboração e cooperação;
- Motivação;
- Altruísmo.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O conhecimento e reconhecimento da própria história são fundamentais na formação da identidade e sentimento de adesão grupal. Além disso, cria condições para que os profissionais compreendam a importância social da atividade, seu valor dentro da instituição e, consequentemente, facilitando a sua adaptação a profissão.

A disciplina possibilita ao profissional bombeiro militar ampliar seus conhecimentos sobre a história da profissão, analisar os aspectos formadores das atividades dos Corpos de Bombeiros no mundo, no Brasil e na instituição da qual faz parte, além de reconhecer a importância social dos bombeiros e cultivar o companheirismo, solidariedade, compromisso e integração, atendendo as novas exigências sociais.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Analisar os aspectos históricos das atividades do bombeiro no mundo, no Brasil e na instituição da qual faz parte.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Descrever a importância social e as atribuições dos bombeiros.
- Fortalecer atitudes para:
  - Cultivar o espírito de corpo, companheirismo, solidariedade, compromisso e integração, atendendo as novas exigências sociais.

Conteúdo programático

- História dos corpos de bombeiros:
  - Quem foram os primeiros bombeiros?
  - Como a atividade virou instituição?

- A história dos bombeiros no mundo;
- A história dos bombeiros no Brasil;

- Conceitos, aspectos legais e atribuições:
  - A importância dos Bombeiros para a segurança e estabilidade social;
  - Distinções entre Segurança Pública e Defesa Civil;
  - Responsabilidades legais, atividades desenvolvidas e os desafios das Instituições.

Carga horária recomendada

- 10h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

Nesta disciplina as estratégias de ensino-aprendizagem contemplarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos e uso de recursos audiovisuais.

Avaliação da aprendizagem

- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. **A história dos bombeiros no mundo.** Disponível em: http://soubombeiro.blogspot.com.br/2009/07/historia-dos-bombeiros-no-mundo.html. Acesso em: 29 out 2012.
2. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995.
3. BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.
4. BRASIL. **Secretaria Nacional de Defesa Civil: histórico- defesa civil no Brasil/ defesa civl no mundo.** Disponível em: http://www.defesacivil.gov.br/historico/index.asp. Acesso em: 29 ou 2012.
5. MELLO, J. G. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks editora, 2001.
6. ORTIZ. Asdrúbal da Silva. **A pré-história dos Corpos de Bombeiros.** Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/sedec/A%20Pre-Historia%20dos%20Corpos%20de%20Bombeiros.pdf. Acesso em: 29 out 2012.
7. PEYRELONGUE, P. **Sapeurs pompiers: lessoldatsdufeu.** Editora Michel Lafon, 2006.
8. SANTOS, F. **Bombeiros portugueses: seis séculos de história (1395-1995).** Lisboa: Serviço Nacional de Bombeiros, 1995.

3.1.4
DISCIPLINA: SISTEMA DE DEFESA CIVIL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.

Aspectos conceituais

- Definição de desastre, emergência, proteção e defesa civil;
- Definição de situação de emergência e estado de calamidade pública;
- Órgãos que compõem o sistema;
- Atribuições dos órgãos do sistema;
- Legislação nacional de defesa civil.

Aspectos procedimentais

- Demonstrações de técnicas e instrumentos da defesa civil;
- Cumprimento por protocolos;
- Aplicação de procedimentos legais de ações de defesa civil;
- Compreensão das fases das ações de defesa civil (prevenção, preparação, resposta e reconstrução).

Aspectos atitudinais

- Ações integradas;
- Auxílio à comunidade;
- Ações de redução de desastres.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A Política Nacional de Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608 de 04 de outubro de 2012, prevê atuação articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com participação da sociedade, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas.

Sendo assim, conhecer o sistema de defesa civil, as suas relações com os demais órgãos de segurança pública, bem como a sua política são imprescindíveis para a atuação do bombeiro militar.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
  - Enumerar as atribuições dos diversos atores envolvidos no sistema.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Descrever os procedimentos utilizados em desastres;
  - Descrever os procedimentos para o estabelecimento das ações de avaliação, monitoramento, socorro, assistência e recuperação de áreas atingidas por desastres.
- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar com base nos preceitos legais de forma integrada.

Conteúdo programático

- Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Histórico;
- Órgãos que compõem o sistema;
- Atribuições e responsabilidades;
- Novos aspectos legais;
- Política de defesa civil;
- Ações de proteção e defesa civil (avaliação, monitoramento, socorro, assistência e recuperação).

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos, com recursos audiovisuais;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Manual Segurança Global da População.** Secretária Nacional de Defesa Civil - MI, 2007.
2. BRASIL. **Fundamentos doutrinários.** Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001.
3. BRASIL. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.
4. UFSC. **Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres: contribuições da Psicologia.** Santa Catarina: UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia. (Dowload grátis)
5. BRASIL. **Lei nº12.340,** 01DEZ10 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
6. BRASIL. **Portaria nº607,** 18AGO11 - Regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
7. BRASIL. **Portaria nº037,** 31JAN12 - Altera a Portaria nº 607, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
8. BRASIL. **Lei nº12.608/12,** 10ABR12 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.

3.2
ÁREA TEMÁTICA II
VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Psicologia das Emergências	30h
Subtotal	**30h**

3.2.1
DISCIPLINA: PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
11 BM Q 9	Ter capacidade para lidar com a morte no dia a dia do trabalho.
2 BM Q 9	Resistência à frustração.
77 BM	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Se capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local
Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade
86 BM Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
Q 8.1	Possuir conhecimentos básicos de psicologia e psiquiatria.
92 BM Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos conceituais

- Definições sobre psicologia das emergências;
- Reações emocionais;
- Estresse;
- Luto;
- Traumas; transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

Aspectos procedimentais

- As primeiras ações de auxílio psicológico;
- Orientação e socorro às vítimas;
- Gerenciamento de estresse.

Aspectos atitudinais

- Capacidade de trabalho sobre pressão;
- Capacidade de empatia e respeito a dor do outro;
- Reconhecimento da importância da desconstrução de preconceitos.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Psicologia das emergências é um tema atual que vem tomando lugar na mídia devido aos acontecimentos sociais, acidentes de grande impacto e das catástrofes naturais mais recentes.

O trauma psicológico é uma experiência que extrapola a capacidade de suportar um revés, traz a perda de sentido, desorganização corporal e paralisação da consciência temporal, pode deixar marcas que influenciam a criatividade e a motivação para a vida.

Situações de emergência exigem, acima de tudo, a capacidade de lidar com mudanças, superação de desafios frente à impotência e ao desamparo que, quase sempre, podem abater-se sobre as vítimas e também sobre as pessoas envolvidas.

O bombeiro militar deve estar preparado para agir assertivamente diante dessas situações.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Analisar as contribuições da psicologia, na prevenção e no gerenciamento de crises emocionais nos acidentes, desastres e operações pertinentes à segurança pública, na tarefa de diminuir a vulnerabilidade do profissional, das pessoas e comunidades.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar, quando conveniente, recursos de primeiros auxílios psicológicos em sua própria vida, colegas e vítimas nos incidentes críticos.

- Fortalecer atitudes para:
  - Lidar com o estresse, o controle emocional e a impotência em situações complexas.

Conteúdo programático

- Aspectos fundamentais da psicologia das emergências:
  - Psicologia das emergências: definição, importância e necessidades atuais;
  - Primeiros auxílios psicológicos.
- O Bombeiro Militar em situações de emergência:
  - As reações emocionais a situações impactantes;
  - O papel do Bombeiro nos desastres;
  - O luto;
  - A postura no atendimento a pessoas em luto.
- Estresse:
  - Conceitos fundamentais: risco, perigo, estresse e estressor, estresse positivo e negativo;
  - Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce;
  - Fases do estresse: alerta, resistência e exaustão;
  - Reação aguda ao estresse;
  - Estresse pós-traumático;
  - Gerenciamento do estresse.

Carga horária recomendada

- 30h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas nessa disciplina envolvem as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Vivências;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. BRASIL, Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção às urgências.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
2. BROMBERG, Maria Helena Franco. **A Psicoterapia em Situações de Perdas e Luto,** Campinas: Editorial Psy II, 1994.

3. BRUCK, Ney Roberto Váttimo. **A psicologia das emergências: um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma.** Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - PUCRS, Faculdade de Psicologia.
4. BRUCK, Ney Roberto Váttimo. **Primeiros Auxílios Psicológicos.** Porto Alegre: Gênese Artes Gráficas e Editora, 2009.
5. DATTILIO, F. M. **Estratégias cognitivo-comportamentais de intervenções em situações de crise.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
6. GIGLIO-JACQUEMONT A. **Urgências e Emergências em saúde: perspectivas de profissionais e usuários.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
7. LIPP, Marilda Novaes. **Como enfrentar o Stress.** São Paulo: Ed. Ícone, 1998.
8. UFSC. **Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres: contribuições da Psicologia.** Santa Catarina: UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia. (Download grátis).

3.3
ÁREA TEMÁTICA III
CONHECIMENTOS JURÍDICOS

	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
	Direitos Humanos	18h
	Fundamentos Jurídicos da Atividade de Bombeiro Militar	54h
	Proteção Ambiental	12h
	Subtotal	**84h**

3.3.1
DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
73 BM Q 8.1	Atuar demonstrando conhecer e respeitar os direitos humanos.
91 PM Q 6.1	Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.

Aspectos conceituais

- Conceituação, aspectos históricos, culturais, políticos e legais dos DHs;
- Características do DHs;
- Princípios constitucionais e garantias fundamentais;
- Direitos individuais homogêneos, coletivos, transindividuais e difusos;
- Direitos humanos: relações étnico-raciais;
- Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função de profissional de segurança pública;
- Legislações pertinentes de garantias às diferenças de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, Estatuto da Igualdade Racial, Aspectos legais de defesa à diversidade sexual e à pessoa com necessidades educativas especiais)
- O profissional de segurança pública frente aos direitos humanos, no sentido ao reconhecimento e valorização dos grupos historicamente discriminados;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Os direitos dos profissionais de segurança pública: portaria interministerial SEDH/MJ nº 2 - Estabelece as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos para a categoria;
- Portaria Interministerial nº 4226 de 31/12/2010.

Aspectos procedimentais

- Análise comparativa entre os princípios constitucionais e a Declaração universal dos direitos humanos;
- Utilização de mecanismos para servir e proteger de acordo com os princípios constitucionais e legislação infraconstitucional específica.

Aspectos atitudinais

- Cumprimento dos princípios constitucionais e da declaração universal dos direitos humanos de forma humanizada e socializada;
- Conduta assertiva junto à sociedade, pautada no respeito aos direitos e garantias individuais e direitos humanos;
- Vigilância constante para com sua conduta discriminatória frente às pessoas vulneráveis, procurando superá-la com posturas humanizadas;
- Desconstrução da cultura de que os DHs são direitos de bandidos e construir pensamentos inovados e críticos que apontem para práticas inclusivas e humanizadas;
- Reconhecimento como policia cidadã na defesa dos DHs que tem como prevalência assegurar a dignidade humana;
- Percepção como titular de direitos relativos a atuação profissional;
- Sensibilização dos profissionais de segurança pública para o protagonismo em direitos humanos (ou seja, que esse profissional ser não apenas respeitador, mas um promotor dos DH).

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A questão dos direitos humanos aplicados à ação dos profissionais de segurança pública está cercada de mitos e equívocos que atravessam o imaginário social e, particularmente, a cultura tradicional dos órgãos mantenedores da segurança pública. Apesar dos avanços, tem prevalecido uma visão de antagonismo entre os dois. O profissional de segurança pública eficiente e profissionalizado em padrões de excelência precisa estar eticamente comprometido com os direitos humanos, como referência primordial de sua ação técnica, dando, assim, uma resposta aos anseios de justiça e legalidade do sistema democrático, sem prejuízo da eficiência e da força na prevenção e repressão do crime.

Direitos humanos e atividade do profissional de segurança pública ainda soam como pólos antagônicos no imaginário público. Tal situação se deve a uma série de fato-

res históricos e culturais que a cada dia vêm sendo superados pela consciência cívica da população brasileira, pelos esforços dos governantes sérios e pela dedicação de dirigentes públicos comprometidos com a ética e a democracia. Assim sendo, é necessário que o profissional de segurança pública entenda que a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana é uma obrigação do Estado e do governo em favor da sociedade e que o profissional da área de segurança pública é um dos agentes da promoção e proteção desses direitos. Devendo ele, no momento de sua atuação, como agente de segurança pública, zelar pelo cumprimento dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas idosas, vítimas da criminalidade do abuso do poder, usuários e dependentes de drogas, pessoas em situação de rua, negros (afro-brasileiros), indígenas e ciganos.

O correto posicionamento do profissional de segurança pública dentro dos valores universais dos direitos humanos é a garantia de uma segurança pública cada vez mais acreditada pelo cidadão e cada vez mais prestigiada pelo poder político da sociedade. Nesta perspectiva os órgãos de segurança pública se credenciam a cercar-se de eficientes instrumentos institucionais e materiais para que o combate ao crime seja rigoroso e pacificador.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos direitos humanos e da criação das instituições de segurança, destacando o papel dessas instituições nos regimes autoritários;
  - Analisar as normas internacionais e nacionais de direitos humanos aplicadas à função do profissional de segurança pública;
  - Analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos direitos humanos e a ação profissional de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Demonstrar a relação entre a cidadania do profissional da área de segurança pública e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional;
  - Empreender mecanismos para servir e proteger de acordo com os princípios constitucionais e legislação infraconstitucional específica.
- Fortalecer atitudes para:
  - Sensibilizar os profissionais de segurança pública para o protagonismo em direitos humanos;
  - Interagir com os diversos atores sociais e institucionais que atuam na proteção e defesa dos direitos humanos;
  - Reconhecer a inserção dos direitos humanos como política pública no Brasil e a inclusão da segurança pública;

- Reconhecer e debater os princípios constitucionais e as normas dos direitos humanos que regem a atividade do profissional da área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas atividades exercidas;
- História social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos;
- Desmistificação dos direitos humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões ético-filosófica, histórica, jurídica, cultural, econômica, psicológica e político-institucional dos direitos humanos na ação do profissional da área de segurança pública;
- A ação do profissional de segurança pública nos mecanismos de proteção internacionais e nacionais dos direitos humanos;
- Fontes, sistemas e normas de direitos humanos na aplicação da lei: sistema universal (Organização das Nações Unidas - ONU), sistemas regionais de direitos humanos. O Brasil e o sistema interamericano de direitos humanos (Organização dos Estados Americanos - OEA);
- Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política;
- Programa nacional de direitos humanos, a segurança pública e o Sistema nacional de direitos humanos.;
- Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais;
- O profissional de segurança pública frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade;
- Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa;
- A cidadania do profissional da área de segurança pública;
- Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função dos profissionais da área de segurança pública:
  - Declaração universal dos direitos humanos (DUDH) (ONU - 1948);
  - Convenção americana sobre direitos humanos - Pacto de San José (CADH);
  - Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos (PIDCP);
  - Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT);
  - Código de conduta para os funcionários encarregados da aplicação da lei (Código de Conduta);
  - Princípios orientadores para aplicação efetiva do código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei (Princípios Orientadores);
  - Princípios básicos sobre a utilização da força e arma de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei (PBUFAF);
  - Conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão (Conjunto de Princípios).
- Legislação Nacional;

- Direitos Individuais e Coletivos contidos no Art. 5º da Constituição Federal, sintetizados no princípio de que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...";
- Princípio Normativo da Constituição Federal contido no Art 144: Segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos [...]; Do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública, contido no Art. 37, caput, da Constituição Federal;
- Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública;
- Estatuto da criança e do adolescente;
- Estatuto do idoso;
- Estatuto da igualdade racial;
- Lei Maria da Penha.

Carga horária recomendada

- 18h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Elaboração de mapa conceitual pluridisciplinar dos direitos humanos, a partir da vivência pessoal;
- Aulas expositivas de caráter teórico;
- Atividades em grupo: discussão em grupo, dinâmicas de grupo, jogos dramáticos, seminários com pessoas e entidades governamentais e não-governamentais de promoção e defesa dos direitos humanos e operadores do direito;
- Visitas a instituições de proteção de mulheres, criança e adolescentes, pessoas com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoa idosa, vítimas da criminalidade do abuso do poder, usuários e dependentes de drogas, pessoa em situação de rua e negros (afro-brasileiros), ciganos e indígenas.
- A análise e discussão de textos doutrinários e legais, com uso de recursos audiovisuais, proporcionarão condições aos alunos para uma reflexão consciente e voltada para propostas concretas de ação do profissional da área de segurança pública, investigando técnicas de uso da força com a observação rigorosa da legalidade. Deve-se priorizar a integração e a participação, em regime de debates, de personalidades notoriamente ligadas à promoção dos direitos humanos. Mesas redondas, painéis, seminários são fundamentais como estratégia de ensino-aprendizagem.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem poderá ser realizada por meio:

- Participação dos alunos em atividades dialógicas e escritas por meio de questões discursivas e/ou objetivas;

— Apresentação de grupos (quando for o caso), por meio de roda de conversas, seminários e/ou oficinas.

Referências bibliográficas

1. BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia.** Passo Fundo: CAPEC, 1998.
2. BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo.** Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.
3. BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1990.
4. BRASIL. **Lei nº 8.069,** de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.
5. BRASIL. **Lei nº 10.741,** de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: 2003.
6. BRASIL. **Lei nº 12.288,** de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: 2010.
7. BRASIL. **Lei nº 11.340,** de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: 2006.
8. BRASIL. Ministério da Justiça. **Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.** Brasília: SENASP, 2013.
9. BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: SENASP, 2008.
10. BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria Interministerial nº 4.226,** de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília: 2010.
11. BRASIL. **Decreto nº 678,** de 06 de novembro de 1992. Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José (CADH). Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília: 1992.
12. BRASIL. **Decreto nº 40,** de 15 de fevereiro de 1991. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (CCT). Mantém concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e dá outras providencias. Brasília: 1991.

13. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Um breve histórico dos direitos humanos.** In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. páginas 19-42.
14. DOUZINAS, Costas. **O fim dos Direitos Humanos.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2009. (Cap. 13: Os direitos humanos do outro). páginas 349-374.
15. GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social.** A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
16. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH). Paris, 1948.
17. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos** (PIDCP): 1966;
18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1979.
19. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão:** 1988.
20. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Orientadores para Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:** 1989.
21. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (PBUFAF):** 1990.
22. SILVA, José Afonso da. **Democracia e direitos fundamentais. I**n: CLÉVE, Clèmerson Merlin; SARLET, Wolfgang Ingo; PAGLIARINI, Alexander Continuo (Coords.). Direitos Humanos e democracia. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

3.3.2
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
15 BM Q 8.1	Demonstrar domínio das legislações pertinentes, atuando segundo normas e regulamentos vigentes na Corporação. Possuir conhecimento das legislações, normas e regulamento pertinentes à atividade de bombeiros.

Aspectos conceituais

- Concepção epistemológica do direito e sua função social (direito e moral);
- Estudo dos ramos do direito aplicados às atividades de bombeiro militar: constitucional, civil, penal, administrativo, ambiental.

Aspectos procedimentais

- Aplicação em casos concretos;
- Análise dos princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão nas atividades de bombeiro militar.

Aspectos atitudinais

- Atenção aos fundamentos do processo decisório;
- Reconhecimento de que o conhecimento jurídico é uma ferramenta no exercício de sua profissão.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A implementação da disciplina fundamentos jurídicos tem de ter em vista a atuação do profissional em segurança pública no Estado Democrático de Direito e implica no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro e universal, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades de bombeiro militar, de forma associada às demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática técnico-profissional.

Cabe ressaltar, que algumas legislações específicas serão estudadas dentro das outras disciplinas pertinentes aos respectivos temas.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Discutir sobre o direito como construção sociocultural;
  - Identificar os ramos do direito.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Analisar os princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão nas atividades de bombeiro militar.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer que o conhecimento jurídico é apenas uma dimensão para balizar sua ação e uma ferramenta no exercício da profissão.

Conteúdo programático

- Introdução ao estudo do direito:
  - Noções sobre princípios e classificação do direito: direito positivo, direito publico e privado;
  - Direito e moral;
  - Fontes do direito;
  - Hierarquia das normas;
  - Entes federativos (União, Distrito Federal, Estados e Municípios).
- Direito constitucional aplicado:
  - Divisão dos poderes (legislativo, executivo e judiciário);
  - Organização da segurança pública na Constituição Federal de 1988;
  - O bombeiro militar na Constituição Federal de 1988;
  - A segurança pública na constituição estadual;
  - Organização do corpo de bombeiros na constituição estadual;
  - Organização.
- Direito administrativo aplicado:
  - Serviço público;

- Serviço voluntário;
- Bombeiro comunitário;
- Princípios da administração pública;
- Atos administrativos.

- Direito civil aplicado:
  - Conceito de responsabilidade civil;
  - Responsabilidade subjetiva e objetiva;
  - Elementos da responsabilidade;
  - Exclusão da responsabilidade;
  - Causas da exclusão da responsabilidade;
  - Ação regressiva.
- Direito aplicado à atividade técnica:
  - Conceito;
  - Poder de polícia;
  - Fiscalização;
  - Fé pública;
  - Emissão de documentos.
- Direito aplicado ao atendimento de emergência:
  - Conceito de domicilio;
  - Inviolabilidade do domicílio;
  - Limites de ação das brigadas de incêndio;
  - Recusa de atendimento;
  - Segurança no atendimento;
  - Excludentes de criminalidade;
  - Local de crime;
  - Interação com outros órgãos de segurança pública;
  - Investigação de incêndios;
  - Violação de direitos constitucionais;
  - Crimes contra a mulher, adolescentes e crianças;
  - Danos decorrentes de atendimentos emergenciais.
- Direito penal aplicado:
  - Introdução;
  - Aplicação da lei penal;
  - Teoria geral do crime;
  - Culpabilidade;
  - Crimes praticados pelo particular contra a administração pública.
- Direito ambiental aplicado:
  - Conceitos;
  - Preservação e conservação do meio ambiente;
  - Crimes ambientais.

Carga horária recomendada

- 54h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

A abordagem pedagógica se dará de forma a prestigiar o processo de aprendizagem que instrumentalize o bombeiro militar, direcionando suas ações pautadas no processo de construção do conhecimento jurídico, ético e técnico, formando uma perspectiva do ser que pensa, decide e age. Dessa forma, priorizaremos aulas expositivas com auxílio de audiovisuais, estudo dirigido das legislações, trabalhos grupais, como forma de tornar possível a interação e a inter-relação do grupo, jogos e estudos de casos.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo de aprendizagem deverá ser dividida em duas etapas e de forma individual com a observação do professor. Na primeira etapa será cobrado dos alunos os saberes da área cognitiva, enquanto que na segunda será aplicado estudos de caso com aplicação da legislação, doutrina e jurisprudência estudada

Referências bibliográficas

1. BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social.** São Paulo: Malheiros, 2001.
2. CANOTILHO, J. J. **Direito constitucional e teoria da constituição.** 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.
3. DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
4. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil,** Parte Geral. 10. ed., São Paulo: Saraiva, 2003. [1º v.].
5. LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito.** Coleção primeiros passos. Brasília: Brasiliense, 2005.
6. MIRABETE, Julio Fabbrini. **Introdução ao Estudo do Direito.** São Paulo: Atlas, 1996.
7. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
8. TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2005.

3.3.3
DISCIPLINA: PROTEÇÃO AMBIENTAL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.
33 BM Q 8.3	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e normas reguladoras de prevenção de incêndios. Possuir noções básicas de prevenção e segurança contra incêndios.
69 BM Q 8.3	Ser capaz de manusear equipamentos pertinentes e aplicar técnicas de extinção e combate a incêndios diversos. Ser capaz de manusear equipamentos pertinentes e aplicar técnicas e táticas de extinção e combate a incêndios diversos.

Aspectos conceituais

- Lei nº 6938/1981 e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Correlação com os atendimentos a produtos perigosos;
- Importância da educação ambiental no contexto sócio econômico.

Aspectos procedimentais

- As atribuições dos bombeiros nas atividades de proteção ambiental;
- Análise do direito difuso, princípios do poluidor -pagador, da prevenção e da precaução.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento da importância de preservar o meio ambiente e das ações de proteção ambiental nos atendimentos aos incêndios e demais atividades de bombeiro militar.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A humanidade caminha a passos largos para a plena conscientização da necessidade em preservar o Meio Ambiente. A realidade brasileira não se distancia deste princípio, o que nos leva à necessidade de melhor conhecer sobre proteção ambiental em sua constante evolução e de modo especial as novas políticas internacionais.

Por estes e outros motivos, é visível a necessidade daqueles que venham a integrar os quadros profissionais de segurança pública, o conhecimento sobre proteção ambiental.

Para os bombeiros esse tema possui uma dimensão educacional multidisciplinar, pois é necessário realizar ações que alertem e previnam e contenham de melhor maneira sobre o risco ambiental.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Analisar a legislação pertinente a proteção ambiental.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Executar as atividades de bombeiro correlatas à proteção ambiental.
- Fortalecer atitudes para:
  - Desenvolver ações que alertem e previnam contra o risco ambiental.

Conteúdo programático

- Meio ambiente;
- Políticas de preservação ambiental;
- Legislação básica;
- Ações de proteção ambiental;
- Proteção ambiental X incidentes com produtos perigosos;
- Legislação básica:
  - Lei no 6938/1981 (especialmente sobre SISNAMA);
  - Lei no 9433/1997 - Recursos Hídricos;
  - Lei no 9605/1998 - Crimes Ambientais;
  - Decreto no 2661/1998 - Emprego do Fogo;
  - Lei no 9795/1999 - Educação Ambiental;
  - Lei no 9985/2000 - SNUC;
  - Lei no 10257/2001 - Estatuto das Cidades;
  - Lei no 11445/2007 - Saneamento Básico
  - Lei n o6514/2008 - Infrações e sanções administrativas
  - Lei no 12305/2010 - Resíduos Sólidos;
  - Lei no 12651/2012 - Novo Código Florestal.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino a serem utilizadas nessa disciplina contemplam:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Visitas em áreas de proteção ambiental, assim como, em órgãos estaduais de proteção ambiental.

Avaliação da aprendizagem

Prova escrita para verificação da aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental,** 7. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.
2. BRASIL . Ministério do Meio Ambiente. **Características da Biodiversidade Brasileira.** Disponível em http://www.mma.gov.br/port/sbf/index.cfm. Acesso em 10 out. 2007.
3. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA(SENASP). **Rede de Educação a Distância para Segurança Pública.** Curso Sistema de Comando de Incidentes. Disponível em: https://ead.senasp.gov.br/. Acesso em: 29 out 2012. Acesso ao conteúdo com login e senha.
5. **Convenções do Quadro das Nações Unidas,** especialmente as que tratam das Mudanças do Clima e da Diversidade Biológica, além das repercussões provenientes da ECO-92 e da RIO+20.
6. **P2R2 -** Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a acidentes Ambientais com Produtos Perigosos
7. PRADO, Luiz Regis. **Crimes contra o Ambiente.** 2. edição, revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
8. SILVA, Luciana Caetano da. **Fauna Terrestre no Direito Penal Brasileiro.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2001, p. 16.
9. SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2012.

3.4
ÁREA TEMÁTICA IV MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Análise de Cenários e Riscos	12h
Sistema de Comando de Incidentes	32h
Atuação do Bombeiro Militar diante de Desastres	20h
Subtotal	**64h**

3.4.1
DISCIPLINA: ANÁLISE DE CENÁRIOS E RISCOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
23 PC / 31 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio abstrato (estabelecer relações em situações novas para as quais se possua pouco conhecimento previamente aprendido).
24 PC / 32 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto no espaço).
30 PM Q 6.7	Capacidade de visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
38 PC Q 6.3	Capacidade de identificar situações de risco e antever sua ocorrência.
64 PC Q 6.7	Acuidade visual (boa visão, diferenciar detalhes).
70 PM Q 6.3	Ter a capacidade de avaliar o grau de risco da missão, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade.
71 BM Q 8.3	Ser capaz de agir identificando riscos para si e para o público, mantendo a segurança do local. Ser capaz de agir identificando riscos para si, para a equipe e para o público, mantendo a segurança do local.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

75 BM Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
76 PC 89 PM	Capacidade de planejamento.

Aspectos Conceituais

- Estudos das variáveis que contribuem potencialmente para situações de riscos;
- Conceito de zona de risco;
- Caracterização dos riscos;
- Condições dos riscos;
- Legislação pertinente;
- Medidas de prevenção de riscos.

Aspectos Procedimentais

- Identificação, análise e prevenção dos riscos;
- Tomada de decisão de acordo com o cenário apresentado;
- Reflexão e formulação de problemas e encaminhamento de soluções;
- Elaboração de planos de intervenção para mitigar os riscos.

Aspectos Atitudinais

- Segurança e equilíbrio na tomada de decisão;
- Senso de percepção de risco, ressaltando aspectos espaciais;
- Reflexão sobre o seu compromisso de agir conscientemente frente a realidade, transformando-a e transformando-se em algo sempre novo e melhor
- Visão holística na escolha de alternativas de prevenção de riscos;
- Antecipação ao surgimento de condições adversas (climáticas, comportamentais etc).

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O estudo desta disciplina está relacionado com o estudo de conhecimentos teóricos e práticos sobre o conceito de cenários e riscos, técnicas avançadas de comunicação, relação de ajuda e intervenção da autoridade pública. Tais estudos visam incutir nos futuros profissionais de segurança pública o senso de percepção de risco para que eles desenvolvam a capacidade de autoavaliação e autoconfiança nas suas intervenções, característica importante para a melhoria da qualidade dos serviços que prestarão à sociedade.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Avaliar situações de risco a partir de cenários, de forma a evitar e/ou intervir em eventos adversos.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Aplicar processos de intervenção num evento adverso, consoante a função do profissional de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância de lidar com o estudo de cenários para antevir riscos e evitar desastres.

Conteúdo programático

- Cenário. Ameaça e vulnerabilidade. Risco. Percepção de risco. Análise de risco. Tipos de risco. Mapa de risco. Antecipação e prevenção do risco. Avaliação de cenários (quanto ao risco; ao potencial ofensivo; ao potencial do aparelho de segurança);
- Evento adverso. Fases e etapas dos eventos adversos. Observação e análise de um evento adverso. Avaliação da situação das pessoas. Alerta e Alarme. Processos de intervenção em eventos adversos. Processos de resolução de problemas aplicados aos eventos adversos;
- Métodos, técnicas e ferramentas que possibilitem avaliar cenários e riscos.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas;
- Estudos de caso;
- Simulações.

Avaliação da aprendizagem

- Prova escrita para a avaliação da parte conceitual;
- Estudo de campo em uma determinada região da comunidade para trabalhar de maneira prática os principais pontos do conteúdo.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.

2. BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos.** (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.
3. BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual de desastres naturais, humanos e mistos.** Vs. 1, 2 e 3. Brasília: Imprensa Nacional, 2004.
4. BRASIL. **Política nacional de defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.
5. BRASIL. **Segurança global da população.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.
6. CARNEIRO, Piquet et al. **Estratégias de Controle da Violência Policial: notas de pesquisa.** In: ZAVERUCHA, Jorge, et al. (Org.). Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.
7. FLEURY, Maria Tereza L.; FISCHER, Rosa M. (Coord.). **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1989.
8. ZAVERUCHA, Jorge (Org.). **Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais.** Recife: Massangana, 2002.

3.4.2
DISCIPLINA: SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES - SCI

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
00*	Conhecer os organogramas - básico e avançado - aplicados no SCI.
00	Conhecer e utilizar os formulários utilizados.
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
71 BM Q 8.3	Ser capaz de agir identificando riscos para si e para o público, mantendo a segurança do local. Ser capaz de agir identificando riscos para si, para a equipe e para o público, mantendo a segurança do local.
99 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
93 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar apoio de outros órgãos, se necessário, buscando suporte à sua ação.
44 BM Q 8.6	Ter visão sistêmica (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).
87 BM Q 8.6	Capacidade de tomada de decisão.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

67 BM Q 8.6	Capacidade de planejamento.
81 BM Q 9	Capacidade de organização.
102 BM Q 9	Saber trabalhar em equipe.
 Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.

Aspectos conceituais

- Histórico do SCI;
- Conceito de SCI;
- Princípios do SCI;
- Funções do SCI;
- Formulários.

Aspectos procedimentais

- Metodologia do SCI;
- Recursos envolvidos;
- Compreensão da dinâmica da distribuição de entidades e/ou profissionais participantes;
- Preenchimento dos formulários específicos do SCI.

Aspectos atitudinais

- Capacidade de Planejamento;
- Capacidade de organização;
- Trabalho em equipe;
- Respeito ao estabelecido pela doutrina do SCI de forma a controlar as emoções.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta de gerenciamento que tem como objetivo a estabilização do incidente e a proteção da vida, da propriedade e do meio ambiente.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar Sistema de Comando de Incidentes;
  - Identificar os princípios aplicáveis do SCI;

  - Reconhecer e manusear os formulários utilizados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Participar da execução do modelo de gerenciamento que envolve comando, controle, coordenação em resposta a situações de emergência;
  - Indicar entidades e profissionais, de atuação específica, para fins de solução do evento.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância de atuar sob coordenação de ações.

Conteúdo programático

- Visão geral do Sistema de Comando de Incidentes;
- Estruturação do Sistema de Comando de Incidentes;
- Aspectos operacionais do Sistema de Comando de Incidentes;
- Exemplos práticos de utilização do Sistema de Comando de Incidentes.

Carga horária recomendada

- 32h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos, com recursos audiovisuais;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem;
- Simulado para reforçar os conhecimentos ministrados.

Referência bibliográfica

1. ARAÚJO, Sérgio B. **Administração de Desastres.** [S.l]: 2010. p. 102-120. Disponível em: http://www.scribd.com/doc/36254159/25/Acidentes-com-Multiplas-Vitimas-AMV. Acesso em 25 jan 2011.
2. BORGES SOBRINHO, Cléber J. **Atendimento a Acidentes de Trânsito com Múltiplas vítimas: com aplicação do Sistema de Comando de Incidentes na Rodovia BR-153 na Região da Cidade de Paraíso do Tocantins.** Brasília-DF: POSEAD, 2011.
3. BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos.** (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.
4. BRASIL. **Manual do Curso de Sistema de Comando de Incidentes,** Secretaria Nacional de Segurança Pública - MD, Brasília, 2007.

5. BRASIL. **Manual Política Nacional de Defesa Civil,** Secretaria Nacional de Defesa Civil - MI, 2008.
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SENASP). **Rede de Educação a Distância para Segurança Pública. Curso Sistema de Comando de Incidentes.** Disponível em: https://ead.senasp.gov.br/. Acesso em: 29 out 2012. Acesso ao conteúdo com login e senha.
7. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidente: SCI.** CBMDF, 2011. Disponível em: http:www.cbm.df.gov.br. Acesso em 19 set 2012.
8. PAIXÃO, Lisandro. **O Sistema de Comando de Incidentes.** Brasília: CBMDF, 2006 (monografia: CAO).

3.4.3
DISCIPLINA: ATUAÇÃO DO BOMBEIRO MILITAR DIANTE DE DESASTRES

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
99 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
77 BM Q 8.4	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Ser capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local.
92 BM Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.
00*	Ser capaz de atuar na fase de socorro de forma integrada com os órgãos parceiros.
102 BM Q 9	Saber trabalhar em equipe.

Aspectos conceituais

- Definição de desastre, catástrofe, emergência, ameaça, vulnerabilidade e risco;
- Dinâmica de desastre;
- Gerencia do desastre.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

Aspectos procedimentais

- Procedimentos de gerenciamento e resposta em situações de desastres;
- Desenvolvimento das ações de defesa civil.

Aspectos atitudinais

- Ações integradas;
- Controle do pânico, segurança e proteção dos vitimados;
- Redução das vulnerabilidades associadas aos riscos existentes.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O estudo desta disciplina está relacionado aos conhecimentos teóricos e práticos sobre desastres, bem como a atuação do bombeiro frente a esses conhecimentos.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Definir desastre, emergência e catástrofe;
  - Compreender os mitos e as realidades da resposta aos desastres.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Descrever os procedimentos em operações nas áreas de risco.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância do papel exercido em áreas de risco.

Conteúdo programático

- Emergência, desastre e catástrofe;
- Tipos de desastre;
- Fases do desastre;
- Mitos e realidades da resposta ao desastre;
- Organização e articulação da resposta aos desastres;
- Procedimentos de gerenciamento e resposta aos desastres;
- Centros de comando e controle;
- Pós-desastres.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas nessa disciplina envolvem as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos, com recursos audiovisuais;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem;
- Jogo: exercício tático de mesa (TABLE TOP).

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Fundamentos doutrinários.** Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001.
2. BRASIL. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.
3. BRASIL. **Lei nº12.340,** 01DEZ10 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
4. BRASIL. **Lei nº12.608/12,** 10ABR12 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2012.
5. BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos.** (BAGER). Brasília: OFDA-USAID, 2001.
6. BRASIL. **Segurança global da população.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil, 2000.
7. CARVALHO, Celso; GALVÃO, Thiago. P**revenção de riscos de deslizamentos em encostas.** Ministério das Cidades. Brasília, 2006.
8. UFSC. **Manual do Curso Gestão de Riscos de Desastres: contribuições da Psicologia.** Santa Catarina: UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia. (Download grátis).

3.5
ÁREA TEMÁTICA V
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Relações Interpessoais	24h
Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12h
Educação Física	120h
Subtotal	**156h**

3.5.1
DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
13 PC	Ter capacidade de relacionamento interpessoal.
92 PM Q 7	Capacidade de manter bom relacionamento interpessoal.
33 PM Q 7	Capacidade de trabalhar em equipe.
102 BM Q 9	Saber trabalhar em equipe.
45 PM Q 6.1	Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia.
56 PM Q 6.7	Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento; capacidade de argumentar e contra-argumentar).
68 PM Q 6.7	Capacidade de observação (reparar ou perceber características ou aspectos que ocorrem com as pessoas, situações, fatos, objetos ou local/ambiente).
72 PC / 63 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).
97 PM Q 7	Ser capaz de se relacionar com o público.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos conceituais

- Relações inter e intrapessoais;
- Comportamento humano: gênese pessoal, social e comunitária;
- Comunicação humana;
- Construção e desenvolvimento de equipes;
- Grupos e equipes;
- Atendimento ao público;
- Criatividade gerada a partir das relações interpessoais;
- Tomada de decisão;
- Conflitos;
- Empatia e alteridade.

Aspectos procedimentais

- Utilização de mecanismos e ferramentas para o auto-conhecimento;
- Utilização de mecanismos que possibilitem a percepção e a compreensão de si e do outro (identidade e alteridade)
- Trabalho em equipe;
- Utilização de mecanismos da comunicação verbal, não-verbal e factual;
- Utilização de feedback;
- Formação de grupos e equipes.

Aspectos atitudinais

- Reconhecer-se como um profissional competente, que se expressa como pessoa relacionando-se com o outro e o mundo construindo um ambiente social humanamente digno;
- Preocupação com o bem-estar, respeito e cuidado com a pessoa;
- Expressão das emoções de forma equilibrada;
- Construção da subjetividade e autoconhecimento de fragilidades;
- Atenção à reconsideração das próprias ideias.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O homem como ser biopsicossocial constrói o relacionamento com as pessoas tendo como base a construção da sociedade. Assim, o desenvolvimento de habilidades e competências específicas pessoais tem sido cada vez mais requerido no mundo contemporâneo.

A efetiva interação entre o homem e seu ambiente social aumenta e consolida-se a partir da variada gama de informações disponíveis, incorporadas às novas tecnologias, e do processo dentro da organização e da sociedade, mas principalmente pelo relacionamento humano.

Por ser um curso básico proposto às carreiras que compõem o aparato de segurança pública na República Federativa do Brasil, entendendo-se como tais, no contexto dado, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, há a necessidade de que os principais "recursos humanos" sejam geridos e bem utilizados como pessoas e indivíduos que prestam e recebem os mesmos serviços.

Para que estejam habilitados a enfrentar as situações delituosas em seu cotidiano, os servidores públicos dessas áreas devem ser portadores de atitudes que os farão decidirem como melhor agir nos momentos em que estiverem enfrentando situações de risco.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar e discutir sobre os aspectos de liderança, poder, criatividade, motivação e comunicação, que necessitam ser observados nas relações interpessoais.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Selecionar estratégias adequadas de ação, visando à melhoria das relações interpessoais e institucionais.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da individualidade (eu - outro) nas relações interpessoais.

Conteúdo programático

- A importância das relações interpessoais na sociedade contemporânea;
- Compreendendo o funcionamento das pessoas (eu - outros):
  - Empatia, identidade, alteridade e solidariedade;
- Temas presentes no ambiente organizacional que afetam o comportamento das pessoas: liderança, poder, criatividade, motivação e assertividade;
- Percepção e comunicação:
  - Tipos de comunicação: verbal, não verbal e factual;
  - Feedback (conceitos, princípios e orientações);
  - Processo de dar e receber feedback;
- Aprendizagem e comportamentos organizacionais:
  - Relações interpessoais e a qualidade em serviço;
- Formação e desenvolvimento de equipes:
  - Transformação de grupos e equipes;
  - Competição e cooperação;
  - Dificuldades enfrentadas nas equipes;
  - Características das equipes eficazes;
  - Ferramentas para se trabalhar em equipe.

Carga horária recomendada

- 24h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

O diálogo é a base das estratégias aplicadas ao desenvolvimento desta disciplina. O professor, por meio de processo empático e provocador do conhecimento, se utilizará de dinâmicas de grupo e construção de cenários em que se atuará com modelos de casos concretos, além de estudos de casos e de análise de textos legais e doutrinários sobre o servidor público.

A leitura de atualidades nacionais e internacionais, romances, letras de música e afins, seja em recursos materiais ou digitais, deverá ser estimulada, assim como a discussão sobre filmes próprios para a área ou filmes com contextos do sistema judiciário penal e militar.

Avaliação da aprendizagem

Sugere-se que para avaliação dessa disciplina sejam utilizados dois tipos de instrumentos de avaliação. O primeiro, mais prático, com base na observação das encenações dos alunos sobre os temas abordados e na análise crítica dessas dramatizações poderá ser um trabalho escrito (individual ou em dupla) sobre a análise de um filme ou texto didático; análise de casos, a critério da coordenação acadêmica. O segundo, poderá ser uma prova escrita sobre o conteúdo estudado.

Referências bibliográficas

1. CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
2. GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
3. KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos.** Curitiba: Ibpex, 2006.
4. MAGALHÃES. Lucila Rupp. **Aprendendo a Lidar com Gente: relações interpessoais no cotidiano.** Salvador: Casa da Qualidade, 1999.
5. MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
6. MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo.** Rio de Janeiro: José Olympio. 1994.
7. STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidadade,** Rio de Janeiro. Ed DP&A, 2006.
8. TREVISAN, Rosi Mary Soares. **Relações Humanas: competências intra e interpessoais.** Curitiba: Ibpex, 2004.

3.5.2
DISCIPLINA: SAÚDE E SEGURANÇA APLICADAS AO TRABALHO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
4 PM Q 7	Ter manejo de estresse (saber controlar-se em situações difíceis/estressantes).
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
23 PC / 25 PM Q 7	Ser capaz de separar a vida profissional da vida pessoal.
34 PM Q 6.3	Ter capacidade de agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI´s), quando necessário. Ter capacidade de agir utilizando equipamentos de proteção individual.
101 BM Q 8.3	Ter capacidade de utilizar adequadamente o equipamento de proteção individual (EPI).
85 PM Q 6.3	Ser capaz de respeitar e adotar os procedimentos de segurança no desempenho das tarefas inerentes ao cargo.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.

Aspectos conceituais

- Aspectos físicos, mentais e emocionais relacionados à saúde;
- Fatores de risco para a saúde;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- O ambiente e as doenças do trabalho;
- Psicopatologias;
- Estresse;
- Alcoolismo e uso de drogas lícitas e ilícitas;
- Qualidade de vida no trabalho;
- Conceito de ambiente saudável;
- Prevenção e controle de riscos em equipamentos e no ambiente de trabalho;
- Equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Ergonomia.

Aspectos procedimentais

- Estabelecimento dos processos de preservação da saúde física e mental;
- Estabelecimento dos processos para eliminar, minimizar e controlar os riscos de ocorrência de acidentes, doenças ocupacionais nas atividades/ operações;
- Adoção de rotinas que possibilitem utilizar de maneira eficiente e eficaz os equipamentos de trabalho;
- Utilização de técnicas de prevenção do estresse e de outras doenças ocupacionais.

Aspectos atitudinais

- Consciência corporal;
- Consciência da importância de preservação do corpo e da mente como instrumento de melhoria na qualidade profissional;
- Valorização da redução dos números de acidentes no trabalho e das doenças ocupacionais;
- Senso do uso de equipamentos de proteção individual;
- Zelo pela qualidade do ambiente de trabalho;
- Responsabilidade pelo que faz.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A disciplina "Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho" advém da necessidade de se estabelecer o vínculo entre a efetividade, a eficácia e a produção social gerada pelo interesse na pessoa do agente de segurança pública, como sujeito que participa "dos" e "nos" ambientes das comunidades que compõem a sociedade civil brasileira.

Poucos são os estudos que evidenciam o sujeito de segurança pública como produto social, com a espessura do cotidiano que o reproduz e transforma. Entretanto, há um número considerável de trabalhos científicos que indicam o desempenho das atividades dos profissionais de segurança pública como os que apresentam maior tendência de sofrimento de estresse.

Esta disciplina buscará conscientizar esses profissionais para a necessidade de utili-

zar os equipamentos de proteção individual em atividade de risco. Para isso, utilizará uma abordagem transdisciplinar, com uma visão biopsicossocial desse sujeito, inserindo-o no contexto social como agente que propicia mudanças positivas no cenário profissional.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a relação entre trabalho, adoecimento psíquico e ambiente de trabalho saudável;
  - Conceituar qualidade de vida e conhecer os fatores que nela interferem;
  - Compreender os conceitos de saúde/doença mental e sua incidência no universo policial;
  - Entender o conceito de estresse pós-traumático e sua vinculação com as atividades do profissional da área de segurança pública.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar procedimentos e técnicas que auxiliem a tornar o ambiente de trabalho mais saudável e a melhorar a qualidade de vida.
- Fortalecer atitudes para:
  - Priorizar o cuidado com as saúdes física e mental, como forma de prevenção de algumas patologias que possam ser adquiridas no percurso profissional, melhorando assim a qualidade de vida.

Conteúdo programático

- O homem: um ser biopsicossocial;
- A natureza do trabalho do profissional da área de segurança pública: consciência da natureza e das exigências do seu trabalho;
- Relações de poder no trabalho e repercussões na saúde do profissional e no ambiente familiar: assédio moral, assédio sexual, relações de subordinação hierárquica, violência no ambiente de trabalho;
- Qualidade de vida: o que você pode fazer para ter também;
- Noções de medicina e segurança do trabalho;
- Equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC);
- Prevenção de doenças do trabalho e doenças profissionais;
- Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce;
- Ergonomia aplicada ao profissional de segurança pública, tanto no campo operacional como no administrativo;
- Hábitos de vida como prevenção de saúde geral:
  - Alimentação;
  - Atividades físicas;
  - Atividades de lazer;
  - Espiritualidade: técnicas de relaxamento e meditação;
  - Outros hábitos segundo características regionais.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposições dialogadas;
- Debates;
- Seminários;
- Uso de vídeos.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação dessa disciplina deverá considerar:

- A elaboração de um produto final, em que o aluno construirá um plano para melhoria ou manutenção da sua qualidade de vida, contendo um diagnóstico de seus hábitos e uma proposta de mudança de alguns desses hábitos;
- Prova escrita.

Referências bibliográficas

1. BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** v. 8, São Paulo: Edusp, 2003.
2. DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.** Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
3. GOMEZ, C. M. **Violência no trabalho.** In: MINAYO, C. M. O impacto da violência sobre a saúde. MS: OPAS/Claves, 2005.
4. LIMA, C. **Estresse policial.** São Paulo: AVM; 2002.
5. MENDES, R. (Org.) **Patologia do trabalho.** Rio de Janeiro: Atheneu, 1995.
6. MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Ciência & Saúde Coletiva, Abrasco, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000.
7. MINAYO, M.C.S; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
8. SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.** Ciência & Saúde Coletiva, 2005.

3.5.3
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA[2]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
00*	Capacidade de manter continuamente a atividade física e a qualidade alimentar como elemento fundamental de preservação da saúde pessoal e profissional.
17 BM Q 8.6	Capacidade de raciocínio mecânico (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos, bem como conseguir manipular ou consertar esses mecanismos).
39 BM Q 8.6	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto/pessoa no espaço).
60 PM Q 6.3	Capacidade de demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo.
61 BM Q 8.5	Ter resistência física.
88 BM Q 8.6	Ter destreza manual.

Aspectos conceituais

- Fisiologia dos movimentos;

[2] Esta disciplina deverá ter o enfoque modificado conforme o curso de formação.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Esta competência foi elaborada pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

- Fundamentos e controle das variáveis do treinamento físico;
- Conceitos sobre os 3 pilares do preparo físico (treino, nutrição e descanso);
- Cuidados com a saúde. (incluindo noções de higiene);
- Conhecimentos de nutrição.

Aspectos procedimentais

- Exercícios físicos respeitando as limitações individuais;
- Aprendizado sobre intervenções nos hábitos de vida como reeducação alimentar.

Aspectos atitudinais

- Valorização do corpo para melhor desempenho nas atividades profissionais e qualidade de vida;
- Reconhecimento da importância do cuidado preventivo em relação à saúde;
- Conscientização de que a manutenção do condicionamento físico é requisito para o bom desempenho das funções e melhor qualidade de vida.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A saúde física sempre foi uma preocupação da humanidade. Foram os gregos que, durante muitos séculos, mais cultivaram os exercícios físicos com vista ao desenvolvimento do corpo e garantia da saúde. Os exercícios físicos, que perderam sua importância na Idade Média, foram revalorizados a partir do Renascimento, passando a serem considerados como disciplina terapêutica, útil para a educação do corpo e da mente.

O desenvolvimento da Biologia e de outras ciências, ocorrido no final do século XIX, trouxe um grande impulso a uma nova abordagem da saúde. Na atualidade, o tema ganhou relevo, especialmente pelo fato de que o enfoque das ciências da saúde tem se deslocado do tratamento da doença para o aspecto preventivo, isto é, para a construção de condições capazes de evitar que ela venha a se instalar.

Para enfrentar as dificuldades cotidianas do exercício profissional, é indispensável que o profissional da área de segurança seja sadio, isto é, que apresente vigor físico, resistência, agilidade, equilíbrio emocional, força, destreza. Além disso, o exercício da Saúde Física possibilita desenvolver a disciplina e o espírito de equipe, conhecer o organismo humano e entender suas disfunções, potencializar o funcionamento dos órgãos e melhorar a performance física propriamente dita. Esta disciplina pretende tornar o profissional habilitado a zelar pela manutenção de sua saúde, possibilitando-o a oferecer um atendimento de qualidade durante a sua permanência no serviço ativo, bem como, proporcionar qualidade de vida no decorrer da sua inatividade (reserva).

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conhecer os efeitos da educação física no seu organismo;
  - Conhecer os efeitos da alimentação no seu organismo;
  - Conhecer os benefícios do repouso (descanso).
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Praticar exercícios físicos como recurso para garantia de boas condições vitais e o desempenho profissional;
  - Realizar treinamentos técnicos e táticos relacionado a atividade de segurança pública.
- Fortalecer atitudes para:
  - Cuidar preventivamente de sua saúde;
  - Estimular o cuidado preventivo com a saúde;
  - Desenvolver o espírito de equipe e a disciplina.

Conteúdo programático

- Avaliação física;
- Condicionamento físico geral;
- Alongamento;
- Exercícios de flexibilidade;
- Corrida contínua;
- Fartlek;
- Circuit training;
- Interval training;
- Musculação;
- Exercícios isométricos, isocinéticos e isotônicos;
- Exercícios de ação / reação;
- Exercícios de coordenação motora;
- Práticas esportivas voltadas a atividade fim (exemplo: jiu jitsu; tai chi chuan, yoga, dança, pilates, etc.);
- Atividades em meio líquido (ex.: natação);
- Anatomia (fisiologia).

Carga horária recomendada

- 120h[3]

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição oral sobre a teoria do treinamento físico;

[3] Recomenda-se que a atividade física seja diária, durante todo o curso, portanto a carga horária apresentada é apenas uma referência.

- Demonstração;
- Confecção e execução de planos de treinamento físico;
- Exercício prático individual e em grupo.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula e fora dela, por meio de provas práticas (ex: cooper) e teóricas sobre o assunto.

Referências bibliográficas

1. BARBANTI, Valdir José. **Treinamento Esportivo: as capacidades motoras, os esportistas.** São Paulo: Manole, 2009.
2. DANTAS, Estélio H. M. **A prática da Preparação Física.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.
3. FOX, Boner; MACARDLE, William D. **Bases fisiológicas da Educação Física e dos desportos.** 4. ed. Rio de Janeiro.
4. MARINS, João C. B.; GIANNCHI, Ronaldo S. **Avaliação e prescrição de atividade física.** Rio de Janeiro: Shape, 1996.
5. MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador.** Revista de Saúde Pública, vol. 25, n. 5, 1991. p. 341-349.
6. ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteado. **Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1994.
7. WEINECK, Jurgen. **Biologia do esporte.** São Paulo: Manole, 1991.
8. WEINECK, Jurgen. **Manual de treinamento esportivo.** 2. ed. São Paulo: Manole, 1989.

3.6
ÁREA TEMÁTICA VI
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Língua e Comunicação	26h
Documentação Técnica	12h
Telecomunicações	20h
Tecnologia da Informação e Comunicação	20h
Subtotal	**78h**

3.6.1
DISCIPLINA: LÍNGUA E COMUNICAÇÃO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
11 PM Q 7	Capacidade de agir com assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões próprias, expressando-se de maneira enfática). Capacidade de agir com assertividade.
56 PM Q 6.7	Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento; capacidade de argumentar e contra-argumentar).
72 PC / 63 PM Q 6.7	Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).
78 PC	Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
47 PM Q 6.4	Ser capaz de redigir documentos de maneira clara, respeitando os padrões da norma culta e técnicas de redação oficial da Língua Portuguesa.
43 BM Q 8.4	Ser capaz de elaborar relatório, conhecendo os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
79 BM Q 8.4	Ter capacidade de se comunicar (expressar) em situações diversas.
83 PM Q 6.6	Ter capacidade de repassar conhecimentos para a equipe, quando necessário. Ter capacidade de repassar conhecimentos e informações para a equipe, quando necessário.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

97 PM Q 7	Ser capaz de se relacionar com o público.
 Q 6.4	Ser capaz de relatar os fatos de forma clara, coesa e coerente à autoridade.
 Q 6.6	Capacidade de ouvir atentamente e compreender.
 Q 8.6	Ter capacidade de ouvir atentamente e compreender.

Aspectos conceituais

- Linguagem e suas funções;
- Expressão oral e escrita;
- Frase, parágrafo e texto;
- Pronomes de tratamento;
- Mídia;
- Público.

Aspectos procedimentais

- Leitura;
- Interpretação;
- Produção de textos;
- Utilização de mecanismos específicos para interação junto à mídia e o público interno e externo.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para as relações interpessoais no âmbito profissional interno e externo;
- Importância do uso adequado da língua em relação a mídia e ao público interno e externo.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A língua portuguesa, assim como todas as línguas, compõe-se de partes que se completam para que produzam um significado e uma função. Na primeira, composta pela fonética e pela fonologia, percebemos os fonemas, as sílabas, a ortofonia e a ortografia. Na segunda, composta pela morfologia, estudamos a estrutura e a formação das palavras, suas classes e seus mecanismos de reflexão: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Para compreendermos

os significados do emaranhado de palavras que surgem em nossos pensamentos, que transmitimos para nos comunicar, se faz necessário o uso correto da pontuação, da regência, da crase, da concordância, da colocação pronominal, da análise sintática, ou seja, da sintaxe. Não podemos esquecer o apêndice, no qual as figuras de estilo e os vícios de linguagem são observados. Todavia podemos verificar que toda a gramática da língua portuguesa está contida em um simples texto, ou seja, todos os aspectos gramaticais como fonética, fonologia, morfologia e sintaxe estão presentes em qualquer texto. Considerando esta afirmação se faz necessário que o estudo para fins de formação do profissional de segurança pública ocorra dentro do próprio contexto da segurança pública, ou seja, aplicado à função.

Dessa forma, a língua portuguesa se compõe e se faz necessária no uso diário de nossas atividades, sejam elas verbais ou não verbais e, até mesmo, no emprego simultâneo de diversas linguagens, como a multimídia. Devemos lembrar que, os fatos que são levados à unidade de trabalho para registro, precisam ser entendidos, compreendidos e redigidos com uma linguagem objetiva e clara, que não permita dúvidas. Dessa forma, as comunicações escrita e falada proporcionarão a transparência e a objetividade das relações desses profissionais. Segundo Machado de Assis "As palavras têm sexo. Amam-se umas às outras. E casam-se. O casamento delas é o que chamamos estilo".

Ressaltamos ainda a questão das línguas que complementam o nosso cotidiano como seres humanos, pensantes e reflexivos, que vivem em sociedade e, portanto, com as diferenças.

A disciplina "Língua e Comunicação" se torna cada vez mais importante para os que compõem os quadros profissionais de segurança pública e defesa social, uma vez que o desempenho das funções exige o uso de uma linguagem objetiva e clara, que não estabeleça dúvidas. Visa, ainda, atender a crescente demanda dos interessados na forma correta do uso da linguagem. Dessa forma, pretende-se capacitar o discente a utilizar uma comunicação escrita e falada como instrumento gerador de consequências justas, corretas, objetivas e transparentes no âmbito da segurança pública e da defesa social.

De acordo com Mattoso Câmara, "a arte de escrever precisa assentar numa atividade preliminar já radicada, que parte do ensino escolar e de um hábito de leitura inteligentemente conduzido".

Ressaltamos que é de extrema importância o conhecimento do profissional de segurança pública sobre as legislações do seu estado que normatizam a produção das peças de uma ocorrência (dinâmica do fato, termo de declaração, informação etc.).

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a linguagem como fator de comunicação;
  - Compreender os princípios utilizados na redação técnica que são a clareza, a concisão, a precisão, a coesão, a coerência, a obediência às normas gramaticais, a objetividade, o tratamento (pronomes), a estrutura frásica despojada de adjetivação e circunstancialidade (advérbios).

- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Ler e interpretar textos;
  - Redigir com clareza textos na norma culta padrão e documentos oficiais;
  - Produzir um texto claro, coeso, coerente e harmônico;
  - Utilizar as normas de prestígio da língua na produção dos documentos oficiais;
  - Ter domínio do vocabulário, passando por um razoável conhecimento de ortografia, pontuação, concordância e de outros requisitos gramaticais;
  - Perceber que a redação de um "fato" requer habilidade extra de seu autor, pois este deverá ser bastante perspicaz em selecionar o que de relevante ocorreu no fato e que poderá enriquecer a investigação;
  - Compreender que uma redação, seja ela de que tipo for, não significa apenas a atuação de uma capacidade de escrever de forma correta, mas, sobretudo, a de organizar as ideias sobre determinado assunto.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a comunicação como fator preponderante para as relações interpessoais e para o exercício da profissão;
  - Reconhecer a linguagem oral ou escrita como um meio de repassar os conhecimentos acumulados, as ideias, os hábitos práticos, as experiências de vida de um grupo a outro;
  - Perceber que a comunicação, por meio da troca de informações, ideias e sentimentos cria processos que possibilitam o contato permanente entre as pessoas, em quaisquer circunstâncias, proporcionando a interação ente elas.

Conteúdo programático

- Comunicação humana:
  - Linguagem;
  - Funções da linguagem;
  - Expressão oral;
  - Expressão escrita;
  - Leitura.
- Tipos de discurso:
  - Características dos discursos direto, indireto e indireto livre;
  - Procedimentos para a transformação do discurso direto em indireto e indireto em direto;
  - Pontuação do discurso indireto.
- Estrutura do texto:
  - Interpretação de texto;
  - Vocabulário;
  - Frase e parágrafo.
- Tipologia textual:
  - Características dos textos narrativo, descritivo e dissertativo;

  - Estrutura dos textos narrativo, descritivo e dissertativo;
  - Elementos essenciais dos textos narrativo, descritivo e dissertativo.
- Qualidades do texto: clareza, coerência, concisão, coesão e harmonia;
- Defeitos do texto: obscuridade, ambiguidade, prolixidade, incoerência e vícios de linguagem;
- Mídia e público:
  - Comunicação oral operacionalizada.

Carga horária recomendada

- 26 h.

Estratégia de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposições dialogadas com auxílio de audiovisuais;
- Textos sobre segurança pública que favoreçam a interpretação;
- Simulações de situações do cotidiano do profissional da área de segurança pública para uso da linguagem oral em relação à mídia e os públicos interno e externo;
- Produção de texto com base em temas correlatos à área de segurança pública;
- Produção de documentos e comunicações oficiais com base nas rotinas dos profissionais da área de segurança pública.

Avaliação de aprendizagem

A avaliação será realizada no decorrer das atividades, de forma contínua, e ao final do curso haverá uma avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antonio. **Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
2. DUNNING, Chris et al. **Administração do trabalho policial: satisfação com a comunicação em uma organização policial.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
3. FARACCO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto.** Petrópolis: Vozes, 2003.
4. FAULSTICH, E. L. J. **Como ler, entender e redigir um texto.** Petrópolis: Vozes, 2005.
5. HOUAISS, **Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo, Publifolha. 3ª Ed. 2011.
6. HOUAISS, Instituto Antonio. **Escrevendo pela nova ortografia.** Como Usar As Novas Regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Publifolha. 3ª Ed. Rio de Janeiro. 2009.
7. MORENO, Cláudio. **Guia prático de português correto: para gostar de aprender.** V. 3. Sintaxe. L&PM POCKET, 2003.
8. SCHOAIR, N.M. **Gramática Moderna da Língua Portuguesa - Teoria e Prática.** 3ª ed. Impetus. 2008.

3.6.2
DISCIPLINA: DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA[4]

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
78 PC	Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
47 PM Q 6.4	Ser capaz de redigir documentos de maneira clara, respeitando os padrões da norma culta e técnicas de redação oficial da Língua Portuguesa.
43 BM Q 8.4	Ser capaz de elaborar relatório, conhecendo os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.
59 PM Q 6.4	Demonstrar conhecimento sobre a forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados.
21 BM Q 9	Ser claro, objetivo e conciso.
11 PM Q 7	Capacidade de agir com assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões próprias, expressando-se de maneira enfática). Capacidade de agir com assertividade.
8 BM Q 9	Assertividade (apresentar argumentos de forma convincente; defender opiniões expressando-se de maneira enfática).

[4] Esta disciplina poderá sofrer mudança de carga horária e nomenclatura de acordo com as necessidades da instituição.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos conceituais

- Finalidade e características e classificação dos documentos utilizados na comunicação oficial;
- Documentos oficiais: ofícios, portarias, circulares, boletins de atendimento de ocorrência, históricos de termos circunstanciados, requerimentos, comunicações e relatórios.

Aspectos procedimentais

- Seleção do documento adequado de acordo com a finalidade;
- Elaboração de documentos oficiais,segundo normas e padrões vigentes (ofícios, portarias, circulares, boletins de atendimento, de ocorrência, históricos de termos circunstanciados, requerimentos, comunicações e relatórios)
- Utilização da norma culta;
- Documentos institucionais.

Aspectos atitudinais

- Valorização da boa qualidade na elaboração de documentos;
- Reconhecimento da importância do arquivamento da comunicação oficial;
- Busca de clareza, precisão e concisão na elaboração da comunicação oficial;
- Desenvolvimento da capacidade de síntese a partir de fatos que ensejam a produção documental conforme as normas técnicas estabelecidas para a produção de documentos oficiais.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A comunicação oficial é uma ferramenta imprescindível nos âmbitos intraorganizacional e interorganizacional.

Apesar das instituições estarem diversificando os seus instrumentos de comunicação, principalmente, com o uso das tecnologias, há padrões técnicos legais a serem seguidos para tanto em relação à forma e a eficácia da mensagem.

O ensino dos aspectos relacionados à documentação técnica deve considerar também os documentos que o profissional da área de segurança pública utilizará em sua rotina de trabalho.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender a necessidade de conhecer e produzir textos e documentos e relatórios oficiais com clareza, objetividade e concisão.

- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Redigir documentos oficiais, observando as normas gramaticais da língua portuguesa com suas características e finalidade.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a comunicação como fator preponderante para as relações humanas e para o exercício do compromisso profissional.

Conteúdo programático

- Uso da linguagem na redação oficial;
- Textos técnicos;
- Características dos textos oficiais;
- Pronomes de tratamento;
- Tipos de documentos (ofícios, comunicações, despachos, portarias, circulares, boletins de atendimento, ocorrências, termos circunstanciados, requerimentos, memorandos e relatórios);
- Outros documentos utilizados na rotina de trabalho na área de segurança pública.

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégia de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposições dialogadas com auxílio de audiovisuais;
- Textos sobre segurança pública que favoreçam a interpretação;
- Simulações de situações do cotidiano do profissional da área de segurança pública para uso da linguagem oral;
- Produção de documentos e comunicações oficiais com base nas rotinas dos profissionais da área de segurança pública.

Avaliação de aprendizagem

A avaliação será realizada no decorrer das atividades, de forma contínua por meio da elaboração de documentos a partir de modelos, e ao final do curso haverá uma avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ABREU, Antonio Suárez. **Curso de redação.** São Paulo: Ática, 1994.
2. BELTRÃO, Odacir. **Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular.** 22. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
3. BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República.** Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. Brasília: Presidência da República, 2002.
4. COSTA, José M. **Manual de redação profissional.** 3. ed. Campinas: Millenium, 2007.

5. HERDADE, Márcio Mendes. **Novo manual de redação: básica, concursos, vestibulares, técnica.** 2. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
6. LIMA, A. Oliveira. **Manual de redação oficial. Teoria, modelos e exercícios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
7. MORENO, Cláudio. **Guia prático de português correto: para gostar de aprender.** V. 3. Sintaxe. L&PM POCKET, 2003.
8. OLIVEIRA, José Paulo Moreira de. **Como escrever textos técnicos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

3.6.3
DISCIPLINA: TELECOMUNICAÇÕES

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
32 PC	Ser capaz de operar serviços de comunicação (rádio e celulares e outros) em diversas situações, demonstrando conhecimento da linguagem técnica utilizada.
90 PM Q 6.6	Ser capaz de utilizar equipamentos e meios de comunicação (rádio, internet, telefone e fax, dentre outros).
58 BM Q 8.1	Ser capaz de operar serviços de comunicação (rádio, celulares, e outros), demonstrando conhecimento da linguagem técnica utilizada.

Aspectos conceituais

- Conceitos;
- Normas que disciplinam o uso das telecomunicações;
- Equipamentos de comunicação utilizados pela instituição;
- Tipificação de ocorrências.

Aspectos procedimentais

- Utilização dos equipamentos de telecomunicações;
- Desenvolvimento da comunicação institucional;
- Operação de equipamentos;
- Operação de sistemas de comunicação.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento da telecomunicação como apoio às atividades operacionais;
- Clareza, precisão e concisão na transmissão das mensagens;
- Respostas a situações de elevado estresse, utilizando sistema de telecomunicação.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Desde os primórdios, a comunicação é essencial no desenvolvimento do ser humano como um todo. A partir da Revolução Industrial, a necessidade de sistemas de comunicação foi marcante para dar continuidade ao desenvolvimento que se iniciava. Durante as duas guerras mundiais, os meios de comunicação tiveram papel fundamental nos resultados.

No mundo globalizado em que vivemos, nos tornamos a cada dia mais dependentes de sistemas de comunicação, que se veem obrigados ao aprimoramento constante, diante das novas necessidades que vão surgindo a cada dia. A segurança pública também vive esta realidade. O Estado é obrigado a realizar grandes investimentos nesta área, cujo foco principal deve ser o aprimoramento dos sistemas de comunicação para fazer frente à ação de criminosos e tornar a comunicação entre profissionais e instituições de segurança pública cada vez mais dinâmica. Um sistema de comunicação eficiente e moderno pode reduzir a necessidade de aumento de efetivo, o que significa economia para o Estado.

Por meio da disciplina Telecomunicações é possível colocar o aluno a par da realidade no que se refere as comunicações dentro de sua instituição, apresentando os fatores positivos e negativos, as virtudes e as dificuldades, para que tenha condições de decidir diante das adversidades que lhe são apresentadas durante o seu trabalho diário.

O aprendizado é essencial para o discente, pois isto irá refletir na sua vida profissional, já que continuamente será obrigado a tirar o melhor proveito possível dos sistemas de comunicação disponíveis.

Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar os fundamentos da telecomunicação;
  - Conhecer o alfabeto fonético internacional, dos números, do código "Q";
  - Identificar as tipificações de ocorrência.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar adequadamente os equipamentos disponibilizados;
  - Utilizar o alfabeto fonético internacional, dos números, do código "Q" no processo de comunicação;

  - Preencher corretamente o boletim de ocorrência e os arquivos relacionados aos sistemas de comunicação.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer o papel da tecnologia da comunicação para apoio às atividades dos profissionais da área de segurança pública.

Conteúdo programático

- Conceito e definições de telecomunicações;
- Tecnologias empregadas na instituição como: sistema de atendimento e despacho, sistema de rastreamento de viaturas, sistemas para verificação de veículos e pessoas;
- Pronúncia das palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do código "Q";
- Disciplina na "Rede Rádio"; conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição; prática de utilização de rádio;
- Boletim de ocorrência do centro de operações;
- Atendimento telefônico emergencial -190/193/197;
- Toques de campainha utilizados nos quartéis operacionais;
- Tipificação de ocorrência;
- Intranet;
- Visita ao centro de comunicação da instituição.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisual;
- Utilização de equipamentos audiovisuais;
- Utilização de equipamentos de comunicação;
- Exercícios teóricos e práticos sobre a matéria ministrada;
- Atividades em grupo, leitura dirigida e debates.

Avaliação da aprendizagem

- Perguntas orais e ou escritas dirigidas aos alunos durante as aulas, procurando despertar o interesse pela disciplina e motivá-los para o estudo, propiciando ao professor diagnosticar os pontos em que os assuntos ministrados não foram compreendidos e sobre os quais deverá insistir nas aulas subsequentes;
- Avaliação prática da utilização dos equipamentos de telecomunicações;
- Avaliação escrita da disciplina.

Referências bibliográficas

1. DOCA, R. H., **Ondas.** Coleção Objetivo - Sistema de Métodos de Aprendizagem, livro 11, editora CERED.

2. FILHO, J., BORGES, J., BARREIRA, N., KASAI, T, STECK, S., SENA, J. **Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros - Comunicações Operacionais.** São Paulo: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2006. 1ª edição, volume 13.
3. BAUDRILLARD J. **Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem.** Porto Alegre: Sulina, 1997.
4. CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede.** v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
5. LARVIE, Patrick; MUNIZ, Jacqueline. **A central disque-denúncia no Rio de Janeiro.** Seminário sobre Segurança, Justiça e Cidadania. ISER e IUPER. Rio de Janeiro, 1997.
6. MANNING, Peter K. **As tecnologias de informação e a polícia.** Policiamento moderno. Coleção Polícia e Sociedade 7. São Paulo: EDUSP, 2003.
7. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de instrução modular.** Vitória, 1995.
8. RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública.** In: Organizações & Sociedade, v. 9, n. 25, set./dez. 2002.

3.6.4
DISCIPLINA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
00	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
00	Atuar demonstrando conhecimento em computação, informática e comunicação quando necessário.
00	Ser capaz de analisar dados estatísticos que permitam compreender os cenários da realidade brasileira em relação aos desastres.
00	Saber utilizar os meios de comunicação como ferramenta tecnológica de geração de informação.

Aspectos conceituais

- Dado, informação e conhecimento;
- Fluxos de informação;
- Características da informação;
- Elementos básicos da formulação e implementação de uma estratégia informacional;
- Conhecimento como vantagem competitiva;
- Gestão da informação;
- Conhecimentos básicos em computação.

Aspectos procedimentais

- Coleta, mapeamento e análise de dados;
- Utilização de softwares que possibilitam a gestão do conhecimento;
- Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da segurança pública;
- Utilização de filtros de informação;
- Tecnologias da informação e da comunicação;
- Operação de maquinas e equipamentos computacionais e de comunicação.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

Aspectos atitudinais

- Preservação da fonte da informação;
- Organização de bancos de dados;
- Compartilhamento das informações obedecendo ao princípio da oportunidade;
- Sigilo e proteção da informação;
- Reconhecimento da relação existente entre informação, conhecimento e planejamento estratégico;
- Valorização da interdisciplinaridade e a intersetorialidade, como fundamentos indispensáveis.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Existe um consenso entre especialistas das mais diversas áreas de que as organizações bem-sucedidas no século XXI serão aquelas centradas no conhecimento, no fluxo intenso de informações e em pessoas capacitadas participando de decisões (Beal, 2001).

Na era da informação, a maior e mais duradoura vantagem competitiva vem do conhecimento. O sucesso das empresas e organizações repousa no domínio da informação em tempo real e na confiança dos relacionamentos. Elas precisam reunir pessoas qualificadas, confiáveis e com elevado espírito de trabalho em equipe, capazes de atuar remotamente e ter ampla autonomia para tomada de decisões em relação às tarefas.

Nesse cenário, a gestão da informação é uma ferramenta fundamental para que as empresas e organizações consigam ser bem-sucedidas. A capacidade de compartilhamento de mensagens e informações em tempo real e de conversão das informações em conhecimento são as competências mais vitais para qualquer organização na atualidade.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Proporcionar uma visão abrangente dos fundamentos da computação e da comunicação, permitindo o entendimento dos conceitos e práticas presentes no contexto de trabalho da tecnologia da informação;
  - Fundamentar os principais conteúdos necessários, do ponto de vista tecnológico, para a organização da informação em contextos digitais;
  - Realizar avaliação do papel estratégico da Tecnologia da Informação - TI, e seu impacto na gestão das corporações bombeiros militares.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar tecnologias e técnicas de levantamento de informações: coleta, mapeamento e análise de dados.

- Fortalecer atitudes para:
  - Perceber as mudanças tecnológicas e suas repercussões no âmbito da sociedade e das corporações bombeiros militares frente ao fluxo de informações impostas e disponíveis, suas vantagens e desvantagens que influenciam na sua atividade.

Conteúdo programático

- As características da sociedade contemporânea: o avanço tecnológico como diferencial competitivo;
- As demandas da sociedade contemporânea: o uso da tecnologia da Informação.
- Dado, informação e conhecimento;
- Conceitos básicos de TI e sistema de informação;
- A gestão e conhecimento de dados;
- Coleta, mapeamento e análise de dados e difusão;
- Tecnologias e softwares que auxiliam na produção e gestão do conhecimento;
- Banco de dados;
- Técnicas de levantamento de informações e indicadores para análises de dados do ciclo operacional: preventivo ou normativo e passivo ou estrutural, operacional e investigativo;
- A informação como fator estratégico para tomada de decisão e elaboração de políticas públicas nas áreas de atuação do profissional bombeiro militar;
- Aplicação organizacional de TI e suas vantagens;
- Redes;
- Internet;
- Sigilo e segurança de dados;
- Comunicação digital.

Carga horária recomendada

- 20 h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada com auxílio de audiovisual;
- Utilização dos diferentes bancos de dados informatizados disponíveis na organização para a produção do conhecimento por meio da análise relacional de dados;
- Apresentação de textos e vídeos relacionados à disciplina;
- Visitas técnicas.

Avaliação da aprendizagem

- Estudos dirigidos e avaliação teórica e escrita dos conteúdos da disciplina;
- Avaliação prática de análise de inteligência (cases), individual ou em grupo, de forma que aluno utilize todos os conceitos e procedimentos do processo cíclico da inteligência;
- Avaliação escrita.

Referencias bibliográficas

1. CEPIK, Marco. **Inteligência e políticas públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação.** Security and Defense Studies Review. Rio de Janeiro.
2. DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Futura, 1998.
3. FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
4. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Gerenciamento de sistemas de informação.** 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
5. OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de Informação versus tecnologias da informação: um impasse empresarial.** São Paulo: Érica, 2004.
6. REZENDE, Denis A., ABREU, Aline F. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais.** São Paulo: Atlas, 2000.
7. SIQUEIRA, M. **Gestão estratégica da informação.** (s.l.): Brasport, 2005.
8. TERRA, J. C. **Gestão do conhecimento e e-learning.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

3.7
ÁREA TEMÁTICA VII
CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ética e Cidadania	12h
Diversidade Étnico-sociocultural	14h
Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar	20h
Ordem Unida	20h
Subtotal	**66h**

3.7.1
DISCIPLINA: ÉTICA E CIDADANIA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
34 PC	Capacidade de agir com postura ética e profissional.
31 PM Q 7	Capacidade de agir com ética e profissionalismo.
00*	Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional da segurança pública.
00	Desenvolver uma conduta ética e legal que o auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais.
00	Reconhecer a visibilidade moral e a importância de uma postura político- pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao antagonizar-se às atividades ilícitas e criminais.

Aspectos conceituais

- Bases filosófica e epistemológica;
- Valores organizacionais, sociais e pessoais;
- Papel do profissional da segurança pública na construção do Estado Democrático de Direito;
- Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei (ONU)
- Códigos de ética e/ou regimentos disciplinares;
- Art 5º da Constituição Federal.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar.

Aspectos procedimentais

- Observância e reflexão sobre Art 5º da Constituição Federal;
- Mecanismo de servir e proteger de acordo com as condutas éticas descritas nas normas internacionais.

Aspectos atitudinais

- Postura como protagonista do bem estar social;
- Reconhecimento de que os nossos atos são políticos indo além das suas dimensões técnico-científicas e corporativas;
- Responsabilidade social assumindo seus atos, reconhecendo-se como autor com capacidade de agir por si mesmo, com autodeterminação, autonomia, independência, com noção de interdependência.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

As doutrinas éticas fundamentais nascem e desenvolvem-se em diferentes épocas e sociedades, como resposta aos conflitos básicos apresentados entre os homens.

O senso moral baseia-se em princípios, valores e costumes contextualizados no tempo e na sociedade e tem por objetivo a regulação moral da vida cotidiana, pois é na dinâmica da vida social que se constroem as relações éticas fundamentais.

Atualmente, a ética contempla a condição de vida do homem no mundo e dos seus limites e possibilidades. Num mundo de intensas transformações culturais, é preciso compreender que a diversidade humana tem provocado modificações nas relações sociais. Por este motivo é necessário buscar recursos em outras áreas do conhecimento com vistas à análise do comportamento humano. É desta forma que se pretende trabalhar com o profissional de segurança pública, fazendo com que ele também se reconheça como ator fundamental no processo de construção de uma sociedade mais justa e íntegra, já que, o sentimento de pertencimento social é intrínseco à cidadania.

O estudo da ética é de fundamental importância para que o profissional de segurança pública possa optar, com segurança, sobre sua conduta ao defrontar-se com as situações de dualidade, tão freqüentes em seu cotidiano profissional. Além disso, há uma dimensão pedagógica no seu "fazer profissional" que requer que ele aja de acordo com os princípios éticos, entendendo o significado do seu exemplo como protagonista do bem estar social.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional de segurança pública.

- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Desenvolver uma conduta ética e legal que o auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a visibilidade moral e a importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao antagonizar as atividades ilícitas e criminais.

Conteúdo programático

- Conceitos básicos que subsidiarão as reflexões a respeito do tema utilizado para a sensibilização inicial;
- Conceitos: moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da função) contextualizados no tempo e no espaço;
- A profissão do profissional da área de segurança pública fundamentada na ética;
- A situação ética dos profissionais da área de segurança pública em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos: despersonalização (indivíduo versus profissional/ estereótipos) e atitudes profissionais éticas;
- A conduta ética e legal na atividade do profissional da área de segurança pública;
- A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades - a necessidade de um código de ética profissional - a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área de segurança pública - código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU).

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exibição de filmes seguidos de discussão e debates (como sugestão, nos primeiros dias de aula, poderá ser exibido o filme "Um Dia de Treinamento", ou mídia similar; isto permitirá um excelente debate);
- Discussões sobre casos concretos e atuais;
- Discussões em grupo e dinâmicas;
- Estudo de textos pertinentes ao tema;
- Consulta à legislação e documentos afins.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação consistirá na observação cotidiana do aluno em atividades escritas e orais em sala de aula, bem como prova escrita.

Referências bibliográficas

1. BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
2. BULGARELLI, Reinaldo. **Diversos somos todos: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações.** (s.l.): Cultura, 2008.
3. CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. **Polícia e estado de direito na América Latina.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
4. DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil.** 19. ed. São Paulo: Ática, 2000.
5. JARES, Xesús. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
6. KIPPER, Délio José (Org.) **Ética e pratica: uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: EDIPUCRS,.2006.
7. SAFIOTTI, H. Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
8. _____. **Reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil.** In: SPINK, Mary Jane (Org.). A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

3.7.2
DISCIPLINA: DIVERSIDADE ÉTNICO-SOCIOCULTURAL

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
91 PM Q 6.1	Ser capaz de respeitar os direitos humanos e cidadania na atuação profissional.
73 BM Q 8.1	Atuar demonstrando conhecer e respeitar os direitos humanos.
00*	Ser capaz, em sua atuação cotidiana, de desconstruir o "autoritarismo" do racismo e do preconceito presentes em nossa cultura.
00	Ser capaz de reconhecer e respeitar a cultura, a identidade e a história dos Negros, Índios e Ciganos.
00**	Reconhecer, respeitar e valorizar a pluralidade etnicorracial da sociedade brasileira.

Aspectos conceituais

- Breve histórico étnico-social da formação do povo brasileiro;
- Raça, etnia, cultura e identidade;
- Racismo, injúria racial, preconceito, discriminação e segregação;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes da polícia civil, polícia militar e do corpo de bombeiros militar.

****00:** Competência sugerida pelo Grupo de Trabalho "Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial".

- Raça e ciência: razões pelas quais persiste o conceito de raça;
- Enfrentamento ao racismo e à discriminação e seu impacto no fortalecimento do processo democrático e no desenvolvimento do país.

Aspectos procedimentais

- Conduta profissional humanizada;
- Procedimentos operacionais frente aos crimes raciais.

Aspectos atitudinais

- Reconhecimento da diversidade racial e cultural da sociedade brasileira;
- Destituição de preconceitos e discriminação racial;
- Promotores da equidade étnico-sóciocultural.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A disciplina de"Diversidade Étnico-sociocultural" surge como resultado das políticas públicas voltadas para segurança pública e a promoção da igualdade racial.

Cabe destacar que esta disciplina é uma excelente oportunidade de se criar espaços de reflexão sobre o papel dos profissionais de segurança pública em relação à diversidade racial, religiosa e cultural brasileira, além da busca pela eliminação dos estigmas, dos preconceitos e das abordagens discriminatórias realizadas em pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.[5]

> *"Estamos convencidos de que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos".*[6]

Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Analisar a formação da sociedade brasileira;
  - Identificar as contribuições do negro na sociedade brasileira;

[5] Pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade: mulheres; crianças e adolescentes; pessoas com deficiência; lésbicas, gays, bissexuais, travestis; pessoas idosas; vítimas da criminalidade do abuso do poder; usuários e dependentes de drogas; pessoas em situação de rua; negros, índios e ciganos, bem como os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Matriz Indígena e Matriz Cigana.

[6] Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, parágrafo 69.

  - Conhecer as leis referentes à discriminação racial.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Desenvolver uma conduta pessoal e profissional destituída de preconceito e discriminação racial;
  - Aplicar as leis referentes à discriminação racial e outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer as contribuições do não-branco para a sociedade brasileira;
  - Conscientizar e sensibilizar os profissionais de segurança pública acerca de sua importância como promotores da equidade étnico-social;
  - Atuar adequadamente frente às situações de racismo e de violação dos direitos humanos dos grupos étnicos discriminados.

Conteúdo programático

- A formação da sociedade brasileira: aspectos sociológicos, antropológicos, filosóficos;
- Conceito de racismo, injúria racial, preconceito, discriminação e segregação;
- As teorias raciais;
- Distinção de etnia, raça, racismo;
- Contribuições do negro, do índio e do cigano para sociedade brasileira;
- Diversidade cultural e racial na sociedade brasileira;
- Cultura material e imaterial;
- Juventude negra;
- Mulheres negras;
- Povos e Comunidades Tradicionais: Povo de Matriz Africana[7], Indígena e Cigana.

Carga horária recomendada

- 14h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de textos de normas internacionais e nacionais, artigos de jornais, Internet, reportagens da imprensa em geral;
- Estudo de casos.

Avaliação da aprendizagem

- Debates em grupo;
- Redação de textos referentes a tópicos da temática;
- Avaliação escrita.

[7] Ver do Estatuto da Igualdade Racial Capítulo III - Do Direito à Liberdade de Consciência e de Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. **Lei Nº 10.639** de 09 de Janeiro de 2003 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
2. BRASIL. **Lei Nº 11.645** de 10 março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
3. BRASIL. **Lei nº 12.288,** de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: 2010
4. CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify. 2009.
5. IPEA. **Desafios do desenvolvimento: culturas protegidas.** Eliana Simonetti. São Paulo: Ipea, 2007, ano 4, nº 34.
6. LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global.** Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.
7. PANTOJA & ROCHA, Maria José [orgs.]. **Rompendo Silêncios: história da África nos currículos da educação básica.** Brasília: DP Comunicações, 2004.
8. PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: Uma introdução à história da África Atlântica,** Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.
9. THEODORO, Mário, JACCOUD, Luciana, OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

3.7.3
DISCIPLINA: IDENTIDADE E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
15 BM Q 8.1	Demonstrar domínio das legislações pertinentes, atuando segundo normas e regulamentos vigentes na Corporação. Possuir conhecimento das legislações, normas e regulamento pertinentes à atividade de bombeiros.
65 BM Q 8.1	Ao participar de atividades cívico-militares, demonstrar conhecimento de ordem unida e dos trâmites de rotina (fardamento, viaturas).
30 BM Q 9	Deferência (capacidade de cumprir ordens, respeitar a hierarquia e saber acatar as determinações).

Aspectos conceituais

- Histórico da instituição;
- Missão constitucional;
- Missão organizacional;
- Visão de futuro;
- Valores;
- Identidade da organização;
- Código de ética e/ou regimentos disciplinares.

Aspectos procedimentais

- Análise das legislações, normas, regimentos aplicados à função de bombeiro militar;
- Observância e reflexão sobre o código de ética e/ou regimento disciplinar específico da instituição a que pertence;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Direitos e Deveres;
- Alinhamento entre os valores pessoais e institucionais.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Estudos organizacionais têm demonstrado que quanto mais o profissional conhecer a missão, seus valores, ritos, normas legais, dentre outros aspectos institucionais, maior será as chances de se adaptar a profissão. Assim, esta disciplina tem como propósito auxiliar o alinhamento entre os valores e expectativas pessoais aos desafios organizacionais e aos regulamentos institucionais de forma que haja harmonia entre os dois.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos:
  - Compreender a organização, as atribuições, bem como seu funcionamento geral sob o enfoque organizacional;
  - Reconhecer os valores e princípios constitucionais e da instituição como fundamentos norteadores da ação do bombeiro militar.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar os instrumentos e procedimentos adequados relacionados às funções organizacionais e seus trâmites.
- Fortalecer atitudes para:
  - Declarar a missão institucional e a visão de futuro da organização;
  - Atuar alinhado aos seus princípios e à identidade da sua instituição.

Conteúdo programático

- História da instituição;
- Missão constitucional;
- Missão e visão de futuro da corporação;
- Competências constitucionais;
- A instituição no sistema de defesa civil;
- Organograma da corporação;
- Princípios e valores da corporação;
- Normas e regimentos institucionais;
- Procedimentos administrativos disciplinares (documentos específicos da instituição).

Carga horária recomendada

- 12h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada com auxílio de audiovisuais;
- Estudo de documentos e textos pertinentes à questão;
- Estudo de casos correlatos ao tema.

Avaliação da aprendizagem

- Autoavaliação;
- Avaliação escrita.

Referências bibliográficas

1. ANTONELLO, C.S; GODOY, A.S. **Aprendizagem organizacional no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
2. BATEMAN, Thomas S. **Administração: Novo Cenário Competitivo.** São Paulo: Atlas, 2006.
3. CARRIERI, A.P; CAVEDON, N.R; SILVA, A.R.L. **Cultura nas organizações: uma abordagem contemporânea.** Curitiba: Ed. Juruá, 2008.
4. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
5. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital.** São Paulo: Atlas, 2005.
6. MORGAN, G. **Imagens das Organizações.** São Paulo: Atlas, 1995.
7. RAMASWANY, Venkat. **A empresa cocriativa: porque envolver stakeholders no processo de criação de valor gera mais benefícios para todos.** Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Symnetics, 2010
8. ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2005.

3.7.4
DISCIPLINA: ORDEM UNIDA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
30 PM Q 7	Capacidade de disciplina.
30 BM Q 9	Deferência (capacidade de cumprir ordens, respeitar a hierarquia e saber acatar as determinações).
32 PM Q 7	Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da Corporação. Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da Instituição.
58 PM	Demonstrar conhecimento das formalidades, técnicas de evoluções, padrões de conduta e de ordem unida ao participar de desfiles cívicos, quando escalado.
65 BM Q 8	Ao participar de atividades cívico-militares, demonstrar conhecimento de ordem unida e dos trâmites de rotina (fardamento, viaturas).

Aspectos conceituais

- Termos militares;
- Comandos e meios de comandos;
- Sinais de respeito;
- Continência.

Aspectos procedimentais

- Apresentação individual correta;
- Deferência às normas e aos regulamentos;
- Proficiência na execução dos movimentos.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 6 - Q 7): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais comuns às polícias civis e militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento dos grupos de estudos específicos. Além disso, foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Respeito;
- Disciplina;
- Culto aos símbolos nacionais;
- Espírito de corpo;
- Coesão;
- Ordem.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Por força da Constituição Federal, em seu art. 144, § 6º, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militar figuram como força auxiliar e reserva do Exército. Neste contexto, o profissional da segurança pública adquire também a prerrogativas de militar, com seus direitos e deveres inerentes a esta condição, sendo portanto imprescindível o desenvolvimento dessas competências, dentre as quais às relativas a Ordem Unida, que assim é definida:

> *A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes - instrutores e instruendos, comandantes e executantes - como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra.* (*Manual de Ordem Unida do Exército Brasileiro, 2000, p.1-2*).

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Reconhecer os Símbolos Nacionais;
  - Analisar as condutas adequadas dentro e fora da Organização Militar.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Executar os comandos militares com proficiência;
  - Manter a coesão da tropa a que pertence.
- Fortalecer atitudes para:
  - Agir com respeito e disciplina perante pares e subordinados;
  - Demonstrar energia e vivacidade em todos os atos da sua profissão;
  - Cumprir normas e regulamentos militares.

Conteúdo programático

- Generalidades;
- Definições;
- Instrução individual sem arma;
- Instrução individual com arma;
- Instrução coletiva - formações, formaturas, deslocamentos e guardas fúnebres;
- Sinais de respeito e continência;
- Apresentação individual;
- Continência de tropa;
- Hinos e canções;
- Bandeira nacional;
- Guarda bandeira.

Carga horária recomendada

- 20h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

- Exposição dialogada;
- Vídeos;
- Demonstração.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita.
- Avaliação prática. Recomenda-se a elaboração de uma planilha de avaliação individual com os procedimentos que deverão ser executados pelo discente durante as atividades avaliativas.

Referências bibliográficas

1. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 079,** de 13 de julho de 2000. Aprova o Manual de Campanha C 22-5 - Ordem Unida. Estado Maior do Exército. 3ª Ed. Brasília - DF, 13 de julho de 2000.
2. BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 660-MD,** de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
3. BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 849 -MD,** de 04 de abril de 2013. Altera os arts. 45, 81, 83, 92, 100, 104, 110, 111, 124, 133, 136, 148 e 201 da Portaria Normativa nº 660-MD, de 19 de maio de 2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
4. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Vade-Mécum nº 01 ao nº 10.** Trata do Cerimonial Militar do Exército.

3.8
ÁREA TEMÁTICA VIII
FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ciências Aplicadas à Atividade Bombeiro Militar	30h
Atendimento Pré-Hospitalar	60h
Salvamento Aquático	60h
Salvamento Terrestre	60h
Salvamento em Altura	60h
Intervenção e Emergência com Produtos Perigosos	40h
Prevenção a Incêndio	40h
Fundamentos da Perícia de Incêndios	40h
Combate a Incêndio	60h
Subtotal	**450h**

3.8.1
DISCIPLINA: CIÊNCIAS APLICADAS À ATIVIDADE BOMBEIRO MILITAR

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
6 BM	Atuar demonstrando noções de Mecânica e de Física, quando necessário.
17 BM	Ter raciocínio mecânico (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos, bem como conseguir manipular ou consertar esses mecanismos.
41 BM	Capacidade de raciocínio numérico (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão; capacidade de interpretar dados quantitativos).
39 BM Q 8.6	Capacidade de raciocínio espacial (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto/pessoa no espaço).

Aspectos conceituais

- Leis da física;
- Unidades de medida;
- Fenômenos químicos relacionados ao fogo;
- Bioquímica.

Aspectos procedimentais

- Ação preventiva de acidentes no exercício da profissão;
- Maneabilidade de equipamentos sob influência das forças naturais.

Aspectos atitudinais

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Proficiência;
- Senso crítico;
- Interdisciplinaridade.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Essencialmente a atuação do profissional do Corpo de Bombeiros Militar sofre influência direta das forças naturais identificadas pelas ciências puras tais como a física, química e biologia. Desta forma, a compreensão das leis que regem tais ciências, bem como a assimilação de seus conceitos promove maior aprendizagem do discente bombeiro militar nas disciplinas da Área Temática de Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública, visto que a disciplina de Ciências Aplicadas à Atividade Bombeiro Militar tem caráter propedêutico e interdisciplinar com as demais.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar as forças naturais estudadas pela física, química e biologia que influenciam nas atividades profissionais;
  - Analisar os riscos potenciais sob influência das forças naturais.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Operar os equipamentos e sistemas de modo que sua máxima eficiência seja obtida, minimizando quebras e aperfeiçoando a atuação profissional;
  - Relatar os fenômenos das ciências puras nas situações do cotidiano profissional.
- Fortalecer atitudes para:
  - Agir com proficiência técnica aplicando os conhecimentos teóricos da disciplina na prática profissional;
  - Prevenir acidentes no cumprimento da missão-fim.

Conteúdo Programático

- Ciências;
- Unidades de medida;
- Temperatura;
- Dilatação térmica;
- Combustão;
- Ação do incêndio sobre as estruturas de concreto;
- Física aplicada à condução veicular;
- Força;
- Atrito;

- Multiplicação de força;
- Bioquímica da respiração;
- Autonomia do tempo de ar;
- Massa;
- Peso;
- Pressão;
- Eletricidade.

Carga horária recomendada

- 30h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas;
- Estudo de caso.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação teórica;
- Demonstração prática da ação das forças naturais no serviço bombeiro militar.

Referências bibliográficas

1. CORPO DE BOMBEIROS. **Manual de Salvamento em Altura.** IN: Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. 1. ed. São Paulo, volume 26, 2006. 151 p.
2. CORPO DE BOMBEIROS. **Manual de Combate a Incêndios em Local Confinado.** IN: Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. 1. ed. São Paulo, volume 42, 2006. 78 p.
3. CORPO DE BOMBEIROS. **Manual de Combate a Incêndios em Edifícios Altos.** IN: Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. 1. ed. São Paulo, volume 16, 2006. 91p.
4. CORPO DE BOMBEIROS. **Manual de Resgate e Emergência Médicas.** IN: Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros. 1. ed. São Paulo, volume 12, 2006. 503 p.
5. SEITO, Alexandre Itiu, et al. **A segurança contra incêndio no Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, 2008. 496.p.

3.8.2
DISCIPLINA: ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
42 BM Q 8.3	Ser capaz de realizar atendimento pré-hospitalar e em outras situações diversas demonstrando conhecimento sobre tipos de hemorragia, ferimentos, fraturas, cinemática do trauma, doenças diversas sabendo diferenciar estímulos, sinais e sintomas. Ser capaz de aplicar procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar.
71 BM Q 8.3	Ser capaz de agir identificando riscos para si e para o público, mantendo a segurança do local. Ser capaz de agir identificando riscos para si, para a equipe e para o público, mantendo a segurança do local.
86 BM Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
00*	Ser capaz de repassar para a equipe médica as condições traumáticas e clínicas da vítima.
00	Ser capaz de caracterizar o trauma ou a emergência clínica com precisão, facilitando a regulação médica, preparando assim a melhor recepção no meio hospitalar adequado.
00	Ser capaz de realizar o atendimento no intuito de"salvar a vida", indistintamente respeitando a dignidade da pessoa e dos direitos humanos decorrentes.
00	Ser capaz de avaliar a cena e identificar os riscos à equipe, à vítima e à terceiros.

Aspectos conceituais

- Conceito e importância do APH;

N (Número):refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

- Aspectos legais do atendimento pré-hospitalar;
- Biossegurança - proteção contra agentes biológicos;
- Noções básicas de anatomia e fisiologia;
- Sinais vitais;
- Cinemática do trauma;
- Protocolos de atendimento à vítima;
- Sistema de Saúde Pública e seu papel neste contexto.

Aspectos procedimentais

- Prestação de pronto atendimento a vítimas de trauma;
- Aplicação de técnicas do suporte básico de vida até a chegada de Unidade Especializada ou de profissional da área médica ou remoção da vítima para unidade hospitalar;
- Avaliação e informação da situação de emergência;
- Estabilização de pacientes na cena de emergência;
- Manipulação adequada do paciente;
- Informação da condição do paciente e os tratamentos ministrados;
- Aplicação das técnicas aprendidas;
- Técnicas de higienização, esterilização, descontaminação, desinfecção, limpeza e assepsia; fatores de riscos e equipamentos de proteção.
- Mecanismos para controlar a cena e zelar pela segurança da equipe, da vítima e de terceiros;
- Realização de rotinas operacionais;
- Realização do transporte adequado das vítimas de trauma.

Aspectos atitudinais

- Senso na utilização da técnica adequada e na utilização de meios de fortuna e materiais alternativos quando na indisponibilidade do material adequado.
- Atitudes humanizadas no atendimento respeitando a dignidade do ser humano;
- Postura critica de modo a abstrair o contexto social por traz dos traumas, de modo a ser um incentivador e força de apoio a campanhas que visem à diminuição de todo tipo de violência.
- Atenção à segurança ergonômica do profissional.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A grande maioria dos acidentes poderia ser evitada, porém, quando ocorrem, alguns conhecimentos simples podem diminuir o sofrimento, evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas.

O fundamental é saber que, em situações de emergência, deve-se manter a calma e ter em mente que a prestação do atendimento pré-hospitalar não exclui a importância de uma posterior apresentação a um médico. Além disso, o atendente deve se certificar de que há condições seguras o bastante para prestar o socorro sem riscos. Não esquecer que um atendimento de emergência inadequado pode comprometer ainda mais a saúde da vítima.

Acontece que somente o espírito de solidariedade não basta. Para que se possa prestar um socorro de emergência correto e eficiente, precisamos dominar as técnicas de primeiros socorros.

A responsabilidade torna-se maior quando o agente de segurança pública se depara com situações em que os primeiros socorros terão que ser aplicados. Estes agentes lidam diretamente e quase que diariamente com o público, os quais têm o dever de prestar socorro em quaisquer circunstâncias. Nota-se que estes agentes de segurança são, via de regra, os primeiros a chegarem ao local de acidentes, tendo que assumir uma postura de liderança, que passe confiança aos presentes, em nome do Estado que representam.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Avaliar a vítima por meio da identificação de sinais vitais e suas possíveis irregularidades e saber o que fazer para aumentar a sobrevida da vítima.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Utilizar técnicas e procedimentos que possibilitem prestar um atendimento preciso, rápido e seguro em casos de acidentes, partos ou males súbitos até a presença de pessoa mais especializada.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer o limite de seus recursos/meios e solicitar ajuda mais especializada quando necessária.

Conteúdo Programático

- Conceitos importantes:
  - Conceito e importância do APH;
  - Mandamentos do socorrista;
  - Emergência e urgência;
  - Elo de emergência.
  - Aspectos legais do atendimento pré-hospitalar;
  - Sistema de emergência médica e socorrista (incluindo regulação médica);
  - Noções básicas de anatomia e fisiologia humana.
- Fraturas, luxações e entorses:
  - Procedimentos básicos;
  - Procedimentos para imobilização;

- Ferimentos:
  - Principais tipos de ferimentos;
  - Procedimentos a serem realizados.
- Emergências clínicas:
  - Infarto agudo do miocárdio;
  - Acidente vascular encefálico;
  - Anginas;
  - Sincopes e desmaios;
  - Hipertensão arterial sistêmica;
  - Hipoglicemia.
- Animais peçonhentos:
  - Principais tipos;
  - Principais toxinas e efeitos no organismo;
  - Evolução clínica;
  - Procedimentos a serem realizados.
- Mobilização, manipulação e transporte de vítima:
  - Rolamento 90º;
  - Rolamento 180º;
  - Manobra cavaleira;
  - Manobras de retirada rápida;
  - Retirada de capacete em motociclista;
  - Colocação na prancha;
  - Oxigenoterapia.
- Acidentes com múltiplas vítimas - AMV:
  - Métodos de triagem;
  - Princípios básicos;
  - Aplicação do protocolo de atendimento a múltiplas vítimas - AMV (organização da cena).
- Procedimentos básicos no local de atendimento:
  - Cinemática do trauma;
  - Mecanismo de injúria;
  - Biossegurança - proteção contra agentes biológicos.
- Avaliação geral da vítima:
  - Método (CHARP) circulação, hemorragia, vias aéreas, respiração e pulsação;
  - Sinais vitais: aprender o que é e como mensurá-los;
- Respiração;
- Pulsação;
- Pressão arterial;
- Temperatura;
- Coloração da pele;
- Preenchimento capilar.

- Avaliação primária:
- Avaliação de vias aéreas e controle/estabilização cervical;
- Avaliação da respiração;
- Avaliação da circulação;
- Avaliação neurológica;
- Identificação dos possíveis traumas.
  - Avaliação secundária:
- Avaliação céfalo-caudal;
- Escala de Glasgow (trauma);
- Procedimentos específicos.
- Suporte básico de vida:
  - Conceito;
  - Reanimação cardiopulmonar;
  - Parada respiratória;
  - Engasgamento;
  - Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos;
  - Desobstrução de vias aéreas:
- Manobra de Heimilich em adultos, crianças, bebês, gestantes e obesos.
- Hemorragias e choques:
  - Conceito;
  - Sinais e sintomas;
  - Tipos de hemorragias;
  - Tipos de choque;
  - Técnicas de contenção de hemorragias;
  - Procedimentos a serem realizados para o tratamento emergencial aos diversos tipos de choques.
- Procedimentos em hemotórax e pneumotórax.
- Traumas:
  - Traumatismo crânio-encefálico;
  - Traumatismo raquimedular;
  - Traumas de tórax;
  - Traumas em grupos especiais;
  - Técnicas de imobilização, remoção e transporte;
  - Razões para a movimentação de vítimas.
- Parto de emergência:
  - Fases do trabalho de parto;
  - Possíveis complicações do parto;
  - Prevenção de infecto-contagiosas;
  - Limpeza de viaturas e materiais;
  - Assistência ao recém nato;
  - Técnicas de transporte.

- Queimaduras:
  - Principais tipos;
  - Procedimentos básicos.
- APH no afogamento:
  - Grau de afogamento;
  - Procedimentos básicos do APH em afogados;
- Emergência e pacientes especiais: crianças, idosos e perturbados mentais (pacientes psiquiátricos).
- Aspectos psicológicos intervenientes no atendimento ao acidentado.

Carga horária recomendada

- 60h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais: com vídeos, fotos e softwares de simulação, de modo a ilustrar os corretos procedimentos;
- Estudo de casos;
- Métodos interativos com os participantes: indutivo e dedutivo;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.
- Aplicação da prática repetitiva das técnicas apresentadas.
- Equipamentos e materiais de Atendimento Pré-Hospitalar (APH).

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem;
- Prova prática, individual ou em grupo, de preferência ocorrência simulada com verossimilhança, para avaliar os procedimentos apreendidos e incentivar a criatividade dos discentes e verificar sua conduta durante o atendimento.

Referências bibliográficas

1. ALFARO, D. ; MATTOS, H. **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado PHTLS.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
2. AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Suporte avançado de vida em cardiologia: livro do profissional de saúde.** São Paulo: Prous Science, 2008.
3. BENHKE, Robert S. **Anatomia do movimento.** Tradução de Nilda Maria Farias de Albernaz. Porto Alegre: Artmed, 2004.
4. CANETTI, Marcelo D.; ALVAREZ, Fernando S. Et al. **Manual básico de socorro de emergência.** São Paulo: Atheneu, 2007.

5. CARVALHO FILHO, Eurico Thomas; PAPALÉU NETTO, Matheus. **Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica.** São Paulo: Atheneu, 2000.
6. COIMBRA, Raul S. M. et al. **Emergências traumáticas e não traumáticas: manual do residente e do estudante.** São Paulo: Atheneu, 2001.
7. OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiúza; TEIXEIRA JR., Edison do Vale. **Trauma: atendimento pré-hospitalar.** Curitiba: Atheneu, 2002.
8. TORLONI, Maurício; VIEIRA, Antônio Vladimir. **Manual de proteção respiratória.** São Paulo: ABHO, 2003.

3.8.3
DISCIPLINA: SALVAMENTO AQUÁTICO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
11 BM Q 9	Ter capacidade para lidar com a morte no dia a dia do trabalho.
42 BM Q 8.3	Ser capaz de realizar atendimento pré-hospitalar e em outras situações diversas demonstrando conhecimento sobre tipos de hemorragia, ferimentos, fraturas, cinemática do trauma, doenças diversas sabendo diferenciar estímulos, sinais e sintomas. Ser capaz de aplicar procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar.
75 BM Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
28 BM Q 8.3	Conhecer o protocolo atualizado para cada situação.
101 BM Q 8.4	Ter capacidade de utilizar adequadamente o Equipamento de Proteção Individual (EPI).

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

77 BM Q 8.4	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Ser capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local.
92 BM Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.
86 BM Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
99 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
61 BM Q 8.5	Ter resistência física.
 Q 8.3	Atuar demonstrando conhecimento de técnicas básicas de salvamento aquático.
 Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.

Aspectos conceituais

- Ambiente Aquático;
- Salvamento Aquático;
- Cheias, enchentes e alagamentos;
- Saúde do guarda-vidas;
- Acidentes no meio líquido;
- Operações com equipamentos de salvamento, barcos, moto aquática e helicópteros.

Aspectos procedimentais

- Uso correto de EPIs;
- Aquacidade;
- Nado de aproximação;
- Técnica de salvamento e desvencilhamento aquático;
- Suporte básico de vida a afogados;
- Prevenção em piscinas, águas doces e mar;
- Reconhecimento de perfil de afogados;
- Técnicas de salvamento aquático;
- Patrulhamento e fiscalização;
- Operações de resgate em águas rápidas (rios, corredeiras, córregos e afins).

Aspectos atitudinais

- Controle emocional;
- Zelo por materiais e locais de prevenção;

- Trabalho em equipe;
- Permanente manutenção e desenvolvimento dos preparos físico, técnicos e psicológicos.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

O salvamento aquático é um conjunto de ações que visam à prevenção e a pronta atuação nas situações onde existe risco de vida.

A atividade de salvamento aquático é essencialmente voltada para a prevenção, onde o trabalho do guarda-vidas estará diretamente ligado ao contato junto ao público banhista. Tal contato deverá sempre visar à intenção de diminuir ou eliminar a possibilidade de acidentes na água, em um esforço contínuo de orientações e/ou intervenções, nunca deixando de observar o direito básico do cidadão de ir e vir. Aliado a prevenção, virá o salvamento aquático propriamente dito, o qual compreenderá todas as técnicas necessárias ao correto e eficiente trabalho de socorro às vítimas no meio liquido, e um suporte mínimo após sua retirada da água.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as orientações dos protocolos utilizados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Planejar a ação de salvamento mediante a coleta de informações sobre a situação;
  - Executar as técnicas contidas nos protocolos de acordo com a situação;
  - Orientar a execução de ações preventivas.
- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar com segurança e cuidado.

Conteúdo programático

- Conhecimento do ambiente aquático;
- Saúde do guarda-vidas;
- Acidentes no meio líquido;
- Conceito de salvamento aquático;
- Protocolos e normas técnicas específicas;
- Aquacidade;
- Nado de aproximação;
- Técnica de salvamento e desvencilhamento aquático;
- Suporte básico de vida a afogados;
- EPI: quais e como utilizar;
- Reflexão sobre a ação;

- Ações preventivas;
- Operações com equipamentos de salvamento, barcos, moto aquática e helicópteros;
- Cheias, enchentes e alagamentos;
- Operações de resgate em águas rápidas (rios, corredeiras, córregos e afins).

Carga horária recomendada

- 60h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas no local de instrução;
- Prova prática para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. COSTA, Orlando Artur. **A atividade de guarda-vidas e a operação verão no litoral paranaense.** São José dos Pinhais, 2004, 69 p. Monografia (Especialização em Planejamento e Controle em Segurança Pública) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
2. DUARTE, Paulo Roberto da Rosa. **Não morra na praia**. Ed. Alcance. 1991. ID 570583.
3. PARANÀ. **Manual de salvamento aquático**. Paraná: CBPR, s/d. Disponível em: http://www.scribd.com/doc/46605995/Manual-de-Salvamento-Aquatico-do-CB-PR. Acesso em: 07 jun 2011.
4. RIO DE JANEIRO. CBMERJ. Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. **Manual de salvamento em praia.** Editora Programa de Assistência Técnica e Assessoria Empresarial da Universidade Federal Fluminense (PAPAE). 1986. Rio de Janeiro, 1986, 80p. Estado-Maior-Geral-BM-3.
5. SANTA CATARINA. **Manual de salvamento aquático.** Santa Catarina: CBMSC, s.d.
6. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: operações de mergulho.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).
7. SÃO PAULO. **Salvamento em enchentes.** Coletânea de Manuais Técnicas de Bombeiros. São Paulo: PMESP, 2009.
8. SZPILMAN, David. **Prevenção é a maior arma contra o afogamento.** Disponível em: www.sobrasa.org/biblioteca.

3.8.4
DISCIPLINA: SALVAMENTO TERRESTRE

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 Q 9	Ter manejo de estresse.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
11 BM Q 9	Ter capacidade para lidar com a morte no dia a dia do trabalho.
42 BM Q 8.3	Ser capaz de realizar atendimento pré-hospitalar e em outras situações diversas demonstrando conhecimento sobre tipos de hemorragia, ferimentos, fraturas, cinemática do trauma, doenças diversas sabendo diferenciar estímulos, sinais e sintomas. Ser capaz de aplicar procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar.
75 BM Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
28 BM Q 8.3	Conhecer o protocolo atualizado para cada situação.
101 BM Q 8.3	Ter capacidade de utilizar adequadamente o Equipamento de Proteção Individual (EPI).

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

77 BM Q 8.4	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Ser capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local.
92 BM Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.
86 BM Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
99 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
61 BM Q 8.5	Ter resistência física.
 Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.
00* Q 8.3	Atuar demonstrando conhecimento de técnicas básicas de salvamento terrestre. Ter conhecimento das técnicas básicas de salvamento terrestre em suas diversas modalidades.
1 BM Q 9	Ter manejo do estresse.

Aspectos conceituais

- Procedimentos Operacionais Padrão para Salvamento Terrestre;
- Gerenciamento de Riscos para salvamento.

Aspectos procedimentais

- Técnicas e táticas de salvamento em poços e galerias;
- Técnicas e táticas em ocorrências com animais peçonhentos e insetos;
- Técnicas e táticas de resgate veicular;
- Técnicas e táticas de busca e resgate em estruturas colapsadas;
- Utilização de EPI de salvamento terrestre.
- Isolamento em ocorrências de salvamento terrestre;
- Estabilização veicular;
- Montagem de bipes, tripés e"pau de carga"
- Manutenção e operação de equipamentos de salvamento terrestre.

Aspectos atitudinais

- Preservação da integridade física e moral dos bombeiros militares e dos demais afetados na ocorrência;

***00:** Estas competências foram elaboradas pelo grupo de estudos específico composto por integrantes do corpo de bombeiros militar.

- Desenvolvimento das técnicas com mínimo desvio dos procedimentos padrão;
- Atuação em espaços confinados sem demonstrar claustrofobia;
- Controle emocional.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Composta pelo resgate de vítimas em acidentes automobilísticos, salvamento de vítimas de queda em poços e galerias, busca e resgate de vítimas em estruturas colapsadas, ocorrências com animais peçonhentos e ataque de insetos, o salvamento terrestre abrange ainda diversos meios de atuação onde outros riscos existem.

As ocorrências de salvamento terrestre correspondem por grande parte das emergências atendidas pelos Corpos de Bombeiro no Brasil. O treinamento das habilidades necessárias ao desempenho das tarefas de salvamento terrestre nos incêndios é de fundamental importância para prestar um bom atendimento à sociedade.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as orientações dos procedimentos operacionais padrão utilizados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Planejar a ação de salvamento mediante a coleta de informações sobre a situação;
  - Executar as técnicas contidas nos protocolos de acordo com a situação.
- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar com base nos procedimentos operacionais padrão;
  - Demonstrar controle emocional;
  - Reconhecer as suas capacidades e limitações.

Conteúdo programático

- Conceito de salvamento terrestre;
- Procedimentos operacionais padrão;
- Técnicas específicas (salvamento em poços e galerias / resgate veicular/ estruturas colapsadas/ ocorrências com animais peçonhentos e ataque de insetos);
- Planejamento para salvamento terrestre com base nos procedimentos operacionais;
- EPI: quais, como utilizar e como cuidar;
- Reflexão sobre a ação.

Carga horária recomendada

- 60h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem contemplam o uso das seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudos de casos;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova prática para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. ARAÚJO, Francisco Bento. **Manual de instruções técnico-profissionais: salvamento.** 2006.
2. BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma regulamentadora 33:** Condições de meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Brasil. 2012.
3. SANTA CATARINA. **Manual de busca e resgate em estrutura colapsada (BREC).** Santa Catarina: CBMSC, 2012.
4. SANTA CATARINA. **Manual de busca terrestre.** Santa Catarina: CBMSC, 2012.
5. SANTA CATARINA. **Manual de resgate veicular.** Santa Catarina: CBMSC, 2012.
6. SANTA CATARINA. **Manual de salvamento em espaços confinados.** Santa Catarina: CBMSC, 2012.
7. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: salvamento terrestre.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).
8. SEARCH AND RESCUE TRAINING BOOK. IAFF, 2006, Oklahoma. **Manual do Instrutor do BREC leve,** OFDA USAID, 2009, Brasil.

3.8.5
DISCIPLINA: SALVAMENTO EM ALTURA

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
11 BM Q 9	Ter capacidade para lidar com a morte no dia a dia do trabalho.
42 BM Q 8.3	Ser capaz de realizar atendimento pré-hospitalar e em outras situações diversas demonstrando conhecimento sobre tipos de hemorragia, ferimentos, fraturas, cinemática do trauma, doenças diversas sabendo diferenciar estímulos, sinais e sintomas. Ser capaz de aplicar procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar.
75 BM Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
28 BM Q 8.3	Conhecer o protocolo atualizado para cada situação.
101 BM Q 8.3	Ter capacidade de utilizar adequadamente o Equipamento de Proteção Individual (EPI).
77 BM Q 8.4	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Ser capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

92 BM Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.
86 BM Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
99 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
61 BM Q 8.5	Ter resistência física.
 Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.
 Q 8.3	Atuar demonstrando conhecimento de técnicas básicas de salvamento em altura.

Aspectos conceituais

- Equipamentos, regras de conservação, conferência e uso;
- Regras de segurança para trabalhos em altura;
- Teoria de vantagem mecânica.

Aspectos procedimentais

- Inspeção e acondicionamento dos equipamentos;
- Utilização de escada;
- Execução de nós;
- Execução do emprego de vantagem mecânica.

Aspectos atitudinais

- Iniciativa;
- Trabalho sob pressão;
- Estabilidade emocional/autocontrole;
- Coragem;
- Prudência;
- Atenção.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Salvamento em altura é uma atividade desenvolvida por bombeiros militares para localizar, acessar, estabilizar e transportar vítimas mediante o emprego de técnicas de salvamento em locais de diferentes planos/níveis, com base em normas de segurança e

procedimentos específicos de ancoragem, descida e ascensão.

Em um local elevado, a atuação do bombeiro deverá pautar-se por três princípios basilares: segurança, diminuição do tempo-resposta e zelo com o material.

O atendimento a vítimas em locais elevados e/ou de difícil acesso requer preparos: físico, técnico e psicológico especiais ao profissional.

A preparação de uma equipe de salvamento deve envolver algo mais do que simples habilidade de realizar uma descida de rapel, além disso deve englobar o conhecimento da doutrina de salvamento, aprendizagem das rotinas, estabelecimento de uma capacidade decisória e o desenvolvimento da capacidade para trabalhar em equipe.

O conhecimento das técnicas de abordagem e remoção da vítima demanda pleno conhecimento da destinação e do uso correto dos equipamentos.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender as orientações dos protocolos utilizados.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Efetuar conferência, acondicionamento e manutenção de primeiro escalão em equipamentos de salvamento em altura;
  - Acessar, estabilizar e remover a vítima;
  - Atender a ocorrências com uma ou mais vítimas, com ou sem traumas, em locais elevados e/ou profundos.
- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar com atenção, segurança e cuidado.;
  - Ter coragem;
  - Trabalhar em equipe.

Conteúdo programático

- Fundamentos de salvamento em altura;
- Protocolos e normas técnicas específicas, NR-35 e NR-36;
- Técnicas de salvamento em altura;
- Materiais e equipamentos: classificação e emprego dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC);
- Reflexão sobre a ação.

Carga horária recomendada

- 60h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Exposição de materiais e equipamentos utilizados;
- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova prática para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma regulamentadora 35:** Condições de meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Brasil. 2012.
2. BRASIL. Ministério do Trabalho. **Norma regulamentadora 36:** Procedimentos para Evitar Riscos de Quedas. Brasil. 2012.
3. DELGADO, Delfín. **Rescate urbano en altura.** Espanha. 2009.
4. FASULO, David J. **Autorescate.** Ed. Desnível. Espanha. 2005.
5. FIGUEROA, Walker G. **Nós e ancoragens: para montanhismo e trabalho em Altura.** S.l. 2010.
6. PARANÁ. **Manual de Socorrismo em Montanha.**
7. SANTA CATARINA. **Manual de salvamento em altura.** Santa Catarina: CBMSC, 2012.
8. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: salvamento em altura.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).

3.8.6
DISCIPLINA: INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
12 BM Q 8.3	Ao atender ocorrências com produtos perigosos, demonstrar conhecimento do ABIQUIM (manual sobre produtos químicos) e do seu manuseio, sendo capaz de neutralizar o produto. Ser capaz de reconhecer ocorrências com produtos perigosos de acordo com normas vigentes.
93 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar apoio de outros órgãos, se necessário, buscando suporte à sua ação.
28 BM Q 8.3	Conhecer o protocolo atualizado para cada situação.
Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.

Aspectos conceituais

- Definições e características;
- Tipos de produtos perigosos;
- Classificação das ocorrências;
- Normas internacionais e nacionais;
- Conhecimento básicos de defesa civil.

Aspectos procedimentais

- Emprego de métodos e técnicas.
- Uso do equipamento de proteção individual (EPI);

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Procedimentos iniciais;
- Procedimentos de primeira resposta.

Aspectos atitudinais

- Primeiras ações;
- Pronta resposta;
- Ações integradas.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

As emergências envolvendo produtos perigosos possuem características especiais que as diferenciam das demais. Nas ocorrências comuns, as ameaças ficam restritas ao lugar (espaço) e momento (tempo) no qual ocorreram, sem que haja possibilidade dessas ameaças ultrapassarem para outros lugares ou estender seus efeitos por semanas, meses e até anos. Já, nas ocorrências com os produtos perigosos têm por características a extrapolação dos limites temporais e espaciais, ou seja, um profissional de segurança pública que tenha contato com produtos perigosos pode, potencialmente, levar esse contaminante para áreas distantes do local do acidente, bem como sofrer efeitos da exposição por horas, dias, meses e até anos após a exposição inicial. Por isto, as primeiras atitudes definirão os passos a serem seguidos no atendimento das ocorrências.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Identificar a ocorrência como sendo de produtos perigosos;
  - Listar as classes de risco, de acordo com a classificação da organização das Nações Unidas (ONU);
  - Analisar as legislações sobre produtos perigosos.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Detectar a presença de produtos perigosos por meio dos métodos formais de identificação;
  - Identificar as zonas de trabalho das equipes que atenderão à emergência;
  - Estabelecer os procedimentos de controle, inclusive na pré-determinação da zona de controle;
  - Utilizar os equipamentos de proteção individual e demais equipamentos pertinentes ao seu nível de intervenção;
  - Iniciar a implantação do Sistema de Comando em Incidentes (SCI) para acidentes com produtos perigosos;

  - Desenvolver ações de intervenção com emprego de métodos e técnicas;
  - Empregar protocolo específico.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância da classificação da ocorrência como produtos perigosos, deflagrando assim outros procedimentos;
  - Atuar de forma integrada.

Conteúdo programático

- Ocorrências com produtos perigosos;
- Métodos formais de identificação de produtos perigosos;
- Procedimentos em caso de emergência com produtos perigosos;
- Instituições, atores e arranjos locais envolvidos nas respostas à ocorrências com produtos perigosos;
- O Sistema de comando de incidentes (SCI) na emergência com produtos perigosos;
- Conceitos e características sobre produtos perigosos;
- Legislações sobre produtos perigosos.

Carga horária recomendada

- 40h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nos exercícios executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. ABIQUIM, Departamento Técnico, Comissão de Transportes. **Manual para atendimento de Emergências com Produtos Perigosos.** 5ª Ed. São Paulo. P. 2006.
2. ARAUJO, Giovanni Moraes de. **Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos: Gerenciamento de emergência química.** Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2005.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7503: ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos: características e dimensões.** Publicada em mar. 2000.
4. _____. **NBR 7500: símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais.** Publicada em mar. 2000.

5. _____. **NBR 9735: conjunto para situações de emergência no transporte rodoviário de produtos perigosos.** Publicada em ago. 1999.
6. _____, Ministério dos Transportes. **Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte de produtos perigosos.** Agência Nacional de Transportes Terrestres. Brasília: ANTT, 2004..
7. BRASIL. **Decreto nº 96.044,** de 18 de maio de 1988. Aprova o regulamento para o transporte rodoviário de produtos perigosos e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 maio 1988, p. 8.737/41.
8. PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS PERIGOSOS (P2R2), **Manual de Atendimento às Emergências,** Brasília, 2007.

3.8.7
DISCIPLINA: PREVENÇÃO A INCÊNDIO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
18 BM	Ser capaz de agir com base no conhecimento prévio das normas reguladoras de prevenção bem como das legislações vigentes do Estado ou Município, ao prevenir incêndios.
33 BM	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e normas reguladoras de prevenção de incêndios.
35 BM	Demonstrar conhecimento sobre a distribuição preventiva da área de risco, das classes de incêndio e características de incêndios estruturais.
45 BM Q 8.3	Demonstrar domínio dos métodos de evacuação de pessoas, aplicando-os a situações diversas.
47 BM	Na prevenção de incêndios diversos, agir com base em conhecimentos prévios sobre tipos de incêndio e técnicas de reconhecimento do local, demonstrando conhecer os riscos associados à atuação.

Aspectos conceituais

- Propagação de fogo, fumaça e gases quentes no interior das edificações;
- Medidas de Segurança contra incêndio e pânico;
- Definições e Terminologias de segurança contra incêndio;
- Legislações de prevenção de incêndio.

Aspectos procedimentais

- Identificação e funcionamento das medidas de proteção ativa e passiva de segurança contra incêndio e pânico;
- Leitura de projetos técnicos de segurança contra incêndio e pânico;
- Aplicação da legislação de prevenção de incêndio.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

Aspectos atitudinais

- Proficiência;
- Senso crítico;
- Interdisciplinaridade.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A prevenção contra incêndio é um dos tópicos abordados mais importantes na avaliação e planejamento da proteção de uma coletividade. O termo "prevenção de incêndio" expressa tanto a educação pública como as medidas de segurança contra incêndio pânico em uma edificação ou área de risco.

A implantação da prevenção de incêndio se faz por meio das atividades que visam a evitar o surgimento do sinistro, possibilitar sua extinção e reduzir seus efeitos antes da chegada do Corpo de Bombeiros Militar.

O serviço de segurança contra incêndio e pânico desempenhado pelos Corpos de Bombeiros Militares operacionaliza as atividades de prevenção de incêndio, garantindo a integridade da vida humana, a incolumidade do meio ambiente e patrimônio.

As atividades relacionadas com a educação consistem no preparo da população por meio da difusão de ideias que divulgam as medidas de segurança para evitar o surgimento de incêndios nas ocupações. Buscam, ainda, ensinar os procedimentos a serem adotados pelas pessoas diante de um incêndio, os cuidados a serem observados com a manipulação de produtos perigosos e também os perigos das práticas que geram riscos de incêndio.

As atividades que visam à prevenção contra incêndio das edificações e áreas de risco podem ser agrupadas em:

- Atividades relacionadas com as exigências de medidas de segurança contra incêndio e pânico nas diversas ocupações;
- Atividades relacionadas com a perícia e coleta de dados dos incêndios pelos órgãos públicos, que visam a aprimorar técnicas de combate e melhorar a prevenção de incêndios por meio da investigação, estudo dos casos reais e estudo quantitativo dos incêndios.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conhecer as medidas de segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco;
  - Entender os princípios de ação e exigências da legislação de prevenção de incêndios local;

- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Aplicar a legislação local quanto às exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico necessárias para as edificações e áreas de risco;
  - Identificar as medidas de segurança contra incêndio e pânico disponíveis nas edificações e áreas de risco através da leitura de projetos técnicos.
- Fortalecer atitudes para:
  - Agir como membro da sociedade exemplo na prevenção de incêndios;
  - Ser agente de conscientização da prevenção de incêndios junto à população.
  - Fomentar o cumprimento da legislação de prevenção de incêndios.

Conteúdo Programático

- Conceitos básicos de segurança contra incêndio e pânico: comportamento do fogo e fumaça em uma edificação; comportamento das pessoas em pânico; medidas de proteção passiva e ativa de uma edificação ou área de risco.
- Conceito geral de funcionamento e finalidade de aplicação das medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco:
  - Acesso de viaturas nas edificações e áreas de risco;
  - Separação entre edificações;
  - Resistência ao fogo dos elementos de construção;
  - Compartimentação horizontal e vertical;
  - Controle de materiais de acabamento e revestimento;
  - Saídas de Emergência;
  - Controle de fumaça;
  - Gerenciamento de risco de incêndio;
  - Brigada de incêndio;
  - Iluminação de emergência;
  - Detecção e alarme de incêndio;
  - Sinalização de emergência;
  - Extintores;
  - Hidrantes e mangotinhos;
  - Chuveiros automáticos;
  - Sistemas de resfriamento;
  - Sistemas de espuma;
  - Sistema fixo de gases;
  - Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
  - Controle de fontes de ignição.
- Símbolos gráficos para projeto técnico de segurança contra incêndio e pânico: leitura e identificação das medidas de segurança nos projetos técnicos.
- Medidas de segurança aplicáveis às edificações e áreas de risco conforme legislação de prevenção de incêndio.

Carga horária recomendada

- 40h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino privilegiarão as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada.
- Demonstração.
- Exposição prática.
- Visitas técnicas.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação escrita.
- Avaliação prática.

Referências bibliográficas

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. CB-24. **Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio.** Disponível em: http://www.abntcolecao.com.br.
2. BRENTANO, Telmo. **A proteção contra incêndio nos projetos de edificações.** Porto Alegre: Autor, 2011. 628p.
3. CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instruções Técnicas.** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/.
4. SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Afonso Antônio; PANNONI, Fabio Domingos (orgs) et al. **A segurança contra incêndio.** São Paulo: Projeto, 2008. 496p. Disponível em: http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/.

3.8.8
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA PERÍCIA DE INCÊNDIOS

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
75 BM Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
33 BM Q 8.3	Demonstrar conhecimento sobre técnicas e normas reguladoras de prevenção de incêndios. Possuir noções básicas de prevenção e segurança contra incêndios.
6 BM Q 8.1	Atuar demonstrando noções de mecânica e de física, quando necessário. Atuar demonstrando noções básicas de mecânica e de física aplicadas a atividade de bombeiro.
67 BM Q 8.6	Capacidade de planejamento.
Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.

Aspectos conceituais

- Conceito sobre a preservação do local;
- Conceito sobre a investigação de incêndio;

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

- Histórico da investigação de incêndio;
- A importância da investigação de incêndio;
- Legislação e metodologia aplicada à investigação de incêndio;
- Crime de incêndio;
- Preservação do local;
- Natureza jurídica da investigação de incêndio.

Aspectos procedimentais

- Procedimentos básicos de isolamento e preservação mantendo a segurança no local;
- Identificação do possível foco de incêndio;
- Identificação do provável caminho de propagação;
- Técnicas adequadas de combate a incêndio, visando a otimização do combate associado com uma máxima preservação do cenário de incêndio;
- Acionamento e prestação de esclarecimentos ao solicitante de como se dá o funcionamento do serviço de investigação de incêndio da corporação;
- Fornecimento ao comandante do socorro as informações relacionadas à sua atuação durante o combate ao incêndio. Subsidiar o comandante do socorro com as informações pertinentes ao correto preenchimento do relatório de apoio pericial.

Aspectos atitudinais

- Atuação no combate ao incêndio otimizando as técnicas com a percepção de como se deu a propagação, visando sempre a preservação do cenário;
- Conduta profissional alinhada à perícia de incêndio com base nas legislações, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo da corporação.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

A disciplina "Fundamentos da Perícia de Incêndios" trata dos cuidados objetivos que o bombeiro militar deve ter no trato com o cenário do incêndio para permitir a investigação do incêndio.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Conceituar preservação do local;
  - Compreender os fundamentos da investigação de incêndios: isolar e preservar.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Executar procedimentos de preservação do local.

- Fortalecer atitudes para:
  - Atuar com base nas legislações, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo da Corporação.

Conteúdo programático

- Conceito sobre a preservação do local;
- Conceito sobre a Investigação de incêndio;
- Histórico da investigação de incêndio;
- A importância da investigação de incêndio;
- Legislação e metodologia aplicada à investigação de incêndio;
- Crime de incêndio;
- Preservação do local;
- Natureza jurídica da investigação de incêndio;
- Legislações nacionais e estaduais.

Carga horária recomendada

- 40h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem contemplam o uso das seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudo de casos;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em salas de aulas e simulados;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. **Da prova no processo legal.** São Paulo: Saraiva, 1994.
2. BORGES DOS REIS, Albani et al. **Tratado de perícias criminalísticas: identificação humana.** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.
3. CRUZ, Alexandre. **Falso testemunho, falsa perícia.** Campinas: Millennium, 2003.
4. DOREA, Luiz Eduardo. **Local de crime.** 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.
5. ESPINDULA, Alberi. **Local de crime: isolamento e preservação, exames periciais e investigação criminal.** 2. ed. Brasília: Alberi Espindula, 2003.
6. NFPA 921. **Guide for Fire and Explosion Investigations.** 2004 Edition.
7. RABELLO, Eraldo. **Curso de criminalística.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

8. ZARZUELA, José Lopes & ARAGÃO, Ranvier Feitosa. **Química Legal e Incêndios: Tratado de Perícias Criminalísticas.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

3.8.9
DISCIPLINA: COMBATE A INCÊNDIO

MAPA DE COMPETÊNCIAS DA DISCIPLINA

Nº Q	COMPETÊNCIAS DO PERFIL ASSOCIADAS À DISCIPLINA*
5 BM Q 9	Ter capacidade de trabalhar sob pressão.
1 BM Q 9	Ter manejo de estresse.
84 BM Q 8.3	Aplicar os procedimentos de segurança ao realizar as tarefas inerentes ao cargo.
11 BM Q 9	Ter capacidade para lidar com a morte no dia a dia do trabalho.
42 BM Q 8.3	Ser capaz de realizar atendimento pré-hospitalar e em outras situações diversas demonstrando conhecimento sobre tipos de hemorragia, ferimentos, fraturas, cinemática do trauma, doenças diversas sabendo diferenciar estímulos, sinais e sintomas. Ser capaz de aplicar procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar.
75 BM Q 8.3	Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento. Ser capaz de agir em tarefas variadas reconhecendo as condições de segurança, a cena e a situação da ocorrência, coletando dados e informações referentes ao evento.
28 BM Q 8.3	Conhecer o protocolo atualizado para cada situação.
101 BM Q 8.3	Ter capacidade de utilizar adequadamente o Equipamento de Proteção Individual (EPI).
77 BM Q 8.4	Ter capacidade de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local. Ser capaz de orientar populares em situações diversas, procurando demonstrar controle da situação e mantendo a segurança do local.

N (Número): refere-se ao ranking atribuído às competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das tarefas dos profissionais de segurança pública conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública.

Q (Q 8 - Q 9): refere-se ao quadro de competências técnicas ou comportamentais básicas às atividades de formação dos bombeiros militares conforme publicado no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública. Ressalta-se que algumas competências tiveram nova redação, de acordo com as legislações mais recentes e com o entendimento desse novo grupo, além disso foram agrupadas de acordo com suas interrelações.

92 BM Q 8.4	Ter capacidade de tranquilizar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade. Ser capaz de orientar parentes, familiares e vítimas, quando necessário, demonstrando respeito e cordialidade.
86 BM Q 8.4	Ser capaz de informar a vítima, e se necessário, a pessoa responsável por ela, sobre procedimentos que estão sendo efetuados.
99 BM Q 8.3	Ser capaz de solicitar reforço de contingente de acordo com a necessidade.
61 BM Q 8.5	Ter resistência física.
87 BM Q 8.6	Capacidade de tomada de decisão.
67 BM Q 8.6	Capacidade de planejamento.
 Q 8.3	Possuir conhecimentos básicos de ações de defesa civil.
19 BM	Ao combater incêndios, ser capaz de agir demonstrando conhecer as legislações vigentes do Estado ou Município.
45 BM	Demonstrar domínio dos métodos de evacuação de pessoas, aplicando-os a situações diversas.
60 BM	Ao combater incêndios, demonstrar conhecimento do material necessário à extinção, dos riscos pertinentes à atuação e da distribuição preventiva da área de risco.

Aspectos conceituais

- Definição dos conceitos básicos relativos à ciência do fogo;
- Especificação dos elementos do fogo.
- Classificação da combustão;
- Definição dos processos de extinção do fogo;
- Especificação das classes de incêndio e os principais agentes extintores;
- Definição e descrição dos comportamentos extremos do fogo;
- Conhecimento dos materiais e equipamentos utilizados no combate a incêndios.

Aspectos procedimentais

- Identificação do incêndio;
- Execução da equipagem completa com o EPI e EPR;
- Realização do acondicionamento de mangueiras;
- Utilização da técnica base de armação de linha e ligação de mangueiras;
- Realização correta dos procedimentos de abertura e entrada em um incêndio;
- Realização dos procedimentos de combate a incêndio com água e espuma e ventilação natural e forçada;
- Execução da técnica correta para a extinção do incêndio;

- Utilização dos recursos e técnicas de abastecimento de viaturas;
- Realização da busca e do salvamento de vítimas e de outros bombeiros;
- Execução do rescaldo;
- Comunicar-se sempre.

Aspectos atitudinais

- Conscientizar-se das limitações e dificuldades do uso do equipamento de proteção individual (EPI) e do equipamento de proteção coletiva (EPC);
- Atuação de forma eficiente, na armação de linhas e ligações de mangueiras em qualquer tipo de edificação;
- Atuação com técnicas de proteção ao deparar-se com comportamentos extremos do fogo;
- Atuação de forma correta nas ações de combate a incêndio com água e espuma;
- Capacidade de observação;
- Capacidade de planejamento.

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Contextualização

Combater a incêndios é uma das principais missões dos bombeiros militares.

Sendo assim, é necessário um treinamento que possibilite o conhecimento das especificidades do tipo de incêndio e domínio da técnica exigida, conhecer profundamente de maneabilidade de combate e manter a mente capaz de pensar antes, durante - no calor da ação - e após, uma ação que auxiliará não somente na efetividade dos resultados e no aperfeiçoamento da ação, mas, principalmente, na compreensão da dimensão dos desafios profissionais.

Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional bombeiro militar possa:

- Ampliar conhecimentos para:
  - Compreender o comportamento do fogo e dos efeitos nocivos do fogo.
- Desenvolver e exercitar habilidades para:
  - Executar os procedimentos de combate a incêndio com os agentes extintores.
- Fortalecer atitudes para:
  - Reconhecer a importância do uso de EPI e do EPC.

Conteúdo programático

- Comportamento do fogo:
  - Combustão;
  - Transferência de calor;

  - Processo de extinção do fogo;
  - Dinâmica do incêndio;
  - Tipos de incêndios;
  - Comportamentos extremos do fogo;
  - Flashover;
  - Bleve;
  - Boilover.
- Efeitos nocivos do incêndio:
  - Técnica de combate a incêndio;
  - Equipamentos de proteção individual e de proteção respiratória para combate a incêndio;
  - Equipamentos de combate a incêndio;
  - Emprego de técnicas de combate a incêndios florestais;
  - Acondicionamento e manuseio de mangueiras;
  - Armação de mangueiras para o combate aos incêndios;
  - Abertura e entrada em incêndio;
  - Tipos de jatos;
  - Combate a incêndio utilizando água;
  - Combate a incêndio com o uso de espuma;
  - Técnicas de abastecimento;
  - Evacuação e busca em local de incêndio;
  - Ventilação tática.
- Procedimentos operacionais para combate a incêndio de acordo com os protocolos.

Carga horária recomendada

- 60h.

Estratégias de ensino-aprendizagem

As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na disciplina deverão contemplar as seguintes técnicas:

- Aulas expositivas dialogadas com auxílio de recursos audiovisuais;
- Estudos de caso;
- Realização de experimento com vela para demonstração de conceitos da teoria do fogo;
- Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
- Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problema;
- Visitação de instalações industriais.

Avaliação da aprendizagem

- Avaliação da participação efetiva do aluno nas práticas executadas em sala de aula;
- Prova escrita para verificação de aprendizagem.

Referências bibliográficas

1. BRASÍLIA. **Manual básico de combate a incêndio.** Brasília: CBMDF, 2006
2. CAMILLO JÚNIOR. Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndio.** São Paulo: SENAC. s.d.
3. NFPA. **Standards Directory.** 2012. Disponível em: http://www.nfpa.org/assets/files/pdf/codesstandards/reference_book.pdf.
4. RIO DE JANEIRO. **Manual de combate a incêndio.** Rio de Janeiro: CBMERJ, s.d.
5. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: combate a incêndio edifício alto.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).
6. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: combate a incêndio em local confinado.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).
7. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: combate a incêndio habitação precária.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).
8. SÃO PAULO. **Manuais técnicos de bombeiros: estratégica e tática de combate a incêndios.** São Paulo: PMESP, 2006. (Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros).

Abelardo Inácio Da Silva
Adalberto Lúcio Barbosa Da Silva
Adão Pereira Dos Santos
Adelir Martini
Ademárcio De Moraes
Adriano Krukoski Ferreira
Aida Griza
Alan Dos Santos Borges
Alda Lino
Aldo Nunes Da Silva Junior
Alessandro Rezende Da Silva
Alex Matos Fernandes
Alexandra Valeria Vicente Da Silva
Alexandre Argolo M. Sampaio
Alexandre Coelho Boggi
Alexandre De Resende Silva
Alexandre Dias Nogueira
Alexandre Flecha Campo
Alexandre Magno De Oliveira
Alexandre Pires Bittencourt
Alexandre Torres Maia
Alexandre Zeleniakas Corrêa
Alexsander Lopes Da Silva
Amanda Freitas Dos Santos
Amarílio Lopes Rebouças
Ana Maria Sá Peixoto Pinheiro Figueiredo
Anderson César Pereira Pimentel Penha
Anderson Dalcin Santos
André Luis Alvares Seixas
André Luiz Tewfiq
Andréa Da Silveira Passos
Andreya De Fátima Bueno Da Cruz
Andrison Cosme
Anita Maria Klein Da Silva
Antonio Carlos Moura
Antonio Gelson De Oliveira Nascimento
Antônio Junio De Oliveira
Antonio Lopes Souza Neto
Augustinho Salvador
Aurora Vicentim Themer
Benicio Ferrari Junior
Bergson Almeida De Vasconcelos
Bianca Sant'anna De Sousa Cirilo
Bolivar Dos Reis Llantada
Braulio Cançado Flores
Bruno Azevedo Lisboa
Caio Hercílio Oliveira De Souza
Carla Rouledo Moretti Leite
Carlos Alberto Da Silva Camargo
Carlos Alberto Ramos Da Silva
Carlos Alexandre De Aquino Martins Leão
Carlos Cauper Dos Santos Nascimento
Carlos Eduardo Melo De Souza
Carlos Henrique Antunes Taparelli
Carlos Roberto Rodrigues
Carmen Lúcia Da Silva Santos
Cicero Aparecido Pereira
Cidinei Lima Da Silva
Clauber Wagner Vieira De Paula
Claudenice Passos Palaci
Claudia Maria Medeiros Aguiar
Claudia Resende Alves Venturini
Claudia Resende Alves Venturini
Cláudio Barboza Rodrigues
Claudio De Lucas Lima
Cláudio Ricardo Pereira
Cléber José Borges Sobrinho
Clécia Felipe Cabral De Macedo Viana
Cleverson Natal De Oliveira
Cley Celestino Batista
Clives Pereira Sanches
Clovis Reis Da Silva Junior
Cristiano Viega Ramos
Cristina Neme
Dalbian Guimarães Rodrigues
Darwin Salgado Germano
Dayane Gomides Cavalcante
Deise Larissa Paes Elizeu Caixeta
Demargli Da Costa Farias
Democrito Pinto Dos Reis
Demóstenes Carvalho Rolim Cartaxo
Deocleciano Virginio Barros Júnior
Dermagli Da Costa Farias
Deusny Aparecido Silva Filho
Diego Remor Moreira Francisco
Diógenes Madeira De Oliveira
Diógenes Martins Munhoz
Dosautomista Honorato De Melo
Douglas Freire Santana
Eder Luisi Prado Ribeiro
Edgard Sales Filho
Edison Ramos De Quadros
Edmilson Silva Souza
Edson Cavalcanti Gomes
Edson Cícero Muniz
Edson Luiz De Moraes
Eduardo Araripe Pacheco De Souza
Eduardo Haroldo De Lima
Eduardo Rodrigues Dos Santos
Eduardo Steica Da Costa
Eduardo Tavares Cunha
Edvaldo Tavares De Araújo
Elaine Beatriz Ferreira Dulac
Elias Silveira Lopes
Eliene Lima De Souza
Eliezer De Oliveira Farias

Elisângela Andrade Machado
Eliseu Leão Dos Santos Emerson Wendt
Emília Alves
Eni Morelli De Souza
Erisson Rogério Barros
Eugênia Nogueira Do Rêgo Monteiro Villa
Eugênio César Nogueira
Everton De Souza Dias
Fabiano Vianna Coppieters
Fabio Camilo De Vasconcelos
Fábio Motta Lopes
Fátima Valéria Farias Ferreira
Fernando Antonio Da Silva Alves
Fernando Lourenço Neto
Filipe Marinho de Brito
Flávio Henrique Dos Santos Lima
Francisco Silvio Maia
Francisco William Lopes Rodrigues
Franklin Epiphanio Gomes De Almeida
Frederick Caldeira Da Rocha
Gênison Brito Alves Lima
George Cajaty Barbosa Braga
George De Vargas Ferreira
George Luiz Pires
Gerlucio Henrique Vieira
Gerson Gross
Gilmar Silva De Andrade
Gilson Vagner De Oliveira Alves
Giovanna De Andrade Bonfim
Gledson Vaz Vespúcio
Grasielle Paes Silva Bugalho
Halyny Mendes Guimarães
Hebert Serrano Paiva
Helbert Figueiró De Lourdes
Helen Regiane Pereira Pará
Humberto Teixeira Santos
Isandré Antunes De Souza
Jackson Alfeu Ferreira
Jarbas Trois De Ávila
Jardel Carlito Da Silva
Jardel Peres De Azevedo
Jeferson Carlos
Jéferson Loureiro Ribeiro
Jefferson Clayton Nascimento De Assunção
Jesiel Costa Rosa
João Alberto Maciel De Sousa
João Batista Da Silva
João Filipe Dias Fernandes
João Jose Da Silva Junior
João Melo Da Silva Filho
Jorge Antonio De Oliveira Paredes
Jorge Eduardo Tasca
José Américo De Souza Gaia
José Do Carmo Barbosa
José Hélio Cysneiros Pachá
José Jailton Siqueira De Melo
José Jorge Moreno Da Silva
José Liberato Moura Pereira
José Luciano De Alcântara Nascimento
José Marcos Rodrigues Pereira
José Mauro Da Costa
José Roberto De Andrade
José Rubens Olart Estivalet
Junior Josef Patrick Nowak Da Cunha
Joselito Leitão Da Costa
Julival Queiros De Santana
Kathleeen Souza De Oliveira Belota
Klepter Rosa Gonçalves
Laércio Quaio Júnior
Leandro Cesar Nunes Menino
Leandro Henrique Diniz Coimbra
Leandro Rodrigues Doroteu
Leonardo Carnielli Oliveira
Leonardo Ferreira Faria
Leonardo Rodrigo Congro
Livson Correia De Vasconcelos
Lizett Possidonio Pilz
Lourdes Losane Rocha De Sousa
Lucia Ferreira Falcão
Lúcia Regina De Souza
Luciane Rodrigues Vieira Oliveira
Luciano Mombelli Da Luz
Luciano Moritz Bueno
Lucilene Soliano Pereira Jorge
Luis Eduardo Carvalho Dorea
Luis Henrique Malheiros Mello
Luiz Fernando De Freitas
Lydiane Maria Azevedo
Maicol Coelho Lourenço
Malthus Fonseca Galvão
Marcelo Pereira Das Neves Oliveira
Marcelo Toniolo De Oliveira
Marcelo Zago Gomes Ferreira
Marco Antônio Gama Dos Santos
Marco Negrão De Brito
Marcos Antônio Barros De Sousa
Marcos Cesar Moraes De Mello
Marcos Flavio Ghizoni Junior
Marcus Cardaci
Marcus Vinicius Borges Silva
Marcus Vinicius Ferreira Gomes
Margareth De Carvalho Sá
Maria De Fátima Rodrigues Moraes
Maria Do Carmo Nascimento Lins
Maria Do Santo Costa Sousa
Maria Goreth Gadelha De Aragão
Maria Isabel Maia Marmello
Maria Jessé Maciel Ferreira
Maria José Batista Da Silva
Maria Luiza Spinelli Parca Tedeschi

Mariana Da Gama Leite Inácio
Marineide Da Silva Ioppi
Martins Moreira Barbosa
Márvio Cristo Moreira
Mateus Picanço De Almeida
Maurício Cassiano Ikeda Do Carmo
Mauro Lucio Honorato
Mauro Rogério Pinto Da Rocha
Michele Dias
Miguel Angelo Duarte Ticom
Miguel Pereira Filho
Moisés Fontes Barbosa Da Silva
Nelma Goes Monteiro
Nisia Ines Arruda De Abreu
Olinda Barcellos
Otomar Pereira De Pereira
Paola Bonanato Lopes
Patrícia Barreto Oliveira
Patricia Luiza Costa
Paulo Fernando Leal De Holanda Cavalcanti
Paulo Freitas Viana
Paulo Henrique Ribeiro
Pedro Henrique Pacheco Da Silva Alves
Peterson Oliveira Costa
Peterson Queiroz De Ornelas
Rafael De Carvalho Xavier
Raimundo Pinheiro Da Silva Filho
Ramodrigo Peruniz
Raphael Franco Cavalcante
Regina Silva Futino
Resângela Pinheiro De Sousa
Rhonan Ferreira Da Silva
Ricardo Accioly Gerhard
Ricardo Moreira De Vargas
Ricardo Quemento Lobasso
Ricardo Rodrigues Barcelar
Rita De Cássia Da Silva Campello
Roberta Torres Dos Santos
Roberto Alves Da Silva
Roberto Sangaleti
Rodrigo Canci Pierosan
Rodrigo Da Silva Dutra
Rodrigo L. A. Gontijo Foureaux
Rodrigo Mohr Picon
Rodrigo Nascimento Lacerda Guimarães
Rodrigo Quintino
Romeu Rodrigues Da Cruz Neto
Rômulo Luis Telles
Rômulo Quinhones Pires
Ronaldo Braga Charlet
Ronaldo Roque De Araújo
Roselene De Paula Gomes Moraes
Rossilio Souza Correia
Rui Moreira Félix
Sandra Heloisa Oliveira Barros
Sara Farias Souza
Scharlyston Martins De Paiva
Scheilla Cardoso Pereira De Andrade
Scheilla Cardoso Pereira De Andrade
Sergio Almeida De Mello
Sérgio Augusto Santana Tavares
Sérgio Ricardo Antunes De Souza
Sérgio Ricardo Antunes De Souza
Silvane De Carvalho
Silvano Alves Rabelo
Silvio Lopez Novais
Simone Marques Menezes
Tarcísio De Souza Vasconcelos
Tatiana Severino De Vasconcelos
Tereza Cristina Albieri Baraldi
Thiago Eduardo Barca
Thiago Franco Santana
Tibério Trigueiro Félix Da Silva
Ulisses Doratiotto De Oliveira
Valéria Silva Ramos
Vinicius José Menezes Cunha
Vitor Augusto Rodrigues Serra
Vitor Hugo Cordeiro
Konarzewski Wagner Pereira Da Silva
Walter Parizotto
Wellington Leal Abreu
Wilker Soares Sodré

Agradecemos imensamente a todos os profissionais que auxiliaram,
direta ou indiretamente, na revisão da Nova Matriz Curricular Nacional.